

**Expediente:**

Associação dos Municípios Alagoanos -AMA

**DIRETORIA EXECUTIVA****Presidente:** Hugo Wanderley Cajú - Cacimbinhas**Vice-presidente:** Fernando Sérgio Lira Neto - Maragogi**Secretário Geral:** Angela Vanessa Rocha Pereira Bezerra - São José da Laje**1º Secretário:** Júlio Cezar da Silva - Palmeira dos Índios**2º Secretário:** Amaro Ferreira da Silva Junior - Jacuípe**3º Secretário:** Geraldo Cícero da Silva - Taquarana**1º Tesoureiro:** Pedro Henrique de Jesus Pereira - Teotônio Vilela**2º Tesoureiro:** Jorge Silvio Luengo Galvão - Jundiá**3º Tesoureiro:** José Luiz Vasconcellos dos Anjos - Olho D'água das Flores**CONSELHO FISCAL****Titular:**

Vinícius José Mariano de Lima - Canapi

André Brandão de Almeida - Mar Vermelho

Olavo Calheiros Novais Neto - Murici

**Suplente:**

Manuilson Andrade Santos - Colônia Leopoldina

Marcelo Ricardo Vasconcelos Lima - Quebrangulo

Adelmo Moreira Calheiros - Capela

**COORDENADORIAS REGIONAIS****Coordenador da Região Agreste - Baixo São Francisco:** Manuel Lucas Kummer Feitas dos Santos**Coordenador da Região do Sertão - Theobaldo Cavalcanti Lins Netto****Coordenador da Região Central - João Victor Calheiros Amorim Santos****Coordenador da Região Norte:** Areski Damara de Omena Feitas Junior**Coordenador da Região Metropolitana - Cecília Lima Herrmann Rocha****Coordenador Litoral Norte - Fernando Henrique Lima Cavalcante****Coordenador Litoral Sul - Carlos Felipe Castro Jatobá Lins**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

**ESTADO DE ALAGOAS****CONAGRESTE - CONSORCIO REGIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS DO AGRESTE ALAGOANO****CONAGRESTE - CONSORCIO REGIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS DO AGRESTE ALAGOANO  
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL**

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO AGRESTE ALAGOANO (CONAGRESTE), portador do CNPJ 19.904.298/0001-92, localizado na Avenida Ceci Cunha, Nº 1288, Itapoã, Arapiraca, Alagoas, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), a Autorização Ambiental para obras de pavimentação e drenagem de uma rua no povoado Cadoz no município de Limoeiro de Anadia, Alagoas (CONTRATO DE REPASSE OGU MAPA 925406/2021).

**Publicado por:**

Barbara Santos Canuto

**Código Identificador:**ADD52FC5**CONAGRESTE - CONSORCIO REGIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS DO AGRESTE ALAGOANO  
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02.CD/2022**

**DAS PARTES:** O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO AGRESTE ALAGOANO - CONAGRESTE, CNPJ Nº 19.904.298/0001 - 92 E A PESSOA FÍSICA - MIKHAEL KENNEDY FALCÃO FARIAS - CPF Nº 088.988.584 - 26

**DO OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o quantitativo do contrato em até 25%, acrescentando **02 (dois)** processos licitatórios, e perfazendo o total de **10 (dez)** processos licitatórios na modalidade, PREGÃO ELETRÔNICO do CONAGRESTE.

**DATA DE ASSINATURA:** 18 de Outubro de 2022

Arapiraca/AL, 23 de Dezembro de 2022

**JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA**

Presidente

**Publicado por:**

Barbara Santos Canuto

**Código Identificador:**674DA4F8**CONAGRESTE - CONSORCIO REGIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS DO AGRESTE ALAGOANO  
RATIFICAÇÃO**

Pelo presente, e com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, **RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO** visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Capacitação de Operadores de Retroescavadeira, em favor da pessoa empresa, que apresentou o menor valor em pesquisa de preços realizada, **SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE**, inscrita no CPF SOB Nº 73.471.963/0118-58.

Arapiraca/AL, 23 de Dezembro de 2022

**JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA**

Presidente

**Publicado por:**

Barbara Santos Canuto

**Código Identificador:**C73F575D**CONAGRESTE - CONSORCIO REGIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS DO AGRESTE ALAGOANO  
EXTRATOS DO CONTRATO Nº 07.CD/2022**

**DAS PARTES:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO AGRESTE ALAGOANO - CONAGRESTE - CNPJ Nº 19.904.298/0001-92 E A EMPRESA: SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE - CNPJ Nº 73.471.963/0118 - 58.

**DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Capacitação de Operadores de Retroescavadeira.

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 07 de Novembro de 2022.

**INFORMAÇÕES:** informações disponíveis na sede do CONAGRESTE, localizada na Avenida Elvira Barbosa Lopes, nº 1288, Empresarial Itapoã, sala E, Arapiraca/AL, de segunda a sexta das 8h às 13h. E-mail: consorcio.conagreste@gmail.com.

Arapiraca/AL, 23 de Dezembro de 2022

**JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA**  
Presidente

**Publicado por:**  
Barbara Santos Canuto  
**Código Identificador:**43C0B4C3

**CONAGRESTE - CONSORCIO REGIONAL DE RESIDUOS  
SOLIDOS DO AGRESTE ALAGOANO  
RATIFICAÇÃO**

Pelo presente, e com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, **RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO** visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, para confecção de capas de processos administrativos, em favor da empresa, que apresentou o menor valor em pesquisa de preços realizada:

**SUPER GRÁFICA & EDITORA EIRELI, inscrita no CNPJ SOB Nº 42.730.356/0001 – 20.**

Com valor de **R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).**

**INFORMAÇÕES:** informações disponíveis na sede do CONAGRESTE, localizada na Avenida Elvira Barbosa Lopes, nº 1288, Empresarial Itapuã, sala E, Arapiraca/AL, de segunda a sexta das 8h às 13h. E-mail: consorcio.conagreste@gmail.com.

Arapiraca/AL, 23 de Dezembro de 2022

**JAMES MARLAN FERREIRA BARBOSA**  
Presidente

**Publicado por:**  
Barbara Santos Canuto  
**Código Identificador:**C7DA2179

**ESTADO DE ALAGOAS  
CONDRI - CONSORCIO PARA DESENVOLVIMENTO DA  
REGIAO DO IPANEMA**

**CONDRI - CONSORCIO PARA DESENVOLVIMENTO DA  
REGIAO DO IPANEMA  
AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo: 12120002/2022

Tomada de Preços nº. 01/2022

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para a execução e serviços de pavimentação de vias na zona rural do município de Inhapi/AL.

Data da realização: 11 de janeiro de 2023 às 09h00min (horário local)

Local: Rua Sebastião Bastos, 708, Bairro: Monumento – Santana do Ipanema/AL.

Para eventuais dúvidas, assim como edital encontra-se a disposição dos interessados através do endereço eletrônico: licitacaocondrial@gmail.com.

Santana do Ipanema/AL, 23 de dezembro de 2022.

**LIDIANE PEREIRA DE MACEDO**  
Comissão Permanente de Licitação

**Publicado por:**  
Lidiane Pereira de Macedo  
**Código Identificador:**D827644B

**CONDRI - CONSORCIO PARA DESENVOLVIMENTO DA  
REGIAO DO IPANEMA  
AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo: 12120003/2022

Tomada de Preços nº. 02/2022

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para a execução e serviços de pavimentação de vias na zona rural do município de Palestina/AL.

Data da realização: 11 de janeiro de 2023 às 10h00min (horário local)

Local: Rua Sebastião Bastos, 708, Bairro: Monumento – Santana do Ipanema/AL.

Para eventuais dúvidas, assim como edital encontra-se a disposição dos interessados através do endereço eletrônico: licitacaocondrial@gmail.com.

Santana do Ipanema/AL, 23 de dezembro de 2022.

**LIDIANE PEREIRA DE MACEDO**  
Comissão Permanente de Licitação

**Publicado por:**  
Lidiane Pereira de Macedo  
**Código Identificador:**E72ACFC5

**CONDRI - CONSORCIO PARA DESENVOLVIMENTO DA  
REGIAO DO IPANEMA  
AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo: 12120004/2022

Tomada de Preços nº. 03/2022

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para a execução e serviços de pavimentação de vias na zona rural do município de Mar Vermelho/AL.

Data da realização: 11 de janeiro de 2023 às 11h00min (horário local)

Local: Rua Sebastião Bastos, 708, Bairro: Monumento – Santana do Ipanema/AL.

Para eventuais dúvidas, assim como edital encontra-se a disposição dos interessados através do endereço eletrônico: licitacaocondrial@gmail.com.

Santana do Ipanema/AL, 23 de dezembro de 2022.

**LIDIANE PEREIRA DE MACEDO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**Publicado por:**  
Lidiane Pereira de Macedo  
**Código Identificador:**DB2DA8B6

**CONDRI - CONSORCIO PARA DESENVOLVIMENTO DA  
REGIAO DO IPANEMA  
AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo: 12120005/2022

Tomada de Preços nº. 04/2022

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para a execução e serviços de pavimentação de vias na zona rural do município de Poço das Trincheiras/AL.

Data da realização: 11 de janeiro de 2023 às 12h00min (horário local)

Local: Rua Sebastião Bastos, 708, Bairro: Monumento – Santana do Ipanema/AL.

Para eventuais dúvidas, assim como edital encontra-se a disposição dos interessados através do endereço eletrônico: licitacaocondrial@gmail.com.

Santana do Ipanema/AL, 23 de dezembro de 2022.

**LIDIANE PEREIRA DE MACEDO**  
Comissão Permanente de Licitação

**Publicado por:**  
Lidiane Pereira de Macedo  
**Código Identificador:**DAB762D5

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATOS**

EXTRATO DE CONTRATO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para a apresentação artística com o artista FABINHO PRESSÃO no Povoado Papaterra da cidade de Água Branca/AL, no dia 12 de novembro de 2022

Contratante: Município de Água Branca/AL – Prefeitura Municipal  
CONTRATO Nº 253/2022; Contratado: FABIO DOS SANTOS SILVA-ME, CNPJ: 14.411.262/0001-53; Valor Global: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); Firmado em 08/ de novembro de 2022; Vigência: 180 (cento e oitenta) dias; fundamentação Legal: Art. 74 da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 215/22

#### EXTRATO DE CONTRATO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2022

Objeto: Objeto: Contratação de empresa especializada para a apresentação artística com o artista PABLO A VOZ ROMÂNTICA na festa de dezembro da Padroeira do município de Água Branca/AL, no dia 09 de dezembro de 2022.

CONTRATO Nº 255/2022; Contratado: AD PRODUÇÃO MUSICAL EIRELI-EPP, inscrita sob CNPJ nº 26.337.395/0001-06; Valor Global: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). Firmado em 21 de novembro de 2022; Vigência: 06 (seis) meses; fundamentação Legal: Art. 74 da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 215/22

#### EXTRATO DE CONTRATO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para a apresentação artística com a BANDA KARISMA na festa de dezembro da Padroeira do município de Água Branca/AL, no dia 09 de dezembro de 2022.

CONTRATO Nº 259/2022; Contratado: N L M DE CARVALHO PRODUÇÕES LTDA, inscrita sob CNPJ nº 47.705.625/0001-12; Valor Global: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Firmado em 25 de novembro de 2022; Vigência: 06 (seis) meses; fundamentação Legal: Art. 74 da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 215/22.

**Publicado por:**

Bruno Manoel Lima

**Código Identificador:**04B2B508

### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA

#### CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA/AL

CONTRATO N.º 12010002/2022, firmado em 20/12/2022, entre a CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA/AL e a empresa BERNARDO E CARVALHO ADVOCACIA E CONSULTORIA inscrita no CNPJ: 17.080.125/0001-71.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação dos serviços especializados para elaboração e reformulação do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anadia/AL.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25 inciso II da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 60 dias.

VALOR: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Anadia, 20 de dezembro de 2022.

**EDIRAJAR FALCÃO PEDROSA JÚNIOR**

Presidente

**Publicado por:**

Jailton dos Anjos Oliveira

**Código Identificador:**7D9C3D92

#### GABINETE DO PREFEITO NOTIFICAÇÃO

Nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, combinado com o artigo 6º, inciso XI, da Portaria Interministerial MPO/MF/CGU Nº 507, de 24/11/2011, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura de Anadia - AL, por meio da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, NOTIFICA

aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, deste município, a liberação dos recursos financeiros no valor de R\$ R\$ 2.910.543,61, na conta vinculada ao Convenio nº 864451/2018 - Processo nº 25100.004391/2018-71, firmado com o Município de Anadia - AL, assinado em 31/05/2018, no âmbito do Programa Saneamento Básico (Ação: 10GD - Sistemas Públicos de Abastecimento de Água) sob a gestão do FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE, que tem por objeto Ampliação do Abastecimento de Água no município de Anadia/AL.

**Publicado por:**

Larisse Paulino dos Santos

**Código Identificador:**78677B0A

#### GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 004/2022, DE 14 DE JANEIRO DE 2022

#### DECRETO nº 004/2022, DE 14 DE JANEIRO DE 2022.

*Estabelece o Plano de Ação do Município de Anadia, para atender o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, de acordo com o Decreto Federal 10.540 de 05 de novembro de 2020.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANADIA**, Estado de Alagoas, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica estabelecido para o Município de Anadia o Plano de Ação, constante do anexo único, que é parte integrante do presente decreto, com a finalidade de ajustar o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, ao padrão mínimo de qualidade, estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020.

**Art. 2º** O SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluindo a responsabilidade pela contratação, com ou sem rateio de despesas, utilizada pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídos Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, resguardada a autonomia.

**§ 1º** É vedada a existência de mais de um SIAFIC no Município, mesmo que estes permitam a integração, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

**Parágrafo Único** Fica de responsabilidade exclusiva do órgão, autarquia, entidade, outros, a manutenção no que tange a integração e consolidação dos dados do SIAFIC do Município de Anadia, caso não utilize o mesmo sistema já implementado pelo município.

**§ 2º** O SIAFIC tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial, além de controlar e permitir a evidência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, dos Órgãos de que trata o caput deste artigo.

**Art. 3º** Os Procedimentos e desenvolvimento das ações necessárias para a implementação do Plano de Ação no prazo serão de responsabilidade conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anadia, Estado de Alagoas, 14 de janeiro de 2022.

**JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA**

Prefeito

**Publicado por:**

Larisse Paulino dos Santos

**Código Identificador:**F31AD892

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
**Ref. Pregão Eletrônico nº 32/2022.**  
**Registro de Preços**

O prefeito do Município de Anadia, no uso de suas atribuições e prerrogativas, considerando legais os procedimentos adotados, e, ainda, para que se produzam os devidos e legais efeitos,

**RESOLVE:**

**HOMOLOGAR** o resultado da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 32/2022 (**BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**) cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível, a fim de atender as necessidades das secretarias municipais do Poder Executivo de Anadia/AL, em favor da empresa **AUTO POSTO SÃO JOÃO LTDA, CNPJ: 21.169.733/0001-24**, que na ocasião atendeu aos termos do instrumento convocatório da licitação, para a execução do objeto licitado, ficando a mesma convocada para assinatura da Ata de Registro, nos termos do art. 64 caput, da lei nº 8.666/93, sob as penas da lei.

Anadia, 23 de Dezembro de 2022.

**JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA**  
 Prefeito

**Publicado por:**

Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha  
**Código Identificador:31437C17**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER**  
**RATIFICAÇÃO**

**RATIFICAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**RATIFICO** a inexigibilidade de licitação, nos termos do parecer da Procuradoria Jurídica do Município de Anadia, para contratação da **BANDA IGOR SANTANA, através da empresa detentora dos direitos artísticos IGOR VICTOR SILVA LOPES 12018124455**, inscrita no CNPJ: **46.685.230/0001-32**, com sede na Rua Odilon Auto, nº 83, Ouro Preto – Arapiraca/AL, para apresentação de show artístico, na Festa de Réveillon, visando atender a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Anadia/AL, de acordo com o Art. 25, III, da Lei nº 8.666, de 1993.

Anadia/AL, 23 de Dezembro de 2022.

**JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA**  
 Prefeito

**Publicado por:**

Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha  
**Código Identificador:29350EAE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2022**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2022**

Pregão Eletrônico **24/2022**

Fundamento Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto Federal nº 7.892/2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 003/2022, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA/AL.

Fornecedora Registrada: FERRO E COSTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.150.025/0001-50;

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PÃO TIPO SEDA PARA**

**ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

Valor Global: R\$81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais)

Vigência: 12 meses;

Firmado em: 02/12/2022;

Signatários: **José Celino Ribeiro de Lima e Georgio Cavalcante da Costa.**

**Publicado por:**

Lucas Gabriel Vieira Almeida Rocha  
**Código Identificador:CD6EED91**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2022**  
**(UASG: 982705) 3º CHAMADA DO PREGÃO 033/2022**

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Materiais Odontológicos que serão destinados à Secretaria Municipal de Saúde. Disponibilidade do Edital: a partir de 23/12/2022 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ou <https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacao>. Entrega das Propostas: a partir de 23/12/2022 às 08h no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: dia 05/01/2023, às 10:30h (horário de Brasília), no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

Arapiraca – AL, 22 de dezembro de 2022.

**GABRIEL DE MELO ALMEIDA**

Pregoeiro –

Portaria nº 1.096/2022

**Publicado por:**

Gabriel de Melo Almeida  
**Código Identificador:FBFDA495**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2022**  
**(UASG: 982705) 2º CHAMADA DO PREGÃO 067/2022**

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Artigos de cama e banho, destinados as Unidades de Acolhimento, Adulto Masculina, Adulto feminina e Infante Juvenil. Disponibilidade do Edital: a partir de 23/12/2022 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ou <https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacao>. Entrega das Propostas: a partir de 23/12/2022 às 08h no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: dia 05/01/2023, às 09:00h (horário de Brasília), no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

Arapiraca – AL, 22 de dezembro de 2022.

**GABRIEL DE MELO ALMEIDA**

Pregoeiro – Portaria nº 1.096/2022

**Publicado por:**

Gabriel de Melo Almeida  
**Código Identificador:B021DF69**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 016/2022**

**OBJETO: OBRAS E SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO NOVO, NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL.** DATA/HORÁRIO: dia 26 de Janeiro de 2023, às 09h00min. LOCAL: Rua Samaritana, nº 1185, Bairro Santa Edwiges, Arapiraca/AL, CEP: 57.311-180. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** no site [www.arapiraca.al.gov.br](http://www.arapiraca.al.gov.br).

Arapiraca /AL, 23 de Dezembro de 2022.

**MELANIA FONTES DE DEUS LEÃO**

Presidente da CPL – Portaria nº 547/2022

**Publicado por:**  
Louise Emmanuelle Silva Paixo  
**Código Identificador:**5A52C883

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**  
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 4.090/2022 – IDOC**

**DAS PARTES:** MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, CNPJ Nº 12.198.693/0001-58; E BRUNO DE CERQUEIRA SILVA ANDRADE, CPF Nº 043.607.784-14.

**DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO LOCADOR, LOCALIZADO NA RUA CLAUDIO DE ALBUQUERQUE LIMA, Nº 767, BAIRRO SÃO LUIZ, ARAPIRACA, ALAGOAS, DESTINADO A MORADIA DO SARGENTO BRASILEIRO, DESIGNADO AOS TRABALHOS DO TG 07/15.

**DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:** O PRESENTE CONTRATO É FORMALIZADO COM FUNDAMENTO NO ART. 24, INCISO X, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, O QUAL AUTORIZA A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A “LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DA ADMINISTRAÇÃO, CUJAS NECESSIDADES DE INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO CONDICIONEM A SUA ESCOLHA, DESDE QUE O PREÇO SEJA COMPATÍVEL COM O VALOR DE MERCADO, SEGUNDO AVALIAÇÃO PRÉVIA”.

**DO PRAZO DE LOCAÇÃO:** A PRESENTE LOCAÇÃO TERÁ O LAPSO TEMPORAL DE VALIDADE PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A INICIAR-SE NO DIA 01 DE JANEIRO DE 2023 E FINDAR-SE NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

**DOS RECURSOS:** PROGRAMA DE TRABALHO 02.29.05.153.0020.2007 – MANUTENÇÃO DO TIRO DE GUERRA E JUNTA DE SERVIÇO MILITAR, ELEMENTO DE DESPESA 3390.36, FONTE 0.1.500.1.000010 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA, DO ORÇAMENTO PREVISTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023.

**DATA DE ASSINATURA:** 22 DE DEZEMBRO DE 2022.

**DOS SIGNATÁRIOS:** JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA, CPF Nº 296.681.744-53, P/LOCATÁRIO; E ALOÍSIO BERNARDINO DA SILVA, CPF Nº 136.162.264-49 P/LOCADOR.

**Publicado por:**  
Marta Marques dos Santos  
**Código Identificador:**D3BFA544

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**  
**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 16156.2021/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, E DO OUTRO A EMPRESA BARBOSA E MONTENEGRO ENGENHARIA LTDA.**

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 16156.2021/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, E DO OUTRO A EMPRESA BARBOSA E MONTENEGRO ENGENHARIA LTDA.**

Pelo presente instrumento de contrato de um lado o **MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL**, inscrito no CNPJ sob nº 12.198.693/0001-58, com sede na Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges – Arapiraca/AL, CEP: 57.311-180, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, portador do CPF nº 296.681.744-53 e RG nº 299387 SEDS/AL, com o supracitado endereço profissional, doravante denominado CONTRATANTE, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, representado pelo Sr. **ROANY IZIDORO SOARES ALVES**, portador do RG nº 1.802.219 SSP/AL e do CPF nº 009.961.984-90, Secretário Municipal de Infraestrutura e, do outro lado a Empresa **BARBOSA E**

**MONTENEGRO ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.761.605/0001-23, sediada na rua Expedicionário Brasileiro, nº 71, sala nº 12, Eldorado, Arapiraca/AL, CEP 57.306-000, representada por seu sócio administrador, Sr. **MOYSES MONTENEGRO NETO**, inscrito no CPF nº 034.397.354-51, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social, doravante denominada CONTRATADA, resolve celebrar o presente Termo Aditivo (acréscimo) ao Contrato nº 16156.2021/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A Obras e serviços de Construção de uma Quadra Coberta com Vestiário FNDE, na Escola de Ensino Fundamental Divaldo Suruagy, no município de Arapiraca/ AL

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO**

O valor total deste Termo Aditivo é de **R\$ 131.310,97** (cento e trinta e um mil, trezentos e dez reais e noventa e sete centavos), que corresponde ao acréscimo de **12,85%**, de que trata a Cláusula Primeira do presente Termo.

2.1. Em razão do acréscimo o Contrato nº 16156.2021/2022, cujo valor global originário era de **R\$ 1.021.516,96** (um milhão, vinte e um mil, quinhentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos), ao valor total originário, conforme a cláusula terceira, passa a ser de **R\$ 1.152.827,93** (um milhão, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas resultantes deste Termo Aditivo correrão por conta do Programa de Trabalho 06.60.12.361.2010.1116 – Inova + Educação – Construção de Unidades Educacionais e Elementos de despesa 4.4.9.0.51. 0020 – Obras e Instalações.

**CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

O presente Termo Aditivo se fundamenta no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA– DA PUBLICAÇÃO**

O presente Termo Aditivo, será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único, art. 61, da Lei Federal 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

**CLÁUSULA SEXTA– DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que faz parte integrante e inseparável do Contrato 16156.2021/2022.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO, em 03 (três) vias de igual teor e forma e para que surtam os efeitos jurídicos e legais, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Arapiraca, 13 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**  
Prefeitura Municipal de Arapiraca  
Contratante

**MOYSES MONTENEGRO NETO**  
Barbosa e Montenegro Engenharia LTDA  
Contratada

**Publicado por:**  
Gean Fábio Carvalho de Oliveira  
**Código Identificador:**963A37D5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**  
**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 16155.2021/2022,**  
**QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO**  
**DE ARAPIRACA, E DO OUTRO A EMPRESA ORION**  
**CONSTRUTORA LTDA.**

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº  
 16155.2021/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE  
 UM LADO O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, E DO  
 OUTRO A EMPRESA ORION CONSTRUTORA  
 LTDA.

Pelo presente instrumento de contrato de um lado o **MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL**, inscrito no CNPJ sob nº 12.198.693/0001-58, com sede na Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges – Arapiraca/AL, CEP: 57.311-180, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, portador do CPF nº 296.681.744-53 e RG nº 299387 SEDS/AL, com o supracitado endereço profissional, doravante denominado **CONTRATANTE**, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, representado pelo Sr. **ROANY IZIDORO SOARES ALVES**, portador do RG nº 1.802.219 SSP/AL e do CPF nº 009.961.984-90, Secretário Municipal de Infraestrutura e, do outro lado a Empresa **ORION CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.629.106/0001-23, sediada na Rua Senador Teotônio Vilela Filho, nº 240, Edf. Lays nº 107, bairro Centro, Craíbas – AL, neste ato representada por Tarlan Batista Brunet, inscrito no CPF sob o nº 107.543.914-16, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social, doravante denominada **CONTRATADA**, resolve celebrar o presente Termo Aditivo (acréscimo e supressão) ao Contrato nº 16155.2021/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 16155.2021/2022, referente A Obras e serviços de Construção de uma Quadra Coberta com Vestiário FNDE, na Escola de Ensino Fundamental Domingos Lopes da Silva, no município de Arapiraca/ AL, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a inclusão de serviços novos que equivalem a R\$ 8.293,48 (oito mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos) e acréscimo de serviços correspondente a R\$ 15.151,22 (quinze mil, cento e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos) e um valor suprimido/excluído de R\$ 501,23 (quinhentos e um reais e vinte e três centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO**

O valor total deste Termo Aditivo é de **R\$ 22.943,47** (vinte e dois mil, novecentos e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos), resultante do percentual de acréscimo e novos serviços de **2,34%** e o percentual de supressão/exclusão de **0,05%**, de que trata a Cláusula Primeira do presente Termo.

2.1. Em razão do acréscimo/supressão, o Contrato nº 16155.2021/2022, cujo valor global originário era de **R\$ 1.004.134,46** (um milhão, quatro mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos), ao valor total originário, conforme a cláusula terceira, passa a ser de **R\$ 1.027.077,93** (um milhão, vinte e sete mil, setenta e sete reais e noventa e três centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas resultantes deste Termo Aditivo correrão por conta do Programa de Trabalho 06.60.12.361.2010.1116 – Construção de Unidades Educacionais e Elementos de despesa 4.4.9.0.51.0030.2– FUNDEB.

**CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

O presente Termo Aditivo se fundamenta no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA– DA PUBLICAÇÃO**

O presente Termo Aditivo, será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único, art. 61, da Lei Federal 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

**CLÁUSULA SEXTA– DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que faz parte integrante e inseparável do Contrato 16155.2021/2022.

**E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO, em 03 (três) vias de igual teor e forma e para que surtam os efeitos jurídicos e legais, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.**

Arapiraca, 13 de dezembro de 2022

**JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**

Prefeitura Municipal de Arapiraca  
 Contratante

**TARLAN BATISTA BRUNET**

Orion Construtora Ltda  
 Contratada

**Publicado por:**

Gean Fábio Carvalho de Oliveira

**Código Identificador:**F56E0348

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**  
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº**  
**16498.2021/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE**  
**ARAPIRACA E A EMPRESA ORION CONSTRUTORA LTDA**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
 Nº 16498.2021/2022, CELEBRADO ENTRE O  
 MUNICÍPIO DE ARAPIRACA E A EMPRESA  
 ORION CONSTRUTORA LTDA .

Pelo presente instrumento de contrato de um lado o **MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL**, inscrito no CNPJ sob nº 12.198.693/0001-58, com sede na Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges – Arapiraca/AL, CEP: 57.311-180, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, portador do CPF nº 296.681.744-53 e RG nº 299387 SEDS/AL, com o supracitado endereço profissional, doravante denominado **CONTRATANTE**, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, representado pelo Sr. **ROANY IZIDORO SOARES ALVES**, portador do RG nº 1.802.219 SSP/AL e do CPF nº 009.961.984-90, Secretário Municipal de Infraestrutura e, do outro lado a Empresa **ORION CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.629.106/0001-23, sediada na Rua Senador Teotônio Vilela Filho, nº 240, Edf. Lays nº 107, bairro Centro, Craíbas – AL, neste ato representada por Tarlan Batista Brunet, inscrito no CPF sob o nº 107.543.914-16, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social, doravante denominada **CONTRATADA**, resolve celebrar o presente Termo Aditivo de prazo e valor ao Contrato nº 16498.2021/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência contratual por mais 3 (três) meses, a contar da data do dia 08/02/2023 até 08/05/2023, prorrogar a vigência de execução por mais 5 (cinco)



meses e 2 (dois) dias, a contar de 06/12/2022 até 08/05/2023, acrescentando ao valor do contrato R\$ **183.070,66** (cento e oitenta e três mil, setenta reais e sessenta e seis centavos).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**, e a **Empresa ORION CONSTRUTORA LTDA**, no valor de R\$ 1.004.134,46 (um milhão e quatro mil e cento e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos), tem seu valor alterado, em decorrência deste Termo Aditivo de Prazo e Acréscimo, para R\$ 1.187.205,12 (um milhão e cento e oitenta e sete mil, duzentos e cinco reais e doze centavos).

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O acréscimo de que trata o Parágrafo Primeiro, no valor de R\$ **183.070,66** (cento e oitenta e três mil, setenta reais e sessenta e seis centavos), corresponde a **18,2317%** do total do contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente Termo Aditivo se fundamenta no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo, será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único, art. 61, da Lei Federal 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

## CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que faz parte integrante e inseparável do Contrato 16498.2021/2022.

**E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO, em 03 (três) vias de igual teor e forma e para que surtam os efeitos jurídicos e legais, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.**

Arapiraca, 19 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**

Prefeitura Municipal de Arapiraca  
Contratante

**TARLAN BATISTA BRUNET**

Orion Construtora Ltda  
Contratada

**Publicado por:**

Gean Fábio Carvalho de Oliveira  
Código Identificador: E94AF8BC

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 18995.2021/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, E DO OUTRO A EMPRESA ORION CONSTRUTORA LTDA.**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 18995.2021/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, E DO OUTRO A EMPRESA ORION CONSTRUTORA LTDA.

Pelo presente instrumento de contrato de um lado o **MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL**, inscrito no CNPJ sob nº 12.198.693/0001-58, com sede na Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges – Arapiraca/AL, CEP: 57.311-180, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, portador do CPF nº 296.681.744-53 e RG nº 299387 SEDS/AL, com o supracitado endereço profissional, doravante denominado

**CONTRATANTE**, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, representado pelo Sr. **ROANY IZIDORO SOARES ALVES**, portador do RG nº 1.802.219 SSP/AL e do CPF nº 009.961.984-90, Secretário Municipal de Infraestrutura e, do outro lado a Empresa **ORION CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.629.106/0001-23, sediada na Rua Senador Teotônio Vilela Filho, nº 240, Edf. Lays nº 107, bairro Centro, Craíbas – AL, neste ato representada por Tarlan Batista Brunet, inscrito no CPF sob o nº 107.543.914-16, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social, doravante denominada CONTRATADA, resolve celebrar o presente Termo Aditivo (acréscimo e supressão) ao Contrato nº 16155.2021/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 18995.2021/2022, referente Obras e serviços de Construção de uma Quadra Coberta com Vestiário FNDE, na Escola Professora Maria Cleonice Barbosa de Almeida, Localizada no Residencial Brisa do Lago, no município de Arapiraca/ AL, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo refere-se aos serviços quantitativos/qualitativos que são necessários para a funcionalidade do objeto mediante contrato nº 18995.2021/2022, com qualidade e durabilidade.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O valor total deste Termo Aditivo é de **R\$ 125.169,69** (cento vinte e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos), que corresponde ao acréscimo de **12,4654%**, de que trata a Cláusula Primeira do presente Termo.

2.1. Em razão do acréscimo, o Contrato nº 18995.2021/2022, cujo valor global originário era de R\$ **1.004.134,46** (um milhão, quatro mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos), ao valor total originário, conforme a cláusula terceira, passa a ser de R\$ **1.129.304,1500** (um milhão, cento e vinte e nove mil, trezentos e quatro reais e quinze centavos).

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes deste Termo Aditivo correrão por conta do Programa de Trabalho 06.60.12.361.2010.1116 – Construção de Unidades Educacionais e Elementos de despesa 4.4.9.0.51.0030.2 – FUNDEB.

## CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente Termo Aditivo se fundamenta no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo, será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único, art. 61, da Lei Federal 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

## CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que faz parte integrante e inseparável do Contrato nº 18995.2021/2022.

**E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO, em 03 (três) vias de igual teor e forma e para que surtam os efeitos jurídicos e legais, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.**

Arapiraca, 13 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**Prefeitura Municipal de Arapiraca  
Contratante**TARLAN BATISTA BRUNET**Orion Construtora Ltda  
Contratada**Publicado por:**Gean Fábio Carvalho de Oliveira  
**Código Identificador:**0C509EE4**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 16157.2021/2022,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO  
DE ARAPIRACA, E DO OUTRO A EMPRESA ORION  
CONSTRUTORA LTDA.**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº  
16157.2021/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE  
UM LADO O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, E DO  
OUTRO A EMPRESA ORION CONSTRUTORA  
LTDA.

Pelo presente instrumento de contrato de um lado o **MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL**, inscrito no CNPJ sob nº 12.198.693/0001-58, com sede na Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges – Arapiraca/AL, CEP: 57.311-180, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, portador do CPF nº 296.681.744-53 e RG nº 299387 SEDS/AL, com o supracitado endereço profissional, doravante denominado **CONTRATANTE**, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, representado pelo Sr. **ROANY IZIDORO SOARES ALVES**, portador do RG nº 1.802.219 SSP/AL e do CPF nº 009.961.984-90, Secretário Municipal de Infraestrutura e, do outro lado a Empresa **ORION CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.629.106/0001-23, sediada na Rua Senador Teotônio Vilela Filho, nº 240, Edf. Lays nº 107, bairro Centro, Craíbas – AL, neste ato representada por Tarlan Batista Brunet, inscrito no CPF sob o nº 107.543.914-16, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social, doravante denominada **CONTRATADA**, resolve celebrar o presente Termo Aditivo (acréscimo e supressão) ao Contrato nº 16157.2021/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 16157.2021/2022, referente A Obras e serviços de Construção de uma Quadra Coberta com Vestiário FNDE, na Escola de Ensino Fundamental Vereador João Sartunino de Almeida, no município de Arapiraca/ AL, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação prazo inclusão de serviços novos que equivalem a R\$ **209.505,26** (duzentos e nove mil, quinhentos e cinco reais e vinte e seis centavos) e acréscimo de serviços correspondente a R\$ **5.927,74** (cinco mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos) e um valor suprimido/excluído de R\$ **27.544,43** (vinte sete mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO**

O valor total deste Termo Aditivo é de R\$ **183.209,73** (cento e oitenta e três mil, duzentos e nove reais e setenta e três centavos), resultante do percentual de acréscimo de **21,4545%** e o percentual de **supressão/exclusão de 3,2091%**, de que trata a Cláusula Primeira do presente Termo.

2.1. Em razão do acréscimo/supressão, o Contrato nº 16157.2021/2022, cujo valor global originário era de R\$ **1.004.134,46** (um milhão, quatro mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos), ao valor total originário, conforme a cláusula terceira, passa

a ser de R\$ **1.187.344,19** (um milhão, cento e oitenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e dezenove centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

Por força deste Termo Aditivo a vigência contratual fica prorrogada por mais 5 (cinco) meses, a contar da data do dia 13/01/2023 até 13/06/2023, prorrogar a vigência de execução por mais 4 (quatro) meses, 2(dois) semanas e 5 (cinco) dias, a contar de 25/01/2023 até 13/06/2023, de forma a adequar o prazo de vigência contratual com o prazo de execução.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas resultantes deste Termo Aditivo correrão por conta do Programa de Trabalho 06.60.12.361.2010.1116 –Construção de Unidades Educacionais e Elementos de despesa 4.4.9.0.51.0030.2–FUNDEB.

**CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

O presente Termo Aditivo se fundamenta no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA– DA PUBLICAÇÃO**

O presente Termo Aditivo, será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único, art. 61, da Lei Federal 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que faz parte integrante e inseparável do Contrato 16157.2021/2022.

**E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO, em 03 (três) vias de igual teor e forma e para que surtam os efeitos jurídicos e legais, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.**

Arapiraca, 19 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**Prefeitura Municipal de Arapiraca  
Contratante**TARLAN BATISTA BRUNET**Orion Construtora Ltda  
Contratada**Publicado por:**Gean Fábio Carvalho de Oliveira  
**Código Identificador:**9852C3AF

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº  
19079.2021/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE  
ARAPIRACA E A EMPRESA CONSTRUTORA ALFA LTDA.**

**TERMO ADITIVO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
DE Nº 19079.2021/2022, CELEBRADO ENTRE O  
MUNICÍPIO DE ARAPIRACA E A EMPRESA  
CONSTRUTORA ALFA LTDA.**

Pelo presente instrumento de contrato de um lado o **MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL**, inscrito no CNPJ sob nº 12.198.693/0001-58, com sede na Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges – Arapiraca/AL, CEP: 57.311-180, neste ato representado por seu



Prefeito, Sr. **JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, portador do CPF nº 296.681.744-53 e RG nº 299387 SEDS/AL, com o supracitado endereço profissional, doravante denominado CONTRATANTE e, do outro lado a empresa **CONSTRUTORA ALFA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.020.209/0001-78, sediada na Avenida Aureliano Luis Pereira, nº 232, anexo A, centro, Feira Grande/AL, CEP 57.340-000, representada por seu sócio administrador, Sr. **Tarley Batista Brunet**, inscrito no CPF nº 132.158.934-44, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social, doravante denominada CONTRATADA, resolve celebrar o presente Termo Aditivo (acréscimo e supressão) ao Contrato nº 19079.2021/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 19079.2021/2022, referente a Obras e Serviços de construção de uma Escola com 12 salas no Residencial Vale do Perucaba, no Município de Arapiraca/ AL, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a inclusão de serviços novos que equivalem a R\$ 216.016,79 (duzentos e dezesseis mil, dezesseis reais e setenta e nove centavos) e um valor suprimido/reduzido de R\$ 15.810,08 (quinze mil, oitocentos e dez reais e oito centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O valor total deste Termo Aditivo é de **R\$ 200.206,71** (duzentos e dezesseis mil, dezesseis reais e setenta e nove centavos), resultante do percentual de novos serviços de **4,887896%** e o percentual de supressão/exclusão de **0,357741%**, de que trata a Cláusula Primeira do presente Termo.

2.1. Em razão do acréscimo/supressão, o Contrato nº 19079.2021/2022, cujo valor global originário era de R\$ **4.419.422,72** (quatro milhões, quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), ao valor total originário, conforme a cláusula terceira, passa a ser de R\$ **4.619.629,43** (quatro milhões, seiscentos e dezenove mil, seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e três centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo, correrão através do Programa de Trabalho 06.60.12.361.2010.1116– Elementos de despesa 4.4.9.0.51.20030.00004 e 4.4.9.0.51.0020.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente Termo Aditivo se fundamenta no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA– DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo, será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único, art. 61, da Lei Federal 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

#### CLÁUSULA SEXTA– DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que faz parte integrante e inseparável do Contrato 19079.2021/2022.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO**, em 03 (três) vias de igual teor e forma e para que surtam os efeitos jurídicos e legais, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Arapiraca – Alagoas, 15 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**

Prefeito

**TARLEY BATISTA BRUNET**

Construtora Alfa LTDA

Contratada

**Publicado por:**

Gean Fábio Carvalho de Oliveira

**Código Identificador:**7607FFDA

### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO

A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ATALAIA/AL, no uso de suas atribuições legais, resolve, com base no parecer emitido pela Procuradoria Geral deste Município, considerando sua plena regularidade, **RATIFICAR a DISPENSA DE LICITAÇÃO** para fim de AUTORIZAR a contratação de empresa especializada em resíduo proveniente de coleta de esgoto sanitário urbano oriundo da fossa séptica, com a empresa **PRISCO AMBIENTAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.043.804/0001-10, sediada na Avenida Juca Sampaio, 1537, Bairro Barro Duro, Maceió/AL, no valor total de R\$ 10.115,00 (Dez mil e cento e quinze reais).

Atalaia/AL, 22 de dezembro de 2022.

**CECÍLIA LIMA HERRMANN ROCHA**

Prefeita do Município de Atalaia/AL

**Publicado por:**

Melry Dayane Cavalcante

**Código Identificador:**9F4F9076

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 14/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER – E O MUNICÍPIO DE ATALAIA.

P.A.: Processo nº 140.566.163/2019;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: PGE/PLI Nº 551/2015, PGE/ASS Nº 068/2018 e ratificado pelo DESPACHO PGE/GAB Nº 2120/2018, e art. 57, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993.

**COMPROMITENTE: O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER**, pessoa jurídica de direito público, autarquia estadual, inscrita no CNPJ/MF nº 15.731.016/0001-41, com sede na Rua Sá e Albuquerque, nº 502, Jaraguá, Maceió-AL, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Sr. Moisés Leandro da Silva, inscrito no CPF sob o nº 584.901.164-15,

**COMPROMISSADO: O MUNICÍPIO ALAGOANO DE ATALAIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.143/0001-26, com sede na Rua Fernando Gondin, nº 144 – Centro – Atalaia / AL, denominada COMPROMISSADA, neste ato representado por sua Prefeita, Cecília Lima Herrmann Rocha, brasileira, inscrita no CPF nº 051.582.964-13.

**OBJETO DO TERMO ADITIVO:** O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do termo de Cooperação Técnica nº 14/2019.

**DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO:** 06/12/2022

**PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO:** 12 meses;

**SIGNATÁRIOS:** acima mencionados.

**Publicado por:**

Melry Dayane Cavalcante

**Código Identificador:**84C5FD63

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO MIGUEL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**CONTRATO**

Contrato PE Nº 02 – 02/2022 – Processo nº 0001.007.2807/2022 – oriundo do Pregão Eletrônico 02/2022 – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93 – Contratado (a): LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A inscrita no CNPJ sob o 02.491.558/0001-42 – Objeto: contratação de empresa para serviços de locação de veículos – Valor global: de R\$13.142,70 (treze mil cento e quarenta e dois reais e setenta centavos). – Vigência: 06 meses, a partir de sua assinatura.

**Publicado por:**  
Cicera Gouveia Vilela Damasceno  
**Código Identificador:**FD731506

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata de Registro de Preços nº 05/2022-1 – Processo nº 0006.007.1710/2022 – Pregão Eletrônico nº 05/2022 – Fundamentação Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Federal nº 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019; Decreto Federal nº 7.892/2013 – Fornecedor Registrado: METALURGICA TRIUNFO LTDA - inscrita no CNPJ sob o nº 44.746.467/0001-50 – Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários nos lotes 04, 06, 08, 09, 10, 12 e 13 – Valor global: R\$ 58.450,00 (cinquenta e oito mil e quatrocentos reais) – Vigência: 12 (doze) meses.

**Publicado por:**  
Cicera Gouveia Vilela Damasceno  
**Código Identificador:**CD119998

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Termo de Homologação**

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 05/2022-SRP, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 0006.007.1710/2022 – Registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários, HOMOLOGO, nos termos do Art. 4º, XXI, da Lei nº 10.520/2002, o objeto da licitação ao licitante vencedor.

**Publicado por:**  
Cicera Gouveia Vilela Damasceno  
**Código Identificador:**25AAF19A

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Termo de Homologação**

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 06/2022, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 0006.007.1810/2022 – aquisição de kit para geração de energia solar fotovoltaica conectado na rede (ON-GRID), HOMOLOGO, nos termos do Art. 4º, XXI, da Lei nº 10.520/2002, o objeto da licitação ao licitante vencedor.

**Publicado por:**  
Cicera Gouveia Vilela Damasceno  
**Código Identificador:**6CF7A869

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato PE nº 01-06/2022 – Processo nº 0001.007.18110/2022 – oriundo do Pregão Eletrônico 06/2022 – Fundamentação Legal: Lei

Federal nº 8.666/93 – Contratado (a): FI COMÉRCIO EM GERAL EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.999.951/0001-65 – Objeto: aquisição de kit para geração de energia solar fotovoltaica conectado na rede (ON-GRID) – Valor global: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) – Vigência: 12 (doze) meses, a partir de sua publicação.

**Publicado por:**  
Cicera Gouveia Vilela Damasceno  
**Código Identificador:**B2805FD1

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Termo de Homologação**

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 06/2022, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 0005.007.2710/2022 – aquisição de moveis planejados), HOMOLOGO, nos termos do Art. 4º, XXI, da Lei nº 10.520/2002, o objeto da licitação ao licitante vencedor.

**Publicado por:**  
Cicera Gouveia Vilela Damasceno  
**Código Identificador:**36466374

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato PE nº 01-07/2022 – Processo nº 0001.007.2710/2022 – oriundo do Pregão Eletrônico 07/2022 – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93 – Contratado (a): VINICIUS GABRIEL DE ARAÚJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.967.353/0001-42 – Objeto: aquisição de moveis planejados) – Valor global: R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) – Vigência: 12 (doze) meses, a partir de sua publicação.

**Publicado por:**  
Cicera Gouveia Vilela Damasceno  
**Código Identificador:**9465948F

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO MONTE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO MONTE**  
**DECRETO MUNICIPAL 041/2022**

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NAS FONTES DE RECURSOS, NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2023.”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO MONTE/AL**, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO** o Inciso III do artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023;

**CONSIDERANDO** o disposto na PORTARIA CONJUNTA STN/SOF Nº 20, de 23 de fevereiro de 2021.

**CONSIDERANDO** a PORTARIA Nº 710, de 25 de fevereiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional;

**DECRETA:**

**Art.1º** - As **FUNCAIONAIS PROGRAMÁTICAS e SEUS RESPECTIVOS ELEMENTOS DE DESPESAS**, dispostos na **LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2023**, passaram a vigorar com à destinação de recursos para Municípios, estabelecidos pela PORTARIA Nº 710, de 25 de fevereiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art.2º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art.3º** Este decreto entra em vigor na sua data de publicação.

BELO MONTE/AL, 22 DE DEZEMBRO DE 2022

**DALMO AUGUSTO DE ALMEIDA JÚNIOR**

Prefeito

**Publicado por:**

Alexsandro Silva de Santana

**Código Identificador:**B7ED11E4

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO MONTE CHAMAMENTO PÚBLICO**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023

A Secretaria Municipal de Administração e a Prefeitura Municipal de Belo Monte/AL, através da Comissão Permanente de Licitações e Comissão

Técnica para Credenciamento, tornam público a abertura de processo administrativo de Chamamento Público para Seleção de **Entidade de Direito Privado, sem fins lucrativos, objetivando a Formalização de Termo de Colaboração/Fomento, em regime de Mútua Cooperação**, conforme especificações detalhadas no instrumento convocatório. O credenciamento será iniciado a partir da publicação deste aviso, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Belo Monte/AL, localizada na Rua do Comércio, s/n, Centro, CEP 57.435-000, Belo Monte/AL, CEP: 57.435-000. O Edital e seus anexos encontrar-se-á disponível, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua do Comércio, s/n, Centro, CEP 57.435-000, Belo Monte/AL, ou no Portal da Transparência do Município de Belo Monte/AL.

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023

A Secretaria Municipal de Saúde e a Prefeitura Municipal de Belo Monte/AL, através da Comissão Permanente de Licitações e Comissão

Técnica para Credenciamento, tornam público a abertura de processo administrativo de Chamamento Público para Seleção de **Entidade de Direito Privado, sem fins lucrativos, objetivando a Formalização de Termo de Colaboração/Fomento, em regime de Mútua Cooperação**, conforme especificações detalhadas no instrumento convocatório. O credenciamento será iniciado a partir da publicação deste aviso, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Belo Monte/AL, localizada na Rua do Comércio, s/n, Centro, CEP 57.435-000, Belo Monte/AL, CEP: 57.435-000. O Edital e seus anexos encontrar-se-á disponível, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua do Comércio, s/n, Centro, CEP 57.435-000, Belo Monte/AL, ou no Portal da Transparência do Município de Belo Monte/AL.

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023

A Secretaria Municipal de Assistência Social e a Prefeitura Municipal de Belo Monte/AL, através da Comissão Permanente de Licitações e Comissão

Técnica para Credenciamento, tornam público a abertura de processo administrativo de Chamamento Público para Seleção de **Entidade de Direito Privado, sem fins lucrativos, objetivando a Formalização de Termo de Colaboração/Fomento, em regime de Mútua Cooperação**, conforme especificações detalhadas no instrumento convocatório. O credenciamento será iniciado a partir da publicação deste aviso, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Belo Monte/AL, localizada na Rua do Comércio, s/n, Centro, CEP 57.435-000, Belo Monte/AL, CEP: 57.435-000. O Edital e seus anexos encontrar-se-á disponível, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua do Comércio, s/n, Centro, CEP 57.435-000, Belo Monte/AL, ou no Portal da Transparência do Município de Belo Monte/AL.

Belo Monte/AL, 26/12/2022

**ALEXSANDRO SILVA DE SANTANA**

Presidente da Comissão de Licitação

**Publicado por:**

Alexsandro Silva de Santana

**Código Identificador:**1267FD44

## **ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE BRANQUINHA**

### **GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Considerando as informações constantes nos despachos, documentos e parecer contidos nos autos do processo em epígrafe, RATIFICO a dispensa de licitação reconhecida pela Procuradoria desta Prefeitura para contratar a empresa M GALDINO PRODUTOS MÉDICOS E QUALIDADE DE VIDA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.917.394/0001-48, para aquisição de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE. Essa ratificação se fundamenta no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/1993. O valor global da aquisição é de R\$ 4.610,00 (Quatro mil, seiscentos e dez reais).

Retornando os autos para a secretaria municipal de Saúde.

Atenciosamente,

**RAIMUNDO JOSÉ DE FREITAS LOPES**

Prefeito

**Publicado por:**

Ramon Gomes da Silva

**Código Identificador:**39AFD2D0

### **GABINETE DO PREFEITO AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022**

A Prefeitura Municipal de Branquinha, Estado de Alagoas, torna público para conhecimento dos interessados o Chamamento Público para a **SELEÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO NAS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE SAÚDE**. O Edital estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação poderá ser obtido na Comissão de Seleção e Julgamento, no prédio da Prefeitura Municipal de Branquinha, com sede no Conj. Residencial Raimundo Nonato, Platô III, Quadra 8, S/N, no horário das 09 às 13 h, de segunda a sexta-feira, ou mediante solicitação por e-mail: cplbranquinha2021@gmail.com, e a documentação de habilitação e o plano de trabalho deverão ser entregues até as 09 horas do dia **26 de Janeiro de 2023**, na Comissão Permanente de Licitação do Município.

Branquinha/AL, 23 de Dezembro de 2022.

**SÉRGIO JOSÉ SILVA SARMENTO**

Presidente da Comissão de Seleção de Julgamento

**Publicado por:**

Ramon Gomes da Silva

**Código Identificador:**B96137E5

### **GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO 07/2022**

Fundamento Legal: Decreto 7.892/13

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRANQUINHA/AL.**

Contratada: **DJALMA IVO DE FREITAS EIRELI.**

Objeto: **Contratação de empresa para Aquisição de Móveis, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Educação de Branquinha/AL;**

Valor: R\$ 405.160,00 (Quatrocentos e cinco mil e cento e sessenta reais)

Celebração: 21/12/2022;

Prazo: 12 (Doze) meses;



Signatários: **Raimundo José de Freitas Lopes e Djalma Ivo de Freitas.**

**Publicado por:**  
Ramon Gomes da Silva  
**Código Identificador:**E130C4D8

**GABINETE DO PREFEITO  
EXTRATO DO CONTRATO 049/2022**

Fundamento Legal: Decreto 7.892/13  
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRANQUINHA/AL.**  
Contratada: **DJALMA IVO DE FREITAS EIRELI.**  
Objeto: **Contratação de empresa para Aquisição de Móveis, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Educação de Branquinha/AL;**  
Valor: R\$ 405.160,00 (Quatrocentos e cinco mil e cento e sessenta reais)  
Celebração: 21/12/2022;  
Prazo: 12 (Doze) meses;  
Signatários: **Raimundo José de Freitas Lopes e Djalma Ivo de Freitas.**

**Publicado por:**  
Ramon Gomes da Silva  
**Código Identificador:**87A3082F

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE BRANQUINHA  
COTAÇÕES**

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Branquinha – IPSEB, trona publico que está recebendo COTAÇÕES de Empresas Especializadas no Serviços de Internet, conforme abaixo:

“Proposta de preços para futura e eventual contratação de Empresa para Fornecimento de link dedicado à rede mundial de computadores - internet bandalarga ilimitada com IP público, mínimo de 100MB, visando o atendimento das necessidades do IPSEB.”

Os interessados deverão encaminhar suas Propostas Comerciais pra o IPSEB, no Email: ipseb.branquinha@gmail.com, devidamente acompanhadas de: Certidões (CND-RFB, CNDT, CND-SEFAZ, CRF -FGTS, Contrato Social e, Documentação do Representante Legal da Empresa.

Branquinha, Alagoas, 26 de dezembro de 2022.

**EDILSON BARBOSA DE LIMA**  
Presidente.

**Publicado por:**  
Flavio Bernardo Alves da Silva  
**Código Identificador:**5CD4D396

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBINHAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBINHAS  
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO**

ESPÉCIE: 1º TERMO ADITIVO. PROCESSO: 0303-0016/2020. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020. OBJETO: 1º (Primeira) Prorrogação da vigência e dotação orçamentária ao CONTRATO originário P.M.C. nº 001.004/2021/PMC, passa a partir da assinatura deste, para **04/11/2023**, referente à continuidade da contratação de Posto de Combustível para atender as demandas das secretarias municipais do município de Cacimbinhas, Estado de Alagoas. contratante: prefeitura municipal de cacimbinhas (al), Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 12.227.971/0001-58, com sede do Executivo Municipal localizado na Praça 19 de Setembro, 101, Centro, Cacimbinhas, Estado de Alagoas, CEP 57.570-000. CONTRATADA: **AUTO POSTA MINADOR**

**LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **13.631.547/0001-37**, com sede no Povoado Minador do Lucio, s/nº Zona Rural, Cacimbinhas, (AL), CEP nº 57.570-000, neste ato representado pelo Sr.(a), **CICERO APARECIDO LEITE**, brasileiro, Solteiro, inscrito no documento de identidade nº 1.406.104 SSP/AL e CPF/MF. Data de Assinatura: 04 de novembro de 2022. Fundamentação Legal: inciso II e § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**HUGO WANDERLEY CAJU**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Jose Fagner Targino Barbosa  
**Código Identificador:**3DC9286A

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE**

**LICITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO**

**TERMO Nº:** 001/2022;  
**CONTRATANTE:** O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO ESTADO DE ALAGOAS – CNPJ: 11.272.240/0001-61;  
**CONTRATADA:** IDH – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – CNPJ: 10.443.512/0001-86;  
**OBJETO:** EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE DE INTERESSE PÚBLICO, ALINHADOS COM OS OBJETIVOS DE ESTRATÉGIAS DA PLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE;  
**VALOR GLOBAL R\$:** 2.064.020,00 (DOIS MILHÕES, SESSENTA E QUATRO MIL E VINTE REAIS);  
**CHAMADA PÚBLICA Nº:** 001/2022;  
**DATA DA ASSINATURA DO TERMO:** 01/09/2022.

**Publicado por:**  
Maria Betânia Leite Valença  
**Código Identificador:**DF6B710B

**LICITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº:** 0923-0001/2022-4;  
**CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO ESTADO DE ALAGOAS, CNPJ: 11.272.240/0001-61;  
**CONTRATADA:** TEMPO COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – EPP – CNPJ: 24.564.626/0001-99;  
**OBJETO:** FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS;;  
**VALOR GLOBAL R\$:** 51.899,13 (CINQUENTA E UM MIL OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E TREZE CENTAVOS);  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 0923-0001/2022;  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº:** 001/2022;  
**PRAZO CONTRATUAL:** 12 MESES  
**DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 09/12/2022.

**Publicado por:**  
Maria Betânia Leite Valença  
**Código Identificador:**B99D118F

**LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022**

**ATA DA 1ª SESSÃO –RECEBIMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA**

**OBJETO:** Obras de Engenharia – ESTRADAS VICINAIS, conforme Anexo I deste Edital.

Aos 23 (vinte três) dias do mês de dezembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 13:30 (Dezembro) horas, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campestre/AL, através de sua Presidente da CPL, a Senhora Maria Betânia Leite Valença e seus membros, composta pelos servidores Juliene Maria Alves de Lima, Mario Cicero Nunes Junior reuniram-se para receber, analisar e julgar os documentos de habilitação e as propostas de preços pertinentes ao presente certame. Na data e hora acima mencionada, dá ampla publicidade realizada, foi verificada a participação de 14 (quatorze) empresas. deixaram protocolados na Sede do Município de Campestre os respectivos envelopes “A” e “B”, a seguir relacionadas: **SOLUÇÃO ENGENHARIA, CNPJ Nº 39.808.835/0001-08, A JORGE DA SILVA, CNPJ Nº 39.360.095/0001-90, PROMOV EMPREENDIMENTOS EIRELI CNPJ Nº 13.350.372/0001/90 M ENGENHARIA PROJETOS E ASSESSORIA, CNPJ/MF nº 36.207.681/0001-00; MORAES ENGENHARIA E CONSTRUTEC LTDA, CNPJ/MF nº 40.789.708/0001-98; HBS EMPREENDIMENTO, CNPJ/MF nº 40.419.104/0001/2022; FERRARI EMPREENDIMENTOS EIRELI-ME, CNPJ/MF nº 27.025.488/0001-68, EDUARDO ELETRICISTA E CONSTRUTORA CNPJ Nº 30.723.760/0001-98, F SANTANA, CNPJ/MF nº 37.656.730/0001-40, LUCENA ENGENHARIA EIRELI CNPJ/MF nº 15.130.631/0001-00, CONSTRUTORA CELTA S S EIRELI CNPJ/MF nº 08.853.117/0001-20 V B DE M FILHA EIRELI, CNPJ/MF nº 28.389.338/0001-04 OLIVEIRA LINS ENGENHARIA E PROJETOS LTDA, CNPJ/MF nº 41.551.578/0001-13 E M A PIRES ENGENHARIA CNPJ 08.533.362/0001-50.** Uma vez de posse dos documentos apresentados relativos aos credenciamentos e dos envelopes deixados pelas licitantes foi oficialmente aberta a sessão, sendo verificados os envelopes “A” e “B”, os quais estavam todos devidamente lacrados e incólumes, contendo neles, respectivamente, os documentos de habilitação e as propostas de preços, os quais, foram rubricados pela Presidente e membros da CPL. Prosseguindo os trabalhos, registra-se ausência de 12 (doze) empresas representantes por sua vez, a Presidente Recebeu seus os envelopes “A” contendo os documentos de habilitação, sendo rubricadas todos os envelopes apresentados pelas empresas. A Comissão de posse dos documentos apresentados decidiu suspender a sessão, restando acordado que será publicada na imprensa oficial a data para abertura da fase de habilitação. Registra-se que os envelopes “A” e “B”, todos devidamente lacrados, contendo documentação de habilitação as propostas de preços estão em poder desta Comissão, devendo ser apreciados em momento oportuno de acordo. Sendo assim, nada mais havendo para tratar, foi encerrada a sessão sendo lavrada a presente ata vai que segue assinada por todos os presentes.

**MARIA BETÂNIA LEITE VALENÇA**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**Publicado por:**

Maria Betânia Leite Valença

**Código Identificador:**9778F36F

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO**

**PROC. ADM. Nº 322344/2022 - EDITAL Nº 128/2022 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS COM O FORNECIMENTO DE URNAS FUNERÁRIAS, COM ITENS DE AMPLA CONCORRÊNCIA E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP, NOS TERMOS DA LC 123/2006.** Data da disputa: 05 de janeiro de 2023, às 09h:15min. Acolhimento das propostas a partir de 26/12/2022 às 08h30min, até 05/01/2023 às 09h:00min – Horário de Brasília. Sessão de abertura no site: <https://bnc.org.br/> - INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, na Avenida Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães, n. 02, Centro, Campo Alegre/AL, das 08:00 às 12:00 horas, pelos sites, <http://www.campoalegre.al.gov.br/downloads/2/licitacoes/1> e <https://bnc.org.br/> Impugnações e esclarecimentos: [licitacoes.pmca@gmail.com](mailto:licitacoes.pmca@gmail.com).

Campo Alegre/AL, 22 de dezembro de 2022

**MARCOS EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE**

Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**

Sâmara Mayra da Silva Ferreira

**Código Identificador:**0CB0C568

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO  
ADMINISTRATIVO Nº 321373/2022 - OBJETO: AQUISIÇÃO  
DE SUPLEMENTO ALIMENTAR.**

Consoante as informações procedentes dos autos, entendo necessária a contratação, assim como, presentes os requisitos intrínsecos da Dispensa de Licitação, a qual está devidamente instruída.

Declaro que o processo possui adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro, com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos incisos I e II, do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Desse modo, RATIFICO a Dispensa de Licitação tombada sob o nº 0312/22 e os entendimentos firmados, AUTORIZO a celebração do instrumento contratual em favor da pessoa jurídica SAUDEMED COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA - ME, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 40.380.802/0001-99, cujo valor total perfaz a ordem de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), referente a aquisição de suplemento alimentar, sob os fundamentos do artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Campo Alegre/AL, 22 de dezembro de 2022.

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**

Prefeito

**Publicado por:**

Sâmara Mayra da Silva Ferreira

**Código Identificador:**80EDFE0D

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO  
ADMINISTRATIVO Nº 321239/2022 - OBJETO: AQUISIÇÃO  
DE TOLDOS DE CORTINA RETRÁTIL.**

Consoante as informações procedentes dos autos, entendo necessária a contratação, assim como, presentes os requisitos intrínsecos da Dispensa de Licitação, a qual está devidamente instruída.

Declaro que o processo possui adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro, com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos incisos I e II, do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Desse modo, RATIFICO a Dispensa de Licitação tombada sob o nº 0212/22 e os entendimentos firmados, AUTORIZO a celebração do instrumento contratual em favor da pessoa jurídica EDNA SANTOS CAVALCANTE DE FRANÇA 06352493408 - ME, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 39.706.214/0001-13, cujo valor total perfaz a ordem de R\$ 8.347,50 (oito mil e trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), referente a aquisição de de toldos de cortina retrátil, sob os fundamentos do artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Campo Alegre/AL, 21 de dezembro de 2022.

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**

Prefeito

**Publicado por:**

Sâmara Mayra da Silva Ferreira

**Código Identificador:**2687E35F

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO  
ADMINISTRATIVO Nº 322263/2022 - OBJETO:  
CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR  
INDIVIDUAL CREDENCIADO PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE PEDREIRO INDEPENDENTE**

Consoante as informações procedentes dos autos, entendo necessária a contratação, assim como, presentes os requisitos intrínsecos da Inexigibilidade de licitação, a qual está devidamente instruída.

Declaro que o processo possui adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro, com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos incisos I e II, do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Desse modo, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação tombada sob o nº 165/2022 e os entendimentos firmados, AUTORIZO a celebração do instrumento contratual em favor da pessoa jurídica JUSSEAN DOS SANTOS GUILHERME 11067919406 - ME, inscrita no C.N.P.J./M.F.

sob o nº 32.813.011/0001-87, referente à prestação de serviços de pedreiro independente, sob os fundamentos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Campo Alegre/AL, 01 de dezembro de 2022.

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**

Prefeito

**Publicado por:**

Sâmara Mayra da Silva Ferreira

**Código Identificador:**0F311965

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO  
ADMINISTRATIVO Nº 322242/2022 - OBJETO:  
CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR  
INDIVIDUAL CREDENCIADO PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS ELETRICISTA EM RESIDÊNCIAS E  
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS INDEPENDENTE.**

Consoante as informações procedentes dos autos, entendo necessária a contratação, assim como, presentes os requisitos intrínsecos da Inexigibilidade de licitação, a qual está devidamente instruída.

Declaro que o processo possui adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro, com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos incisos I e II, do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Desse modo, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação tombada sob o nº 158/2022 e os entendimentos firmados, AUTORIZO a celebração do instrumento contratual em favor da pessoa jurídica GISELDO PEDRO DOS SANTOS 07899835402 - ME, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 47.908.069/0001-81, referente à prestação de serviços eletricista em residências e estabelecimentos comerciais independente, sob os fundamentos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Campo Alegre/AL, 29 de novembro de 2022.

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**

Prefeito

**Publicado por:**

Sâmara Mayra da Silva Ferreira

**Código Identificador:**FC7025DA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO  
ADMINISTRATIVO Nº 322241/2022 - OBJETO:  
CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR  
INDIVIDUAL CREDENCIADO PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE PINTOR DE PAREDE INDEPENDENTE**

Consoante as informações procedentes dos autos, entendo necessária a contratação, assim como, presentes os requisitos intrínsecos da Inexigibilidade de licitação, a qual está devidamente instruída.

Declaro que o processo possui adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro, com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos incisos I e II, do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Desse modo, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação tombada sob o nº 157/2022 e os entendimentos firmados, AUTORIZO a celebração do instrumento contratual em favor da pessoa jurídica RICARDO TAVARES CAVALCANTE DA SILVA 12772301451 - ME, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 47.842.973/0001-31, referente à prestação de pintor de parede independente, sob os fundamentos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Campo Alegre/AL, 29 de novembro de 2022.

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**

Prefeito

**Publicado por:**

Sâmara Mayra da Silva Ferreira

**Código Identificador:**F725E0FA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
EXTRATO CONTRATO Nº 322263/2022**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Inexigibilidade nº. 165/2022

OBJETO: PEDREIRO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CONTRATADA: JUSSEAN DOS SANTOS GUILHERME

VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 22/04/2023(22 de Abril de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993

DATA DA ASSINATURA: 05/12/2022

Campo Alegre, 23 de Dezembro de 2022

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**

Prefeito(a)

**Publicado por:**

Sâmara Mayra da Silva Ferreira

**Código Identificador:**E32C6163

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
EXTRATO CONTRATO Nº 322260/2022**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Inexigibilidade nº. 162/2022

OBJETO: DIARISTAS/ SERVENTES/ SERVIÇOS GERAIS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CONTRATADA: JOSE ANTONIO ALVES PITA 00910881430

VALOR: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)

PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 22/04/2023(22 de Abril de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993

DATA DA ASSINATURA: 05/12/2022

Campo Alegre, 23 de Dezembro de 2022

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**

Prefeito(a)

**Publicado por:**

Sâmara Mayra da Silva Ferreira

**Código Identificador:**A31AFCAD

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
EXTRATO CONTRATO Nº 322241/2022**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Inexigibilidade nº. 157/2022

OBJETO: PINTOR DE PAREDE

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE



CONTRATADA: RICARDO TAVARES CAVALCANTE DA SILVA 12772301451  
 VALOR: R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)  
 PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 22/04/2023 (22 de Abril de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.  
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993  
 DATA DA ASSINATURA: 05/12/2022

Campo Alegre, 23 de Dezembro de 2022

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**  
 Prefeito(a)

**Publicado por:**  
 Sâmara Mayra da Silva Ferreira  
**Código Identificador:**0610C9F8

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES EXTRATO CONTRATO Nº 322242/2022**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Inexigibilidade nº. 158/2022  
 OBJETO: ELETRICISTA EM RESIDÊNCIA E ESTABELECIMENTO COMERCIAL  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
 CONTRATADA: GISELDO PEDRO DOS SANTOS 07899835402  
 VALOR: R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)  
 PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 22/04/2023 (22 de Abril de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.  
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993  
 DATA DA ASSINATURA: 05/12/2022

Campo Alegre, 23 de Dezembro de 2022

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**  
 Prefeito(a)

**Publicado por:**  
 Sâmara Mayra da Silva Ferreira  
**Código Identificador:**280A15E4

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 322260/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL CREDENCIADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIARISTA INDEPENDENTE/ SERVENTE/ SERVIÇOS GERAIS INDEPENDENTE.**

Consoante as informações procedentes dos autos, entendo necessária a contratação, assim como, presentes os requisitos intrínsecos da Inexigibilidade de licitação, a qual está devidamente instruída.

Declaro que o processo possui adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro, com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos incisos I e II, do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Desse modo, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação tombada sob o nº 162/2022 e os entendimentos firmados, AUTORIZO a celebração do instrumento contratual em favor da pessoa jurídica JOSE ANTONIO ALVES PITA 00910881430 - ME, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 37.764.191/0001-78, referente à prestação de serviços de diarista independente/ servente/ serviços gerais independente, sob os fundamentos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Campo Alegre/AL, 01 de dezembro de 2022.

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**  
 Prefeito

**Publicado por:**  
 Sâmara Mayra da Silva Ferreira  
**Código Identificador:**252F6FB1

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES EXTRATO CONTRATO Nº 01010113/2022**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº. 113/2022  
 OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO DE PNEUS.  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
 CONTRATADA: J M C MATIAS PECAS  
 VALOR: R\$ 2.111.100,00 (dois milhões e cento e onze mil e cem reais)  
 PRAZO: O presente Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 21/12/2023 (21 de Dezembro de 2023), por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.  
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993  
 DATA DA ASSINATURA: 21/12/2022

Campo Alegre, 23 de Dezembro de 2022

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**  
 Prefeito(a)

**Publicado por:**  
 Sâmara Mayra da Silva Ferreira  
**Código Identificador:**BE181BB0

#### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 321152/2022**

Objeto: Adesão a ata de registro de preços nº 001-PE074/2022.1 e ata de registro de preços nº 002-PE074/2022.1, ambas decorrentes do pregão eletrônico nº 074/2022, gerenciada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Campo Alegre/AL, cujo objeto é o fornecimento de sulfato de alumínio, hipoclorito de cálcio e hipoclorito de sódio (cloro) com comodato de 01 (um) container.

Consoante as informações procedentes dos autos, entendo necessária a contratação, assim como, presentes os requisitos intrínsecos da Adesão, a qual está devidamente instruída.

Declaro que o processo possui adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro, com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos incisos I e II, do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000.

Desse modo, RATIFICO a presente ADESÃO tombada sob o nº 007/2022 e os entendimentos firmados, AUTORIZO a celebração do instrumento contratual em favor das pessoas jurídicas SANIGRAN LTDA – EPP, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 15.153.524/0001-90, cujo valor total perfaz a ordem de R\$ 4.215,00 (quatro mil e duzentos e quinze reais); e CAIO MARCELO SALES DE OLIVEIRA 10560311400 - ME, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 31.267.744/0001-09, cujo valor total perfaz a ordem de R\$ 57.400,00 (cinquenta e sete mil e quatrocentos reais), referente à adesão a ata de registro de preços nº 001-PE074/2022.1 e ata de registro de preços nº 002-PE074/2022.1, respectivamente, ambas decorrentes do pregão eletrônico nº 074/2022, gerenciada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Campo Alegre/AL, cujo objeto é o fornecimento de sulfato de alumínio, hipoclorito de cálcio e hipoclorito de sódio (cloro) com comodato de 01 (um) container, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, sob os fundamentos da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 007/2013.

Campo Alegre/AL 23 de dezembro de 2022.

**NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA**  
 Prefeito

**Publicado por:**  
Sâmara Mayra da Silva Ferreira  
**Código Identificador:**D03FC325

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**NOTIFICAÇÃO**

**NOTIFICAÇÃO**

**ATRASO DE ENTREGA DE PRODUTOS**

Ilustríssimo Senhor

**CARLOS GIL ALCÂNTARA DANTAS**

Representante Legal da empresa **CARLOS G A DANTAS – ME. - CNPJ nº 30.958.204/0001-09**

Rua Francisco Bartolomeu Alves de Carvalho, N.º 18, Cajueiro, Iguatu/CE, CEP n.º 63.508-458.

O **Município de Canapi**, neste ato representado pela Chefe do Setor de Compras que abaixo subscreve, e:

**Considerando** os termos do Contrato n.º 123/2022 e do Pregão Eletrônico n.º 30/2021, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC do município de Canapi, referente aos exercícios de 2021/2022.;

**Considerando** os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais tratam dos contratos administrativos;

**CONSIDERANDO** o artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, bem como, o art. 42 do Decreto n.º 10.024/19;

**Considerando** a subitem 2.1 do Contrato n.º 123/2022, o qual estabelece o prazo máximo de 05 (cinco) dias para a entrega do objeto;

**Considerando** o referido prazo não fora cumprido, conforme consta nas Solicitações de Compras de Produtos n.º EDU8426/2022, EDU007288/2022, EDU008427/2022, EDU008423/2022, EDU008428/2022, EDU008429/2022, encaminhadas em 23 de novembro de 2022, junto aos empenhos;

**ConsideraNdO** manifestação da Secretaria Municipal de Educação, o qual informa que a empresa **CARLOS G A DANTAS – ME. - CNPJ nº 30.958.204/0001-09** realizou a entrega dos itens com atraso e de forma parcial, visto que o item “*carne moída patinho não veio de acordo com as especificações do termo de referência, a empresa encaminhou carne moída de músculo dianteiro no qual foi devolvido no ato do recebimento, já que possui qualidade inferior ao item licitado*”;

**CONSIDERANDO** que o atraso na entrega dos itens, bem como, o desatendimento das especificações do item “*Carne Moída Patinho*”, provocou transtornos ao Município de Canapi/AL;

**Considerando** que o descumprimento, total ou parcial do Contrato, acarreta a rescisão unilateral, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa etc., além de outras sanções previstas na Cláusula Onze do referido Contrato e nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8666/93;

**RESOLVE:**

**NOTIFICAR** a empresa **CARLOS G A DANTAS – ME - CNPJ nº 30.958.204/0001-09**, situada Rua Francisco Bartolomeu Alves de Carvalho, N.º 18, Cajueiro, Iguatu/CE, CEP n.º 63.508-458, representada neste ato pelo Sr. **CARLOS GIL ALCÂNTARA DANTAS**, para que cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de **02 (dois)** dias úteis, à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a rescisão do contrato, multas legais e contratuais, através da abertura

de processo administrativo, podendo resultar, inclusive, na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e/ou declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública. Faculta-se, todavia, a apresentação de justificativa devidamente fundamentada, no prazo de **48h (quarenta e oito horas)** após recebimento desta, para o atraso na entrega do referido produto, o qual, caberá ao Município de Canapi/AL, por sua aceitação.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizada a rescisão do Contrato n.º 123/2022 celebrando com a empresa e imediatamente aberto o processo de apuração administrativa para aplicação das respectivas sanções.

Dando cumprimento o princípio da publicidade, esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, da Associação dos Municípios Alagoanos - AMA, nesta data, para que não restem dúvidas quanto à legitimidade e validade deste ato.

Canapi (AL), 22 de dezembro de 2022.

**KAREN VANESSA HENRIQUES**

Chefe do Setor de Compras

**Publicado por:**  
Gilmo Malta de Menezes  
**Código Identificador:**948F00B5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2022**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2022**

Contratante: Prefeitura Municipal de Canapi/AL;

Contratada: **MARIA SONIELMA SILVA DE SOUZA - ME**, inscrita no CNPJ sob n.º **07.483.858/0001-01**;

Valor Contratado: **R\$ 102.960,00 (cento e dois mil novecentos e sessenta reais)**.

Vigência do Contrato: **60 (sessenta) dias**

Data de Celebração: 04/11/2022;

Signatários: Vinicius José Mariano de Lima e Maria Sonielma Silva Souza.

**Publicado por:**  
Gilmo Malta de Menezes  
**Código Identificador:**9E6F54B3

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**  
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE RATEIO**  
**Nº 024/2022**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE RATEIO**  
**Nº 024/2022**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANAPI E O CONSÓRIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO, PARA CUSTEIO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE PLANEJAMENTO.**

Pelo presente, de um lado, , e, de outro, o **CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO**, Associação Pública, inscrito no CNPJ sob o nº 19.019.626/0001-78, com sede na Rua Padre Cícero, 69 - Centro, Inhapi, Alagoas, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. José Carlos de Carvalho**, ao final assinado, doravante denominado **Contratado**, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Constituição Federal de 1988 no que **O MUNICÍPIO CANAPI-AL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Joaquim Tetê, s/n. – Centro – Canapi/AL, CEP 57530-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.367.892/000142, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. VINICIUS JOSÉ MARIANO DE**

**LIMA, ALAGOANO**, Casado, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 100.295.514-98 e no RG sob o nº 35054190 SSP/AL, doravante denominado concedente contratante se refere a: Lei Federal nº 8.666/1993 à Lei Federal nº 11.107/2005 e respectivo Decreto nº 6.017 de 2007, à Lei Federal nº 11.445 de 2007, o Decreto Federal nº 7217/2010, a Lei nº 12.305 de 2010, Decreto 7.404 de 2010, demais instrumentos normativos vinculados ao Saneamento Básico e Resíduos Sólidos no Brasil e ao Protocolo de Intenções que instituiu o Consórcio, considerando que nos termos da Lei n. 11.107/2005 é dispensada a licitação nos contratos celebrados entre o CONSÓRCIO e seus membros, considerando que para o desenvolvimento das atividades do CONSÓRCIO é necessário celebração de Contrato de Rateio com seus membros; considerando por fim que os entes subscritores consignaram em sua Lei Orçamentária em vigor a dotação orçamentária correspondente ao cumprimento do presente contrato, e por terem os contratantes, como de fato têm, justo e acertado o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas a seguir expostas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE**

O presente contrato tem por finalidade regular a forma de contribuição financeira que cada ente público, signatário do CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO, nos termos e condições que ora se expõe, para o atendimento das finalidades previstas no Estatuto e Protocolo de Intenções devidamente ratificado, concernente ao aludido consórcio público.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Este instrumento Particular é parte integrante do Protocolo de Intenções devidamente ratificado e do Contrato de Programa, ambos referentes ao Consórcio Público mencionado no caput desta Cláusula Primeira e vice-versa.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Para o cumprimento das finalidades previstas no Estatuto Social do CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO, acordam os entes públicos consorciados em disponibilizar recursos na lei orçamentária do município no montante mensal de **R\$ 3.188,70(três mil, cento e oitenta e oito reais e setenta centavos)** até o dia 10 (dez) de cada mês, referente a sua cota-parte destinada às despesas de administração e planejamento do CONSÓRCIO, de acordo com o que dispõe o artigo 15, §2º, do Decreto Federal n. 6.017/2007, cuja aprovação dependerá de homologação da Assembleia Geral, conforme ações a serem desenvolvidas na circunscrição do referido consórcio.

§ 1º Quando a celebração de convênios que necessitem de contrapartida, os municípios consorciados beneficiados pelos convênios deverão integralizar (proporcional ao benefício alcançado) ao do CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO os valores necessários a título de contrapartida, devendo, para tanto, aprovar os créditos orçamentários necessários a consecução do objeto.

§ 2º O ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas pelo presente contrato, poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros arrecadados serão totalmente destinados ao atendimento das finalidades previstas no Estatuto Social do CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO.

§ 1º Para utilização aduzida no caput da presente Cláusula Sexta, será obrigatória a especificação minuciosa das despesas realizadas, objetivando o pronto atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 2º É vedada a aplicação dos recursos para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO**

Cabe ao CONSÓRCIO, em atendimento ao que dispõe a lei que rege as contas públicas, fornecer ao MUNICÍPIO-MEMBRO todas as informações necessárias para que estes consolidem em suas contas todas as despesas realizadas com os recursos oriundos do presente contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES DOS CONSORCIADOS**

São deveres dos entes subscritores do presente contrato:

- I – Cumprir e zelar pela validação e observância do presente Instrumento Particular de Rateio;
- II – Cumprir com os termos do Estatuto do CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO DO ESTADO DE ALAGOAS e do Instrumento Particular de Contrato de Programa a ele vinculados;
- III – Zelar pela correta destinação dos recursos financeiros arrecadados.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS DOS CONSORCIADOS**

São direitos dos entes subscritores do presente contrato, em conjunto ou separadamente:

- I – Exigir o pleno cumprimento das cláusulas do presente Instrumento Particular de Rateio;
- II – Exigir o fornecimento de informações necessárias para o atendimento, por parte dos entes federativos, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência até o dia 31 de dezembro do corrente ano.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para o exercício financeiro subsequente será necessária e obrigatória a celebração de um novo Instrumento Particular de Rateio.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA IMPOSSIBILIDADE DE NOVAÇÃO**

O presente contrato inadmite expressamente a novação e/ou modificações de suas cláusulas, avenças e condições, as quais somente pela forma escrita e por comum acordo serão admitidas, devendo ser entendidos como atos de mera liberdade toda e qualquer condescendência e/ou tolerância havida de parte para com a inobservância dos termos deste contrato pela parte contrária.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO CONHECIMENTO PRÉVIO**

Declararam ambas as partes, que tiveram conhecimento prévio do interior teor deste contrato, tendo recebido uma minuta para exame, concordando com o texto final que ora firmam após terem discutido e analisado as cláusulas e condições deste instrumento.

#### **CLÁUSULA NONA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

As partes estabelecem que as intimações e notificações a serem feitas de parte a parte poderão efetivar-se através de via postal com aviso de recepção (via cartório de títulos e documentos), ou telegrama com aviso de recepção e conhecimento do interior teor do seu conteúdo, além de poderem ser entregues nas sedes de quaisquer dos entes públicos contratantes, sendo certo que qualquer que seja o modo da notificação deverá ser inequívoca a ciência da parte notificada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA BOA-FÉ DA LEALDADE CONTRATUAL**

O presente contrato tem força obrigatória entre as partes e rege-se pelos princípios gerais do direito incidente, especialmente o da Boa-Fé e da lealdade contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente contrato considerar-se-á rescindido:

- Em comprovado descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- Em caso de extinção do CONSÓRCIO ou da exclusão do MUNICÍPIO MEMBRO.



**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA CLÁUSULA PENAL**

No caso de rescisão antecipada, caberá à parte que deu causa o pagamento de 50% do saldo restante do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Água Branca/Alagoas, para dirimir quaisquer controvérsias acerca do presente contrato.

As partes contratantes estabelecem e aceitam que as vias informatizadas do presente instrumento, desde que devidamente assinadas e rubricadas, sejam consideradas como se documentos originais fossem presumindo, portanto, pleno valor legal, podendo assim ser aceitas por qualquer Corte de Justiça da República Federativa do Brasil.

E, por estarem às partes de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor valor, teor e forma para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, fazendo tudo por bom, firme e valioso, por si e por seus sucessores, a qualquer título, e respondendo pela veracidade e legalidade dos atos aqui praticados, a qualquer tempo e em qualquer lugar.

Água Branca, 01 de novembro de 2022.

Município de Mata Grande/AL  
**VINICIUS JOSÉ MARIANO DE LIMA**  
Contratante

**JOSÉ CARLOS DE CARVALHO**  
Presidente Do Consórcio  
Contratado

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

**Publicado por:**  
Gilmo Malta de Menezes  
**Código Identificador:**83D53FA9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**  
**CONTRATO DE PROGRAMA – PLANO DE EXECUÇÃO Nº**  
**025/2022**

**CONTRATO DE PROGRAMA – PLANO DE EXECUÇÃO Nº**  
**025/2022**

**Ref.: PLANO DE EXECUÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O**  
**CONSÓRCIO CRERSSAL E O MUNICÍPIO DE CANAPI/AL O**  
**PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.**

**O CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO**  
**SERTÃO ALAGOANO – CRERSSAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF n.º 19.019.626/0001-78, estabelecida à Rua Padre Cícero, nº 69, Centro, Inhapi - AL, representada neste ato pelo Exmo. Presidente e Prefeito do Município de Água Branca/AL, **Sr. JOSÉ CARLOS DE CARVALHO**, PERNAMBUCANO, Casado, Comerciante, inscrito no CPF sob o nº 448.417.104-00 e no RG sob o nº 2814878 SSP/PE, doravante designado como interventor contratado,

e O MUNICÍPIO CANAPI-AL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Joaquim Tetê, s/n. – Centro – Canapi/AL, CEP 57530-000, inscrito no CNPJ sob o nº 12.367.892/000142, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. VINICIUS JOSÉ MARIANO DE LIMA**, ALAGOANO, Casado, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 100.295.514-98 e no RG sob o nº 35054190 SSP/AL, doravante denominado concedente contratante.

CONSIDERANDO que a gestão de resíduos sólidos urbanos, integrante do conceito de saneamento básico estabelecido no art. 3º, I, “c”, da Lei Federal nº 11.445/2007, é um dos maiores desafios enfrentados pelos Municípios do Estado de Alagoas na tentativa de erradicar os lixões;

CONSIDERANDO que o CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO – CRERSSAL, que compartilha a gestão destes resíduos entre os municípios consorciados, reduzindo, significativamente, os custos para realizar o transporte dos supracitados resíduos;

CONSIDERANDO que a gestão associada ou compartilhada de serviços públicos, além de constitucionalmente prevista (art. 241, Constituição Federal), é, também, especificamente, indicada como uma das soluções no âmbito dos serviços de saneamento básico (arts. 3º, II e 8º, da Lei Federal nº 11.445/2007), entre os quais inclui o de manejo dos resíduos sólidos (art. 3º, I, “c”, da Lei Federal nº 11.445/2007);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.445/2007 prevê especificamente a possibilidade de prestação regionalizada dos serviços de saneamento básico, dentre os quais se situa o de manejo de resíduos sólidos, em que há um único prestador dos serviços para vários municípios, contíguos ou não, observados a uniformidade de regulação e fiscalização bem como de compatibilidade de planejamento (art. 14 da retrocitada Lei);

As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram o PLANO DE EXECUÇÃO em conformidade com as normas legais vigentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Plano de Execução tem por objeto estabelecer o valor de repasse ao **CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO – CRERSSAL**, referente ao preço da tonelada a ser pago ao aterro pertencente e administrado pela **PREFEITURA DE IATI-PE, localizado no Município de Iati/PE**, com o objetivo de destinação final adequada dos resíduos sólidos do Município consorciado.

**CLÁUSULA SEGUNDA-DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES**

**I - Compete ao CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO – CRERSSAL:**

Fazer o repasse mensal dos valores recebidos e acordados a título de pagamento do valor da tonelada ao **ATERRO de IATI/PE, durante o período em que o mesmo estiver recepcionando os resíduos sólidos dos municípios consorciados ao CRERSSAL;**

Gerenciar no bom e fiel exercício das atividades e pesagem dos Resíduos Sólidos de forma individualizada dos municípios consorciados;

Fiscalizar e relatar ao **ATERRO SANITÁRIO DE IATI/PE** acerca de eventuais inadimplências de repasse por seus entes consorciados, ficando os mesmos impossibilitados de destinar seus resíduos sólidos até ulterior deliberação, não impossibilitando, contudo, os outros entes consorciados adimplentes na continuidade dos serviços frente ao ente Concedente.

**II - Compete ao MUNICÍPIO CANAPI/AL:**

Efetuar o repasse do montante dos valores ao **CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO – CRERSSAL**, conforme planilha descritiva, devidamente atestada, dos quantitativos dos Resíduos Sólidos recepcionados e aferição pela empresa prestadora de serviços do **ATERRO SANITÁRIO DE IATI/PE, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente a prestação dos serviços, sob pena de suspensão dos mesmos.**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS REPASSES FINANCEIROS**

Os repasses decorrentes do presente Plano de Execução serão adimplidos fielmente pelos partícipes, de acordo com suas cláusulas, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As ações relacionadas à execução das atividades objeto deste Termo dar-se-ão conforme cronograma de execução preliminarmente acordado entre os partícipes, e aprovado pelo CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO – CRERSSAL.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A despesa decorrente deste Plano de Execução, com o recebimento dos resíduos sólidos pelo **ATERRO SANITÁRIO DE IATI/PE** dos municípios consorciados ao **CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO – CRERSSAL**, correrá a conta de dotação orçamentária específica destes, conforme proposta apresentada, tendo como valor unitário da tonelada o montante de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais).

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Termo é de 01(um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos devidamente justificados.

**CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO**

Este Termo poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

A denúncia ou rescisão deste Termo poderá ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer um dos partícipes, mediante notificação, com antecedência mínima de 30(sessenta) dias. A eventual rescisão deste Termo não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as partes, já iniciadas, os quais manterão seu curso normal até sua conclusão.

Parágrafo Único - Constituem motivo para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que tome material ou formalmente inexecutável, imputando-se aos partícipes as responsabilidades pelas obrigações.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca do Município de Água Branca/AL para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste acordo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam este termo em 02(duas) vias de igual teor e forma, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Município de Água Branca/AL em 01 de novembro de 2022  
2

**JOSÉ CARLOS DE CARVALHO**

Presidente do Consórcio Regional de Resíduos Sólidos do Sertão Alagoano – CRERSSAL

**ERALDO NUNES DA SILVA**

Superintendente do Consórcio Regional de Resíduos Sólidos do Sertão Alagoano – CRERSSAL

**VINICIUS JOSÉ MARIANO DE LIMA**

Prefeito de Mata Grande/AL

TESTEMUNHAS:

1 - NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2 -  
NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
Gilmo Malta de Menezes  
**Código Identificador:**5BAF55A2

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**  
**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 08/2022**

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 08/2022**

Fundamento Legal: Federal Nº 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/2013

Órgão não Participante: MUNICÍPIO DE CANAPI/AL;

Fornecedora Registrada: **PEGASUS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 08.602.078/0001-98.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Locação de veículos pesados (tipo caminhão-tanque) visando atender as necessidades da secretaria de Educação do município de Canapi/AL

Prazo: 12 (doze) meses.

Celebrado em: 14/11/2022.

Signatários: Vinicius José Mariano de Lima, Luiz Vieira da Silva e Thiago de Almeida Salgueiro.

**Publicado por:**  
Gilmo Malta de Menezes  
**Código Identificador:**1B3A7CE0

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIROS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA E EXTRATO DE CONTRATO**

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito do MUNICÍPIO DE ESTRELA DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, **ratifica** o presente processo fundamentado no Art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/93, em favor da empresa Val Med Produtos e Equipamentos Médicos Hospitalar EIRELI-EPP, CNPJ nº 05.980.425/0001-28, pelos itens de nº 1,2,4,6,7,8,9,10,11,12,13, 14,15,16,17,18,21,22,23,26,27,28,29,36,37,39,40,41,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52,54,59,60,61,62,63,65,67,68,69,70,75,76,77,78,79,80,82, 83,84,85,87,89,90,91,92,94,117,119,120,123,125,126,127,129,131,132,133,135,136,145,146,147,148,150,154,156,157,167,168,169, 171,175,176,177,178,179,180,181,188,189,190,191,193,194,195,196, 197,198,199,200,201,202,203,204,205,206,207,208,209,210,211,212, 213,214,215,216,217,218,219,220,221,222,223,224,225,226,229,230, 231,232,233,234,235,236,237,238,239,240,241,242,243,244,245,246, 249, 251,252,253,254,255,256,257,258,259,260,261,262,263,264,265,266, 267,268,269,270,271,272,274,275,276,277,279, como SEGUNDO COLOCADA e TERCEIRO COLOCADA, pelo valor total na ordem de 2.221.599,57 (dois milhões, duzentos e vinte e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos), e a empresa HEALTHCARE & DUBEBÊ IND. COM. IMP. EXP. EIRELI-CNPJ: 18.252.904/0001-70, pelos itens de nº 227 e 228 como SEGUNDO COLOCADA, pelo valor total na ordem de R\$ 61.980,00 (sessenta e um mil, novecentos e oitenta reais). VALOR GLOBAL: R\$ 2.283.579,57 (dois milhões, duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos). Os itens 3,5,19,20,24,25,30,31,33,35,38,42,53,55,56,57,58,64,66,71,72,73

,74,81,86,88,93,95,118,121,122,124,128,137,138,149,151,155,172,173, 174,192,247,248,278, restaram-se fracassados.  
Estrela de Alagoas, 15 de dezembro de 2022.

#### ALDO LIRA DE JESUS

Prefeito

#### EXTRATO DOS CONTRATOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DE ALAGOAS, CNPJ nº 24.176.307/0001-06. CONTRATO Nº 001/2022-ARP/DL - CONTRATADA: VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALAR EIRELI-EPP, CNPJ nº 05.980.425/0001-28. OBJETO: Contratação empresa segundo/terceiro colocada da ARP nº 12/2022-Pregão nº 003/2022-SRP, para Fornecimento dos itens desistentes de Medicamentos e Correlatos, pelos itens de nº 1,2,4,6,7,8,9,10,11,12,13, 14,15,16,17,18,21,22,23,26,27,28,29,36,37,39,40,41,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52,54,59,60,61,62,63,65,67,68,69,70,75,76,77,78,79,80,82, 83,84,85,87,89,90,91,92,94,117,119,120,123,125,126,127,129,131, 132,133,135,136,145,146,147,148,150,154,156,157,167,168,169, 171, 175,176,177,178,179,180,181,188,189,190,191,193,194,195,196,197, 198,199,200,201,202,203,204,205,206,207,208,209,210,211,212, 213,214,215,216,217,218,219,220,221,222,223,224,225,226,229,230, 231,232,233,234,235,236,237,238,239,240,241,242,243,244,245,246, 249, 251,252,253,254,255,256,257,258,259,260,261,262,263,264,265,266, 267,268,269,270,271,272,274,275,276,277,279, como SEGUNDO e TERCEIRO COLOCADA, pelo valor total na ordem de 2.221.599,57 (dois milhões, duzentos e vinte e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos),.. CONTRATO Nº 002/2022-ARP/DL - CONTRATADA: HEALTHCARE & DUBEBÊ IND. COM. IMP. EXP. EIRELI-CNPJ: 18.252.904/0001-70. OBJETO: Contratação empresa segundo colocada da ARP nº 12/2022-Pregão nº 003/2022-SRP, para Fornecimento dos itens desistentes de Correlatos, pelos itens de nº 227 e 228 como SEGUNDO COLOCADA, pelo valor total na ordem de R\$ 61.980,00 (sessenta e um mil, novecentos e oitenta reais). CELEBRAÇÃO DO CONTRATO: 15/12/2022. VALIDADE: 12/05/2023. FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Aldo Lira de Jesus-Prefeito, pela Contratante e Vaudileide Pereira Santos-Representante Legal, e Luciano Nelson Silveira-Representante Legal, pelas Contratadas. Estrela de Alagoas, 15 de dezembro de 2022.

#### ALDO LIRA DE JESUS

Prefeito

**Publicado por:**

Arnaldo de Araujo Alecio

**Código Identificador:**485A4E50

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA

#### FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERV. PUB. MUNICIPAL - FUNSERP

#### PORTARIA DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

#### PORTARIA Nº 10/2022

Dispõe sobre a concessão de aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição - Professora.

O Prefeito do Município de Chã Preta, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro da Lei Orgânica Municipal e da Lei Municipal nº 429/2006 e o que estabelece o artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** – Conceder Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição a servidora **RITA DUARTE BEZERRA**, portadora do RG Nº. 868265 SEDS/AL e inscrita no CPF Nº 860.997.794-34, ocupante do cargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, portadora da matrícula nº 59, servidora pública municipal filiada ao Fundo de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Chã

Preta/AL - **FUNSERP**, de acordo com o artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003, e o que dispõe o artigo 32 da Lei Municipal nº 429/2006 que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Chã Preta/AL, com proventos mensais integrais com base na última remuneração do cargo efetivo, acrescidos de 05 quinquênios (25%), conforme documentação constante no processo administrativo nº. **10/2022** do supracitado Fundo de Previdência.

**Art. 2º** - Os recursos decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Fundo de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Chã Preta/AL.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL, 01 de novembro de 2022.

#### MAURÍCIO DE VASCONCELOS HOLANDA

Prefeito

#### MARCOS MARCIEL CORREIA

Presidente FUNSERP

#### MARCOS ANTÔNIO PIMENTEL DE VASCONCELOS

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos

Publicada no Diário Oficial da Associação dos Municípios Alagoanos – AMA, aos 26 do mês de novembro de 2022.  
(<http://www.diariomunicipal.com.br/>)

**Publicado por:**

Jose Cicero Correia

**Código Identificador:**02936923

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS EXTRATO DE CONTRATO

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01.2411/2022

Processo Administrativo nº: 1101021/2022 ADESÃO A ARP024/2022-PE042/2022 ORIUNDA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA/AL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA/AL, inscrito no CNPJ sob o nº 12.334.629/0001-57, com sede administrativa a Rua Dr. Chico Teixeira, 115 – Centro – CEP: 57760-000 – Chã Preta/AL. CONTRATADA: CUNHA COMÉRCIO VAREJISTA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 35.548.987/0001-68, com sede a Avenida Muniz Falcão, nº 631, Barro Duro, Maceio/AL.

Objeto: aquisição de explosivos de efeito pirotécnico, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 042/2022 – efetivado pelo Município de Jequiá da Praia/AL, que é parte integrante deste Contrato, assim como tudo quanto conste do Processo Administrativo nº 1101021/2022 – Chã Preta/AL, independentemente de transcrição.

Fundamento Legal: Lei Federal 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e Decretos nº 7.893/2013 e nº 9.488/2018.

Vigência: 12 meses. A contar da data da sua assinatura.

Valor: 53.770,00 (Cinquenta e três mil, setecentos e setenta reais)

Data da Assinatura: 24/11/2022

Signatários: pelo Contratante, Maurício de Vasconcelos Holanda e, pela Contratada, Adriane Luna da Silva Cunha

Chã Preta/AL, 24 de novembro de 2022.

#### MAURÍCIO DE VASCONCELOS HOLANDA

Prefeito

**Publicado por:**

Jose Cicero Correia

**Código Identificador:**4F983EDA

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE COITÉ DO NÓIA



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00026/2022**

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00026/2022, que objetiva: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de fogos de artifício; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: DIOGO NUNES FELINTO & CIA LTDA - R\$ 188.920,00.  
Coité do Nóia - AL, 23 de dezembro de 2022

**BUENO HIGINO DE SOUZA SILVA -**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Weuller Douglas de Almeida Martins  
**Código Identificador:**9EF8C49F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE  
REGISTRO DE PREÇO**

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 00026/2022. OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de fogos de artifício. NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura da respectiva Ata de Registro de Preço, sendo assim convocamos a empresa: Diogo Nunes Felinto & Cia Ltda - CNPJ 10.622.700/0001-71. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, José Belarmino, 160 - Centro - Coité do Nóia - AL, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (082) 981186270.

Coité do Nóia - AL, 23 de dezembro de 2022

**BUENO HIGINO DE SOUZA SILVA -**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Weuller Douglas de Almeida Martins  
**Código Identificador:**463CB792

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00026/2022**

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00026/2022, que objetiva: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de fogos de artifício; ADJUDICO o seu objeto a: DIOGO NUNES FELINTO & CIA LTDA - R\$ 188.920,00.  
Coité do Nóia - AL, 23 de dezembro de 2022

**WEULLER DOUGLAS DE ALMEIDA MARTINS -**  
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
Weuller Douglas de Almeida Martins  
**Código Identificador:**C7F69B98

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº  
DV00027/2022**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00027/2022, que objetiva: Contratação de empresa especializada para fornecimento de computadores para suprir as necessidades do município de Coité do Nóia - AL; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: E M S AMORIM EIRELI - R\$ 13.193,10.

Coité do Nóia - AL, 22 de dezembro de 2022

**BUENO HIGINO DE SOUZA SILVA -**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Weuller Douglas de Almeida Martins  
**Código Identificador:**256A744D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00027/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de computadores para suprir as necessidades do município de Coité do Nóia - AL. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. AUTORIZAÇÃO: Secretaria de Educação. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 22/12/2022.

**Publicado por:**  
Weuller Douglas de Almeida Martins  
**Código Identificador:**3B5814BF

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de computadores para suprir as necessidades do município de Coité do Nóia - AL. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00027/2022. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Coité do Nóia: 06.0661.12.361.0002.2029 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL-30% 4490.52.00.00.00.0000 - 0030.00.000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura de Coité do Nóia e: CT Nº 00098/2022 - 23.12.22 - E M S AMORIM EIRELI - R\$ 13.193,10.

**Publicado por:**  
Weuller Douglas de Almeida Martins  
**Código Identificador:**59013411

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº  
DV00028/2022**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00028/2022, que objetiva: Contratação de empresa especializada para fornecimento de bebedouros para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do município de Coité do Nóia - AL; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: E M S AMORIM EIRELI - R\$ 17.500,00.

Coité do Nóia - AL, 22 de dezembro de 2022

**BUENO HIGINO DE SOUZA SILVA -**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Weuller Douglas de Almeida Martins  
**Código Identificador:**CC79D9F4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00028/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de bebedouros para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do

município de Coité do Nóia – AL. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. AUTORIZAÇÃO: Secretaria de Educação. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 22/12/2022.

**Publicado por:**

Weuller Douglas de Almeida Martins

**Código Identificador:**C1D81D4D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de bebedouros para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do município de Coité do Nóia – AL. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00028/2022. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Coité do Nóia: 06.0661.12.361.0002.2029 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL–30% 4490.52.00.00.00.0000 – 0030.00.000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura de Coité do Nóia e: CT Nº 00099/2022 - 23.12.22 - E M S AMORIM EIRELI - R\$ 17.500,00.

**Publicado por:**

Weuller Douglas de Almeida Martins

**Código Identificador:**4867A8BA

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**LEI Nº 526/2022 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

REGULAMENTA A PERCEPÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR PROCURADORES MUNICIPAIS, CRIA O FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS, ESTADO DE ALAGOAS**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O Procurador Municipal integrante da Procuradoria-Geral do Município de Craíbas/AL – PGM fará jus à percepção de honorários advocatícios oriundos de sucumbência, arbitramento ou acordo em feitos de qualquer natureza em que o Município, suas autarquias e fundações, atuem como parte ou terceira interessada.

§ 1º Os honorários constituem verba alimentar variável, não integrando o subsídio, e não servirão como base de cálculo para adicional, gratificação ou qualquer outra vantagem pecuniária.

§ 2º Não incide contribuição previdenciária sobre os valores distribuídos na forma desta Lei.

§ 3º O direito à percepção de honorários advocatícios sucumbenciais é de caráter personalíssimo, não se transmitindo a pensionistas ou herdeiros a qualquer título.

§ 4º Os honorários previstos no caput deste artigo são verbas de natureza privada, não integram o orçamento público e não constituem encargos ao tesouro municipal, sendo pagos exclusivamente pela parte sucumbente ou devedora.

§ 5º Será excluído da distribuição de honorários o titular do direito que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento ou pela posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação indevida.

**Art. 2º** Os honorários advocatícios de que trata esta Lei se classificam em honorários administrativos e honorários judiciais.

§1º Os honorários administrativos são devidos a partir da inscrição em Dívida Ativa, no importe de 20% (vinte por cento).

§2º Os honorários judiciais compreendem os fixados por arbitramento, acordos ou sucumbência.

**Art. 3º** Fica criado o Fundo da Procuradoria-Geral de Craíbas/AL, que tem por finalidade viabilizar o recebimento de recursos financeiros destinados ao rateio dos honorários advocatícios oriundos de sucumbência, arbitramento ou acordo em feitos de qualquer natureza, patrocinados por Procuradores Municipais que integram a PGM.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os recursos do Fundo da Procuradoria-Geral serão recolhidos em conta bancária específica e exclusiva para a finalidade descrita no caput deste artigo, mantida em instituição financeira oficial.

**Art. 4º** O Fundo da Procuradoria-Geral do Município de Craíbas/AL será gerido pelo Procurador-Geral e secretariado pelo Secretário Municipal de Finanças.

§ 1º O Procurador-Geral expedirá os atos normativos necessários à adequada regulamentação da matéria, no que for necessário.

§ 2º A movimentação da conta bancária destinada ao depósito dos recursos que vierem a compor o Fundo será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, em conformidade com as determinações expedidas pelo Procurador-Geral.

**Art. 5º** O Procurador Municipal atuante no processo deverá requerer que os honorários advocatícios sejam objeto de alvará apartado, bem como que sejam creditados em conta bancária específica do Fundo da Procuradoria-Geral do Município de Craíbas/AL.

**Art. 6º** Os valores apurados no mês serão rateados até o dia 10 do mês subsequente, devendo ser depositados na conta bancária informada por cada Procurador.

**Art. 7º** Nos processos em que o alvará for expedido de forma automatizada na conta do Município de Craíbas/AL, assim como nos casos em que houver pagamento administrativo, a Secretaria Municipal de Finanças deverá proceder à imediata transferência dos valores relativos aos honorários advocatícios para a conta bancária do Fundo da Procuradoria Geral do Município de Craíbas/AL.

**Art. 8º** Uma vez ajuizada a execução fiscal, o contribuinte poderá extinguir o crédito através de pagamento de boleto bancário emitido pelo setor competente. A compensação bancária contemplará a transferência automática do valor principal para a conta específica do Município de Craíbas/AL para o referido tributo, bem como o valor relativo aos honorários, na conta do Fundo da Procuradoria-Geral, após o que a Procuradoria requererá judicialmente a extinção do processo.

**Art. 9º** Os honorários serão distribuídos de forma igualitária entre Procurador-Geral, Subprocuradores-Gerais e Procuradores Municipais efetivos, integrantes da PGM, que estejam em efetivo exercício de suas funções institucionais, independente da natureza do vínculo com a administração municipal.

§ 1º A análise do direito previsto no caput será realizada no momento da efetivação do rateio dos honorários.

§ 2º Nas hipóteses de excepcional contratação de profissional ou escritório jurídico para patrocínio de demanda específica, no interesse da municipalidade, os Procuradores Municipais não participarão da distribuição dos honorários de sucumbência, que serão devidos exclusivamente aos profissionais contratados.

§ 3º Não participarão do rateio dos honorários:

**I** – Aposentados e pensionistas;

**II** – Aqueles em licença para tratar de interesses particulares;

**III** – Aqueles em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

**IV** – Aqueles em licença para atividade política;

**V** – Aqueles em afastamento para exercer mandato eletivo;

**VI** – Aqueles cedidos ou requisitados para entidade ou órgão estranho à administração pública municipal direta, autárquica ou fundacional;

**VII** – Aqueles que estiverem afastados para averiguação de faltas cometidas no exercício do cargo;

**VIII** – Aqueles em licença para tratamento de saúde há mais de 30 (trinta) dias e não decorrentes da atividade funcional.

**Art. 10.** Dos recursos arrecadados a título de honorários administrativos será reservada a fração de 10% (dez por cento) para investimento exclusivo no aperfeiçoamento e na melhoria da estrutura

operacional e das condições materiais do órgão, a serem depositados em conta bancária própria.

§ 1º Os recursos captados na forma do caput podem ser aplicados para gerar rendimentos, enquanto não forem utilizados.

§ 2º Compete ao gestor do Fundo deliberar acerca da forma de emprego dos recursos de que trata este artigo.

**Art. 11.** O Procurador Geral poderá regulamentar a presente Lei mediante Portaria interna do Órgão.

**Art. 12.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**TEÓFILO JOSÉ BARROSO PEREIRA**  
PREFEITO

#### **CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Lei Ordinária nº 526, de 22 de dezembro de 2022, publicado no Mural de Publicações afixado no átrio do Prédio Sede da Prefeitura de Craíbas, registrado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, bem como encaminhado para publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), no vigésimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois (22/12/2022).

**VITOR SIMPLICIO BARBOSA**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**

Claubenía da Silva Barbosa

**Código Identificador:**789A3AEF

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI Nº 527/2022 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

ALTERA A LEI Nº 520, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022, CONFERINDO-LHE EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 1º DE AGOSTO DE 2022, PARA QUE O PODER EXECUTIVO CONCEDA AJUDA DE CUSTO MENSAL AO MÉDICO BOLSISTA LOTADO NO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL (PMPB), CRIADO PELA LEI FEDERAL Nº 13.958, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação pertinente, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O artigo 4º, da Lei nº 520, de 01 de novembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de agosto de 2022.”*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**TEÓFILO JOSÉ BARROSO PEREIRA**  
PREFEITO

#### **CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Lei Ordinária nº 527, de 22 de dezembro de 2022, publicado no Mural de Publicações afixado no átrio do Prédio Sede da Prefeitura de Craíbas, registrado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, bem como encaminhado para publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), no vigésimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois (22/12/2022).

**VITOR SIMPLICIO BARBOSA**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**

Claubenía da Silva Barbosa

**Código Identificador:**E3F98BFC

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2022 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

PROMOVE ALTERAÇÃO NA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01, DE 04 DE JUNHO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação pertinente, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O caput, do artigo 15, da Lei Complementar nº 01 de 04 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 15. O Benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho deve ser mantido enquanto subsistir a situação de invalidez que lhe deu causa, devendo o segurado menor de 65 (sessenta e cinco) anos, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se a avaliação periódica a cada 2 (dois) anos, para aferição da permanência da condição de inválido para o exercício do cargo.”*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**TEÓFILO JOSÉ BARROSO PEREIRA**  
PREFEITO

#### **CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Lei Complementar nº 05, de 22 de dezembro de 2022, publicado no Mural de Publicações afixado no átrio do Prédio Sede da Prefeitura de Craíbas, registrado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, bem como encaminhado para publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), no vigésimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois (22/12/2022).

**VITOR SIMPLICIO BARBOSA**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**

Claubenía da Silva Barbosa

**Código Identificador:**59E72075

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo nº: 11170011/2022.

Modalidade: Pregão Eletrônico SRP n.º: 10.042/2022

Tipo: Menor preço por item;

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus e câmaras de ar remanescentes destinados a atender as necessidades do Município de Craíbas/AL.

Data de realização: 09 de janeiro de 2023 às 10h00min (horário local). O Edital encontra-se disponível no site <http://www.bnc.org.br>, [https://www.https://www.craibas.al.gov.br/](http://www.https://www.craibas.al.gov.br/), na sede da CPL, situada na Rua Pedro Gama, 122, Centro, Craíbas/AL, CEP: 57.320-000, das 08:00 às 14:00 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail [cplcraibas@gmail.com](mailto:cplcraibas@gmail.com).

Craíbas/AL, 23 de dezembro de 2022.

**TIAGO JOSÉ DE LIMA**  
Pregoeiro



**Publicado por:**  
Tiago José de Lima  
**Código Identificador:**EE232B80

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA**

**GABINETE DA PREFEITA**  
**DECRETO Nº 133/2022, 23 DE DEZEMBRO DE 2022.**

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA**, estado de Alagoas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais Diplomas Legais.

**CONSIDERANDO** o Inciso III do artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023;

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021.

**CONSIDERANDO** a Portaria Nº 710, de 25 de Fevereiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional;

**Decreta:**

**Art.1º** - As Funcionais programáticas e seus respectivos elementos de despesas, dispostos na Lei Orçamentária Anual de 2023, passaram a vigorar com a destinação de recursos para Municípios, estabelecidos pela Portaria Nº 710, de 25 de Fevereiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art.2º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art.3º** Este decreto entra em vigor na sua data de publicação.

Delmiro Gouveia/AL, 23 de Dezembro de 2022.

**ELIZIANE FERREIRA COSTA LIMA**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Karine Ferreira Vanderlei  
**Código Identificador:**30DD339A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

**AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXAMES LABORATORIAIS.**

O Departamento de Compras do Município de Delmiro Gouveia-AL convida as empresas especializadas no fornecimento do objeto acima especificado, a participar da pesquisa de preço conforme planilha descritiva que deverá ser solicitada através do e-mail [comprasdelmiro@gmail.com](mailto:comprasdelmiro@gmail.com).  
A cotação deverá ser enviada até o dia 27 de dezembro de 2022.

**JOSÉ CARLOS RODRIGUES**  
Departamento de Compras

Delmiro Gouveia – AL, 22 de dezembro de 2022.

**Publicado por:**  
José Carlos Rodrigues  
**Código Identificador:**88CF7640

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

**AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VEÍCULOS TIPO PICK UP. TRATA-SE DE UMA CONTRATAÇÃO DIRETA.**

O Departamento de Compras do Município de Delmiro Gouveia-AL convida as empresas especializadas no fornecimento do objeto acima especificado, a participar da pesquisa de preço conforme planilha descritiva que deverá ser solicitada através do e-mail [comprasdelmiro@gmail.com](mailto:comprasdelmiro@gmail.com).

A cotação deverá ser enviada até o dia 27 de dezembro de 2022.

**JOSÉ CARLOS RODRIGUES**  
Departamento de Compras

Delmiro Gouveia – AL, 22 de dezembro de 2022.

**Publicado por:**  
José Carlos Rodrigues  
**Código Identificador:**8E504478

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

**AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE FERRAMENTAS DE PESQUISA, INCLUSÃO E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

O Departamento de Compras do Município de Delmiro Gouveia-AL convida as empresas especializadas no fornecimento do objeto acima especificado, a participar da pesquisa de preço conforme planilha descritiva que deverá ser solicitada através do e-mail [comprasdelmiro@gmail.com](mailto:comprasdelmiro@gmail.com).  
A cotação deverá ser enviada até o dia 27 de dezembro de 2022.

**JOSÉ CARLOS RODRIGUES**  
Departamento de Compras

Delmiro Gouveia – AL, 22 de dezembro de 2022.

**Publicado por:**  
José Carlos Rodrigues  
**Código Identificador:**15DEE1C5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 040/2022 3º CHAMADA  
PROCESSO N.º 05200045/2022

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CARIMBOS AUTOMÁTICOS.**

A Comissão Permanente de Licitação – CPL/DELMIRO GOUVEIA torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 22 de dezembro de 2022 foi deserta a terceira chamada do Pregão Eletrônico SRP nº 040/2022.

Delmiro Gouveia/AL, 22 de dezembro de 2022.

**ERIKA VANESSA MELO DE LIMA**  
Pregoeira

**Publicado por:**  
Erika Vanessa Melo de Lima  
**Código Identificador:**887D7A64

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

**AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.**

O Departamento de Compras do Município de Delmiro Gouveia-AL convida as empresas especializadas no fornecimento do objeto acima especificado, a participar da pesquisa de preço conforme planilha descritiva que deverá ser solicitada através do e-mail [comprasdelmiro@gmail.com](mailto:comprasdelmiro@gmail.com).

A cotação deverá ser enviada até o dia 27 de dezembro de 2022.

**JOSÉ CARLOS RODRIGUES**

Departamento de Compras

Delmiro Gouveia – AL, 22 de dezembro de 2022.

**Publicado por:**

José Carlos Rodrigues

**Código Identificador:**8D6D3ACF

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO  
RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 047/2022 2º CHAMADA

PROCESSO N.º 0816057/2022

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA.

**EMPRESA VENCEDORA**

OTAVIO LACERDA DO NASCIMENTO 11651429456 CNPJ N.º 40.836.412/0001-80

LOTE 01 – R\$ 13.200,00

LOTE 02 – R\$ 48.944,00

LOTE 03 – R\$ 16.296,00

LOTE 04 – R\$ 8.237,94

LOTE 05 – R\$ 53.625,00

LOTE 06 – R\$ 17.875,00

LOTE 07 – R\$ 73.355,00

LOTE 08 – R\$ 24.395,00

LOTE 09 – R\$ 42.750,00

LOTE 10 – R\$ 25.740,00

LOTE 11 – R\$ 23.504,70

LOTE 12 – R\$ 45.500,00

LOTE 13 – R\$ 26.100,00

LOTE 14 – R\$ 25.050,00

LOTE 15 – R\$ 41.600,00

Delmiro Gouveia/AL, 22 de dezembro de 2022.

**ERIKA VANESSA MELO DE LIMA**

Pregoeira

\*Republicado por incorreção

**Publicado por:**

Erika Vanessa Melo de Lima

**Código Identificador:**98EF466B

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO  
PORTARIA N.º 1148/2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA N.º 1148/2022**

A Prefeita do Município de DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n.º 623/1993 e Lei n.º 860/2005.

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido, **ALDO ALVES DA SILVA**, portador (a) do CPF: 079.175.054-05, do cargo de **VIGILANTE ESCOLAR NVT04 – CF**, da Secretaria de EDUCAÇÃO, do quadro de Cargos de Carreira de Provimento Efetivo, do Município de Delmiro Gouveia.

Delmiro Gouveia, 22 de dezembro de 2022.

**ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA**

Secretária de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**

Lucinea Lopes Santos Silva

**Código Identificador:**E9B4F06E

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO  
HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 03110016/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2022 2º CHAMADA**

**HOMOLOGAÇÃO**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E PREMIAÇÕES.

Com base nas informações do presente Processo Licitatório, **HOMOLOGO** o presente, em favor da empresa:

TECBOL LTDA CNPJ N.º 27.183.604/0001-77, valor global R\$ 117.537,38 (cento e dezessete mil quinhentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos) e TRINCA ESPORTES LTDA CNPJ N.º 02.902.969/0001-83 valor global de R\$ 196.716,88 (Cento e noventa e seis mil setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

Delmiro Gouveia – AL, 14 de dezembro de 2022.

**ROSANGELLA FREIRE R. M. COSTA**

Secretária Municipal de Administração

Decreto n.º 01/2021, de 04 de janeiro de 2021

**Publicado por:**

Erika Vanessa Melo de Lima

**Código Identificador:**8C323456

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 03110016/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2022 2º CHAMADA**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E PREMIAÇÕES.

Órgão Gerenciador: Município de Delmiro Gouveia - AL.

Fornecedores Beneficiários: TECBOL LTDA CNPJ N.º 27.183.604/0001-77, valor global R\$ 117.537,38 (cento e dezessete mil quinhentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos) e TRINCA ESPORTES LTDA CNPJ N.º 02.902.969/0001-83 valor global de R\$ 196.716,88 (Cento e noventa e seis mil setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

Vigência: 12 (doze) meses

**ROSANGELLA FREIRE R. M. COSTA**

Secretária Municipal de Administração

Decreto n.º 01/2021, de 04 de janeiro de 2021

**Publicado por:**

Erika Vanessa Melo de Lima

**Código Identificador:**7FB1C19D

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO  
PORTARIA N.º 1149/2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PORTARIA N.º 1149/2022**

A PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º TORNAR PÚBLICA A ELIMINAÇÃO dos candidatos classificados no Concurso Público Edital nº 01/2020 listados no ANEXO I desta portaria, por não apresentação dos documentos exigidos para cumprimento dos requisitos necessários à posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias conforme o edital de convocação de nº 23/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Delmiro Gouveia, 23 de dezembro de 2022.

**ROSANGELA FREIRE ROCHA DE MENEZES COSTA**  
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

**ANEXO I**

INSC.	NOME	CARGO
1032370	LUCAS BRITO SANTANA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO (A)
1077295	GIOVANNA ALLANY PEREIRA CAVALCANTI DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO (A)
1094138	SORAIA FERREIRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO (A)
1057110	CAMILA BORBA RODRIGUES	ARQUITETO (A)
1101565	RODRIGO VANDERLEI VIEIRA	CONTADOR (A)
1101560	JONATHAS BARBOSA MEDEIROS	FISCAL AMBIENTAL
1014446	ALAN RAFAEL DA SILVA	PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA
983136	FLORIANO ALCANTARA DAMASCENO	TÉCNICO (A) AGRÍCOLA
1100999	MARLOS VITOR VIEIRA	TURISMÓLOGO (A)

**Publicado por:**  
Lucinea Lopes Santos Silva  
**Código Identificador:**67EC7DA3

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 1148/2022**

**GABINETE DO PREFEITO****PORTARIA Nº 1148/2022**

A Prefeita do Município de DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 623/1993 e Lei nº 860/2005.

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido, **ALDO ALVES DA SILVA**, portador (a) do CPF: 079.175.054-05, do cargo de **VIGILANTE ESCOLAR NVI T04 – CF**, da Secretaria de EDUCAÇÃO, do quadro de Cargos de Carreira de Provimento Efetivo, do Município de Delmiro Gouveia.

Delmiro Gouveia, 22 de dezembro de 2022.

**ROSANGELA FREIRE R. DE MENEZES COSTA**  
Secretária de Administração e Recursos Humanos

**Publicado por:**  
Lucinea Lopes Santos Silva  
**Código Identificador:**8223D3F0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

**AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGO METÁLICO PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS E MOTO TÁXI, A FINS DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL.**

O Departamento de Compras do Município de Delmiro Gouveia-AL convida as empresas especializadas no fornecimento do objeto acima especificado, a participar da pesquisa de preço conforme planilha descritiva que deverá ser solicitada através do e-mail [compradelmiro@gmail.com](mailto:compradelmiro@gmail.com).  
A cotação deverá ser enviada até o dia 30 de dezembro de 2022.

**JOSÉ CARLOS RODRIGUES**

Departamento de Compras

Delmiro Gouveia – AL, 23 de dezembro de 2022.

**Publicado por:**  
José Carlos Rodrigues  
**Código Identificador:**4DA7ABB4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo nº 01100012/2022 - Pregão Eletrônico nº 08/2022 - Contratação Direta  
Objeto: Aquisição de eletroeletrônico, mobílias para a casa de acolhimento.

Contratante: Município de Delmiro Gouveia - AL.

Contratadas: IMPERIO COMÉRCIO VAREJISTA DE MOVEIS LTDA CNPJ Nº 40.017.309/0001-09, valor contratual R\$ 17.404,00 (Dezessete mil quatrocentos e quatro reais) e SANDERLANE DE MELO SANTOS - ME CNPJ Nº 27.459.129/0001-19, valor contratual R\$ 46.427,00 (Quarenta e seis mil quatrocentos e vinte e sete reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

**ROSÂNGELA FREIRE R. M. COSTA**

Secretaria Municipal de Administração  
Decreto nº 01 de 04 de janeiro de 2021.

**Publicado por:**  
Erika Vanessa Melo de Lima  
**Código Identificador:**1507DD7F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

O município de Delmiro Gouveia, através da Comissão Técnica Organizadora designada pela Portaria n.º 497/2021, de 25 de novembro de 2021, responsável pela organização, coordenação e pelo andamento da seleção com base nas disposições do Edital nº 03/2022 no que se refere ao Processo Seletivo Simplificado para contratação e formação de cadastro de reserva por prazo determinado para execução de Oficinas de Corte e Costura no Centro de Atendimento à Mulheres Vítimas de Violência CEAM, divulga o resultado final conforme Item 11, obedecendo os itens 8 e 9.

FACILITADOR (A) DE OFICINA DE CORTE E COSTURA – (ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO)				
NOME	CPF	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
MARIA JOSÉ DOS SANTOS	###.021.7##-##	20/01/1965	70	CLASSIFICADO

**Publicado por:**  
Lucinea Lopes Santos Silva  
**Código Identificador:**35AE904E

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DE ALAGOAS**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA E EXTRATO DE CONTRATO**

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito do MUNICÍPIO DE ESTRELA DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, **ratifica** o presente processo fundamentado no Art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/93, em favor da empresa Val Med Produtos e Equipamentos Médicos Hospitalar EIRELI-EPP, CNPJ nº 05.980.425/0001-28, pelos itens de nº 1,2,4,6,7,8,9,10,11,12,13, 14,15,16,17,18,21,22,23,26,27,28,29,36,37,39,40,41,43,44,45,46,47



,48,49,50,51,52,54,59,60,61,62,63,65,67,68,69,70,75,76,77,78,79,80,82, 83,84,85,87,89,90,91,92,94,117,119,120,123,125,126,127,129,131, 132,133,135,136,145,146,147,148,150,154,156,157,167,168,169, 171, 175,176,177,178,179,180,181,188,189,190,191,193,194,195,196,197, 198,199,200,201,202,203,204,205,206,207,208,209,210,211,212, 213, 214,215,216,217,218,219,220,221,222,223,224,225,226,229,230,231, 232, 233,234,235,236,237,238,239,240,241,242,243,244,245,246,249, 251,252,253,254,255,256,257,258,259,260,261,262,263,264,265,266, 267,268,269,270,271,272,274,275,276,277,279, como SEGUNDO COLOCADA e TERCEIRO COLOCADA, pelo valor total na ordem de 2.221.599,57 (dois milhões, duzentos e vinte e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos), e a empresa HEALTHCARE & DUBEBÊ IND. COM. IMP. EXP. EIRELI-CNPJ: 18.252.904/0001-70, pelos itens de nº 227 e 228 como SEGUNDO COLOCADA, pelo valor total na ordem de R\$ 61.980,00 (sessenta e um mil, novecentos e oitenta reais). VALOR GLOBAL: R\$ 2.283.579,57 (dois milhões, duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos). Os itens 3,5,19,20,24,25,30,31,33,35,38,42,53,55,56,57,58,64,66,71,72,73,74, 81,86,88,93,95,118,121,122,124,128,137,138,149,151,155,172,173, 174,192,247,248,278, restaram-se fracassados.

Estrela de Alagoas, 15 de dezembro de 2022.

Aldo Lira de Jesus

Prefeito

#### EXTRATO DOS CONTRATOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DE ALAGOAS, CNPJ nº 24.176.307/0001-06. CONTRATO Nº 001/2022-ARP/DL - CONTRATADA: VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALAR EIRELI-EPP, CNPJ nº 05.980.425/0001-28. OBJETO: Contratação empresa segundo/terceiro colocada da ARP nº 12/2022-Pregão nº 003/2022-SRP, para Fornecimento dos itens desistentes de Medicamentos e Correlatos, pelos itens de nº 1,2,4,6,7,8,9,10,11,12,13, 14,15,16,17,18,21,22,23,26,27,28,29,36,37,39,40,41,43,44,45,46,47,48, 49,50,51,52,54,59,60,61,62,63,65,67,68,69,70,75,76,77,78,79,80,82, 83,84,85,87,89,90,91,92,94,117,119,120,123,125,126,127,129,131, 132,133,135,136,145,146,147,148,150,154,156,157,167,168,169, 171, 175,176,177,178,179,180,181,188,189,190,191,193,194,195,196,197, 198,199,200,201,202,203,204,205,206,207,208,209,210,211,212, 213, 214,215,216,217,218,219,220,221,222,223,224,225,226,229,230,231, 232, 233,234,235,236,237,238,239,240,241,242,243,244,245,246,249, 251,252,253,254,255,256,257,258,259,260,261,262,263,264,265,266, 267,268,269,270,271,272,274,275,276,277,279, como SEGUNDO e TERCEIRO COLOCADA, pelo valor total na ordem de 2.221.599,57 (dois milhões, duzentos e vinte e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos). CONTRATO Nº 002/2022-ARP/DL - CONTRATADA: HEALTHCARE & DUBEBÊ IND. COM. IMP. EXP. EIRELI-CNPJ: 18.252.904/0001-70. OBJETO: Contratação empresa segundo colocada da ARP nº 12/2022-Pregão nº 003/2022-SRP, para Fornecimento dos itens desistentes de Correlatos, pelos itens de nº 227 e 228 como SEGUNDO COLOCADA, pelo valor total na ordem de R\$ 61.980,00 (sessenta e um mil, novecentos e oitenta reais). CELEBRAÇÃO DO CONTRATO: 15/12/2022. VALIDADE: 12/05/2023. FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Aldo Lira de Jesus-Prefeito, pela Contratante e Vaudileide Pereira Santos-Representante Legal, e Luciano Nelson Silveira-Representante Legal, pelas Contratadas.

Estrela de Alagoas, 15 de dezembro de 2022.

**ALDO LIRA DE JESUS**

Prefeito

**Publicado por:**

Arnaldo de Araujo Alecio

**Código Identificador:**3CADD49B

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA GRANDE**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE** **HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **HOMOLOGAÇÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE FEIRA GRANDE/AL, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93 e com base nas previsões do inciso XXII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, resolve HOMOLOGAR o Certame Licitatório modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 029/2022 – que tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA VIAGENS AO JUAZEIRO DO NORTE/CE, com base nas informações aduzidas nos autos, sua plena regularidade.

**FLÁVIO RANGEL APÓSTOLO LIRA**

Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029-2022/PE. Processo: 2022.0810.026, PE 029/2022; Fund. Legal: Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações; Órgão Gerenciador: Município de Feira Grande/AL; Fornecedor Registrado: COOPERATIVA DOS MOTORISTAS AUTONOMOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ARAPIRACA LTDA, CNPJ/MF nº 08.602.078/0001-37; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para viagens ao Juazeiro do Norte/CE; Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura da ARP; Valor total da ata de registro de preços: R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais). Celebração do Registro: 23/10/2022; Signatários: Flávio Rangel Apóstolo Lira, pelo Órgão Gerenciador Gilvan de Souza e Silva, pela Fornecedor Registrado.

**Publicado por:**

Bruno Barbosa de Albuquerque

**Código Identificador:**8D29A894

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJA NOVA**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA** **RELATÓRIO FINAL DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2022** **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10270024/2022**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DAS PRACAS DOS POVOADOS LAGOA GRANDE E CHINARÉ**

Com base nas informações constantes na documentação apresentada e do relatório do setor de engenharia, ficam habilitadas as seguintes empresas:

1. UNICA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP, com o CNPJ sob o nº 14.554.855/0001-79
2. INOVA CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES – EPP, com o CNPJ sob o nº 28.660.503/0001-02

Fica aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação de recurso quanto a análise dos documentos de habilitação, contados a partir da publicação deste relatório no diário dos municípios alagoanos.

Os recursos ora interpostos pelas empresas, deverão ser protocolados na sede da prefeitura municipal de Igreja Nova/AL, endereçadas a comissão permanente de licitação.

Igreja Nova/AL em 14 de dezembro de 2022

Liliane dos Santos Presidente da Comissão	Octávio Teixeira Soares Neto Engenheiro Municipal
Adriana Maria Bezerra Barbosa Membro da Comissão	Randerson Bezerra Barbosa Membro da Comissão

**Publicado por:**  
Liliane dos Santos Muniz  
**Código Identificador:**C40432D5

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO INHAPI Nº 037-2021**

**CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI,** inscrita no CNPJ sob o nº 12.226.197/0001-60.

**CONTRATADA: A empresa YURI DEMETRUS NUENES SANTOS - ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 14.135.315/0001-50

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Este termo aditivo tem como objeto a alteração do Contrato INHAPI nº 037/2021.

1.1.1. O prazo de vigência e execução do Contrato INHAPI nº 037/2021 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, consecutivos e ininterrupto contados a partir do dia 22/12/2022 data de expiração do contrato original, vigorando até o dia 22/12/2023.

1.1.2. O preço global do Contrato INHAPI nº 037/2021, permanece inalterado.

**CLAUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

**DA RATIFICAÇÃO** - Ficam ratificadas todas as cláusulas do Contrato INHAPI nº 030/2021 não alteradas por este termo aditivo.

**SIGNATÁRIOS:** Sr LUIZ CELSO MALTA BRANDÃO FILHO pela Contratante, e o Srº. YURI DEMETRUS NUENES SANTOS NASCIMENTO SILVA pela Contratada.

Celebrado em: 22 de dezembro de 2022

**Publicado por:**  
Jose Flavio Lisboa da Silva  
**Código Identificador:**A3DF23C9

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARÉ DOS HOMENS**

**SECRET. MUN. DE CONTROLE, FINANÇAS E**  
**ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 005/2022-ADESÃO- CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACARÉ DOS HOMENS/AL, CNPJ nº 12.250.999/0001-06. CONTRATADO: GRANDE RIO VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.416.698/0001-20. Valor Global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE (PICK-UP), ZERO QUILOMETRO, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE JACARÉ DOS HOMENS/AL. Vigência do contrato: A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano. Data da assinatura: 23 de dezembro de 2022.

Jacaré dos Homens, 23 de dezembro de 2022.

**JOSÉ FLORIANO BENTO DE MELO**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Alex Junior Ferreira da Silva  
**Código Identificador:**933B8BEB

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARATINGA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 684/2022**

“DISPÕE SOBRE O REPASSE DE INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.994/14, E DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**JOSÉ SEVERINO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAPARATINGA/AL,** no uso de suas atribuições legais, encaminha a esta Casa Legislativa Municipal o presente projeto de lei para apreciação e aprovação:

Art.1º. Fica assegurado aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias o direito à percepção do repasse do Incentivo Financeiro Adicional, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014.

Art.2º. O montante do repasse será vinculado ao valor recebido pelo fundo municipal de saúde advindo da União através do Fundo Nacional de Saúde, no último trimestre de cada ano, no equivalente a 30% (trinta por cento) da verba do programa, a ser rateado entre os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, de forma igualitária, que estejam em pleno exercício da função; sendo o restante de 70% (setenta por cento) do montante destinado a melhorias nas condições de trabalho dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

Parágrafo Primeiro – O valor do Incentivo Financeiro Adicional a ser repassado aos agentes será atualizado de acordo com a legislação vigente a cada ano.

Parágrafo Segundo – O incentivo de que trata esta Lei tem caráter temporário, com duração estipulada enquanto durar o repasse da assistência financeira complementar da União, cessando-se a obrigação do incentivo aqui instituído tão logo cessados os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde deste Município.

Art.3º. Em nenhuma hipótese o incentivo ora disposto será pago com recursos próprios deste Município.

Art.4º. A verba a ser paga aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias terá natureza tão e somente de incentivo, não podendo ser incorporada à remuneração em nenhuma hipótese, nem ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens, tampouco fins previdenciários.

Art. 5º. Considerando que a integral execução da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais é exigida por lei para garantia ao pagamento do piso salarial profissional nacional de 2 (dois) salários mínimos, não terá direito à percepção do incentivo de que trata esta Lei o agente comunitário de saúde e o agente de combate às endemia que, no exercício do recebimento do repasse realizado pela União ao Município:

I – não tiver desempenhado suas funções de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias;

II – tiver sido, readaptado ou suspenso;

III – sofrer penalidade disciplinar de advertência e/ou suspensão;

IV – for exonerado, demitido ou tiver rescindido o contrato de trabalho;

V – afastar-se da função em virtude de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares;

VI – apresentar falta injustificada;

VII – não atingir as metas, indicadores, parâmetros mínimos estabelecidos pelos programas do Ministério da Saúde e das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

VIII – não ser aprovado em avaliação de desempenho.

**Paragrafo único – A avaliação de desempenho prevista no inciso VII do presente artigo será regulamentada através de portaria emitida pela Secretaria Municipal de saúde.**

Art. 6º. O valor do Incentivo Financeiro Adicional será repassado diretamente ao agente comunitário de saúde e ao agente de combate às endemias no mês subsequente ao recebimento pelo ente municipal dos recursos da União.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Saúde poderá definir, mediante portaria, critérios adicionais para a concessão do incentivo de que trata essa Lei, respeitada a regulamentação hierarquicamente superior sobre a matéria.

Art. 8º. Não haverá incidência de encargos sociais sobre o valor pago a título do incentivo financeiro adicional tratado nesta Lei.

Art. 9º. Os pagamentos da verba de que trata esta Lei correrão por conta exclusiva das dotações orçamentárias repassadas pelo Governo Federal, por meio de programa do Fundo Nacional de Saúde.

Art. 10. Os casos e omissões nesta Lei serão regulamentados por Decreto Executivo, caso necessário.

Art. 11. O incentivo tratado nesta lei destina-se aos Agente Comunitário de Saúde e aos Agente de Combate às Endemias efetivos e contratados por excepcional interesse público nos termos do parágrafo 5º.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Japaratinga/AL, 22 de dezembro de 2022.

**JOSÉ SEVERINO DA SILVA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Isadora Moreno de Oliveira  
**Código Identificador:**AA412E65

## **GABINETE DO PREFEITO** **LEI Nº 685/2022**

“Institui no âmbito da Administração Pública Municipal, o Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.”

**JOSÉ SEVERINO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAPARATINGA/AL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

### **CAPÍTULO I** **DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 1º** - Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

**Art. 2º** - Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

I - dotações orçamentárias a ele destinadas;

II – créditos adicionais suplementares a ele destinados;

III - produto de multas impostas por infração à Legislação Ambiental, lavradas pelo Município ou repassadas pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente;

IV - produto de licenças ambientais emitidas pelo Município;

V - doações de pessoas físicas e jurídicas;

VI - doações de entidades nacionais e internacionais;

VII - recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios;

VIII - preços públicos cobrados por análises de projetos ambientais e/ou dados requeridos junto ao cadastro de informações ambientais do Município;

IX - rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;

X - indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais de áreas verdes, devidas em razão de parcelamento irregular ou clandestino do solo;

XI - compensação financeira ambiental;

XII - outras receitas eventuais.

XIII - receitas advindas de lei municipal que destinam recursos ao meio a preservação de meio ambiente.

**§ 1.º** - As receitas descritas neste artigo, serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

**§ 2.º** - Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

### **CAPÍTULO II** **DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO**

**Art. 3º** - Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente, obedecidas as diretrizes Federais e Estaduais.

**Art. 4º** - O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Secretaria responsável pela gestão do meio ambiente no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e suas contas submetidas à apreciação do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA.

### **CAPÍTULO III** **DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO**

**Art. 5º** - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I – custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II – financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não-governamentais que visem:

a) a proteção, recuperação ou estímulo ao uso sustentado dos recursos naturais no Município;

b) o desenvolvimento de pesquisas de interesse ambiental;

c) o treinamento e a capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental;

d) o desenvolvimento de projetos de educação e de conscientização ambiental;



e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política

Municipal do Meio Ambiente;

f) outras atividades, relacionadas à preservação e conservação ambiental, previstas em resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

**Art. 6.º** - O Conselho Municipal do Meio Ambiente editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

**Art. 7.º** - Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, projetos incompatíveis com a Política Municipal do Meio Ambiente, assim como com quaisquer normas e/ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal vigentes.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 8.º** – As disposições pertinentes ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA.

**Art. 9.º** - No presente exercício, fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no montante necessário para atender às despesas com a execução desta Lei.

**Art. 10.º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Japaratinga/AL, 22 de dezembro de 2022

**JOSÉ SEVERINO DA SILVA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Isadora Moreno de Oliveira  
**Código Identificador:**8000D87E

#### **GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 035 /2022, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022.**

“Estabelece o Plano de Ação do Município de JAPARATINGA, para atender o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, nos termos do parágrafo único, do art. 18º, do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020.”

O Prefeito do Município de JAPARATINGA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO a determinação contida no art. 18, do Decreto Federal nº 10.540/2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido para o Município de JAPARATINGA o Plano de Ação, constante do Anexo Único, que é parte integrante do presente decreto, com a finalidade de ajustar o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e

Controle – SIAFIC, ao padrão mínimo de qualidade, estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020.

Art. 2º. O SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluindo a responsabilidade pela contratação, com ou sem rateio de despesas, utilizada pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídos Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, resguardada a autonomia.

§ 1º. É vedada a existência de mais de um SIAFIC no Município, mesmo que estes permitam a integração, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

§ 2º. Fica de responsabilidade exclusiva do órgão/autarquia/entidade/consórcio/outros, a manutenção no que tange a integração e consolidação dos dados dos sistemas estruturantes do SIAFIC do município de JAPARATINGA.

§ 3º. O SIAFIC tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial, além de controlar e permitir a evidência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, dos Órgãos de que trata o caput deste artigo.

Art.4º Os Procedimentos e desenvolvimento das ações necessárias para a implementação do Plano de Ação no prazo serão de responsabilidade conjunta dos seguintes Órgãos do Executivo e Legislativo:

Secretaria Municipal da Finanças

Setor de Contabilidade

Secretaria de Administração

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme art. 18, do Decreto Federal nº 10.540/2020.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de dezembro de 2022.

**JOSÉ SEVERINO DA SILVA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Isadora Moreno de Oliveira  
**Código Identificador:**7D6A5D68

#### **ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAMATAIA**

#### **GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 09/2022 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022**

ESTABELECE O PLANO DE ADEQUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JARAMATAIA, PARA ATENDER O PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE DO SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – SIAFIC, NOS TERMOS DO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020.

O Prefeito do Município de Jaramataia, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e na determinação contida no Decreto Federal nº 10.540/2020;

CONSIDERANDO a transparência da gestão fiscal de todos os entes federativos em relação à adoção de Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC, em observância do padrão mínimo de qualidade estabelecido no Decreto nº 10.540/2020;

CONSIDERANDO que o SIAFIC corresponde à solução tecnológica de informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, com finalidade de registrar atos e fatos relacionados a administração orçamentária, financeira e patrimoniais, controlando e permitindo sua evidência;

CONSIDERANDO a necessidade do município em elaborar seu plano de ação;

DECRETA:

**Art. 1º** Fica estabelecido para o Município de Jaramataia, o Plano de Adequação, que é parte integrante do presente decreto, com a finalidade de ajustar o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, ao padrão mínimo de qualidade, estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020.

**Parágrafo único.** Constará no anexo único deste decreto as ações e prazos a serem executados pela administração municipal, afim de implantação do SIAFIC.

**Art. 2º** - O SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluindo a responsabilidade pela contratação, com ou sem rateio de despesas, utilizada pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídos Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, resguardada a sua autonomia.

**§ 1º** - É vedada a existência de mais de um SIAFIC no Município, mesmo que estes permitam a integração, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

**Art. 3º** - Será instituída Comissão Mista, pelo Prefeito Municipal, mediante portaria que deverá ser composta, por no mínimo os seguintes servidores:

- Um servidor público ou responsável pelo setor da contabilidade da Prefeitura Municipal;
- Um servidor público ou responsável do Controle Interno Municipal;
- Um servidor público ou responsável do setor de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal;
- Um servidor público do setor de compras/licitação da Prefeitura Municipal; V - Um servidor público da Secretaria de Educação do município.

**Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaramataia/AL, 01 de dezembro de 2022.

**RICARDO MARTINS BARBOSA**

Prefeito

**Publicado por:**

José Claudio Luciano Freire  
Código Identificador:CB750A73

## ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO

Em cumprimento ao Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, considerando o que consta dos autos do presente processo, RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, incineração e destinação final de resíduos sólidos, através da empresa **SERQUIP TRATAMENTOS RESÍDUOS AL LTDA** – CNPJ nº 06.121.325/0001-09, no valor global de R\$ 60.815,04 (sessenta mil, oitocentos e quinze reais e quatro centavos), com fulcro na inteligência do art. 25, inc. I, do mesmo diploma legal

**Publicado por:**

Jose Fabiano da Silva Santos  
Código Identificador:8C868EED

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 712564/2022 – INEX 712564/2022 – Processo nº 7125645/2022 – Inexigibilidade de Licitação – Fundamentação Legal: Art. 25, I da Lei Federal nº 8.666/93 – Contratado: **SERQUIP TRATAMENTOS RESÍDUOS AL LTDA** CNPJ nº 06.121.325/0001-09 – Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, incineração e destinação final de resíduos sólidos, visando atender às necessidades do Município de JEQUIÁ DA PRAIA/AL, em especial à Secretaria Municipal de

Saúde – Valor global: R\$ 60.815,04 sessenta mil, oitocentos e quinze reais e quatro centavos) – Vigência: 12 (doze) meses.

**Publicado por:**

Jose Fabiano da Silva Santos  
Código Identificador:2A85CD02

## ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

### GABINETE DO PREFEITO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

**AVISO DE REVOGAÇÃO**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2022

O Prefeito do Município de Jundiá/AL, no uso de suas atribuições, e em conformidade com as determinações do art. 49 da Lei Federal Nº 8.666/93, resolve REVOLGAR o Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 010/2022, em decorrência de fatos supervenientes relativos às necessidades administrativas que ensejaram na reformulação do objeto termo de referência. Outrossim, assegura aos licitantes o disposto no Parágrafo Terceiro do referido artigo, restando a todos os interessados vistas à íntegra dos autos.

Jundiá/AL, 21 de dezembro de 2022.

**JORGE SILVIO LUENGO GALVÃO**

Prefeito

**Publicado por:**

Maria Betânia Leite Valença  
Código Identificador:3DB09C84

## GABINETE DO PREFEITO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

### DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

Em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/21, considerando o que consta dos autos do presente processo parecer Jurídico e do Controle interno Favorável, RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 009/2022 para a contratação direta, sem licitação, das empresas **R V DA SILVA PRODUÇÕES EPP CNPJ: 27.328.765/0001-01** empresa com sede na Rua Francisco Cavalcante Bandeira de Melo, 79- Centro – Novo Lino/AL, CEP 57.970-000 representante **MUSICAL BANDA OZ PLAYBOYZINHOS** (R\$ 25.000,00), **FELIPE DINIZ** (R\$ 30.000,00) e a empresa **IM – PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA CNPJ: 39.254.456/0001-13** empresa com sede na AV José Américo de Almeida, 340 – sala 401 CXPST 0002, bairro da Torre- João Pessoa/PB, CEP58.040-300, representante **MUSICAL ISRAEL MUNIZ** (55.000,00) conforme proposta apresentada, com fulcro na inteligência do **Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, do mesmo diploma legal.

Retorne à Comissão Permanente de Licitações para a adoção das medidas necessárias à efetivação da contratação.

Jundiá/AL 19 de dezembro de 2022.

**JORGE SILVIO LUENGO GALVÃO**

Prefeito

**Publicado por:**

Maria Betânia Leite Valença  
Código Identificador:C0C526F4

## ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRO

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO: 09270016/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 058/2022-SRP. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL COMO SERVIÇOS (SAAS – SOFTWARE AS A SERVICE) COM SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO, HOSPEDAGEM, CONSULTORIA, CONFIGURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUNQUEIRO, PARA PROVIMENTO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS, PLATAFORMA DE GESTÃO E OPERAÇÃO DOS MACROPROCESSOS DA SECRETARIA PARA OTIMIZAÇÃO OPERACIONAL E GERENCIAL DAS INFORMAÇÕES E PROCESSOS NO INTUITO DE INTEGRAR, MODERNIZAR E GERAR EFICIÊNCIA TODA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Data da Homologação: 21/12/2022. Vigência: 21/12/2022 a 21/12/2023. Fornecedor Registrado: SOGO TECNOLOGIA E SERVICOS S/A, CNPJ 29.345.698/0001-69, valor registrado: R\$ 226.300,00 (duzentos e vinte e seis mil e trezentos reais).

**Publicado por:**  
Alex Junior Ferreira da Silva  
**Código Identificador:**51987837

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**  
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 24/2021**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 24/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER – E O MUNICÍPIO DE MAJOR IZIDORO

P.A.: Processo nº 140.566.648/2021;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: PGE/PLI Nº 551/2015, PGE/ASS Nº 068/2018 e ratificado pelo DESPACHO PGE/GAB Nº 2120/2018, e art. 57, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993.

**COMPROMITENTE:** O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER, pessoa jurídica de direito público, autarquia estadual, inscrita no CNPJ/MF nº 15.731.016/0001-41, com sede na Rua Sá e Albuquerque, nº 502, Jaraguá, Maceió-AL, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Moisés Leandro da Silva, inscrito no CPF sob o nº 584.901.164-15,

**COMPROMISSADO:** MUNICÍPIO DE MAJOR IZIDORO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 12.228.904/0001-58, com sede na Rua Leopoldo Amaral s/n – Centro – Major Izidoro/AL, denominada **COMPROMISSADA**, neste ato representado por seu Prefeito, Theobaldo Cavalcante Lins Neto, inscrito no CPF nº 053.162.184-77.

**OBJETO DO TERMO ADITIVO:** O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do termo de Cooperação Técnica nº 24/2021.

**DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO:** 01/12/2022

**PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO:** 12 meses;

**SIGNATÁRIOS:** acima mencionados.

**Publicado por:**  
Patricia Oliveira Ferreira da Silva  
**Código Identificador:**38FDA5EC

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI**

**DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATO - CPL**  
**EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE**

**EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE**

**CONTRATO** nº: 94/2022, firmado em 23 de dezembro de 2022, oriundo do **Processo Administrativo** nº 3685/2022 entre a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI-AL**, inscrita no CNPJ/MF sob o 12.248.522/0001-96 e a pessoa jurídica **EMPRESA JOSÉ EDSON BEZERRA DE LIMA06023636403**, inscrito no CNPJ Nº 27.886.899/0001-48, localizado no Conjunto Residencial, Conjunto Nova Flexeiras, Quadra B, nº 11, Flexeiras -AL, Centro, CEP: 57995-000, neste ato representado pelo Senhor José Edson Bezerra de Lima, inscrito no CPF nº 060.236.364-03 e RG nº 2131062 SSP/AL.

**OBJETO:** Contratação de shows artístico musical de Show artístico musical de “**EDSON RAZEK**”, para realização de show na virada do ano, Réveillon, no dia 31/12/2022, a partir de 00h:00, no Trio Elétrico, na Avenida de Maragogi -AL.

**FUNDAMENTO LEGAL:** De acordo com o art. 25, inciso III da Lei Federal 8.666 de 21 de fevereiro de 1993.

**VIGÊNCIA:** A vigência do presente instrumento está restrita a data da sua assinatura até o dia e hora objeto deste e instrumento e enquanto perdurar as obrigações assumidas neste contrato.

**SIGNATÁRIOS:** pelo Contratante, **FERNANDO SÉRGIO LIRA NETO** e, pelo Contratado **EMPRESA JOSÉ EDSON BEZERRA DE LIMA06023636403**, inscrito no CNPJ Nº 27.886.899/0001-48, localizado no Conjunto Residencial, Conjunto Nova Flexeiras, Quadra B, nº 11, Flexeiras -AL, Centro, CEP: 57995-000, neste ato representado pelo Senhor José Edson Bezerra de Lima, inscrito no CPF nº 060.236.364-03 e RG nº 2131062 SSP/AL.

Maragogi-AL, 23 de dezembro de 2022.

**MARIA CRISTINA COSTA WANDERLEY**  
Diretora Municipal de Licitação e Contrato

**Publicado por:**  
Maria Cristina Costa Wanderley  
**Código Identificador:**6C4D2155

**DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATO - CPL**  
**EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE**

**EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE**

**CONTRATO** nº: 93/2022, firmado em 23 de dezembro de 2022, oriundo do **Processo Administrativo** nº 3684/2022 entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI-AL**, inscrita no CNPJ/MF sob o 12.248.522/0001-96 e a pessoa jurídica **EMPRESA IGOR LIMA TAVARES**, inscrita no CNPJ nº 22.910.564/0001-02, localizado na Rua Leonel Curvelo, nº 504, Suissa, Aracaju -SE, CEP nº 49.050-485, tef: (79) 9. 9838-9102, neste ato representado pelo Senhor Igor Lima Tavares, inscrito no RG nº 1326931 SSP/SE e CPF nº 819.867.185-49.

**OBJETO:** Contratação de shows artístico musical do “**BANDA FORRÓ MAIOR**”, para realização de show no dia do Réveillon, no dia 01/01/2023, a partir das 02h:00 da manhã, na Praça de Eventos, em Maragogi -AL.

**FUNDAMENTO LEGAL:** De acordo com o art. 25, inciso III da Lei Federal 8.666 de 21 de fevereiro de 1993.

**VIGÊNCIA:** A vigência do presente instrumento está restrita a data da sua assinatura até o dia e hora objeto deste e instrumento e enquanto perdurar as obrigações assumidas neste contrato.

**SIGNATÁRIOS:** pelo Contratante, **FERNANDO SÉRGIO LIRA NETO** e, pelo Contratado **EMPRESA IGOR LIMA TAVARES**, inscrita no CNPJ nº 22.910.564/0001-02, localizado na Rua Leonel Curvelo, nº 504, Suissa, Aracaju -SE, CEP nº 49.050-485, tef: (79) 9. 9838-9102, neste ato representado pelo Senhor **Igor Lima Tavares**, inscrito no RG nº 1326931 SSP/SE e CPF nº 819.867.185-49.

Maragogi-AL, 23 de dezembro de 2022.

**MARIA CRISTINA COSTA WANDERLEY**  
Diretora Municipal de Licitação e Contrato

**Publicado por:**  
Maria Cristina Costa Wanderley  
**Código Identificador:**60F72DD4



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**  
**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO**

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO**

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2022.

Partes: Prefeitura de Maravilha/AL e a empresa RENASCER DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 38.275.819/0001-34.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Contrato nº 01/2022 – Referente a contratação de empresa especializada para fornecimento de cestas básicas destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Maravilha/AL.

Vigência: 31 de dezembro de 2023 ou até um novo procedimento licitatório.

Data de Assinatura: 22 de dezembro de 2022.

Signatários: **Maria da Conceição Ribeiro de Albuquerque** pela **Contratante** e **Wanderson da Silva Lima** pela **Contratada** em MARAVILHA/AL.

**Publicado por:**  
Juan Rocha Soares  
**Código Identificador:**A2619926

**GABINETE DA PREFEITA**  
**DECRETO MUNICIPAL 041/2022**

**DECRETO MUNICIPAL 041/2022**

“DISPÕE SOBRE alterações nas FONTES DE RECURSOS, NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2023.”

**A PREFEITA Do município de MARAVILHA/AL**, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO** o Inciso III do artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023;

**Considerando** o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021.

**CONSIDERANDO** a Portaria Nº 710, de 25 de Fevereiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional;

**Decreta:**

**Art.1º** - As Funcionais programáticas e seus respectivos elementos de despesas, dispostos na **Lei Orçamentária Anual de 2023**, passaram a vigorar com a destinação de recursos para Municípios, estabelecidos pela Portaria Nº 710, de 25 de Fevereiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art.2º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art.3º** Este decreto entra em vigor na sua data de publicação.

MARAVILHA/AL, 22 DE DEZEMBRO DE 2022

**MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Juan Rocha Soares  
**Código Identificador:**E64E4F53

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS**  
**HUMANOS E DO PATRIMÔNIO**  
**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 01/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e o grupo **SAMBA LOVE**, representado pelo Sr. **MARÇAL CARVALHO SILVA**, inscrito sob o CPF nº **086.666.384-35**.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de apresentação artística do “vulgo” Grupo Samba Love, na festividade realizada na Praça da Juventude, no bairro da Poeira, neste Município que será realizada no dia 01/11/2022.

Valor Global: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)

Data de Assinatura: 21 de outubro de 2022

Vigência: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura.

Signatários:

Luiz Carlos de Oliveira Santos Filho

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL – CONTRATANTE**

Marçal Carvalho Silva

**GRUPO SAMBA LOVE - CONTRATADA**

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 02/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e o grupo **SAMBA LOVE**, representado pelo Sr. **MARÇAL CARVALHO SILVA**, inscrito sob o CPF nº **086.666.384-35**.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de apresentação artística do “vulgo” Grupo Samba Love, na festividade realizada na Rua Fechada, no bairro do Centro, neste Município que será realizada no dia 12/11/2022.

Valor Global: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)

Data de Assinatura: 10 de novembro de 2022

Vigência: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura.

Signatários:

Luiz Carlos de Oliveira Santos Filho

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL – CONTRATANTE**

Marçal Carvalho Silva

**GRUPO SAMBA LOVE - CONTRATADA**

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 03/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e o grupo **SAMBA LOVE**, representado pelo Sr. **MARÇAL CARVALHO SILVA**, inscrito sob o CPF nº **086.666.384-35**.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de apresentação artística do “vulgo” Grupo Samba Love, na festividade realizada na Praça da Juventude, referente a inauguração da segunda etapa da Praça da Juventude, neste Município que será realizada no dia 13/11/2022.

Valor Global: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)

Data de Assinatura: 10 de novembro de 2022

Vigência: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura.

Signatários:

Luiz Carlos de Oliveira Santos Filho

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL – CONTRATANTE**

Marçal Carvalho Silva

**GRUPO SAMBA LOVE - CONTRATADA**

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 04/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e **JOSIVAL SANTOS E BANDA**, representado pelo Sr. **JOSIVAL DOS SANTOS**, inscrito sob o CPF nº **109.983.614-02**.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de apresentação artística do “vulgo” **JOSIVAL SANTOS E BANDA** na festividade realizada no Povoado Pedras, em alusão a comemoração do Dia do Evangélico neste Município que será realizada no dia 14/11/2022.

Valor Global: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)

Data de Assinatura: 14 de novembro de 2022

Vigência: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura.

Signatários:

Luiz Carlos de Oliveira Santos Filho

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL – CONTRATANTE**

Josival dos Santos

**JOSIVAL SANTOS E BANDA - CONTRATADA****EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 06/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e o grupo **SAMBA LOVE**, representado pelo Sr. **MARÇAL CARVALHO SILVA**, inscrito sob o CPF nº **086.666.384-35**.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de apresentação artística do “vulgo” Grupo Samba Love, na festividade realizada na Praia do Francês, referente a Abertura de Verão, neste Município que será realizada no dia 11/12/2022.

Valor Global: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)

Data de Assinatura: 05 de dezembro de 2022

Vigência: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura.

Signatários:

Luiz Carlos de Oliveira Santos Filho

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL – CONTRATANTE**

Marçal Carvalho Silva

**GRUPO SAMBA LOVE - CONTRATADA****EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 09/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e o grupo **SAMBA LOVE**, representado pelo Sr. **MARÇAL CARVALHO SILVA**, inscrito sob o CPF nº **086.666.384-35**.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de apresentação artística do “vulgo” Grupo Samba Love, na festividade em alusão a temporada de verão, que ocorrerá na Praia do Francês neste Município que será realizada no dia 17/12/2022.

Valor Global: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)

Data de Assinatura: 09 de dezembro de 2022

Vigência: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura.

Signatários:

Luiz Carlos de Oliveira Santos Filho

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL – CONTRATANTE**

Marçal Carvalho Silva

**GRUPO SAMBA LOVE - CONTRATADA****EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 10/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e o grupo **SAMBA LOVE**, representado pelo Sr. **MARÇAL CARVALHO SILVA**, inscrito sob o CPF nº **086.666.384-35**.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de apresentação artística do “vulgo” Grupo Samba Love, na festividade realizada para a Comunidade, no bairro de Taperagua, neste Município que será realizada na noite de 17/11/2022.

Valor Global: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)

Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2022

Vigência: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura.

Signatários:

Luiz Carlos de Oliveira Santos Filho

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL – CONTRATANTE**

Marçal Carvalho Silva

**GRUPO SAMBA LOVE - CONTRATADA****EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 13/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e o grupo **SAMBA LOVE**, representado pelo Sr. **MARÇAL CARVALHO SILVA**, inscrito sob o CPF nº **086.666.384-35**.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de apresentação artística do “vulgo” Grupo Samba Love, na festividade realizada para a Comunidade, no bairro da Massagueira, neste Município que será realizada na noite de 22/12/2022.

Valor Global: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)

Data de Assinatura: 15 de dezembro de 2022

Vigência: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura.

Signatários:

Luiz Carlos de Oliveira Santos Filho

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL – CONTRATANTE**

Marçal Carvalho Silva

**GRUPO SAMBA LOVE - CONTRATADA**

**Publicado por:**

Letícia Maria de Lima e Silva

**Código Identificador:**E6E2A0F9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS HUMANOS E DO PATRIMÔNIO**  
**EXTRATO DA ARP Nº 008.1/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e a empresa **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA** inscrita sob o CNPJ **40.876.269/0001-50**.

Objeto: Registro de preço para aquisição de material de expediente  
Fundamentação jurídica: Na lei federal nº 8.666/1993 e na lei nº 10.520/2022

Valor Total: R\$ 168.961,60 (cento e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e um e sessenta centavos).

Data de Assinatura: 18 de março de 2022

Vigência: A presente ARP terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua prorrogação de acordo com os fundamentos legais.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO/AL – CONTRATANTE**

Raíssa Rabêlo Ferreira

**DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA – CONTRATADA**

Arykoerne Lima Barbosa

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, DOS REC. HUMANOS E DO PATRIMÔNIO – INTERVENIENTE**

\*replicado por incorreção

**EXTRATO DA ARP Nº 008.2/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e a empresa **F DE ARAÚJO FIGUEIREDO EMBALAGENS EIRELI**, inscrita sob o CNPJ **32.793.363/0001-18**.

Objeto: Registro de preço para aquisição de material de expediente  
Fundamentação jurídica: Na lei federal nº 8.666/1993 e na lei nº 10.520/2022

Valor Total: R\$ 118.748,92 (cento e dezoito mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos).

Data de Assinatura: 18 de março de 2022

Vigência: A presente ARP terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua prorrogação de acordo com os fundamentos legais.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO/AL – CONTRATANTE**

Felipe de Araújo Figueiredo

**F DE ARAÚJO FIGUEIREDO EMBALAGENS EIRELI – CONTRATADA**

Arykoerne Lima Barbosa

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, DOS RECURSOS HUMANOS E DO PATRIMÔNIO – INTERVENIENTE**

\*replicado por incorreção

**EXTRATO DA ARP Nº 008.3/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e a empresa **ARAUJO E ARAUJO DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS HOSPITALARES E DO PATRIMÔNIO**, inscrita sob o CNPJ **35.268.383/0001-68**

Objeto: Registro de preço para aquisição de matéria expediente  
Fundamentação jurídica: Na lei federal nº 8.666/1993 e na lei nº 10.520/2022

Valor Total: R\$ 8.577,00 (oito mil, quinhentos e setenta e sete reais).

Data de Assinatura: 18 de março de 2022

Vigência: A presente ARP terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua prorrogação de acordo com os fundamentos legais.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO/AL – CONTRATANTE**

Walther Ricardo Araújo da Rocha

**ARAUJO E ARAUJO DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS HOSPITALARES E DO PATRIMÔNIO – CONTRATADA**

Arykoerne Lima Barbosa

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, DOS REC. HUMANOS E DO PATRIMÔNIO – INTERVENIENTE**

\*repblicado por incorreção

**EXTRATO DA ARP Nº 008.4/2022**

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO** e a empresa **MIX PAPELARIA EIRELI- ME** inscrita sob o CNPJ **24.180.611/0001-27**.

Objeto: Registro de preço para aquisição de material de expediente  
Fundamentação jurídica: Na lei federal nº 8.666/1993 e na lei nº 10.520/2022

Valor Total: R\$ 15.359,73 (quinze mil, trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e três centavos).

Data de Assinatura: 18 de março de 2022

Vigência: A presente ARP terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua prorrogação de acordo com os fundamentos legais.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO/AL – CONTRATANTE**

Marcio de Moura Porangaba

**MIX PAPELARIA EIRELI- ME – CONTRATADA**

Arykoerne Lima Barbosa

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, DOS REC. HUMANOS E DO PATRIMÔNIO – INTERVENIENTE**

\*repblicado por incorreção

**Publicado por:**

Letícia Maria de Lima e Silva

**Código Identificador:**45603306

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS HUMANOS E DO PATRIMÔNIO**  
**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 0905.001/2022**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO/AL**

**1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 0905.001/2022**

Partes: PMMD e **CLINICA FÉ LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.813.792/0001-01

Fundamento Legal: Considerações do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por mais 180 (cento e oitenta) dias, contados do encerramento da vigência do Termo de Contrato.

**CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Permanecem ratificadas as demais Cláusulas contratuais não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Data da Assinatura: 04 de novembro de 2022.

Signatários:

Cláudio Roberto Ayres da Costa

Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro – **CONTRATANTE**

Edson Maia Nobre de Abreu

**CLINICA FÉ LTDA - CONTRATADA**

\*repblicado por incorreção.

**Publicado por:**

Letícia Maria de Lima e Silva

**Código Identificador:**BEDA06A0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS HUMANOS E DO PATRIMÔNIO**  
**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 2311.01/2022**

Partes: PMMD e **PATRICIA DA SILVA LIMA**, inscrito no CPF sob o nº 053.270.063-52.

**Fundamento Legal:** Lei nº 8.666/93, especialmente o art. 25, III, do referido diploma legal.

**Objeto:** prestação do serviço de apresentação artística do “vulgo” **BANDA OS PENETRAS**, através da representante **PATRICIA DA SILVA LIMA**, na Arena Copa, Centro Histórico, neste Município, que será realizado no dia 24/11/2022, conforme proposta de preços apresentada, bem como, consoante projeto básico da contratação.

**Preço:** R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

**Vigência:** O prazo de vigência deste contrato é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

**Data de Assinatura:** 23 de novembro de 2022.

Signatários:

**CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA – PREFEITO**

**MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO – CONTRATANTE**

**LIVIA ALANA SILVA LOPES – SECRETÁRIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – INTERVENIENTE**

**PATRICIA DA SILVA LIMA**

**PATRICIA DA SILVA LIMA – CONTRATADA**

**Publicado por:**

Letícia Maria de Lima e Silva

**Código Identificador:**317DB376

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, DOS RECURSOS HUMANOS E DO PATRIMÔNIO**  
**AVISO DE NOTIFICAÇÃO**

O Município de Marechal Deodoro/AL, no uso de suas atribuições, vem por meio deste, **NOTIFICAR** a empresa **GLÓRIA FARMA DISTRIBUIDORA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **10.436.883/0001-30**, a apresentar defesa ao Departamento de Contratos e Convênios, tendo o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do extrato desta notificação, em respeito ao artigo 87, §2º, da Lei nº 8.666/1993. Em razão de descumprimento contratual. Portanto ficará sujeita a rescisão da Ata de Registro de Preços nº 060.12/2021, e a aplicação da penalidade de acordo com os artigos 87 da Lei 8666/93, que enseja a suspensão temporária de participação em licitação com este Município, e, também a multa.

Para maiores informações: Rua Dr. Tavares Bastos, nº 215, Centro, Marechal Deodoro.

Marechal Deodoro/AL, 23 de dezembro de 2022.

**GILMAR PEIXOTO DOS SANTOS JÚNIOR**

Departamento de Contratos e Convênios

**Publicado por:**

Letícia Maria de Lima e Silva

**Código Identificador:**623A4360

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**  
**HOMOLOGAÇÃO**



**PROCESSO Nº 09050094/2022**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2022**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO**, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores

**RESOLVE:**

**HOMOLOGAR** o julgamento procedido pela Comissão Permanente de Licitação que declarou vencedora do presente certame licitatório a empresa **A-QUATRO ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 35.631.449/0001-32, no valor de R\$ 2.487.951,85 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), referente a contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de construção de uma escola de 4 salas de aulas no povoado Mucuri, localizado no município de Marechal Deodoro por ter a mencionada empresa cumprido todas as exigências do Edital.

Marechal Deodoro - Alagoas, 22 de dezembro de 2022.

**CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Jair Barcelos Cerqueira  
**Código Identificador:**F95973A9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E**  
**INFRAESTRUTURA**  
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**PROCESSO Nº 09050094/2022**

Tendo em vista o cumprimento de todas as formalidades legais constantes dos dispositivos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e, a teor do art. 43, VI, da referida Lei **ADJUDICO** o objeto da **TOMADA DE PREÇOS 17/2022**, que é a contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de construção de uma escola de 4 salas de aulas no povoado Mucuri, no município de Marechal Deodoro - AL, em favor da empresa **A-QUATRO ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 35.631.449/0001-32, por ter a mencionada empresa cumprido todas as exigências do Edital.

Marechal Deodoro - Alagoas, 22 de dezembro de 2022.

**CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Jair Barcelos Cerqueira  
**Código Identificador:**CCAA779D

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIBONDO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**LEI MUNICIPAL Nº 867 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

**LEI MUNICIPAL Nº 867 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

*“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução do orçamento para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências”.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARIBONDO, ESTADO DE ALAGOAS/AL**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**SEÇÃO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao artigo 165 §2º da Constituição Federal e as determinações da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, as diretrizes para elaboração dos orçamentos para o exercício financeiro de 2023.

**Art. 2º** - Entende-se por Diretrizes Orçamentárias as instruções e orientações para elaboração do orçamento para o exercício financeiro de 2023.

**SEÇÃO II**  
**DOS GASTOS MUNICIPAIS**

**Art. 3º** - Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de materiais, bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

**Art. 4º** - Os gastos municipais são estimados por serviços mantidos pelo Município, considerando-se:

- I** – A carga de trabalho estimada para o exercício financeiro;
- II** – Fatores conjunturais que possam afetar os gastos;
- III** – Recursos destinados ao pagamento e parcelamento da Dívida Fundada;
- IV** – Recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais.

**SEÇÃO III**  
**DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO**

**Art. 5º** - Constituem Receitas do Município aquelas provenientes:

- I** – Dos tributos de sua competência;
- II** – De atividades econômicas;
- III** – De transferências constitucionais e voluntárias;
- IV** – Das alienações;
- V** – Dos empréstimos e financiamentos autorizados por Lei, destinados à despesa de capital.
- VI** – Das contribuições sociais para o Regime Próprio de Previdência Social.

**Art. 6º** - A estimativa das receitas considerou:

- I** – Os fatores conjunturais que passam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;
- II** – A carga de trabalho estimada para o serviço, quando este for remunerado;
- III** – Alterações na legislação tributária;
- IV** – A variação do índice de preços;
- V** – A arrecadação dos últimos 03 (três) exercícios encerrados e a previsão para 2022.

**Art. 7º** - O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência;

**§1º** - O Município não poupará esforços no sentido de diminuir o valor da dívida ativa;

**§2º** - O Município procurará modernizar a máquina fazendária no sentido de aumentar a arrecadação;

**§3º** - A lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária só poderá ser aprovada ou editada se cumpridas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS**

**Art. 8º** - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2023 estão estabelecidas na lei do Plano Plurianual – PPA 2022/2025.

**Art. 9º** - Quando da Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão obedecer aos atos normativos que estiverem vigentes.

**Parágrafo Único** – Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º, da LRF).

**CAPÍTULO III**

## **A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO**

### **SEÇÃO I**

#### **Da Organização dos Orçamentos**

**Art. 10º** - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

**I** – Orçamento Fiscal;

**II** – Orçamento da Seguridade Social;

**§1º** - O Orçamento Fiscal tratará da política fiscal e abrangerá os Poderes Executivos e Legislativos, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**§2º** - O Orçamento de Seguridade Social abrangerá as áreas de Saúde e Assistência Social.

**Art. 11** – A Lei Orçamentária para o exercício de 2023 apresentará, conjuntamente, a programação do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, na qual a discriminação:

**I** – da Receita obedecerá ao disposto na Portaria STN 163, de 04 de maio de 2001 e Portaria Conjunta STN/SOF 21, de 23 de fevereiro de 2021, e suas alterações;

**II** – da Despesa far-se-á por unidade orçamentária, por função, subfunção, programa, projeto ou atividade, obedecendo à classificação funcional expressa na Portaria MOG 42, de 14 de abril de 1999 e suas atualizações.

**Art. 12** – A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

**I** – a Fundos Especiais;

**II** – às Ações de Saúde;

**III** – às Ações de Assistência Social;

**IV** – ao Regime Próprio de Previdência Social;

**IV** – à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

**Art. 13** – No Projeto de Lei Orçamentário para o exercício financeiro de 2023 as Despesas com Pessoal e Encargos não poderão ultrapassar o limite prudencial estabelecido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00.

**Parágrafo Único** – Caso o Município, quando da elaboração da Lei Orçamentária para 2023, já esteja acima do limite previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, as vedações contidas no referido artigo deverão ser observadas quando da fixação destes gastos.

**Art. 14** – O Município não gastará menos que 25% (vinte e cinco por cento) no Desenvolvimento do Ensino, nem menos que 15% (quinze por cento) nas ações de saúde, em relação às receitas resultantes de impostos, conforme determina o art. 212 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 29, respectivamente, devendo a Lei Orçamentária para 2023 já fixar tais valores mínimos.

**Parágrafo Único** – O Município se comprometerá em aplicar parte de suas receitas na promoção eficaz de políticas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes apoiando o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

**Art. 15** – Constará da Lei Orçamentária recurso para pagamento de sentenças judiciais, consoante determina o art. 100 da Constituição Federal.

**Art. 16** – O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

**I** – Texto da lei;

**II** – Quadros orçamentário consolidado;

**III** – Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e despesa na forma definida nesta Lei;

**IV** – Demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

**Parágrafo Único** - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

**Art. 17** – Para efeito do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal e as entidades da Administração Indireta encaminharão, ao Poder Executivo, até 30 de julho de 2022, sua respectiva proposta

orçamentária, para, se compatível com as determinações previstas na Constituição ou em lei infraconstitucional, serem incluídas no projeto de lei orçamentária, observadas também as disposições desta Lei.

**Art. 18** – O Poder Executivo encaminhará a proposta orçamentária para apreciação do Legislativo até 15 de setembro de 2022, prazo suficiente para estimar a receita de acordo com os índices da União e do Estado, bem como da Execução Orçamentária de 2022.

### **SEÇÃO II**

#### **Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas**

**Art. 19** – A Lei Orçamentária conterá dotação para Reserva de Contingência no valor de até 3% (três por cento) da receita corrente líquida para o exercício de 2022, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, além de fonte de recursos destinada a abertura de Créditos Adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MOG nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais anexo a esta lei.

**Art. 20** – Para efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se referem os incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e posteriores alterações, bem como aquelas oriundas de aumento das alíquotas previdenciárias patronais.

**Art. 21** – As despesas de caráter continuado terão aumento limitado ao mesmo percentual verificado na Previsão da Receita para 2023 em relação ao exercício financeiro de 2022, desde que não comprometa as metas fiscais estabelecidas para o exercício de 2023.

**Parágrafo Único** - Na hipótese de ocorrer às circunstâncias estabelecidas no caput do art.9º, ou no inciso II, § 1º, do art. 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, os poderes Executivo e Legislativo deverão proceder à respectiva limitação de empenho, no montante e prazo previstos nos respectivos artigos.

### **SEÇÃO III**

#### **Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias e dos Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo**

**Art. 22** – O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório da Receita Tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 efetivamente realizados no exercício financeiro de 2022, cujo parâmetro define o montante da previsão orçamentária destinada ao Legislativo relativa ao exercício de 2023.

**Art. 23** – O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

**Parágrafo Único** - Ao final do exercício financeiro, o saldo de recursos do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos:

**I** – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

**II** – outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

**Art. 24** – A execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação contábil.

### **SEÇÃO IV**

#### **Da Disposição Sobre Novos Projetos**

**Art. 25** – Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

**I** – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

**II** – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público.

**Parágrafo Único** - Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários, ou que seja custeado por outra esfera de Governo.

## SEÇÃO V

### Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

**Art. 26** - O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica, conforme preconiza a Constituição da República em seu inciso VIII, do art. 167, a entidades da administração indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira.

## SEÇÃO VI

### Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

#### Subseção I

#### Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

**Art. 27** - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

**I** - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

**II** - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

**III** - atendam ao disposto no artigo 204 da Constituição da República, no artigo 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

**Parágrafo Único** - para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS;
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal;
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual;
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal;
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS;
- f) Certidão de Comprovação de Filantropia emitida pelo INSS; e
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

#### Subseção II

#### Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

**Art. 28** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social.

**Parágrafo Único** - a transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente do Município, que analisará os casos individualmente, aprovando-os ou não.

**Art. 29** - A transferência de recursos públicos para cobrir necessidades de pessoas jurídicas sem fins lucrativos deverá ser autorizada na Lei Orçamentária Anual ou por lei específica e, ainda, atender a entidade que abranja atividades nas áreas de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo ou educação.

**§1º** - a transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal a qual a entidade privada seja relacionada, de acordo com a atividade executada.

**§2º** - a transferência de recurso dependerá da apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS;
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal;
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual;
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal;
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS; e
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## SEÇÃO VII

### Dos Créditos Adicionais

**Art. 30** - A Lei Orçamentária autorizará a abertura de créditos adicionais, do tipo suplementar, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita prevista para o Exercício de 2023.

**Art. 31** - Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2022, poderão ser reabertos, pelos seus saldos, no exercício de 2023, por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício corrente.

## SEÇÃO VIII

### Transposição, Remanejamento e Transferência de Dotações Orçamentárias.

**Art. 32** - Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

**§1º** - A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir desvios de planejamento.

**§2º** - Para efeitos das leis orçamentárias, entende-se por:

**I** - Transposição - o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

**II** - Remanejamento - deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade;

**III** - Transferência - deslocamento permitido de dotações de um mesmo programa de Governo.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

#### SEÇÃO I

#### Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

**Art. 33** - A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Administrações Indiretas, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

#### SEÇÃO II

#### Das Despesas com Pessoal

**Art. 34** - No exercício de 2023, quando a despesa total com pessoal exceder o limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101 de 2000, a realização de serviço extraordinário em qualquer dos Poderes somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

**I** - situações de emergência ou calamidade pública;

**II** - situações em que possam estar em risco à segurança de pessoas ou bens;

**III** - a relação custo-benefício se revelar favorável em relação à alternativa possível.

**Art. 35** - A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023 não poderá fixar o total das Despesas com Pessoal e Encargos acima do limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101 de 2000, devendo este limite ser observado por cada Poder, separadamente.

**Art. 36** - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídicos:

**I** - concessão de aumento de remuneração, como forma de revisão geral anual;



**II** – criação de cargos, empregos e funções de confiança, observadas as necessidades da Administração Pública;

**III** – reforma do plano de carreira do magistério público municipal;

**IV** – alteração da estrutura de carreiras;

**V** – admissão de pessoal por aprovação em concurso público para cargo ou emprego público, com disponibilidade de vagas;

**VI** – designação de função de confiança ou cargo em comissão, com disponibilidade de vagas;

**VII** – concessão de abono remuneratório aos servidores em exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

**VIII** – contratação de pessoal por tempo determinado, nos casos de excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, e que venham a atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada, face às características da necessidade da contratação.

**§1º** - O atendimento ao disposto neste artigo deverá ser observado pelos Poderes Executivo e Legislativo;

**§2º** - Lei específica deverá ser editada quando da implantação dos incisos II, III e IV;

**§3º** - No caso de implantação do inciso I deste artigo, lei específica deverá ser editada definindo o índice e o mês da revisão, observando-se sempre os limites mínimos e máximos para os salários, além dos limites das despesas com pessoal, previstos no inciso III, art. 20 e vedações do parágrafo único, inciso I do art. 22, todos da Lei Complementar nº 101 de 2000;

**§4º** - Nos casos dos incisos deste artigo, deverá sempre ser observado o que preconizam os artigos 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 23 da Lei Complementar nº 101 de 2000, quando de sua implantação.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 37** – Na política de administração tributária do Município, fica definida a seguinte diretriz para 2023, podendo, até o final do exercício, legislação específica dispor sobre:

**I** - revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:

- a)** Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;
- b)** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, observando-se a Lei Complementar nº 116 de 2003;
- c)** Regulamentação do Simples Nacional, no âmbito do Município.

**Art. 38** – Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

**Parágrafo Único** – caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão contingenciadas as previsões de receitas e a fixação de dotações orçamentárias, de forma a restabelecer o equilíbrio entre receita e despesas.

## **CAPÍTULO VI DO NÃO ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS**

**Art. 39** – A limitação de empenho prevista no Parágrafo Único do art. 21 desta Lei deverá seguir a seguinte ordem de limitação:

**I** – No Poder Executivo:

- a)** diárias;
- b)** realização de serviço extraordinário;
- c)** aquisição de material de consumo;
- d)** realização de obras com recursos próprios.

**II** – No Poder Legislativo:

- a)** diárias;
- b)** realização de serviço extraordinário;
- c)** aquisição de material de consumo;
- d)** realização de obras com recursos próprios.

**§1º** - As limitações previstas no inciso I deste artigo não podem abranger os projetos e atividades cuja despesa constitui obrigação constitucional ou legal de execução;

**§2º** - Em não sendo suficiente, ou sendo inviável sob o ponto de vista da administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

**I** – das despesas com pessoal e encargos sociais;

**II** – das despesas necessárias para o atendimento à saúde;

**III** – das despesas necessárias para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

**IV** – das despesas necessárias para o atendimento à Assistência Social;

**V** – das despesas com pagamento de Aposentadorias e Pensões;

**VI** – das despesas com o pagamento dos encargos e do principal da dívida consolidada do Município;

**VII** – das despesas com o pagamento de precatórios judiciais.

**§3º** - A limitação de empenho corresponderá, em termos percentuais, ao valor ultrapassado da meta de resultado primário ou nominal, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais.

## **CAPÍTULO VII DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS**

**Art. 40** – O Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social será elaborado obedecendo-se os ditames da Portaria nº 509/2013 do Ministério da Previdência Social, e suas alterações.

**Parágrafo Único** – O Regime Próprio de Previdência Social do Município encaminhará sua proposta orçamentária ao Poder Executivo até 30 de julho de 2022.

**Art. 41** – O Cálculo Atuarial previsto nesta Lei deverá ser avaliado e as alterações de alíquotas de custeio proposta no cálculo, deverão comparadas, a partir de alteração na legislação do RPPS, a fim de que se preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 42** – Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101 de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou acordo, com a União ou Estados, com vistas:

- I** – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II** – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III** – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV** – a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades dos Entes envolvidos;
- V** – a realização de obras e serviços públicos de interesse público local.

**Art. 43** – Na hipótese de até 31 de dezembro de 2022, o Projeto da Lei Orçamentária para o Exercício de 2023, não ter sido devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante da proposta encaminhada, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

- I** – No montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.
- II** – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

**Art. 44** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**LEOPOLDINA MARIA DE OLIVEIRA AMORIM**  
Prefeita

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio aos 22 dias do mês de dezembro de 2022.

**CARLOS ALBERTO FALCÃO PEDROSA NETTO**  
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**  
Cleiton Sinvaldo de Lima  
**Código Identificador:** 1FEF6634

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
LEI MUNICIPAL Nº 868 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

**LEI MUNICIPAL Nº 868 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

*“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MARIBONDO/AL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS”.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARIBONDO, ESTADO DE ALAGOAS/AL**, faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta Lei estima a receita do Município para o exercício financeiro de 2023 no montante de R\$ 67.274.248,20 (sessenta e sete milhões, duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte centavos) e fixa a despesa em igual valor, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal e com base no disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social, referente aos Poderes do Município, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias mantidas pelo Poder Público.

**CAPÍTULO II  
DO ORÇAMENTO GERAL  
Seção I**

**Da Estimativa da Receita e da Fixação da Despesa**

**Art. 2º** - O valor da receita orçamentária estimada e o da despesa orçamentária fixada no Orçamento Fiscal foram de R\$ 43.046.747,66 (quarenta e três milhões, quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

**Art. 3º** - O valor da receita orçamentária estima e a despesa orçamentária fixada no orçamento da seguridade social foi de R\$ 24.227.500,24 (vinte e quatro milhões, duzentos e vinte e sete mil e quinhentos reais e cinquenta e quatro centavos).

**Seção II  
Da Autorização**

**Art. 4º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados, criando se necessário elemento de despesa dentro de cada ação:

**I** – decorrente de anulação parcial ou total de dotações, até o limite de **20% (vinte por cento)**, de acordo do estabelecido no art. 43, inciso II da Lei nº 4.320/1964 e com base no art. 167, inciso VI da Constituição Federal;

**Parágrafo Único** – Fica assegurada a abertura de crédito suplementar para o Poder Legislativo deste Município no exercício financeiro 2023, caso o orçamento para a Câmara Municipal para o mesmo ano seja em valor inferior ao equivalente ao percentual de 7% (sete por cento) do somatório da Receita Tributária e das transferências Constitucionais, conforme §1º do Art. 103 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 2º da Emenda Constitucional n. 58/2009.

**II** – decorrente de produto de operações de créditos autorizados até o limite de **10% (dez por cento)**, da receita estima, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, conforme estabelecido no art. 43, §1º, inciso IV da Lei nº 4.320/1964;

**III** – decorrente de superávit financeiro até o limite apurado, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso I e §2º da Lei nº 4.320/1964;

**IV** – decorrente do excesso de arrecadação até o limite verificado, conforme estabelecido no art. 43, §1º, inciso II e §3º e §4º da Lei nº 4.320/1964;

**V** – decorrente da anulação da Reserva de Contingência, em estrita observância ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023.

**§1º** - A apuração do excesso de arrecadação, de que trata o art. 43, §3º da Lei nº 4.320/1964, será realizada em cada fonte de recursos identificada na execução orçamentária da receita para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I, da Lei Complementar 101/2000.

**§2º** - Os recursos oriundos de convênios e contratos de repasse não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados pelo Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares.

**§3º** - A apuração do superávit financeiro, de que trata o art. 43, §1º, inciso I e §2º da Lei nº 4.320/1964, será realizada em cada fonte de recursos identificada no Balanço Patrimonial do exercício anterior para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I, da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 5º** - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, bem como, realocar saldos dentro da mesma categoria de programação, criando, quando necessário, novos elementos de despesas, nos seguintes casos:

**I** – Atender a insuficiência das dotações do grupo de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, mediante a utilização de recursos oriundos de anulações de despesas consignadas no mesmo grupo de gastos;

**II** – Atender o pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização do principal e juros da dívida contratual, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações de qualquer grupo de despesas;

**III** – Atender insuficiência de outras despesas de custeio e de capital consignadas nos Programas de Trabalho, mediante a anulação de dotações, inclusive criando elementos de despesa;

**Parágrafo único** – os remanejamentos previstos neste artigo serão autorizados por Decreto do Executivo Municipal, não onerando o limite de autorização para abertura de créditos adicionais previstos no art. 4º desta Lei.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

**Leopoldina Maria de Oliveira Amorim**  
Prefeita

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio aos 22 dias do mês de dezembro de 2022.

**CARLOS ALBERTO FALCÃO PEDROSA NETTO**  
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**  
Cleiton Sinvaldo de Lima  
**Código Identificador:9CC41E9C**

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA GRANDE**

**LICITAÇÃO  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE  
COOPERAÇÃO TÉCNICA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 33/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER – E O MUNICÍPIO DE MATA GRANDE

P.A.: Processo nº 140.566.1127/2021;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Despachos PGE-PLIC-CD nº 2362/2018 ratificado pelo DESPACHO PGE/PLIC-CD Nº 3886/2018, e art. 57, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993.

COMPROMITENTE: O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

**SUSTENTÁVEL – EMATER**, pessoa jurídica de direito público, autarquia estadual, inscrita no CNPJ/MF nº 15.731.016/0001-41, com sede na Rua Sá e Albuquerque, nº 502, Jaraguá, Maceió- AL, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Sr. Moisés Leandro da Silva, inscrito no CPF sob o nº 584.901.164-15.

**COMPROMISSADO: O MUNICÍPIO DE MATA GRANDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 12.226.205/0001-79, com sede na Rua Ubaldo Malta s/n – Centro – Mata Grande/AL, denominada **COMPROMISSADA**, neste ato representado por seu Prefeito, Erivaldo de Melo Lima, inscrito no CPF nº 325.858.614-49.

**OBJETO DO TERMO ADITIVO:** O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do termo de Cooperação Técnica nº 33/2021.

**DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO:** 02/12/2022;

**PRazo DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO:** 12 meses;

**SIGNATÁRIOS:** acima mencionados.

**Publicado por:**

Ana Maria Soares da Silva

**Código Identificador:**B2F8BBBB

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO (REABERTURA DOS LOTES**  
**DAS EMPRESAS DESISTENTES DO CERTAME) REF.**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18./2022. REGISTRO DE PREÇOS**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**(Reabertura dos lotes das empresas desistentes do certame)**

**Ref. Pregão Eletrônico nº 18./2022.**

**Registro de Preços**

O Prefeito do Município de Messias, no uso de suas atribuições e prerrogativas, considerando legais os procedimentos adotados, e, ainda, para que se produzam os devidos e legais efeitos,

**RESOLVE:**

**HOMOLOGAR** o resultado da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 18./2022 (**BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**), cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de material de limpeza, destinados à manutenção das atividades das secretarias municipais do Poder Executivo do município de Messias/AL, em favor das empresas empresa **MRB DISTRIBUIDORA DE ACESSÓRIOS EMPRESARIAIS EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 12.183.082/0001-36, que na ocasião atendeu aos termos do instrumento convocatório da licitação, para a execução do objeto licitado, ficando as mesmas convocadas para assinatura da ata de registro de preços, nos termos do art. 64 caput, da lei nº 8.666/93, sob as penas da lei.

Publique-se como condição de eficácia dos autos.

Messias/AL, 23 de dezembro de 2022.

**MARCOS JOSÉ HERCULANO DA SILVA**

Prefeito

**Publicado por:**

Jose Dolberon da Silva

**Código Identificador:**AC004980

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO LINO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 23.1/2022**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**O MUNICÍPIO DE NOVO LINO – ALAGOAS**, através do Setor de Licitações, avisa que será realizada a licitação conforme descrito:

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23.1/2022 – BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS.**

**Processo Administrativo nº 1000071200072022**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO De ALIMENTAÇÃO PREPARADA (BUFFET, COFFEBREAK, LANCHES E BEBIDAS) PARA ATENDER Os EVENTOS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.L.**

Tipo: **Menor Preço – Por Lote**

Data e hora da sessão de disputa: **11/01/2023, às 10:00h** (horário de Brasília).

**LOCAL:** Sistema eletrônico do **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

Os interessados poderão retirar o Edital através do site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) e se credenciarem junto ao **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, no endereço <http://bnc.org.br/sistema>. Demais Informações no e-mail: [cplnovolino@gmail.com](mailto:cplnovolino@gmail.com).

Novo Lino/AL, 22 de dezembro de 2022.

**ROMISSON FAGNER BATISTA BARRETO**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Romisson Fagner Batista Barreto

**Código Identificador:**EB7290CD

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**Processo nº:** 20221114003AVGF

**Tomada de Preços nº 04/2022**

**Objeto:** Contratação de empresa de engenharia especializada para construção de uma Unidade Básica de Saúde - UBS - Tipo I, localizada no Povoado Pedrão, no Município de Olho d'Água das Flores – AL. O Prefeito do Município de Olho d'Água das Flores\_ - AL, no uso de suas atribuições e prerrogativas, considerando legais os procedimentos adotados, e, ainda, para que se produzam os devidos e legais efeitos, Resolve: **HOMOLOGAR** e em ato contínuo **ADJUDICAR** o resultado da licitação referente a Tomada de Preços nº 04/2022, a empresa: **SIGA CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 30.144.632/0001-90 vencedora do certame com o valor da proposta de R\$ 1.019.847,30 (um milhão, noventa e nove mil, oitocentos e quarenta e sete reais e trinta centavos).

Olho d'Água das Flores - AL, 22 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUIZ DOS ANJOS**

Prefeito

**Publicado por:**

Jaime Nunes

**Código Identificador:**5596855B

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Espécie:** Segundo Termo de Aditivo ao Contrato Concorrência 001/2021

**Objeto:** Prorrogação da vigência do Contrato Concorrência 001/2021, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia especializada para construção de uma Escola com 12 Salas de Aula – Projeto



FNDE, localizada no Bairro do Futuro, Município de Olho d'Água das Flores- AL.

Fundamentação Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Contratante: José Luiz Vasconcellos dos Anjos

Contratado: Augusto Cesar Bomfim Santos

**Publicado por:**

Jaime Nunes

**Código Identificador:**0B1F559E

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços

Processo nº: 20220321012AVFG

Ata de Registro de Preços nº: 20/2019

Pregão Eletrônico - SRP nº: 019/2022

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos constantes na REMUME para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Detentora: TEMPO COMERCIAL DIST. DE MEDICAMENTOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 24.564.626/0001-99 vencedora dos lote 01 e 03 no valor da proposta de R\$ 4.081.196,00 (quatro milhões, oitenta e um mil, cento e noventa e seis reais). O inteiro teor desta Ata se encontra à disposição dos interessados mediante solicitação. Olho d'Água das Flores - AL,

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**

Prefeito

Extrato da Ata de Registro de Preços

Processo nº: 20220321012AVFG

Ata de Registro de Preços nº: 21/2022

Pregão Eletrônico - SRP nº: 019/2022

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos constantes na REMUME para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Detentora: MEDICAH COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI- EPP, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 11.195.977/0001-28 vencedora dos lote 04 no valor da proposta de R\$ 155.515,25 (cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quinze reais e vinte e cinco centavos). O inteiro teor desta Ata se encontra à disposição dos interessados mediante solicitação. Olho d'Água das Flores - AL,

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**

Prefeito

Extrato da Ata de Registro de Preços

Processo nº: 20220321012AVFG

Ata de Registro de Preços nº: 22/2022

Pregão Eletrônico - SRP nº: 019/2022

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos constantes na REMUME para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Detentora: DROGAFONTE LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.778.201/0001-26, vencedora do lote 02 no valor da proposta de R\$ 298.999,50 (duzentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos). O inteiro teor desta Ata se encontra à disposição dos interessados mediante solicitação. Olho d'Água das Flores - AL,

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**

Prefeito

**Publicado por:**

Jaime Nunes

**Código Identificador:**A40177FE

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**LEI Nº 961, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

*“Autoriza a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento da Lei Orçamentária Anual – LOA do Município de Olho d'Água das Flores, e dá outras providências.”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Olho d'Água das Flores/AL aprovou e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, na porcentagem de 10% (dez por cento) sob o valor estimado na Lei Orçamentária Anual, Lei nº 927, de 22 de dezembro de 2021 em seu art. 4º, afim de que se possam ser suplementados face à insuficiência das dotações orçamentárias vigentes, caso necessário.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Olho d'Água das Flores/AL, 22 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**

Prefeito

**Publicado por:**

Luciana Silva Melo da Rocha

**Código Identificador:**AC1F7A31

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**LEI Nº 962, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

*“Desafeta e autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar área do Município de Olho d'Água das Flores ao IPREV/OAF – Instituto de Previdência Social do Município de Olho d'Água das Flores, e dá outras providências.”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Olho d'Água das Flores/AL aprovou e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar e doar área pertencente ao Município de Olho d'Água das Flores, localizado na Rua Lourenço de Abreu, nº 06, Centro, Olho d'Água das Flores, medindo 645,91m<sup>2</sup> (seiscentos e quarenta e cinco, e noventa e m metros quadrados), com área construída de 167,09m<sup>2</sup> (cento e sessenta e sete, e nove metros quadrados) ao IPREV/OAF – Instituto de Previdência Social do Município de Olho d'Água das Flores, autarquia integrante da administração indireta do Município, inscrita no CNPJ sob o nº 10.74.106/0001-52.

**Art. 2º.** A descrição da área doada, com perímetro, confrontantes e pontos de localização está disposta no Memorial Descritivo que se encontra no Anexo Único desta Lei.

**Art. 3º.** A área de terreno a ser doada pelo Município está avaliada pelo valor venal de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

**Parágrafo único.** O montante fixado no *caput* deste artigo correspondente a avaliação prévia do imóvel realizada por especialista e habilitado, constante no Anexo Único desta Lei.

**Art. 4º.** O IPREV/OAF – Instituto de Previdência Social do Município de Olho d'Água das Flores – Alagoas, fica autorizado a receber o imóvel referido na presente Lei, atendidos os pressupostos legais, para a construção da sua sede própria, propiciando melhores condições para execução de suas atividades, em especial, para atendimento dos servidores públicos municipais, seus dependentes e pensionistas.

§ 1º. O IPREV/OAF – Instituto de Previdência Social do Município de Olho d'Água das Flores – Alagoas, no ato da assinatura da respectiva escritura pública, fica responsável por todas as despesas cartoriais necessárias para a sua lavratura e registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis, os quais deverão ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente lei.

§ 2º. O IPREV/OAF – Instituto de Previdência Social do Município de Olho d'Água das Flores – Alagoas terá o prazo de 02 (dois) anos a contar da data de publicação desta lei, para iniciar a construção de sua sede própria.

§ 3º. Caso seja descumprida quaisquer exigências desta lei, o imóvel será revertido ao patrimônio do Município de Olho d'Água das Flores, com todas as benfeitorias nele existentes, sem qualquer indenização, bem como em caso de dissolução do Instituto.

§ 4º. O IPREV poderá acrescer ao Projeto a edificação de unidades destinadas à locação, cuja receita será computada à redução do déficit atuarial. **(Emenda Aditiva nº 01/2022).**

**Art. 5º.** A doação disposta nesta lei será recebida pelo IPREV/OAF – Instituto de Previdência Social do Município de Olho d'Água das Flores – Alagoas, na forma de dação em pagamento e amortização de parte do déficit atuarial existente no Regime Próprio de Previdência deste município, de acordo com o valor de sua avaliação.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Olho d'Água das Flores/AL, 22 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Luciana Silva Melo da Rocha  
**Código Identificador:**FA8AAFC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**Nº 963, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

*“Institui e cria, no âmbito do município de Olho d'Água das Flores, o “Programa Agente de Cidadania”, e dá outras providências.”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Olho d'Água das Flores/AL aprovou e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído e criado, no âmbito do Município de Olho d'Água das Flores, o “Programa Agente de Cidadania”.

**Art. 2º.** O Programa Agente de Cidadania se regerá quanto à sua operacionalidade, finalidade e objetivos pelos preceitos estabelecidos na presente lei e demais atos administrativos regulamentadores.

**Art. 3º.** O Programa instituído e criado nos termos da presente Lei preconiza as seguintes finalidades:

- I** – Estimular o exercício de cidadania e da ação comunitária;
- II** – Complementar e apoiar os trabalhos comunitários espontâneos, organizados, preexistentes, bem como os que venham a ser formados;
- III** – Interagir junto à comunidade visando a sua cooperação, conscientização, organização e mobilização, coordenada em função dos objetivos sociais a serem alcançados;
- IV** – Assegurar ao Município a prática de uma política social produzida através da discussão direta com os diversos segmentos da comunidade organizada e/ou diretamente com os cidadãos;
- V** – Oferecer canais de interlocução oficial possibilitando que a população se expresse e faça valer os seus direitos de cidadania, nos diferentes níveis de decisão administrativa municipal;

**VI** – Informar o Executivo municipal, visando instruir o seu decisório com base nas urgências mais cruciais da comunidade; e

**VII** – Promover o recrutamento e o ordenamento do trabalho voluntário, observados os ditames da Lei Federal nº 9.608/98.

**Art. 4º.** Aos Agentes de Cidadania compete:

**I** – Coordenar parcerias entre os movimentos e organizações comunitárias e o poder público no intuito de buscar soluções para os problemas reclamados pela população;

**II** – Empreender visitas programadas às áreas preestabelecidas, utilizando o método da abordagem, entrevistas e reuniões, com a finalidade de fortalecer vínculos de participação democrática entre a Prefeitura, a Câmara Municipal e o cidadão;

**III** – Integra-se como elemento ativo do processo, às campanhas a serem encetadas no sentido de difundir a consciência dos direitos da cidadania e da reinclusão social;

**IV** – Intermediar as relações administrativas que envolvam as organizações populares e o Executivo Municipal;

**V** – Executar ações públicas municipais em regime de voluntariado, que busquem atender a população em áreas que se apresente insuficiente à atividade estatal;

**VI** – Demais atribuições concernentes à realização do exercício da cidadania a ser redefinidas em atos administrativos pertinentes.

**Art. 5º.** Para participar desta ação cidadã o interessado deverá comparecer à sede da Prefeitura de Olho d'Água das Flores e firma termo de voluntariado, na forma constante no Anexo I desta Lei.

**Art. 6º.** Os Agentes de Cidadania, mencionadas no artigo anterior, poderão receber bolsa mensal para ressarcimento de despesa realizada em sua ação de voluntariado, no valor de até R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

§ 1º. O valor da bolsa mensal referida no *caput* custeará todas as despesas realizadas pelos voluntários em razão da sua atuação voluntária e será paga mediante recibo de despesa assinada pelo voluntário, de acordo com o modelo constante no Anexo II desta Lei.

§ 2º. No recibo de ressarcimento de despesas constará as despesas declaradas pelo voluntário.

**Art. 7º.** O serviço voluntário, previsto nesta Lei não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

**Art. 8º.** Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial para custear as despesas do programa criado por esta Lei.

**Art. 9º.** A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo e entrará em vigor na data da sua publicação.

**Art. 10.** Ficam desde já revogadas as disposições em contrário.

Olho d'Água das Flores/AL, 22 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Luciana Silva Melo da Rocha  
**Código Identificador:**3F423ED1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**LEI Nº 965, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

*“Dispõe sobre as diretrizes da Política Municipal de resíduos sólidos do Município de Olho d'Água das Flores dá outras providências.”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, faz saber

que a Câmara Municipal de Olho d'Água das Flores/AL aprovou e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Esta Lei institui a Política de Resíduos Sólidos no âmbito do Município de Olho d'Água das Flores, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º. Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos, no âmbito do município de Olho d'Água das Flores.

§ 2º. Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

**Art. 2º.** Quanto à Política de Resíduos Sólidos do Município de Olho d'Água das Flores, entende-se:

**I - Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:** é o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final do resíduo doméstico e dos resíduos originários da capina, varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

**II - Resíduos sólidos domiciliares:** os provenientes de residências, edifícios públicos e/ou coletivos, de comércio, serviços e indústrias, desde que apresentem as mesmas características dos resíduos provenientes de residências;

**III - Resíduos sólidos urbanos:** os resíduos sólidos domiciliares, além dos provenientes da limpeza de vias e logradouros públicos;

**IV - Resíduos sólidos urbanos especiais:** os que, por seu volume, grau de periculosidade ou degradabilidade, ou por outras especificidades, requeiram procedimentos especiais ou diferenciados para seu manejo e destinação final, considerando os impactos negativos e os riscos à saúde e ao meio ambiente;

**V - Resíduos industriais:** os provenientes de atividades de pesquisas, de transformação de matérias-primas em novos produtos, de extração mineral, de montagem e manipulação de produtos acabados, inclusive aqueles gerados em áreas de utilidade, apoio, depósito ou administração das referidas indústrias ou similares;

**VI - Resíduos de serviços de saúde:** os provenientes de atividades exercidas na área de saúde que, por suas características, necessitam de processos diferenciados de manejo, exigindo ou não tratamento prévio para a sua disposição final;

**VII - Rejeitos:** os resíduos sólidos que, depois de esgotadas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos, viáveis econômica e ambientalmente, destinam-se à disposição final ambientalmente adequada;

**VIII - Bens inservíveis:** os produtos utilizados para consumo próprios tais como: sofá, armários, camas, eletrodomésticos e outros com estas características;

**IX - Reciclagem:** é o processo de transformação de resíduos sólidos, que pode envolver a alteração das propriedades físicas ou químicas deles, tornando-os insumos destinados aos processos produtivos;

**X - Coleta regular:** é a coleta de resíduos sólidos, realizada porta a porta por meio de caminhão compactador em dias alternados.

**XI - Compostagem:** é o processo de decomposição biológica de fração orgânica biodegradável de resíduos sólidos, efetuado por uma população diversificada de organismos em condições controladas, até a obtenção de um material umidificado e estabilizado;

**XII - Reutilização:** é o processo de utilização dos resíduos sólidos para a mesma finalidade, sem sua transformação biológica, física ou química;

**XIII- Reaproveitamento:** é o processo de utilização dos resíduos sólidos para outras finalidades, sem sua transformação biológica, física ou química;

**XIV - Consumo sustentável:** o consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhor qualidade de vida, sem comprometer o atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras;

**XV - Destinação final:** é o encaminhamento dos resíduos sólidos para que sejam submetidos ao processo adequado, seja ele a

reutilização, o reaproveitamento, a reciclagem, a compostagem, a geração de energia, o tratamento ou a disposição final, de acordo com a natureza e as características dos resíduos e de forma compatível com a saúde pública e a proteção do meio ambiente;

**XVI - Disposição final:** é a disposição dos resíduos sólidos em local adequado, de acordo com critérios técnicos aprovados no processo de licenciamento ambiental pelo órgão competente.

**XVII – Grande gerador de resíduos sólidos:** é a pessoa física ou jurídica que produza resíduos em estabelecimentos de uso não residencial, incluídos os estabelecimentos comerciais, os públicos e os de prestação de serviço, cuja natureza ou composição sejam similares àquelas dos resíduos domiciliares, cujo volume diário de resíduos sólidos por unidade, seja superior a 150 litros por dia.

**XVIII - Gestão integrada dos resíduos sólidos:** é o conjunto articulado de ações políticas, normativas, operacionais, financeiras, de educação ambiental e de planejamento, desenvolvidas e aplicadas aos processos de geração, segregação, coleta, manuseio, acondicionamento, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos;

**XIX - Gestor:** é a pessoa física ou jurídica responsável pela gestão dos resíduos sólidos;

**XX - Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos:** é o documento integrante do processo de licenciamento que apresenta um levantamento da situação, naquele momento, do sistema de manejo dos resíduos sólidos, a pré-seleção das alternativas mais viáveis e o estabelecimento de ações integradas e diretrizes relativas aos aspectos ambientais, educacionais, econômicos, financeiros, administrativos, técnicos, sociais e legais para todas as fases de gestão dos resíduos sólidos, desde a sua geração até a destinação final;

**XXI- Responsabilidade compartilhada:** é o princípio que, na forma da lei ou de contrato, atribuir responsabilidades iguais para geradores de resíduos sólidos, pessoas públicas ou privadas, e seus contratados, quando esses geradores vierem a utilizar-se dos serviços de terceiros para a execução de qualquer das etapas da gestão, do gerenciamento e do manejo integrado dos resíduos sólidos sob sua responsabilidade;

**XXII - Responsabilidade sócio ambiental compartilhada:** é o princípio que imputa ao poder público e à coletividade, a responsabilidade de proteger o meio ambiente para as presentes e futuras gerações;

**XXIII - Usuário dos serviços de limpeza pública:** é o indivíduo que produz resíduos sólidos de geração difusão ou auferir efetivo proveito da prestação dos serviços de limpeza pública;

**XXIV - Resíduo Orgânico:** é o material de origem biológica, como restos de alimentos e bebidas, plantas e animais mortos, assim como papéis molhados, acondicionado em sacos plásticos e encaminhado ao serviço de coleta ou à compostagem;

**XXV – Resíduo Inorgânico:** é o material proveniente de papel seco, plástico, vidro, metal ferroso e não ferroso;

**XXVI - Resíduos da construção civil:** os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

**XXVII - Resíduo vegetal:** todo e qualquer tipo de resíduo constituído basicamente por restos de vegetais independente da sua origem, como: restos de podas, agrícola ou industrial (silvicultura, resíduos de agroindústria, agrossilvopastoris, indústria madeireira, serviços de limpeza pública, etc).

**XXVIII - Acordo Setorial:** ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

**XXIX - Resíduos Eletrônicos:** fica de responsabilidade dos geradores a logística reversa, ponto de coleta, recolhimento, vida útil e disposição final adequada.

**XXX - Associações, cooperativas ou organizações da sociedade civil de coleta seletiva:** grupos autogestionários reconhecidos pelos órgãos municipais competentes como formados por munícipes de mandatários de ocupação e renda, organizados em cooperativas, organizações da sociedade civil, associações formadas por catadores de resíduos secos recicláveis ou congêneres, com sede no Município e definidos e constituídos nos termos da Lei Federal 5.764/71, e em cujos estatutos estejam previstas as atividades de reciclagem e/ou beneficiamento;

**XXXI - Catadores de resíduos secos recicláveis:** aqueles definidos no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, e pessoas físicas



autônomas e de baixa renda que realizam atividades de coleta, triagem e comercialização de resíduos secos recicláveis coletados nas vias públicas do Município, devidamente cadastrado na Secretaria Responsável ou integrantes de associações, cooperativas, organizações da sociedade civil, associações formadas por catadores de resíduos secos recicláveis ou congêneres;

**XXXII - Central de Tratamento de Resíduos (CTR)** - estrutura equipada para dar destinação final adequada aos resíduos da construção civil, da saúde e domésticos, ambientalmente licenciada.

**XXXIII - Central Municipal de Reciclagem (CMR)** - estrutura equipada para dar destinação adequada aos resíduos com potencial de reciclagem e/ou reutilização, através de pré-beneficiamento e comercialização dos mesmos.

**Art. 3º.** Para os efeitos desta Lei, os resíduos são classificados em três grupos:

**I** – Quanto à origem:

a) Resíduos Sólidos Urbanos – RSU;

b) Resíduos Sólidos Urbanos Especiais – RSE.

**II** – Quanto à classe:

a) Resíduos de Classe I, perigosos;

b) Resíduos de Classe II - A - Não Inertes, e;

c) Resíduos da Classe II - B - Inertes.

**III** - Quanto à periculosidade:

a) Resíduos Perigosos;

b) Resíduos Não Perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”.

**Art. 4º.** São considerados como Resíduos Sólidos Urbanos – RSU:

**I - Resíduos domiciliares:** os originários de atividades domésticas, edifícios públicos e/ou coletivos, de comércio, serviços e indústrias, desde que apresentem as mesmas características dos resíduos provenientes de residências, que não excedam diariamente a 150 (cento e cinquenta) litros;

**II - Resíduos de logradouros e vias públicas:** os originários da capina e varrição, limpeza de logradouros e vias públicas.

**Art. 5º.** São considerados como Resíduos Sólidos Urbanos Especiais – RSE:

**I - Resíduos comerciais:** os originários de atividades domésticas, edifícios públicos e/ou coletivos, de comércio, serviços e indústrias, desde que não apresentem as mesmas características dos resíduos provenientes de residências e que excedam diariamente a 150 (cento e cinquenta) litros;

**II - Resíduos industriais:** os gerados nos processos produtivos e instalações industriais, que não tenham características de resíduos provenientes de residências;

**III - Resíduos de serviços de saúde:** os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos competentes, SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, SNVS – Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, e legislações específicas;

**IV - Resíduos da construção civil:** os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluído os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

**V - Resíduos de serviços de transportes:** os originários de aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários;

**VI - Resíduos de mineração:** os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

**VII - Resíduos contundentes ou perfurantes de qualquer origem,** cuja produção diária exceda a 50 (cinquenta) litros, exceto os relacionados aos serviços de saúde;

**VIII - Lama** proveniente de postos de abastecimento, lubrificação e lavagem de veículo ou máquina, ou de atividades congêneres;

**IX - Resíduos** provenientes de limpeza ou de esvaziamento de fossa ou poço absorvente e outros resíduos que exalem odores desagradáveis;

**X - Resíduos** provenientes de limpeza de terreno vago;

**XI - Resíduos** poluentes, venenosos, corrosivos, tóxicos ou químicos em geral; (Classificação Classe I perigosos);

**XII - Resíduos** nucleares, radioativos, explosivos ou inflamáveis e os resultantes de material bélico; (Classificação Classe I perigosos);

**XIII - Resíduos** provenientes de podas de árvores;

**XIV - Outros** que, por sua composição qualitativa ou quantitativa, se enquadrem nas situações previstas neste artigo.

**Art. 6º.** São considerados como Resíduos da Classe I – Perigosos: aqueles que, em função de suas características de toxicidade, corrosividade, reatividade, inflamabilidade, patogenicidade ou explosividade, apresentem significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental.

**Art. 7º.** São considerados como Resíduos da Classe II - A - Não Inertes: aqueles que não se enquadram nas classificações de Resíduos da Classe I - Perigosos ou de Resíduos da Classe II-B - Inertes, nos termos desta Lei, podendo apresentar propriedades tais como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água;

**Art. 8º.** São considerados como Resíduos da Classe II - B – Inertes: aqueles que, quando amostrados de forma representativa e submetidos a um contato estático ou dinâmico com água destilada ou desionizada, à temperatura ambiente, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água vigentes, excetuando-se os padrões de aspecto, cor, turbidez e sabor.

**Art. 9º.** São considerados como Resíduos Perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

**Art. 10.** São considerados como Resíduos Não Perigosos: aqueles não enquadrados no art. 9º.

## CAPÍTULO II

### DAS ATIVIDADES DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA

**Art. 11.** Os serviços de coleta, transporte, segregação, acondicionamento, pré-industrialização, industrialização e comercialização dos resíduos sólidos poderão ser realizados:

**I** – Pelo Município, direta ou indiretamente;

**II** – Por empresas privadas devidamente licenciadas para tal fim;

**III** – Pelas associações, cooperativas, consórcios formados por municípios ou organizações da sociedade civil formadas por catadores de resíduos secos recicláveis ou congêneres, conforme os incisos I e II do Art. 3º da Lei Federal 5.764/71, com sede e devidamente registradas no Município;

**§1º.** O exercício da atividade de coleta seletiva e transporte de resíduos e rejeitos nas vias e logradouros públicos dependerá da autorização prévia do Município.

**§2º.** O Município poderá firmar termo de colaboração, termo de fomento e acordos de cooperação, conforme Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, envolvendo ou não a transferência de recursos, com associações, cooperativas ou organizações da sociedade civil formadas por catadores de resíduos secos recicláveis ou congêneres, com sede e devidamente registradas no Município.

**§3º.** O serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos será realizado preferencialmente por associações, cooperativas ou organizações da sociedade civil formadas por catadores de resíduos secos recicláveis ou congêneres por meio do estabelecimento de termos de convênio, de cooperação técnica, de colaboração, de fomento ou contrato, assinado entre as partes, em domicílios e logradouros públicos já atendidos pela coleta convencional de resíduos urbanos domiciliares, poderá ser remunerado pelo Município, em conformidade com a legislação federal específica (Art. 36, § 1º e § 2º da Lei Federal 12.305/2010 e Art. 24, inciso XXVII, da Lei Federal 8.666/1993).

**§4º.** Para firmar convênios ou parcerias com empresas privadas, associações, cooperativas ou organizações da sociedade civil formadas por catadores de resíduos secos recicláveis ou congêneres, o Município deverá realizar chamamento público para selecionar as entidades interessadas.

**Art. 12.** Os grandes geradores são responsáveis pelo gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados no desenvolvimento de sua atividade ou em decorrência dela, bem como pelo ônus dele decorrentes.

**§1º.** Os grandes geradores deverão providenciar os serviços de coleta, transporte, destinação e disposição final de seus resíduos sólidos recicláveis de forma autônoma e independente do serviço público.

**§2º.** Os resíduos sólidos deverão ser dispostos e armazenados adequadamente em área interna do estabelecimento ou edificação até a realização da coleta.

**§3º.** Os grandes geradores em atividade no Município deverão cadastrar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos no órgão competente da Prefeitura.

**§4º.** Os grandes geradores que pretendam se instalar no Município somente poderão iniciar suas atividades se comprovarem que estão devidamente cadastrados no órgão competente e atendem ao disposto nesta lei.

**§5º.** Para execução das atividades previstas no gerenciamento ambientalmente adequado de seus resíduos sólidos, os grandes geradores poderão, prioritariamente, celebrar contratos com associações, cooperativas ou organizações da sociedade civil formadas por catadores de resíduos secos recicláveis ou congêneres, preferencialmente, com sede e devidamente registradas no Município ou empresas privadas devidamente licenciadas junto aos órgãos ambientais e cadastradas junto a Prefeitura Municipal de Olho d'Água das Flores.

**Art. 13.** A coleta de resíduos sólidos poderá ser de dois tipos:

**I -** Coleta Regular ou Ordinária, para remoção dos resíduos sólidos urbanos - RSU, por intermédio do órgão ou entidade competente;

**II -** Coleta Especial, para remoção dos resíduos sólidos especiais - RSE, por intermédio do próprio gerador, ou por órgão ou entidade municipal competente, desde que haja a contrapartida pecuniária pelo gerador, ou empresa habilitada e credenciada para tal, a critério do poder público municipal.

**Art. 14.** A coleta regular ou ordinária abrange a coleta domiciliar, a coleta pública e a coleta programada.

**Parágrafo único.** A Coleta Regular consiste no recolhimento e transporte dos resíduos sólidos urbanos definidos no art. 2º, inciso III, desta Lei, devidamente acondicionados pelos geradores, dentro da frequência e horário estabelecidos e divulgados pelo órgão ou entidade municipal competente.

**Art. 15.** O Executivo Municipal adotará a coleta seletiva e a reciclagem de materiais como formas de tratamento dos resíduos sólidos, encaminhando os resíduos recicláveis às unidades de triagem devidamente cadastradas no órgão municipal competente.

**Art. 16.** A destinação e a disposição final dos resíduos sólidos de qualquer natureza somente poderão ser realizadas em locais licenciados ambientalmente.

**Art. 17.** Os resíduos sólidos urbanos domiciliares serão acondicionados e apresentados à:

**I -** Coleta Regular - resíduos não perigosos, orgânicos.

**II -** Coleta Seletiva - resíduos não perigosos, que não sejam de coleta regular.

**III -** Central Municipal de Reciclagem - CMR - resíduos com potencial de reciclagem.

**Parágrafo único.** As podas oriundas de árvores inseridas no domicílio serão consideradas como resíduos de coleta agendada.

**Art. 18.** Tratando-se de resíduos sólidos urbanos especiais, considerados perigosos, deverão ser acondicionados em recipientes adequados e encaminhados para Central Municipal de Reciclagem - CMR.

### **CAPÍTULO III DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

**Art. 19.** O resíduo sólido domiciliar deverá ser acondicionado dentro de sacos plásticos resistentes e impermeáveis, com as seguintes especificações:

**I -** Para apresentação dos resíduos sólidos domiciliares à coleta regular, os sacos plásticos deverão ter capacidade máxima de até 150 (cento e cinquenta) litros por unidade familiar;

**II -** Para apresentação dos resíduos sólidos domiciliares que contenham material cortante ou contundente, os recipientes deverão ter capacidade máxima de 50 (cinquenta) litros, por unidade familiar, devendo ser acondicionado de maneira a não colocar em risco o agente de coleta ou pessoas que os manuseiem.

**III -** Os sacos plásticos indicados devem estar convenientemente fechados, em perfeitas condições de higiene e conservação, sem líquido em seu interior.

**§1º.** Todo condomínio residencial, comercial, loteamento de acesso controlado ou condomínio de lotes, que fizer uso da coleta regular conforme estabelecido no Código de Obras e Posturas do município nesta Lei, ou por autorização emitida pelo setor de limpeza urbana, tem por obrigação instalar lixeiras ou abrigos de materiais recicláveis e abrigo de resíduos sólidos conforme diretrizes do setor de limpeza urbana.

**§2º.** Somente serão recolhidos pela coleta regular de coleta os resíduos sólidos acondicionados e apresentados em consonância com o disposto neste capítulo.

**§3º.** São responsáveis pelo adequado acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos e sua oferta, para fins de coleta, desde que estejam enquadrados conforme caput do artigo:

**I -** Os proprietários, gerentes, prepostos ou administradores de estabelecimentos comerciais, de indústrias, de unidades de trato de saúde ou de instituições públicas;

**II -** Os residentes, proprietários ou não, de moradias ou de edifícios de ocupação unifamiliar;

**III -** O condomínio, representado pelo síndico ou pela administração, de edifícios multifamiliares ou mesmo de residências em regime de propriedade horizontal;

**IV -** Nos demais casos, as pessoas físicas ou jurídicas para o efeito designadas, ou, na sua falta, todos os residentes.

**§4º.** Em caso de descumprimento dos incisos I e II deste artigo será aplicada uma multa constante na Unidade Padrão Fiscal do Estado de Alagoas - UPFAL.

**§5º.** Em caso de descumprimento do §1º deste artigo será aplicada uma multa de 100 (cem) UPFAL.

**Art. 20.** É proibida disponibilização de resíduos sólidos especiais no mesmo recipiente dos resíduos sólidos domiciliares, postos a coleta pública regular.

**§1º** Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 30 (trinta) UPFAL, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos causados e outras combinações legais.

**§2º** Em caso de reincidência deste artigo será aplicada multa de 50 (cinquenta) UPFAL.

**Art. 21.** O resíduo sólido domiciliar deverá ser apresentado para a coleta nos dias e nos horários em que o serviço for posto à disposição na região, conforme regulamentado pelo executivo municipal.

**§1º** O gerador de resíduo sólido não deverá apresentar o resíduo à coleta após a passagem do veículo coletor, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos causados e outras combinações legais.

**§2º** Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 10 (dez) UPFAL para pequeno gerador e de 50 (cinquenta) UPFAL para grande gerador.

**Art. 22.** O produto do trabalho de capina e limpeza de meio-fio, sarjetas, ruas e demais logradouros públicos deverá ser recolhido imediatamente após execução do serviço, pelo órgão responsável.

**Art. 23.** O órgão ou entidade municipal competente poderá, ao seu exclusivo critério e a qualquer momento, exigir que o acondicionamento dos diversos tipos de resíduos sejam feitos de forma a se adequarem aos padrões de coleta inerentes ao sistema público de limpeza urbana.

**Art. 24.** O local de destinação final e a forma de disposição ou tratamento do resíduo sólido urbano proveniente da coleta regular será a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos - CTR, ficando a coleta e o transporte sob responsabilidade do poder público municipal e dos grandes geradores.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) UPFAL.

**Art. 25.** A execução de serviços de coleta regular e transporte de resíduos domiciliares e de resíduos de logradouros e vias públicas, poderá ser realizada tanto pelo poder público, quanto por terceiros, mediante instrumentos contratuais adequados, de forma que sejam respeitadas as Leis Federais 8.666, de 21 de junho de 1993 e 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Parágrafo único.** Deve o Município, através de lei específica, instituir a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares.

**Art. 26.** Caberá ao órgão ou entidade municipal competente divulgar à população, com a devida antecedência, os dias e horários estabelecidos para a coleta domiciliar regular.

§1º Os recipientes de acondicionamento de resíduo deverão ser retirados dos logradouros em até uma hora após a coleta, para os casos em que a coleta é diurna, e até as oito horas da manhã do dia seguinte, para os casos em que a coleta é noturna.

§2º Fora dos horários previstos no § 1º deste artigo, os recipientes deverão permanecer dentro das instalações do gerador.

**Art. 27.** Quando da ocorrência de chuvas fortes, o resíduo ofertado deverá ser retirado do logradouro pelo respectivo gerador, para impedir que seja levado ou disperso pelas águas pluviais.

**Art. 28.** É proibido acumular resíduos sólidos com fim de utilizá-lo ou removê-lo para outros locais que não os estabelecidos pelo órgão ou entidade municipal competente, salvo os casos expressamente autorizados pelo Poder Público Municipal.

§1º O órgão ou entidade municipal competente, a seu exclusivo critério, poderá executar os serviços de remoção do resíduo indevidamente acumulado a que se refere o caput deste artigo, cobrando dos responsáveis o custo correspondente aos serviços prestados, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§2º Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 30 (trinta) UPFAL.

### **Seção I**

#### **Remoção de Bens Inservíveis**

**Art. 29.** É proibido manter, abandonar ou descarregar bens inservíveis em logradouros e outros espaços públicos do Município.

§1º No caso de terrenos privados, onde seja constatado o risco efetivo de dano à saúde pública, mediante notificação prévia, será assegurado acesso do órgão público competente para remoção dos bens inservíveis.

§2º Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 30 (trinta) UPFAL.

### **Seção II**

#### **Remoção de Resíduos da Construção Civil - RCC e de Resíduos Vegetais**

**Art. 30.** Os Resíduos da Construção Civil - RCC deverão estar acondicionados em recipientes, sendo a remoção e destinação ambientalmente adequada de responsabilidade do gerador, facultado ao Município disponibilizar pontos para o recebimento destes materiais, cuja regulamentação se dará através de decreto municipal.

**Parágrafo único.** Poderá ser utilizado serviço de coleta agendada para os casos de famílias de baixa renda.

**Art. 31.** Os resíduos vegetais oriundos dos serviços de podas deverão estar amarrados em feixes, sendo a remoção e destinação de responsabilidade do gerador, facultado ao Município disponibilizar pontos para o recebimento destes materiais, cuja regulamentação se dará através de decreto municipal.

**Parágrafo único.** Poderá ser utilizado serviço de coleta agendada para os casos de famílias de baixa renda.

**Art. 32.** É proibido abandonar Resíduos da Construção Civil (RCC) bem como resíduos vegetais em logradouros e outros espaços públicos do Município ou em qualquer terreno privado, facultado ao município realizar a coleta agendada.

§1º Os condutores e/ou proprietários de veículos autorizados a proceder a remoção de resíduos da construção civil ou resíduos vegetais deverão adotar medidas para que estes resíduos não venham a cair, no todo ou em parte, nos logradouros públicos.

§2º Caso os resíduos transportados venham a sujar ou poluir os logradouros, os responsáveis deverão proceder imediatamente a sua limpeza, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

§3º Serão responsáveis pelo cumprimento do disposto neste artigo os proprietários dos veículos e/ou aqueles que detenham, mesmo transitoriamente, a posse deles, e os geradores dos resíduos, facultado ao Poder Público autuá-los em conjunto ou isoladamente.

§4º Em caso de descumprimento do caput deste artigo poderá ser aplicada multa de 30 (trinta) a 100 (cem) UPFAL.

§5º Domicílios isentos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) deverão utilizar da Coleta Agendada, ficando a destinação final dos resíduos sob responsabilidade do poder público.

**Art. 33.** A disposição de caçambas estacionárias na circunscrição do município de Olho d'Água das Flores, a qual dependerá de prévia requisição junto ao órgão competente, será regulamentada por decreto específico.

### **Seção III**

#### **Dos Resíduos Sólidos Urbanos Recicláveis**

**Art. 34.** A coleta seletiva regular, o transporte e a destinação do resíduo sólido reciclável poderão ser executados pelo Município ou por terceiros de forma que sejam respeitadas as Leis Federais Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Art. 35.** A destinação dos resíduos recicláveis, provenientes da coleta seletiva regular, será regulamentada através de decreto.

**Art. 36.** O acondicionamento dos resíduos sólidos recicláveis a serem apresentados à coleta seletiva deverá ser realizado em recipientes com volume igual ou inferior a 100 (cem) litros ou caixas de material reciclável, desde que o peso não ultrapasse 20 (vinte) quilos.

**Art. 37.** Os resíduos sólidos recicláveis, na ausência de local ou recipiente específico, deverão ser dispostos no logradouro público junto ao alinhamento de cada imóvel.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 20 (vinte) UPFAL.

**Art. 38.** Os resíduos sólidos recicláveis serão apresentados à coleta seletiva nos dias e nos turnos estabelecidos pelo órgão municipal competente, conforme as regiões de abrangência do serviço.

§1º O gerador de resíduo sólido reciclável não deverá apresentá-lo à coleta após a passagem do veículo coletor.

§2º Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 30 (trinta) UPFAL.

**Art. 39.** Os órgãos públicos deverão implantar sistema interno de separação dos resíduos sólidos, a fim de apresentá-los à coleta seletiva.

**Art. 40.** As escolas da rede municipal de ensino deverão desenvolver programas internos de separação dos resíduos sólidos recicláveis.

**Art. 41.** Os estabelecimentos comerciais e/ou prestadores de serviços deverão colocar à disposição de seus clientes recipientes próprios que garantam a separação dos resíduos sólidos gerados em secos e úmidos para disponibilização à coleta seletiva regular.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ESPECIAIS**

**Art. 42.** A execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de Resíduos Sólidos Especiais por particular, pessoa física ou jurídica, depende de licença ambiental do órgão competente, conforme Resolução COEMA 01 de 04 de fevereiro de 2016, estando sujeito às penalidades previstas no art. 66 do Decreto 6.514 de 22 de julho de 2008.

**Parágrafo único.** O interessado na prestação dos serviços de que trata este artigo deverá se cadastrar junto ao setor de limpeza urbana e se sujeitará ao licenciamento da atividade pelo órgão ambiental competente.

**Art. 43.** A entidade ambiental municipal competente será o responsável pelo cadastramento e credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para o exercício das atividades de coleta, transporte e destinação dos Resíduos Sólidos Especiais.

**Art. 44.** O licenciamento ambiental será concedido pelo órgão competente conforme legislação ambiental vigente.



**Art. 45.** O transporte e destinação final de Resíduos Sólidos Especiais e de qualquer material a granel deverão ser realizados de forma a não provocar derramamento, empoeiramento, ou outros inconvenientes à população ou à limpeza pública.

**Parágrafo único.** O transporte de resíduos especiais realizado por empresa constituída para este fim deverá utilizar veículos transportadores previamente cadastrados e identificados para controle de deslocamento perante a autoridade pública.

**Art. 46.** O responsável por serviços de carga e descarga, assim como pela guarda de resíduos de qualquer natureza, deverá evitar obstrução de dispositivo de drenagem pluvial mediante imediata retirada dos produtos e/ou resíduos descarregados e consequente limpeza da via ou logradouro público utilizado, sem prejuízo das demais penalidades.

**Art. 47.** Os resíduos sólidos especiais provenientes de limpeza de fossa ou poço absorvente (sumidouro), restos de abatedouro, açougue e similares, deverão ser transportados em carrocerias estanques, devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente.

**Art. 48.** Os geradores de Resíduos Sólidos Especiais deverão fornecer ao órgão competente o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme o disposto no capítulo VI.

**Art. 49.** Os resíduos de serviços de saúde deverão ser acondicionados de acordo com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT.

**Art. 50.** Os resíduos perfurocortantes deverão ser acondicionados de maneira a preservar a saúde de quem os manuseia, e o transporte e destinação final deverão seguir diretrizes dos órgãos competentes.

#### **Seção I**

##### **Remoção do Resíduo Infectante**

**Art. 51.** Constitui obrigação do gerador de resíduo infectante:

**I** - Promover a segregação na fonte;

**II** - Embalar os materiais perfuro cortantes separadamente em recipientes de material resistente e de espessura adequada, antes de serem levados para acondicionamento;

**III** - Embalar o resíduo infectante em sacos plásticos de acordo com as especificações e com os procedimentos previstos nas normas técnicas estabelecidas pelo Poder Público;

**IV** - Acondicionar os resíduos em contêineres plásticos brancos, estocando-os, até o momento da coleta, em abrigos construídos para esta finalidade, de acordo com o disposto nas normas técnicas estabelecidas pelo Poder Público;

**V** - Cumprir o que o Poder Público determinar, para efeitos de remoção dos resíduos;

**VI** - Fornecer todas as informações exigidas pelo órgão ou entidade municipal competente, referentes à natureza, ao tipo e às características dos resíduos produzidos.

#### **Seção II**

##### **Remoção de Lodos, Lamas e Pastosos**

**Art. 52.** A remoção de lodos e lamas deverá atender à legislação pertinente, principalmente no que se refere ao manuseio e transporte, de modo a evitar o vazamento destes materiais em logradouros, prejudicando a limpeza urbana.

**Art. 53.** O transporte de resíduos sólidos ou pastosos deverá ser feito em conformidade com o que segue:

**I** - Os veículos transportadores de material a granel, como terra, resíduos de aterro, entulhos de construções ou demolições, areia, barro, cascalho, brita, escória, serragem e similares, deverão ser dotados de cobertura e sistema de proteção que impeça o derramamento dos resíduos;

**II** - Os veículos transportadores de resíduos pastosos, como argamassa ou concreto, deverão ter sua carroceria estanque, de forma a não provocar derramamento nos logradouros públicos.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento deste artigo será aplicada uma multa de 30 (trinta) a 1000 (mil) UPFAL.

## **CAPÍTULO V**

## **DA CONSERVAÇÃO DA LIMPEZA URBANA**

**Art. 54.** A limpeza de vias internas de Condomínios, Condomínios de Lote e os Loteamentos de Acesso Controlado é de inteira responsabilidade das pessoas físicas e/ou jurídicas gestoras, cabendo ao órgão ou entidade municipal competente realizar apenas os serviços inerentes à coleta regular.

**§1º** A limpeza das vias referidas no caput deste artigo abrange os serviços de varrição, capina, roçada, raspagem, poda de árvores, implantação e limpeza de cestos coletores, lavagem, limpeza de mobiliário urbano, quando houver, e desobstrução de caixas de ralos.

**§2º** Em casos de risco à saúde pública, por omissão ou negligência referente à limpeza, de que trata o §1º deste artigo, o Município realizará as ações necessárias para mitigar o problema.

**§3º** No caso do parágrafo anterior, o município terá seus custos ressarcidos pelo responsável a que se refere o caput deste artigo.

**§4º** Os Condomínios, Condomínios de Lote e os Loteamentos de Acesso Controlado, deverão dispor de estrutura adequada para coleta de resíduos sólidos regular, a ser estabelecido por decreto do Poder Executivo.

**Art. 55.** As áreas do passeio público fronteiriças ao local do exercício das atividades comerciais deverão ser mantidas em permanente estado de limpeza e conservação pelo responsável do estabelecimento.

**§1º** O não cumprimento do disposto no caput deste artigo importará na realização da limpeza pelo Município, cabendo ressarcimento ao erário pelo custo do serviço prestado pelo órgão responsável, bem como sanções administrativas.

**§2º** Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 20 (vinte) a 120 (cento e vinte) UPFAL.

**Art. 56.** Nas exposições, festejos, festas, feiras livres e instaladas e outros eventos em logradouros públicos, em que haja a venda de gêneros alimentícios, é de responsabilidade do expositor a colocação de recipientes de recolhimento de resíduos, de no mínimo 20 (vinte) litros, posicionados em local visível e acessível ao público em geral, em quantidade mínima de 2 (dois) recipientes por banca instalada, contendo letreiros de fácil leitura com os dizeres “resíduos úmidos” e “resíduos secos”.

**§1º** A limpeza do espaço deverá ser mantida durante todo o evento e após o encerramento das atividades, deverá o comerciante fazer a limpeza de sua área de atuação.

**§2º** Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 10 (dez) a 60 (sessenta) UPFAL.

**Art. 57.** O manuseio, coleta, transporte, valoração, tratamento e disposição final do resíduo de eventos é da exclusiva responsabilidade dos seus geradores, podendo estes, no entanto, ajustar com o órgão ou entidade municipal competente ou com empresas devidamente credenciadas a realização dessas atividades.

**§1º** Além de seus respectivos organizadores, os contratantes ou promotores de eventos realizados em locais públicos são responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos produzidos.

**§2º** Os eventos programados para ocorrerem em logradouros públicos somente serão autorizados se os seus respectivos organizadores apresentarem Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos aprovado, perante o órgão ou entidade municipal competente.

**Art. 58.** Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

**§1º** Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do caput.

**§2º** Em caso de inadimplemento previsto no §1º serão acrescidos ao débito os encargos de multa, transformada a cobrança, imediatamente, em compulsória, com a inscrição do contribuinte ou dos responsáveis na Dívida Ativa do Município.

#### **Seção I**

##### **Na Execução de Obra e Serviço**

**Art. 59.** As caçambas para deposição de resíduos da construção civil deverão ser sempre removidas pelos responsáveis quando:

**I** - Decorrer o prazo de quarenta e oito horas após a colocação da caçamba, independentemente da quantidade de resíduos em seu interior;

**II** - Decorrer o prazo de oito horas após a caçamba estar cheia;

**III** - Constituírem-se em foco de insalubridade e/ou prejuízo à saúde humana, independentemente do tipo de resíduo depositado;

**IV** - Estiverem colocadas de forma a prejudicar a utilização de sarjetas, bocas de lobo, hidrantes, mobiliário urbano ou qualquer outra instalação fixa de utilização pública;

**V** - Estiverem colocadas de forma a prejudicar a circulação de veículos e pedestres nos logradouros e calçadas.

**Art. 60.** O responsável pela execução de obra ou serviço de carga e descarga na via e/ou logradouro público, assim como pela guarda de resíduos de qualquer natureza, deverá manter desimpedidos e limpos, durante toda a execução da obra ou serviço, os dispositivos de drenagem pluvial e as áreas destinadas ao trânsito de pedestres e veículos, mediante estocagem e contenção adequadas dos materiais e resíduos.

**§1º** O responsável deverá retirar, diariamente, todos os materiais e resíduos remanescentes à execução da obra ou serviços, e proceder à limpeza do local utilizado para a execução da obra ou serviço que esteja obstruindo a drenagem pluvial e o trânsito de pedestres e veículos.

**§2º** Os materiais provenientes de obras ou serviços, além dos materiais adquiridos para construção e reforma, não poderão ser estocados na calçada e vias públicas.

**§3º** Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 30 (trinta) a 200 (duzentos) UPFAL.

**§4º** Em caso de descumprimento dos §1º e §2º deste artigo será aplicada uma multa de 30 (trinta) a 100 (cem) UPFAL.

**Art. 61.** O responsável pela execução de obra ou serviço de construção, reforma ou demolição de edificação, não poderá realizar serviço de qualquer natureza na via e/ou logradouro público sem comunicar os setores responsáveis e deverá remover da calçada, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o término, o tapume permitido pelo órgão municipal competente para cercamento da obra.

**Art. 62.** O responsável pela execução de obra pública ou particular que inclua destinação de resíduos sólidos da construção civil em terrenos particulares, deverá obter licença junto ao órgão ambiental competente, mediante apresentação do respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRSCC.

## Seção II Em Terreno Privado

**Art. 63.** Os proprietários ou possuidores de terrenos baldios, edificados ou não, são obrigados a:

**I** - Guardá-los e fiscalizá-los, mantendo-os em perfeito estado de limpeza, evitando que sejam usados como depósito de resíduos de qualquer natureza;

**II** - Nos logradouros que possuam meio-fio, manter a área destinada a passeio público constantemente em bom estado de conservação e limpeza.

**§1º** O órgão ou entidade municipal competente, a seu exclusivo critério, poderá executar os serviços de capina, limpeza e remoção do resíduo indevidamente acumulado nos terrenos a que se refere o caput deste artigo, cobrando dos responsáveis o custo correspondente aos serviços prestados, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**§2º** Em caso de descumprimento deste artigo será aplicada uma multa de 30 (trinta) a 500 (quinhentos) UPFAL, calculado conforme o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), considerando se o terreno é murado ou não.

## Seção III Dos Atos Lesivos à Limpeza Urbana

**Art. 64.** São considerados atos lesivos à conservação da limpeza urbana e sujeitos às sanções legais:

**I** - Lançar, por qualquer meio, na via e/ou logradouro públicos, volantes e papéis cortados, picados e de propaganda;

**II** - Derramar óleo, líquido combustível, graxa, tinta, nata de cimento ou de cal e similares na via e/ou logradouro público;

**III** - Realizar reparo ou manutenção de veículo ou equipamento na via e/ou logradouro públicos prejudicando os serviços de limpeza urbana;

**IV** - Lançar, na via e/ou logradouro públicos, resíduos de limpeza de edificação;

**V** - Lançar, na via e/ou logradouro públicos, atendidos por rede coletora de esgotos sanitários, água servida de qualquer natureza

**VI** - Praticar ato que perturbe, prejudique ou impeça a execução de serviços de limpeza urbana;

**VII** - Promover a queima de quaisquer dos resíduos citados nesta Lei a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não licenciados para esta finalidade, salvo em caso de decretação de emergência sanitária e desde que autorizada pelo órgão ambiental competente;

**VIII** - Realizar triagem ou catação no resíduo sólido disposto em logradouros públicos, de qualquer objeto, material, resto ou sobra, seja qual for sua origem;

**IX** - Assorear logradouros públicos em decorrência de decapagens, desmatamentos ou obras;

**X** - Depositar, lançar ou atirar em riachos, canais, arroios, córregos, lagos, lagoas e rios, ou às suas margens, resíduos de qualquer natureza que causem prejuízo à limpeza ou ao meio ambiente. Parágrafo único. Em caso de descumprimento deste artigo será aplicada uma multa de 10 (dez) a 300 (trezentos) UPFAL.

**Art. 65.** É proibido o descarte de quaisquer materiais e/ou resíduos em lotes vagos, vias ou logradouros públicos por parte de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, sujeitando o infrator às penalidades legais.

**§1º** O fabricante do produto descartado irregularmente poderá ser penalizado nos termos desta Lei, nos casos em que não for possível identificar o responsável pelo descarte.

**§2º** Em caso de descumprimento do caput deste artigo será aplicada uma multa de 10 (dez) a 300 (trezentos) UPFAL.

## CAPÍTULO VI DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Art. 66.** Estão sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS:

**I** - Os geradores de resíduos sólidos previstos nos incisos II, III, IV e VII do art. 5º desta Lei e na lei federal 12.305/10;

**II** - Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

**III** - As empresas de construção civil;

**IV** - Os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas no inciso VI do art. 5º desta Lei;

**V** - Os responsáveis por atividades agrosilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente, do SNVS - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária ou do SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

**Parágrafo único.** Serão estabelecidas, por regulamento, exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

**Art. 67.** O PGRS tem o seguinte conteúdo mínimo:

**I** - Descrição do empreendimento ou atividade;

**II** - Diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

**III** - Observadas as normas estabelecidas pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos: explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

**IV** - Definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

**V** - Identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

**VI** - Ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

**VII** - Metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos, à reutilização e reciclagem;

**VIII** - Se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, nas formas da legislação vigente;

**IX** - Medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

**X** - Periodicidade de sua revisão;

**XI** - Relatório de auto monitoramento.

**§1º** O PGRS atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA. (CONAMA).

**§2º** A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do PGRS.

**§3º** Serão estabelecidos em regulamento:

**I** - Normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do PGRS relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

**II** - Critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para empresas de pequeno porte, microempresas, microempreendedor individual e pessoas físicas.

**Art. 68.** Todas as obras públicas e privadas deverão apresentar ao órgão ambiental competente um PGRS, que deverá conter as metodologias de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos gerados durante a obra, favorecendo a redução, reutilização e reciclagem por meio de coleta seletiva.

**Parágrafo único.** Aplica-se o disposto no caput deste artigo às empresas terceirizadas contratadas pelo poder público para prestação deste serviço.

## **CAPÍTULO VII DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA**

**Art. 69.** São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

**I** - Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso;

**II** - Pilhas e baterias;

**III** - Pneus;

**IV** - Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

**V** - Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

**VI** - Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

**§1º** O sistema de logística reversa é estendido a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

**§2º** A definição dos produtos e embalagens a que se refere o §1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

**§3º** Cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos, a que se referem os incisos II, III, V e VI do caput deste artigo, tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

**I** - Implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

**II** - Disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

**III** - Atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o §1º.

**§4º** Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes podem instituir entidade gestora, dotada de personalidade jurídica própria,

com o objetivo de implementar sistema de logística reversa, bem como cuidar de sua operação e administração.

**§5º** As entidades gestoras, agindo em nome dos signatários e aderentes de acordo setorial ou termo de compromisso, estabelecerão a distribuição dos pontos de recebimento dos produtos e embalagens sujeitos à logística reversa, bem como informarão a população e ao Poder Público sobre sua localização.

**§6º** Poderão ser adotadas medidas de incentivo ou de compensação financeira aos estabelecimentos que cooperarem com a coleta dos produtos e embalagens descartados.

**§7º** Os estabelecimentos comerciais e de distribuição poderão ser dispensados da obrigação de instalar pontos de recebimento desde que não resulte em prejuízo à eficiência do sistema de logística reversa.

**§8º** Será admitida a utilização de alternativas viáveis para a coleta e destinação final dos produtos e embalagens descartados, como a coleta itinerante, a participação do Poder Público local, nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 2010, e outras formas facilitadoras.

**§9º** Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do caput, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do §1º.

**§10** Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos § 3º e 4º.

**§11** Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, conforme a Lei Federal nº 12.305, de 2010.

**§12** Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

**§13** Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

**Art. 70.** A Logística Reversa poderá ser solicitada durante o processo de licenciamento ambiental através do órgão ambiental competente de acordo com o tipo e porte da atividade.

**Art. 71.** O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e a logística reversa priorizarão a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

## **CAPÍTULO VIII DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA**

**Art. 72.** É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

**Parágrafo único.** A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

**I** - Compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

**II** - Promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

**III** - Reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

**IV** - Incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

**V** - Estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

**VI** - Propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

**VII** - Incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.



**Art. 73.** Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

**I** - Investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

**a)** Que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

**b)** Cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

**II** - Divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

**III** - Recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do capítulo VII desta lei.

**IV** - Compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não incluídos no sistema de logística reversa.

**Art. 74.** As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

**§1º** Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

**I** - Restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

**II** - Projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém;

**III** - Recicladas, se a reutilização não for possível.

**§2º** Em casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja possível a aplicação do disposto no caput deste artigo, poderá o poder público dispor a respeito por meio de decreto.

## CAPÍTULO IX

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 75.** A aplicação de penalidades por infrações às disposições da presente Lei se efetivará por meio de:

**I** - Multas;

**II** - Suspensão da atividade;

**III** - Apreensão de bens;

**IV** - Cassação de alvarás, licenças e/ou autorizações.

**§1º** Para imposição das penalidades previstas nesta Lei, pelo órgão ou entidade municipal competente, o Poder Público observará a gravidade do fato e os antecedentes do infrator ou do responsável solidário.

**§2º** São circunstâncias que atenuam a aplicação da penalidade o arrependimento por escrito do infrator que não seja reincidente, seguido de demonstração incontestável de que providenciou a correção do fato gerador e colaborou com a fiscalização.

**§3º** São circunstâncias que agravam a aplicação da multa a reincidência, a vantagem pecuniária, a colocação em risco da saúde pública e degradação ambiental, que serão aplicadas cumulativamente.

**Art. 76.** Nos casos previstos nesta Lei, as multas serão precedidas de notificação prévia, de caráter orientador, nos casos em que não houver danos ambientais.

**§1º** Quando aplicada a multa, o infrator deverá recolhê-la dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados de sua notificação, na rede bancária autorizada a arrecadar rendas do município.

**§2º** A notificação ou multa será feita diretamente ao infrator ou mediante registro postal, com Aviso de Recebimento.

**§3º** Na hipótese de não ser encontrado o infrator ou estiver ele em local incerto e não sabido, a notificação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias ininterruptos a partir de sua publicação.

**§4º** O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado neste artigo implicará sua inscrição em Dívida Ativa, seja pessoa física ou jurídica, para cobrança judicial, na forma da lei.

**§5º** Os valores referentes às multas serão estipulados Unidade Padrão Fiscal do Estado de Alagoas – UPFAL.

**§ 6º** No período de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei, em caso de descumprimentos dos artigos desta Lei, deverão ser expedidas notificações prévias de caráter educativo.

**Art. 77.** Responde pela infração o infrator, ou quem concorrer para sua prática, ou dela se beneficiar.

**Art. 78.** O auto de infração deverá ser lavrado por servidor público do órgão municipal competente.

**§1º** A infração poderá ser complementada com relatório de vistoria técnica, podendo-se utilizar de aparelho eletrônico, ou por equipamento audiovisual, ou reações químicas ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível.

**§2º** Todo cidadão ou entidade civil tem direito de solicitar, por escrito, aos órgãos públicos, a fiscalização.

**Art. 79.** O auto de infração deverá conter, obrigatoriamente:

**I** – A qualificação do autuado;

**II** – O local, a data e a hora da lavratura;

**III** – A fiel descrição do fato infringente;

**IV** – A capitulação legal e a penalidade aplicável;

**V** – O prazo para que o infrator impugne a autuação e a legislação atinente;

**VI** – A assinatura do servidor público;

**VII** - Órgão da administração para o qual deverá ser direcionado eventual recurso.

## CAPÍTULO X

### DOS RECURSOS

**Art. 80.** É garantido ao autuado o direito de ampla defesa na esfera administrativa, expondo por escrito e acompanhada das provas que tiver, desde que produzidas na forma e prazos legais.

**Parágrafo único.** A intervenção do infrator far-se-á pessoalmente, por representante legal ou por intermédio de advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, com procuração regularmente outorgada.

**Art. 81.** Pela multa imposta caberá recurso ao órgão municipal competente do Município e deverá ser apresentado em petição escrita, via protocolo, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento do auto de infração ou da publicação deste no Diário Oficial do Município.

**Art. 82.** O recurso será julgado no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores públicos, designados pelo Chefe do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** O mandato desta comissão julgadora será de 2 (dois) anos, sendo permitida sua recondução.

## CAPÍTULO XI

### DOS PRAZOS E COMUNICAÇÕES DOS ATOS

**Art. 83.** Os prazos processuais serão contínuos, excluindo-se na contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

**§1º** Se a notificação do infrator efetivar-se em dia anterior a feriado ou ponto facultativo na Prefeitura, ou numa sexta-feira, o prazo só começará a ser contado do primeiro dia de expediente normal que se seguir.

**§2º** O prazo para o pagamento de multa só vence em dia de expediente normal na rede bancária autorizada a arrecadar rendas do Município.

## CAPÍTULO XII

### DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 84.** A educação ambiental integra a Política Municipal de Resíduos Sólidos, e é instrumento de divulgação, sensibilização, conscientização sobre a gestão e gerenciamento adequados dos resíduos sólidos, sobretudo ao consumo consciente e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo da vida dos produtos.

**Art. 85.** O Executivo Municipal desenvolverá política, planos, programa e projetos visando a sensibilização da população sobre a

importância da preservação ambiental, em particular, em relação à limpeza urbana e ao correto gerenciamento dos resíduos sólidos.

## CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 86.** Caso seja constatado risco efetivo à saúde pública decorrente da disposição inadequada de resíduos sólidos e/ou bens e materiais inservíveis, seja em área pública ou privada, sem necessitar de notificação prévia, será assegurado acesso do órgão público competente para fazer cessar a situação de risco.

**Parágrafo único.** O poder público deverá ser ressarcido pelos custos dos serviços executados no cumprimento do caput deste artigo.

**Art. 87.** Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a expedir eventuais atos regulamentares visando a fiel execução desta Lei.

**Art. 88.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 89.** Os valores provenientes das multas serão destinados ao Fundo do Município de Olho d'Água das Flores que deverão ser convertidos, prioritariamente, em projetos de educação ambiental.

**Art. 90.** Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.

Olho d'Água das Flores/AL, 22 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**

Prefeito

**Publicado por:**

Luciana Silva Melo da Rocha  
Código Identificador:945DD758

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO LEI Nº 966, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

*“Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual e dá outras providências.”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Olho d'Água das Flores/AL aprovou e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Esta Lei regulamenta o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado a Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP e ao Microempreendedor Individual – MEI, em consonância com o artigo 146, inciso III, alínea “d”, artigo 170, inciso IX, e artigo 179, todos da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, no âmbito do Município de Olho d'Água das Flores.

**Art. 2º.** Esta Lei estabelece normas relativas a:

**I** – Incentivos fiscais e ao enquadramento e tratamento tributário dispensados às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempreendedores individuais;

**II** – Inovação tecnológica e à educação empreendedora;

**III** – Associativismo e às regras de inclusão;

**IV** – Incentivo à geração de empregos;

**V** – Incentivo à formalização de empreendimentos;

**VI** – Unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;

**VII** – Simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas.

**VIII** – Simplificação dos processos de abertura, alterações e baixa de inscrição;

**IX** – Preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais, inclusive em licitações.

## CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

**Art. 3º.** Considera-se Microempreendedor Individual - MEI, para efeitos desta lei, o empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, que seja optante pelo Simples Nacional e tenha auferido receita bruta na forma e nos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

**Art. 4º.** Para efeitos desta lei, consideram-se Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a sociedade limitada unipessoal e o empresário, que tenham auferido receita bruta nos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

**Art. 5º.** Aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º o disposto nos arts. 6º e 7º, nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI e no Capítulo XII da Lei Complementar 123/2006, ressalvadas as disposições da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008.

**Parágrafo Único.** A equiparação de que trata o caput não se aplica às disposições do Capítulo IV da Lei Complementar 123/2006.

**Art. 6º.** Os dispositivos desta Lei, com exceção dos aspectos tributários, são aplicáveis a todas as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, assim definidas nos artigos 3º, 4º e 5º, ainda que não enquadradas no regime tributário do Simples Nacional, por vedação ou por opção.

## CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO E DA BAIXA

### Seção I Da Inscrição e Baixa

**Art. 7º.** Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de registro, inscrição, alteração, baixa e licenciamento das personalidades jurídicas constituídas na forma de Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto, articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos de outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando em conjunto compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo da perspectiva do usuário.

**§ 1º.** O Poder Executivo editará norma estabelecendo os prazos para que os órgãos competentes do Município façam suas análises e se manifestem acerca da possibilidade de funcionamento das atividades empresariais no âmbito municipal.

**§ 2º.** A Administração Municipal poderá firmar convênio com outros órgãos para adesão a cadastro sincronizado ou banco de dados, buscando padronização e informatização das informações constantes no cadastro de empresários e pessoas jurídicas de qualquer porte ou tipo societário.

**§ 3º.** O processo de registro, inscrição, alteração, baixa e licenciamento de empresários e pessoas jurídicas de qualquer porte ou tipo societário no âmbito municipal será integrado à REDESIM – Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

**§ 4º.** O CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas será adotado como identificação cadastral única no processo de registro de empresários e pessoas jurídicas realizado pela REDESIM no âmbito municipal.

**Art. 8º.** Ressalvados os aspectos tributários, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento.

**Art. 9º.** O Município de Olho D'água das Flores poderá adotar documento único de arrecadação das taxas referentes a aberturas das microempresas e empresa de pequeno porte.

**§ 1º.** Ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, à dispensa de licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e as demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.

**§ 2º.** O agricultor familiar, definido conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária, ficam isentos de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária.

**Art. 10.** Fica vedado às concessionárias de serviço público municipal o aumento das tarifas pagas pelo MEI por conta da modificação da sua condição de pessoa física para pessoa jurídica.

**Art. 11.** O Município permitirá que o Microempreendedor Individual, a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, exerçam suas atividades em endereço residencial, desde que não exerçam atividade considerada de risco, não tenham circulação de pessoas, nem causem transtornos para vizinhança e à mobilidade urbana, obedecendo às normas relativas à atividade exercida.

**§ 1º.** No caso de Empresa de Pequeno Porte, além dos requisitos descritos no caput deste artigo, somente será permitido o exercício em endereço residencial de atividades de prestação de serviço e comércio eletrônico, desde que não demande o armazenamento em estoque.

**§ 2º.** O exercício das atividades do Microempreendedor Individual, da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte em endereço residencial implicará, automaticamente, autorização à autoridade municipal para realizar os procedimentos fiscalizatórios pertinentes, não configurando, em absoluto, violação de domicílio.

**§ 3º.** O exercício das atividades do Microempreendedor Individual em endereço residencial não implicará em cobrança de Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU como se imóvel comercial fosse, exceto nos casos em que houver a descaracterização do imóvel enquanto residencial, hipótese em que será procedida a reclassificação do imóvel como comercial.

**§ 4º.** A permissão contida no caput deste artigo não será aplicada, em hipótese alguma, para as atividades em que o grau de risco seja considerado alto, conforme previsto na legislação do Município.

**Art. 12.** Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

**§1º.** Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento, quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

**§ 2º.** Fica facultada à Administração Pública Municipal estabelecer visita conjunta dos órgãos municipais no ato de vistoria para abertura e ou baixa de inscrição municipal, quando for o caso.

**Art. 13.** O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas no âmbito do governo municipal, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias estaduais e federais, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do

empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.

**§ 1º.** A baixa não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos e aplicadas as respectivas penalidades decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática de outras irregularidades, desde que comprovadas e apuradas em processo administrativo ou judicial e praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus sócios ou administradores, reputando-se como solidariamente responsáveis, em qualquer das hipóteses referidas neste artigo.

**§ 2º.** Os titulares ou sócios também são solidariamente responsáveis pelos tributos ou contribuições que não tenham sido pagos ou recolhidos, inclusive multa de mora ou de ofício, conforme o caso, e juros de mora.

**§ 3º.** O Município poderá proceder a transferência de eventuais débitos da pessoa jurídica existentes perante a Receita Municipal para o CPF – Cadastro de Pessoa Física do(s) sócio(s) ou titulares, emitindo, assim, Certidão Negativa de Débitos Municipais.

**Art. 14.** Considerando que o Município de Olho D'água das Flores possui regulamentação própria de classificação de risco e o respectivo processo simplificado de inscrição e legalização, em conformidade com esta Lei Complementar 123/2006 e com as resoluções do CGSIM, o MEI poderá ter sua inscrição automaticamente cancelada após período de 12 (doze) meses consecutivos sem recolhimento ou declarações, independentemente de qualquer notificação, devendo a informação ser publicada no Portal de Empresas e Negócios, na forma regulamentada pelo CGSIM.

**Art. 15.** As multas relativas à falta de prestação ou à incorreção no cumprimento de obrigações acessórias para com os órgãos e entidades municipais, quando em valor fixo ou mínimo, e na ausência de previsão legal de valores específicos e mais favoráveis para MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte, terão redução de:

**I - 90%** (noventa por cento) para os MEI;

**II - 50%** (cinquenta por cento) para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

**Parágrafo Único.** As reduções de que tratam os incisos I e II do caput não se aplicam na:

**I - Hipótese de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização;**

**II - Ausência de pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação.**

**Art. 16.** Consideram-se atividades de alto risco, além das previstas na classificação adotada pelo Município, em sua legislação e regulamentos, as que sejam prejudiciais ao sossego público, tragam risco ao meio ambiente, ou ainda, que contenham entre outros:

**I – Material explosivo;**

**II – Área de risco, classificadas pela Defesa Civil.**

**Art. 17.** Na falta de legislação municipal específica relativa à definição do grau de risco da atividade, aplicar-se-á as resoluções do CGSIM.

**Art. 18.** A classificação de baixo grau de risco permite ao empresário ou à pessoa jurídica o início da atividade mediante o simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências e restrições por declarações de responsabilidade do titular ou responsável.

**Art. 19.** Esta Lei não exige o contribuinte de promover a regularização perante os demais órgãos competentes, assim como nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

## Seção II

### Da Isenção de Atos Públicos e do Alvará de Funcionamento

**Art. 20.** Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de outra natureza poderá se estabelecer ou funcionar sem o Alvará de Funcionamento, que atestará as condições do estabelecimento concernentes à localização, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão, permissão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos



individuais ou coletivos, à garantia do cumprimento da legislação urbanística, excetuando-se apenas as atividades enquadradas na dispensa de atos públicos de liberação nos termos do art. 3º, I, da Lei n.º 13.874/2019 – Lei da Liberdade Econômica, observado o seguinte:

**I** – Quando o grau de risco da atividade for considerado de baixo risco, baixo risco A ou nível de risco I, estará dispensado de todos os atos públicos de liberação da atividade econômica e não comportará vistoria prévia para plena e contínua operação e funcionamento do estabelecimento;

**II** – Quando o grau de risco da atividade for considerado médio risco, baixo risco B ou nível de risco II, será emitido Alvará de Funcionamento, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, sem a realização de vistoria prévia para a comprovação prévia do cumprimento de exigências por parte dos órgãos responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento;

**III** – sendo o grau de risco da atividade considerado alto ou nível de risco III, a licença para localização e funcionamento será concedida após a vistoria prévia para a comprovação do cumprimento de exigências decorrentes das atividades sujeitas à fiscalização municipal.

§ 1º. O grau de risco será determinado considerando todas as atividades do estabelecimento, sejam atividades primárias ou secundárias e, em havendo mais de uma atividade, será considerado o risco mais grave.

§ 2º. A dispensa do ato público de liberação não desobriga o empresário ou pessoa jurídica do cadastro tributário e do respectivo pagamento das taxas municipais devidas em razão do exercício da atividade econômica, nos termos do Código Tributário Municipal.

§ 3º. O Município terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil para emissão do Alvará de Funcionamento para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que pretendam se estabelecer na região, nos casos em que seja cabível a sua expedição, observando-se o risco da atividade econômica.

§ 4º. O Alvará de Funcionamento será cancelado se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências estabelecidas pela Administração Municipal, nos prazos por ela definidos.

§ 5º. O Alvará de Funcionamento poderá ser emitido na condição de Alvará de Funcionamento para os casos definidos no inciso II do caput deste artigo, que necessitem do cumprimento de exigências específicas segundo a natureza da atividade econômica.

**Art. 21.** As atividades exercidas de forma exclusivamente digital devem receber tratamento simplificado e desburocratizado, segundo determinado por regulamentação municipal específica.

**Art. 22.** Nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado médio risco, baixo risco B ou nível de risco II, poderá o Município conceder Alvará de Localização e Funcionamento para Microempresas e para Empresas de Pequeno Porte instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive habite-se.

**Art. 23.** É obrigatória a fixação, em local visível e acessível à fiscalização, do alvará de licença para localização e funcionamento, exceto nos casos de dispensa previstos em Lei.

**Art. 24.** A Administração Municipal poderá instituir o alvará *online* que permitirá o início de operação do estabelecimento, imediatamente após o protocolo dos documentos necessários para o registro da empresa, ressalvadas as restrições previstas na legislação em vigor.

§ 1º. O alvará previsto no *caput* deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante, os quais dispõem de regras definidas em norma específica.

§ 2º. O alvará previsto no *caput* deste artigo não se aplica no caso de atividades cujo grau de risco seja considerado alto, conforme previsto em regulamentação do Município.

**Art. 25.** Todas as atividades econômicas exercidas pelo Microempreendedor Individual - MEI serão consideradas de baixo risco e ficam dispensadas da necessidade de Alvarás e Licenças de Funcionamento para o exercício do negócio.

§ 1º. A dispensa de Alvarás e Licenças de Funcionamento exigirá do MEI a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI com efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento;

§ 2º. A inscrição municipal será obrigatória após a formalização do MEI no Portal de Empresas e Negócios e deverá ser emitida pela Prefeitura, preferencialmente, através de mecanismos instantâneos, integrados e automatizados entre o sistema municipal competente, os sistemas da REDESIM e o Portal de Empresas e Negócios;

§ 3º. As fiscalizações dos órgãos municipais responsáveis, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, poderão ser efetuadas a qualquer tempo, de acordo com a natureza do empreendimento, sendo que:

**I** – Devem realizadas posteriormente ao início da atividade;

**II** – Deverá ser observado o critério da dupla visita ou fiscalização orientadora;

**III** – Em caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos pelo poder público relativamente ao funcionamento regular da atividade do MEI no território, será procedido o cancelamento do Termo de Ciência e Responsabilidade e, consequentemente, do CCMEI com efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.

§ 4º. As ocupações passíveis de serem registradas na condição de Microempreendedor Individual – MEI serão definidas por Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN.

### Subseção I

#### Da Consulta Prévia

**Art. 26.** A consulta prévia informará ao interessado:

**I** – A possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;

**II** – Os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

**Parágrafo único.** A resposta da consulta prévia referente à abertura ou alteração de empresa no município deverá ser baseada na legislação municipal de zoneamento, principalmente no Plano Diretor Municipal – PDM, nos casos em que for exigida.

**Art. 27.** Devem ser implementadas ferramentas e plataformas eletrônicas que permitam a automatização da resposta locacional municipal, primando que seja realizada de forma instantânea, imediata e sem intervenção humana.

**Art. 28.** A consulta prévia para o Microempreendedor Individual seguirá as definições estabelecidas pelas Resoluções do CGSIM.

### CAPÍTULO IV

#### DOS INCENTIVOS FISCAIS

**Art. 29.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se instalarem no Município de Olho D'água das Flores, aquelas já em atividade e, ainda, as que reativarem suas atividades empresariais, desde que devidamente inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, gozarão de incentivos e benefícios nos termos do Código Tributário municipal.

### CAPÍTULO V

#### DA SALA DO EMPREENDEDOR

**Art. 30.** Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no Município, fica criada a Sala do Empreendedor, com a atribuição de disponibilizar aos interessados:

**I** – Consulta prévia;

**II** – Cadastro no Portal de Empresas e Negócios;

**III** – Emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;

**IV** – Consulta a certidão de zoneamento na área do empreendimento;

**V** – Emissão de Alvará de Funcionamento;

**VI** – Orientação acerca dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;

**VII** – Emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária.

**VIII** - Unificar, simplificar e integrar o processo de registro e licenciamento mercantil entre os órgãos e entes municipais, sendo local de referência na redução da burocracia e do tempo de abertura de novos empreendimentos;

**IX** - Promover, em parceria com instituições especializadas, programas de acesso ao microcrédito e suporte em temas de gestão, associativismo, treinamentos e capacitações para o público municipal;

**X** - Organizar dados e adotar procedimentos capazes de instruir e mobilizar potenciais fornecedores locais ou regionais para participarem das compras públicas municipais;

**XI** - Implementar ações, processos, indicadores e estratégias na busca de um ambiente de negócios empresarial e rural que favoreça e promova a obtenção de resultados de crescimento econômico para o município.

**§ 1º.** Na hipótese de indeferimento de alvará ou inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal na Sala do Empreendedor.

**§ 2º.** Para a consecução dos seus objetivos na implantação da Sala do Empreendedor, a Administração Municipal poderá firmar parceria com outras instituições públicas ou privadas de comprovada capacidade técnica, científica, tecnológica, de ensino, de qualificação profissional e de crédito para agregar funções e/ou serviços na Sala do Empreendedor no Município.

## **CAPÍTULO VI DO ACESSO AOS MERCADOS**

**Art. 31.** Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para os Microempreendedores, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

**Parágrafo Único.** Subordinam-se a esta Lei os órgãos da administração pública municipal direta e indireta.

**Art. 32.** Para ampliação da participação nas licitações das microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas e microempreendedores individuais, a Administração Pública poderá:

**I** – Instituir e manter atualizado cadastro das microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas e microempreendedores individuais sediadas localmente ou na região, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a divulgação das licitações, além de estimular o cadastramento destas empresas no processo de compras públicas;

**II** – Divulgar as compras públicas a serem realizadas, com previsão de datas das contratações, no *site* oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais para divulgação em seus veículos de comunicação;

**III** – Padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas e microempreendedores individuais e facilitar a formação de parcerias e subcontratações.

**Art. 33.** As contratações diretas por dispensa de licitação no âmbito municipal, nos termos do artigo 49, inciso IV, da Lei Complementar n.º 123/2006, poderão ser preferencialmente realizadas com microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

**Art. 34.** Exigir-se-á das microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas e microempreendedores individuais, para habilitação em quaisquer licitações do município para fornecimento de bens ou serviços, apenas o seguinte:

**I** – Ato constitutivo, devidamente registrado;

**II** – Inscrição no CNPJ, com a distinção de ME, EPP ou MEI, para fins de qualificação;

**III** – Comprovação de regularidade fiscal, compreendendo a regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e para com a Fazenda Federal, a Estadual e/ou Municipal, conforme objeto licitado;

**IV** – Comprovação de regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

**V** – Eventuais licenças, certificados e atestados que forem necessários à comercialização dos bens ou para a segurança da administração;

**VI** – Outros requisitos previstos em legislação específica.

**Parágrafo único.** Poderão ser exigidos outros elementos de habilitação para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas e microempreendedores individuais que não estejam contidos na previsão dos incisos de I a VI do caput deste artigo, desde que baseados em Lei.

**Art. 35.** A administração pública municipal deverá realizar processo licitatório:

**I** – Destinado exclusivamente à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual nas contratações cujo valor preconiza a Lei Complementar 123/2006 e alterações;

**II** – Em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

**Art. 36.** A administração pública municipal poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**Parágrafo único.** Na hipótese do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública municipal poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

**Art. 37.** Os benefícios referidos nos artigos 35 e 36 desta lei poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

**Art. 38.** Não se aplica o disposto nos artigos 31, 35 e 36 desta Lei quando:

**I** – Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

**II** – O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

**III** – A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos do artigo 49, inciso IV, da Lei Complementar n.º 123/2006.

**IV** – O valor estimado da licitação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos definidos pela Lei 14.133/2021.

**Art. 39.** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

**§ 1º.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**§ 2º.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação específica, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na

ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

§ 3º. Deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista, somente para efeito de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão.

**Art. 40.** Nas licitações municipais será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

§ 1º. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º. Na modalidade pregão, o intervalo percentual estabelecido no §1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

**Art. 41.** Para efeito do disposto no art. 40 desta Lei, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**I** – A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

**II** – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§1ºe 2ºdo art. 40 desta Lei, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**III** – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 40 desta Lei, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

**Art. 42.** A aquisição de gêneros alimentícios no âmbito municipal deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade dos fornecedores para disponibilizar produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

**Parágrafo Único.** Preferencialmente, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do município ou da região.

## **CAPÍTULO VII DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO**

**Art. 43.** Caberá ao Poder Executivo Municipal a designação de servidor e área responsável em sua estrutura funcional para a efetivação dos dispositivos previstos na presente lei, observadas as especificidades locais.

§ 1º. A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º. O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

**I** – Residir na área da comunidade em que atuar;

**II** – Haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;

**III** – Possuir formação ou experiência compatível com a função a ser exercida;

**IV** – Ser preferencialmente servidor efetivo do Município.

§ 3º. Caberá ao Agente de Desenvolvimento buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

juntamente com as demais entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

## **CAPÍTULO VIII DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO**

**Art. 44.** A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas por meio de instituições, tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) dedicadas ao microcrédito, com atuação no âmbito do município ou da região.

**Art. 45.** A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do município ou da região.

**Art. 46.** A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, públicas e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

**Art. 47.** A Administração Pública Municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos MEI, das ME e EPP, poderá reservar em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou a União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

## **CAPÍTULO IX DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA**

**Art. 48.** A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança, de relações de consumo e de uso e ocupação do solo das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1º. Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º. Quando constatada flagrante infração ao sossego público, saúde ou segurança da comunidade ou ação ou omissão que caracterize resistência ou embaraço à fiscalização e, ainda, nos casos de reincidência, o estabelecimento poderá ser autuado ou lacrado, nos termos da legislação vigente.

§ 3º. A orientação a que se refere este artigo, dar-se-á por meio de Termo de Notificação.

§ 4º. Configura-se superada a fase da primeira visita quando ocorrer reincidência de não cumprimento do Termo de Notificação.

§ 5º. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

§ 6º. Atos considerados pelos agentes municipais como de natureza grave e que exijam reparação imediata poderão ser repreendidos prontamente com punição, nos termos da legislação específica vigente.

§ 7º. Os autos onde conste Termo de Notificação são públicos, acessíveis para consulta ou cópia, na repartição, a quem protocolize pedido de vistas.

§ 8º. O disposto no § 1º aplica-se à lavratura de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias relativas às matérias do caput, inclusive quando previsto seu cumprimento de forma unificada com matéria de outra natureza, exceto a trabalhista.

§ 9º. A inobservância do critério de dupla visita implica nulidade do auto de infração lavrado sem cumprimento ao disposto neste artigo, independentemente da natureza principal ou acessória da obrigação.

§ 10. Os órgãos e entidades da administração pública municipal deverão observar o princípio do tratamento diferenciado, simplificado



e favorecido por ocasião da fixação de valores decorrentes de multas e demais sanções administrativas.

§ 11. A inobservância do disposto no caput deste artigo implica atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional da atividade empresarial.

§ 12. O disposto no caput deste artigo não se aplica a infrações relativas à ocupação irregular da reserva de faixa não edificável, de área destinada a equipamentos urbanos, de áreas verdes, de áreas de preservação permanente e nas faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutovias ou de vias e logradouros públicos.

## **CAPÍTULO X DO ASSOCIATIVISMO**

**Art. 49.** O Poder Executivo incentivará Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a organizarem-se em Sociedades de Propósito Específico, na forma prevista no artigo 56, da Lei Complementar 123/2006, ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento de suas atividades.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

**Art. 50.** A Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do Município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas a ela, por meio de associações e cooperativas.

**Art. 51.** O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através de:

**I** – Estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

**II** – Estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando a inclusão da população do Município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

**III** – Criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

**IV** – Cessão de bens móveis e imóveis do Município.

**Art. 52.** Fica vedada aos conselhos representativos de categorias econômicas a exigência de obrigações diversas das estipuladas na Lei Complementar 123/2006 e nesta Lei Municipal para inscrição do MEI em seus quadros, sob pena de responsabilidade.

## **CAPÍTULO XI DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO**

**Art. 53.** Fica o Poder Público Municipal autorizado a firmar parcerias ou convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de educação empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimentos sobre empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, gestão empresarial, fiscal, ambiental e assuntos afins.

§ 1º. Estão compreendidos no âmbito do caput deste artigo ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, assim como a alunos do ensino médio e superior.

§ 2º. Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação; concessão de bolsas de estudo; complementação de ensino básico público; ações de capacitação de professores, e outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

**Art. 54.** Fica o Poder Público Municipal autorizado a celebrar parcerias ou convênios com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de transferência de conhecimento gerado nas instituições de

pesquisa, qualificação profissional, e capacitação no emprego de técnicas de produção.

**Parágrafo Único.** Compreende-se no âmbito do caput deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica; a oferta de cursos de qualificação profissional; a complementação de ensino básico público e ações de capacitação de professores.

**Art. 55.** Fica o Poder Público Municipal autorizado a instituir programa de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas do município às novas tecnologias da informação e comunicação, em especial à Internet e a implantar programa para fornecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outra forma, inclusive para órgãos governamentais do Município.

**Parágrafo Único.** Compreendem-se no âmbito do programa referido no caput deste artigo:

**I** – A abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito e livre à Internet;

**II** – O fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação;

**III** – A produção de conteúdo digital e não-digital para capacitação e informação das empresas atendidas;

**IV** – A divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet;

**V** – A promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias;

**VI** – O fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação; e

**VII** – A produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

## **CAPÍTULO XII DA AGROPECUÁRIA E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS**

**Art. 56.** O Poder Público Municipal poderá firmar parcerias com órgãos governamentais; instituições de ensino superior; entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores rurais, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos rurais, mediante orientação, treinamento e aplicação prática de conhecimento técnico e científico, nas atividades produtoras de microempresas e de empresas de pequeno porte.

§ 1º. Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte ainda: sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implantação de projetos de fomento à agricultura, mediante geração e disseminação de conhecimento; fornecimento de insumos a pequenos e médios produtores rurais; contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento, e o desenvolvimento de outras atividades rurais de interesse comum.

§ 2º. Estão compreendidas também, no âmbito deste artigo, as atividades de conversão do sistema de produção convencional para sistema de produção orgânica, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos corretos, com o objetivo de promover a auto sustentação; a maximização dos benefícios sociais; a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, assim como de organismos geneticamente modificados ou de radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo.

## **CAPÍTULO XIII DO TURISMO E SUAS MODALIDADES**

**Art. 57.** O Poder Público Municipal poderá promover parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, entidades de apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável, circuitos turísticos e outras instâncias de governança, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade de produtos turísticos do município.

§ 1º. Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte associações e sindicatos de classe, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implementação de projetos, mediante geração e disseminação de conhecimento.

§ 2º. Competirá à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas neste artigo, atendidos os dispositivos legais pertinentes.

§ 3º. O Município concentrará seus esforços no sentido de promover o desenvolvimento do turismo nas modalidades características da região.

#### **CAPÍTULO XIV DO ACESSO À JUSTIÇA**

**Art. 58.** A Administração Pública Municipal poderá realizar parcerias com a iniciativa privada, por meio de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONG, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas de pequeno porte, microempresas e microempreendedores individuais o acesso à Justiça, priorizando a aplicação do disposto no art. 74 e 75 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

#### **CAPÍTULO XV DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 59.** As empresas ativas ou inativas que estiverem em situação irregular, na data da publicação desta lei, terão 90 (noventa) dias para realizarem a inscrição e/ou alteração de cadastro. Passado este prazo sem terem sido tomadas as medidas necessárias para a regularização, as empresas terão sua situação cadastral lançada como suspensão.

**Art. 60.** Fica instituído o Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa e do Desenvolvimento, que será comemorado em 5 de outubro de cada ano.

**Art. 61.** Todos os órgãos vinculados à Administração Pública Municipal deverão incorporar em seus procedimentos, no que couber, o tratamento diferenciado e facilitado às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e aos Microempreendedores Individuais.

**Art. 62.** O Poder Executivo deverá dar ampla divulgação do teor e benefícios desta lei para a sociedade, com vistas a sua plena aplicação.

**Art. 63.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente a sua publicação.

**Art. 64.** Revogam-se as demais disposições em contrário; especialmente a Lei nº 639, de 31 de agosto de 2010.

Olho d'Água das Flores/AL, 22 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Luciana Silva Melo da Rocha  
**Código Identificador:**85B0EA6A

#### **ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO**

#### **CÂMARA MUNICIPAL TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Pelo presente, e com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, e no Parecer da Controladoria Interna da Câmara Municipal e da Procuradoria Jurídica desta Casa. **RATIFICO** a DISPENSA DE LICITAÇÃO visando a contratação de empresa especializada em locação de sistemas para gerenciamento de documentos para digitalização e armazenamento dos documentos em nuvem para a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Olho D'Água do Casado, em favor da pessoa jurídica, que apresentou o menor valor em pesquisa de preços realizada, **WILMA GAUDENCIO FERREIRA DA SILVA LIMITADA**, CNPJ: 17.169.043/0001-06.

Olho D'Água do Casado/AL, 22 de dezembro de 2022

**JOSÉ ANTÔNIO SOUZA**  
Presidente

**Publicado por:**  
Edilene Correia da Silva  
**Código Identificador:**B2403F4B

#### **CÂMARA MUNICIPAL TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Pelo presente, e com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, e no Parecer da Controladoria Interna da Câmara Municipal e da Procuradoria Jurídica desta Casa. **RATIFICO** a DISPENSA DE LICITAÇÃO visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de assessoria e consultoria contábil para a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Olho D'Água do Casado, em favor da pessoa jurídica, que apresentou o menor valor em pesquisa de preços realizada, **ATIVA SISTEMA E CONTABILIDADE EIRELI - ME**, CNPJ: 18.265.640/0001-99.

Olho D'Água do Casado/AL, 22 de dezembro de 2022

**JOSÉ ANTÔNIO SOUZA**  
Presidente

**Publicado por:**  
Edilene Correia da Silva  
**Código Identificador:**AD686DC9

#### **GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO CONTRATO Nº 052-2022**

Processo Nº 1031.0001/2022  
Dispensa de Licitação Nº 029/2022.  
Contratante: Município de Olho D'Água do Casado/AL  
Contratado: ALAN WELBER ALVES AQUINO - ME, inscrito no CNPJ nº 10.013.620/0001-19.  
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de plotagens para projetos arquitetônicos e complementares de engenharia.  
Vigência: 12 (dose) meses  
Valor Global: R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais).  
Celebrado em: 30/11/2022.  
Signatários: Sr. José dos Santos, pela contratante, Sr. Alan Welber Alves Aquino - ME, pela contratada.

**JOSE DOS SANTOS**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Carla Maria de O Bezerra  
**Código Identificador:**A542C763

#### **ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO**

#### **GABINETE DO PREFEITO HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2022**

HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2022

A Prefeita Constitucional de Ouro Branco – AL, considerando o interesse da administração, objetivando a adesão à Ata de Registro de Preços nº 17/2022, oriunda do Pregão Eletrônico nº 017/2022, do município de Poço das Trincheiras, que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação do serviço de ornamentação, mediante o regime de empreitada por preço unitário, visando atender às necessidades do município de Ouro Branco/AL, que opinou pela legalidade da Adesão.  
DECIDE:

HOMOLOGAR e ADERIR à Ata de Registro de Preços nº 17/2022 do município de Poço das Trincheiras, que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação do serviço de ornamentação, mediante o regime de empreitada por preço unitário, visando atender às necessidades do município de Ouro Branco/AL, destinado a contratação da empresa JADE MARIA SILVA COSTA11472504488. Inscrita no CNPJ nº 44.473.128/0001-48, sediada na Rua 10 R Augustinho Cabral, 918 EDIF, Centro, Ouro Branco/AL. Cep: 57.525-000, representada neste ato pelo Sr. JADE MARIA SILVA COSTA, portador do CPF nº 114.725.044-88 e RG nº 34954309 SESP/AL, fundamentada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Isto posto, vão os autos a Comissão de Licitação que seja adotada as providências necessárias para formalização do Termo de Adesão.

Ouro Branco/AL, 22 de dezembro de 2022.

**TÁCIA DENYSE DE SIQUEIRA NOBRE**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Natanael Feitosa da Silva Junior  
**Código Identificador:**E9780759

### GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

#### RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

#### ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeita Constitucional de Ouro Branco – AL, considerando o interesse da administração, objetivando a Aquisição de Cestas Alimentícias em comemoração ao Natal, contendo guloseimas natalinas para serem ofertadas as famílias inseridas no CadÚnico do Município de Ouro Branco/AL, e considerando as conclusões formalmente motivadas no parecer jurídico da douta Procuradoria Municipal, que opinou pela legalidade da dispensa.

**DECIDE:**

**RATIFICAR e HOMOLOGAR** o ato de Dispensa nº 43/2022, praticado por esta municipalidade, destinado a contratação da empresa **MAJON COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ nº 34.252.067/0001-35, sediada na Rua Projetada 01- Dom Helder Câmara, na Cidade de Garanhuns-PE, neste ato, representada pelo Sr. Joyce Natalia de Melo Freitas, brasileira, casada, empresária, portador da Cédula de identidade RG nº 7293366 SDS/PE, inscrito no CPF nº 072.243.584-36, residente e domiciliado na Avenida Deolinda Silvestre Valença (COAB II), nº 1600, Bairro Francisco Simão dos Santos Figueira, Garanhuns/PE.

Isto posto, vão os autos a Comissão de Licitação que seja adotada as providências necessárias para a conclusão do certame licitatório com o mesmo objetivo.

Ouro Branco/AL, 22 de dezembro de 2022.

**TÁCIA DENYSE DE SIQUEIRA NOBRE**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Natanael Feitosa da Silva Junior  
**Código Identificador:**4DA75BEB

### GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

#### RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

#### ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeita Constitucional de Ouro Branco – AL, considerando o interesse da administração, objetivando a contratação de empresa

especializada na coleta de resíduos, transporte, tratamento de resíduos dos serviços de saúde – RSS, classe I dos grupos A, B e E, em bombonas de 200L, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Ouro Branco – AL, e considerando as conclusões formalmente motivadas no parecer jurídico da douta Procuradoria Municipal, que opinou pela legalidade da dispensa.

**DECIDE:**

**RATIFICAR e HOMOLOGAR** o ato de Inexigibilidade de Licitação nº 15/2022, praticado por esta municipalidade, destinado a contratação da empresa **SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS AL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 06.121.325/0001-09, sediada a Rua Secundária 02, S/n Quadra 784 Lote 480, Distrito Industrial Luis Cavalcante, CEP: 57.082-000, Maceió/AL, representada neste ato pelo Representante Legal o Sr. Bruno Broad Rizzo Dorea, brasileiro, casado, gerente administrativo, portador da Cédula de Identidade nº 98001334230 SSP/AL, inscrito no CPF nº 051.239.534-93, residente e domiciliado na Avenida Empresário Carlos da Silva Nogueira, nº 986 – Edifício Villa Del Mare, apt. 701, Jatiúca, Maceió/AL.

Isto posto, vão os autos a Comissão de Licitação que seja adotada as providências necessárias para a conclusão do certame licitatório com o mesmo objetivo.

**TÁCIA DENYSE DE SIQUEIRA NOBRE**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Natanael Feitosa da Silva Junior  
**Código Identificador:**85B7F081

### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATOS D 037/2022

##### Aviso de Homologação

Face aos constantes nos autos do procedimento de Dispensa nº 037/2022, do município de Palestina/AL, referente ao processo 1213015.2022, objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EVENTOS**, HOMOLOGO o objeto do certame, do presente processo, para que se produzam os devidos efeitos legais, para a empresa: **JOSÉ ADENISSON DUARTE DANTAS – ME (ADS SOM VÍDEO PRODUÇÕES E EVENTOS)**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.285.842/0001-89- Valor do Contrato: R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais) – Vigência: imediato.

**JOSÉ DJALMA GONÇALVES DA SILVA**  
Prefeito Municipal.

##### Extrato do Contrato

Contrato Nº 037/2022 – Processo Licitatório nº 1213015.2022– Contratação: Dispensa 037/2022 – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 (Art. 75, inciso II) – Contratado: **JOSÉ ADENISSON DUARTE DANTAS – ME (ADS SOM VÍDEO PRODUÇÕES E EVENTOS)**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.285.842/0001-89 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EVENTOS– R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais) – Vigência: imediato.**

**Publicado por:**  
Albert Leite e Silva  
**Código Identificador:**CB022B0E

### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PÃO DE AÇÚCAR

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO



Ata de Registro de Preços nº PE031/2022 – Processo Administrativo nº 0718010/2022– Pregão Eletrônico nº 031/2022 – SRP – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.024/2019, Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Municipais nº 004/2021 e 005/2021 – Fornecedor Registrado: OFICINA E AUTO PECAS LIDER LTDA (CNPJ nº 45.673.503/0001-66) – Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, exclusivo para ME e EPP (Lote 01) – Valor Global – 7.099,68 (sete mil noventa e nove reais e sessenta e oito centavos) – Vigência: 12 (doze) meses.

**Publicado por:**  
Hugo Rafael da Silva Feitoza  
**Código Identificador:**E648607F

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022-SRP 2ª CHAMADA  
Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 028/2022-SRP 2ª CHAMADA – Tipo: Menor Preço – Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados as secretarias municipais – Data/Horário: 05 de janeiro de 2023, às 10:00hs (horário de Brasília) – o Edital encontra-se disponível no site <http://bnc.org.br/>, no portal do município, através do site Portal da Transparência | Prefeitura Municipal De Pão De Açúcar ([paodeacucar.al.gov.br](http://paodeacucar.al.gov.br)), e na sede do Município, situada no endereço Avenida Bráulio Cavalcante, 493, Centro, Pão de Açúcar - AL, CEP 57.400-000, em dias úteis, no horário das 08 às 12 horas (horário local), em dias úteis, e ainda, poderá ser obtido mediante solicitação enviada ao e-mail [cpl@paodeacucar.al.gov.br](mailto:cpl@paodeacucar.al.gov.br). Informações através do e-mail Avenida Bráulio Cavalcante, 493, Centro, Pão de Açúcar - AL, CEP 57.400-000.

**HUGO RAFAEL DA SILVA FEITOZA**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Hugo Rafael da Silva Feitoza  
**Código Identificador:**6BD65262

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 1129022/2022 – Processo Administrativo nº 1129022/2022 – Inexigibilidade de Licitação – Fundamentação Legal: Art. 25, III, da Lei Federal nº 8.666/93 – Contratado: NUKOMANDO PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA (CNPJ nº 21.489.002/0001-66) – Objeto: contratação da atração artística Nukomando para as festividades do Dia de Santos Reis – Valor global: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) – Vigência: 180 (cento e oitenta) dias.

**Publicado por:**  
Hugo Rafael da Silva Feitoza  
**Código Identificador:**496549DF

#### GABINETE DO PREFEITO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 0718010/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2022-SRP  
Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 031/2022-SRP, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 0718010/2022, HOMÓLOGO, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, a presente licitação para que a Adjudicação nela contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

**JORGE SILVA DANTAS**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Hugo Rafael da Silva Feitoza  
**Código Identificador:**993E9870

#### GABINETE DO PREFEITO AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 1129022/2022

Em cumprimento ao Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, considerando o que consta dos autos do presente processo, RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para contratação da atração artística **Nukomando**, para a realização das festividades do **Dia de Santos Reis**, através da empresa NUKOMANDO PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA, CNPJ nº 21.489.002/0001-66, no valor global de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, com fulcro na inteligência do art. 25, inc. III, do mesmo diploma legal.

**JORGE SILVA DANTAS**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Hugo Rafael da Silva Feitoza  
**Código Identificador:**3E9CD0C7

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA

#### GABINETE DO PREFEITO PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA/AL EXTRATO DE CONTRATO

**PARTES: MUNICÍPIO DE PARICONHA - AL**, inscrito no **CNPJ** sob nº **35.634.435/0001-72**, e **FASITEC DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA – ME**, inscrita no **CNPJ** nº **0.483.195/0001-78**,

**SIGNATÁRIOS:** Antônio Telmo Noia, Prefeito e Marco Aurélio Pavan, sócio administrador;

**OBJETO:** Termo de Cooperação Técnica, não onerosa, objetivando a operacionalização da gestão e controle das consignações em folha de pagamento. **FUNDAMENTAÇÃO:** Lei nº 8.666/93.

**VALOR:** SEM ÔNUS financeiro.

**VIGÊNCIA:** O presente termo vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Pariconha, 22 de dezembro de 2022.

**ANTÔNIO TELMO NOIA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
José Rodolfo da Silva Santos  
**Código Identificador:**31CA49D3

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO JACINTO

#### GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DO ADITIVO - PREÇO E SUPRESSÃO

**TERMO ADITIVO DE PREÇO E SUPRESSÃO  
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020  
CONTRATO Nº 03/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03.18.0002/2021**

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2020, QUE ENTRI SÍ CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO JACINTO E A EMPRESA SANTANA CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE SOBRE RIO PARAÍBA NO MUNICÍPIO DE PAULO JACINTO/AL.

**CONTRATANTE:** Município de Paulo Jacinto - Alagoas, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa situada a Rua Floriano Peixoto, 17, Centro – Paulo Jacinto – Alagoas – CEP:

57.740-000, neste ato representado pelo chefe do executivo, o Sr. Prefeito FRANCISCO MANOEL FERREIRA FONTAN, brasileiro, casado, agente público, inscrito no CPF sob nº 457.754.864-04, portador da carteira de identidade RG nº 722985 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua João Francisco Costa, S/N, centro, PAULO JACINTO/AL.

CONTRATADO: Santana Construções e Saneamento Ltda, com o CNPJ sob nº 22.939.096/0001-90, localizada na Rua Rita de Cássia, nº 42, Sala G, Gruta de Lourdes, Maceió – Alagoas, CEP: 57.052-530, representada pelo Sr. João Izidio Correia de Santana, com RG nº 6356120 SSP/PE e CPF sob nº 046.379.774-44, residente e domiciliado na Cidade de Maceió – Alagoas, para assinatura do TERMO, conf. indicado seus poderes no contrato social da empresa. Os CONTRATANTES, nos termos do Processo nº 03.18.0002/2022, inclusive parecer da Procuradoria Jurídica do Município, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a adição de R\$ 272.883,09 (duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e nove centavos), o reajuste de R\$ 113.117,85 (cento e treze mil, cinco e dezessete reais e oitenta e cinco centavos) e a supressão de R\$ 531.822,02 (quinhentos e trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dois centavos), passando o valor do contrato para R\$ 1.396.978,63 (um milhão, trezentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 As demais cláusulas do Contrato nº 03/2020 mantêm-se inalteradas.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Paulo Jacinto - AL, 08 de setembro de 2022.

**FRANCISCO MANOEL FERREIRA FONTAN**

contratante

**JOÃO IZIDIO CORREIA DE SANTANA**

contratado

**Publicado por:**

Jose Renato Candido da Silva  
Código Identificador:AA554C73

### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇABUÇU

#### GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIAÇABUÇU/AL, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao artigo 43, inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93 e com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica deste Município, **RATIFICO** o processo administrativo nº 4343/2022, referente ao aditamento do contrato de nº 019/2018 da Inexigibilidade de nº 07/2018, tendo como objeto a contratação de empresa Prestação de Serviços de Recebimento, Tratamento e Destinação adequada dos Resíduos sólidos urbanos, bem como AUTORIZO, a celebração do 5º Termo Aditivo, em favor da empresa **ALAGOAS AMBIENTAL S/A**, CNPJ sob nº 16.982.376/0002-60, considerando, com base nas informações contidas nos autos, sua plena regularidade.

Piaçabuçu/AL, 16 de Dezembro de 2022.

**DJALMA GUTTEMBERG SIQUEIRA BREDÁ**

Prefeito

**Publicado por:**

Andresa Severo dos Santos  
Código Identificador:3C84FF9E

#### GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIAÇABUÇU/AL, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao artigo 43, inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93 e com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica deste Município, **RATIFICO** o processo administrativo nº 4319/2022, referente ao aditamento do contrato de nº 055/2020 da Inexigibilidade de nº 08/2020, tendo como objeto a contratação de empresa para Prestação Serviços de coleta dos resíduos sólidos, bem como AUTORIZO, a celebração do 3º Termo Aditivo, em favor da empresa **SERQUIP TRATAMENTO RESIDUOS AL LTDA**, CNPJ sob nº 06.121.325/0001-09, considerando, com base nas informações contidas nos autos, sua plena regularidade.

Piaçabuçu/AL, 21 de dezembro de 2022.

**DJALMA GUTTEMBERG SIQUEIRA BREDÁ**

Prefeito

**Publicado por:**

Andresa Severo dos Santos  
Código Identificador:2F19D2E2

#### GABINETE DO PREFEITO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2020

Aos 21 dias do mês de Dezembro ano de 2022, a **PREFEITURA DE PIAÇABUÇU/AL**, com Sede Administrativa na Praça São Francisco de Borja, nº 2026, Centro, cidade Piaçabuçu/AL, inscrito no CNPJ sob nº 12.247.268/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito do Município, Senhor Djalma Guttemberg Siqueira Breda, nomeado por meio de Eleições diretas, portador da cédula de identidade nº 272204-SSP/AL, inscrito no CPF sob nº 222.811.424-34, residente e domiciliado nesta Cidade, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a pessoa jurídica **SERQUIP TRATAMENTOS RESÍDUOS AL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.121.325/0001-09, com sede na Rua Secundária 02, s/n, quadra 784, Lote 480, Distrito Industrial Luís Cavalcante, Maceió, Estado de Alagoas, neste ato representada pelo Sr. Sr. Bruno Broad Rizzo Dorea, portador do CPF sob o nº 051.239.534-93 e RG nº 98001334230 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Professora Higia Vasconcelos, nº53, apto102, Ponta Verde, Maceió, Estado de Alagoas, denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no processo de nº 1586/2020, considerando, ainda, as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, firmar a presente prorrogação do contrato de nº 055/2020 da Inexigibilidade da nº 08/2020, cuja a minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica Municipal, que emitiu seu parecer, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

**FUNDAMENTO LEGAL:** Considerações do artigo 57, §1º, II, da Lei Federal nº8.666 de 21 de junho de 1993 e do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, c/c e a cláusula quarta do contrato nº 55/2020 da inexigibilidade nº 08/2020.

**CLÁUSULA PRIMIERA – DO PRAZO e do Valor do Contrato:** Fica acrescido em 12 (doze) meses o prazo da vigência do contrato em epígrafe, contados a partir do dia 02 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e fica concedido o reajuste de valor em R\$ 95,56 (noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos) por bombona, referente ao reajuste contratual tomando por base o Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M)

**CLÁUSULA SEGUNDA –** O presente termo é regido pelas regras da Lei 8.666/93, nos termos do art. 25, caput, tendo como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, incineração e destinação final dos resíduos de classe I e II, conforme definição expressa na resolução do CONAMA nº 358/05

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes para este termo aditivo estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022 na classificação abaixo:

#### Projeto/Atividade:

Estrutura programática – 09.0910.10.302.0010.2049

Descrição – manutenção das ações do e serv. Pub. De saúde – (atenção especializada)..

#### Elemento de Despesa:

Elemento de despesa - 33.90.39.78 – limpeza e conservação

**CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO:** Permanecem em vigor todas as cláusulas do contrato 055/2020, que não foram modificadas por este instrumento. E por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 055/2020, em 02 (duas) vias de igual teor, à vista das testemunhas adiante nomeadas e infra-assinadas.

Piaçabuçu/AL, 21 de dezembro de 2022.

Município de Piaçabuçu

**DJALMA GUTTEMBERG SIQUEIRA BREDÁ** -

Prefeito

Contratante

Serquip Tratamentos Resíduos al Ltda

**BRUNO BROAD RIZZO DOREA**

Representante legal

Contratada

**Publicado por:**

Andresa Severo dos Santos

**Código Identificador:**D660D42D

### GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO.

Consoante as informações procedentes da Assessoria jurídica do Município, e atendendo as determinações legais, D E C L A R O para os devidos fins de direito, cumprindo as emanções das normas legais que tratam sobre finanças públicas, em especial aos incisos I e II, do artigo 16 da Lei Complementar Nº 101/2000, que as despesas oriundas deste processo tem adequação orçamentária e financeira para o corrente exercício financeiro com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo assim, **RATIFICO** a prorrogação do Termo de Colaboração nº 001/2019, oriunda do Processo nº 2150/2019, ao tempo em que AUTORIZO a celebração do 4º Termo aditivo do Termo de colaboração nº 001.2019 com o **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA VALE DO RIBEIRA** inscrito no CNPJ nº **07.939.922/0001-08**, no valor de R\$: 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), sob os fundamentos do artigo 55 e 57 da Lei Federal nº13.019/2014.

Piaçabuçu/AL, 13 de dezembro de 2022.

**DJALMA GUTTEMBERG SIQUEIRA BREDÁ**

Prefeito

**Publicado por:**

Andresa Severo dos Santos

**Código Identificador:**4939357B

### SEC MUNICIPAL DE COMPRAS CONVÊNIOS E LICITAÇÕES 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2018

Aos 16 dias do mês de Dezembro ano de 2022, a **PREFEITURA DE PIAÇABUÇU/AL**, com Sede Administrativa na Praça São Francisco de Borja, nº 2026, Centro, cidade Piaçabuçu/AL, inscrito no CNPJ sob nº 12.247.268/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito do Município, Senhor Djalma Guttemberg Siqueira Breda, nomeado por meio de Eleições diretas, portador da cédula de identidade nº 272.204– SSP/AL, inscrito no CPF sob nº 222.811.424-34, residente e domiciliado nesta Cidade, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a pessoa jurídica **ALAGOAS AMBIENTAL S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 16.982.376/0002-60, com sede na Rodovia AL, 115, Lagoa do Rancho, s/n, Zona Rural, Craibas, Estado de Alagoas, CEP: 57.320-000, email: Damaris.gomes@alagoasambiental.com, Telefone: (82) 98187-5910, neste ato representado pelo Sr. Marnes Costa Machado, brasileiro, casado portador da Cédula de identidade RG nº 99001256890 SSP/AL, inscrito no CPF/MF sob nº 025.434.934-09, residente e domiciliado na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas e a Sra. Anna Karla Brabo Magalhães, Brasileira, Diretora Operacional, inscrita no CPF sob nº 894.931.924-15, e portadora do RG sob nº1.051.637 SSP/AL, residente e domiciliado na Cidade de Maceió, denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o

contido no processo de nº 1423/208, considerando, ainda, as disposições estabelecidas na Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, firmar a presente prorrogação do contrato de nº 019/2018 da Inexigibilidade de nº 07/2018, cuja a minuta foi examinada pela Procuradoria Municipal, que emitiu seu parecer, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

**FUNDAMENTO LEGAL:** Considerações do artigo 57, §1º, II; e artigo Art.65 II, “d” da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e das seguintes cláusulas.

**CLÁUSULA PRIMIERA – DO PRAZO:** O prazo de duração deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 02 de janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023, e fica concedido o reajuste de valor em R\$ 74,56 (setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) por tonelada, referente ao reajuste contratual tomando por base o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Considerações do artigo 57, §1º, II, e artigo Art.65 II, “d” da Lei Federal nº8.666 de 21 de junho de 1993 e do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, c/c e a cláusula quarta do contrato nº 019/2018 da inexigibilidade nº 07/2018.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes para este termo aditivo estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022 na classificação abaixo:

Estrutura Programática – 21.2121.04.122.0001.2094

Descrição – Manutenção das ações da sec. Mun. De urbanismo e serv. Públicos

Elemento de Despesa - 33.90.39.78 – limpeza e conservação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:** Permanecem em vigor todas as cláusulas do contrato 019/2018 advindo da inexigibilidade 07/2018, que não foram modificadas por este instrumento. E por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 019/2018, em 02 (duas) vias de igual teor, à vista das testemunhas adiante nomeadas e infra-assinadas.

Piaçabuçu/AL, 16 de dezembro de 2022.

Município de Piaçabuçu

**DJALMA GUTTEMBERG SIQUEIRA BREDÁ**

Prefeito

Contratante

Alagoas Ambiental S/a

**MARNES COSTA MACHADO**

Contratada

Alagoas Ambiental S/a

**ANNA KARLA BRABO MAGALHÃES**

Contratada

**Publicado por:**

Andresa Severo dos Santos

**Código Identificador:**3AE1C22F

### SEC MUNICIPAL DE COMPRAS CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

### 4º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2019

Pelo presente termo aditivo ao Termo de Colaboração, para a Formação e Qualificação Profissional, que entre si celebram, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇABUÇU/AL**, com Sede Administrativa na Praça São Francisco de Borja, nº 2026, Centro, cidade Piaçabuçu/AL, inscrito no CNPJ sob nº 12.247.268/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito do Município, Senhor Djalma Guttemberg Siqueira Breda, nomeado por meio de Eleições diretas, portador da cédula de identidade nº 273204– SSP/AL, inscrito no CPF sob nº 222.811.424-34, residente e domiciliado nesta Cidade, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a pessoa jurídica **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA VALE DO RIBEIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA VALE DO RIBEIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 07.939.922/0001-08, com sede na Rua Icarai, nº 106 — Tatuapé ,



CEP: 03071-050, SÃO PAULO /SP, email: invar@invar.org.br, Telefone: (11) 2294-7686, neste ato representada pelo Sr. Douglas Aparecido Sakumoto, Diretor Presidente, brasileiro, portador da Cédula de identidade RG nº 15.263.904-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 041.968.108-68, residente e domiciliado na Rua Baía Grande, nº 744 apto nº 32, bloco 04, bairro Vila Bela, São Paulo/SP, denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no processo de nº 2150/2019, considerando, ainda, as disposições estabelecidas na Lei 13.019/2014, firmar a presente prorrogação, cuja a minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica Municipal, que emitiu seu parecer, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

**FUNDAMENTO LEGAL:** Considerações do artigos 55 e 57 da Lei 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA PRIMIERA – DO OBJETO DO CONTRATO:**

Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prestação de Desenvolver consultoria e assessoria educacional no âmbito da educação do município, promover formação e qualificação profissional básica bem como fornece Material Didático (livros) e capacitar através de formações continuadas professores e coordenadores para execução do Programa, firmado através do convênio com a Prefeitura Municipal de Piaçabuçu também dos técnicos administrativos das diversas Secretarias Municipais que poderão participar, integrando as áreas da educação, ação social, planejamento, segurança e infraestrutura;

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência será contado a partir do dia 04 de janeiro de 2023 a 04 de janeiro de 2024

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O Valor venal passa para R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para atendimento da Educação de Jovens e Adultos integrada a qualificação profissional e atendimento a comunidade do município.

#### **CLÁUSULA TERCERA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes para este termo aditivo estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022 na classificação abaixo:

Projeto/Atividade:

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 07.0707.12.361.0001.2012

DESCRIÇÃO – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 07.0708.12.361.0004.2026

DESCRIÇÃO – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL 30%.

ELEMENTO DE DESPESA - 33.90.39.99 – OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA

**CLÁUSULA QUARTO – DO OBJETO:** Permanecem em vigor todas as cláusulas do Termo de Colaboração nº 001/2019, que não foram modificadas por este instrumento. E por estarem de pleno acordo, firmam as partes o 4º TERMO ADITIVO ao Termo de Colaboração nº 001/2019, em 02 (duas) vias de igual teor, à vista das testemunhas adiante nomeadas e infra-assinadas.

#### **CLÁUSULA QUINTO – DO FORO**

Quaisquer questão decorrentes deste contrato serão dirimidas no Foro da Comarca de Piaçabuçu, Estado de Alagoas. Piaçabuçu/AL, 13 de dezembro de 2022.

Município de Piaçabuçu

**DJALMA GUTTEMBERG SIQUEIRA BREDA -**

Prefeito

Contratante

Instituto de Educação e Tecnologia Vale do Ribeira

**DOUGLAS APARECIDO SAKUMOTO**

Contratada

**Publicado por:**

Andresa Severo dos Santos

**Código Identificador:**D0F54BED

### **ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

**RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2022 PREGÃO ELETRONICO 26/2022 PROCESSO Nº 1010-0076/2022**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, no dia 20 de dezembro de 2022, na página 26.

ONDE SE LÊ: DATA DA ASSINATURA 14 de dezembro de 2022, LEIA-SÊ: DATA DA ASSINATURA 10 de outubro de 2022.

Ficam mantidas as demais exposições constantes na publicação do dia 20 de dezembro de 2022.

**JOÃO VICTOR DOS S. SILVA**

Presidente

**Publicado por:**

Sérgio Lira de Oliveira

**Código Identificador:**2027DFEB

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇO Nº 147/2022**

#### **PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇO Nº 147/2022**

A Prefeitura Municipal de Pilar, inscrita no CNPJ nº12.200.150/0001-28, representada neste ato pelo Setor de Compras Geral, informa que está recebendo cotações para o Processo Licitatório nº. 1220-0008/2022.

**Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE VIAGEM: RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, para o Município de Pilar/AL, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência que se encontra no Setor de Compras desta Prefeitura.

O prazo para envio de propostas e documentação de regularidade fiscal será de 5 (cinco) dias úteis a partir desta publicação.

Mais informações e retirada do Termo de Referência poderão ser realizadas através do e-mail: [comprasgeral@pilar.al.gov.br](mailto:comprasgeral@pilar.al.gov.br) ou pessoalmente no Setor de Compras Geral, situado na Av. Arthur Ramos, s/n, 1º andar Centro, Pilar/AL, das 8h às 13h de segunda à sexta-feira (Rua ao lado direito da agência da Caixa Econômica Federal).

Pilar, 22 de Dezembro de 2022.

**FABIANO RODRIGUES DE LIMA**

Portaria nº 338/2021

Responsável Pelo Setor de Compras

**Publicado por:**

Fabiano Rodrigues de Lima

**Código Identificador:**4E6ABC2A

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 02/2021**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.200.150/0001-28;

CONTRATADA: DUOG SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ nº 34.164.120/0001-46, com sede na Rua Pedro Lisboa, nº 38, Inácio Barbosa, Aracaju/SE, neste ato representada pelo Isaac Felipe Machado da Silva, CPF nº 074.876.604-94.

OS CONTRATANTES: tem entre si justo e avençado e celebram o presente contrato, sujeitando-se as partes as normas disciplinares da lei Nº 8.666/93.

DO OBJETO DO ADITIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do contrato por mais 12 (doze) meses e a SUPRESSÃO dos Serviços contratados.

DO PERCENTUAL DE SUPRESSÃO: a supressão decorrente deste termo aditivo será o percentual de 37,959 em relação ao valor original contratado.

DO VALOR: pelo presente, passa o valor mensal do contrato a ser de R\$ 95.038,00 (noventa e cinco mil, trinta e oito reais) e o valor global passa a ser de R\$ 1.140.456,00 (um milhão, cento e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais)

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Função Programática: 10.301.0005.000.6006.6006 – Manutenção das Ações da Atenção Básica  
Função Programática: 10.301.0005.000.6006.6006 – Gestão da Secretaria Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 – Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica.  
Fonte de Recurso: 0010 – Recursos Próprios do Fundo Municipal de Saúde

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de seu vencimento, em 31 de dezembro de 2022.

**RENATO REZENDE ROCHA FILHO**

Prefeito

**Publicado por:**

Sérgio Lira de Oliveira

**Código Identificador:**41732A57

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PUBLICAÇÃO DAS ARP'S

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO 51/2022 PROCESSO Nº 0805-0007/2022

**ÓRGÃO GERENCIADOR:** O MUNICÍPIO DE PILAR/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28.

**FORNECEDORA REGISTRADA G ARAUJO C EIRELI,** CNPJ: 19.785.046/0001-91, com os itens: 28 e 29COTA, no valor total de **R\$ 134.310,00.**

**OBJETO:** EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA LINHA BRANCA: ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E MOBILIÁRIOS.

**PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 12 meses.

**RESPONSÁVEL PELO ORGÃO GERENCIADOR:** Renato Rezende Rocha Filho e, **RESPONSÁVEL pela FORNECEDORA REGISTRADA:** GABRIELLE ARAUJO CAVALCANTE.

**Publicado por:**

Sérgio Lira de Oliveira

**Código Identificador:**5443739B

#### ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS

#### GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL Nº 360 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

*“REVISA O PLANO PLURIANUAL 2022/2025 EM SEUS ANEXOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS,** no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sancionei a seguinte Lei:

**Art. 1º-** Ficam revisados os seguintes **ANEXOS DO PPA (2022/2025):**

– **ANEXO I** – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS;

– **ANEXO II** – PROGRAMAS TEMÁTICOS (FINALÍSTICOS);

– **ANEXO III** – GESTÃO MANE SERVIÇOS AO ESTADO (POLÍTICAS PÚBL.ESPECIAIS);

– **ANEXO IV** –PROGRAMAS ADMINISTRATIVOS;

– **ANEXO V** – DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO;

– **ANEXO VI** – ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR PROGRAMA E AÇÕES DE GOVERNO;

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Piranhas-AL, 22 de dezembro de 2022

**TIAGO TORRES FREITAS**

Prefeito

**Publicado por:**

Yuris Pereira Soares de Sá

**Código Identificador:**86C5B554

#### GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL Nº 361 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

**“ESTABELECE O PLANO MUNICIPAL DE TURISMO DE PIRANHAS/AL, COMO INSTRUMENTO INTEGRADO E NORTEADOR PARA O DESENVOLVIMENTO CONTINUO DO TURISMO.”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS,** no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sancionei a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Esta Lei institui o Plano Municipal de Turismo, constante no documento em anexo.

**Art. 2º** O Plano Municipal de Turismo será o instrumento norteador para o desenvolvimento consciente e contínuo do Turismo no Município durante o biênio de 2022 a 2024.

**Art. 3º** As atualizações anuais do plano, entendidas como novas edições serão elaboradas e publicadas no último mês de cada ano, em site oficial do poder executivo.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Piranhas/AL, 22 de dezembro de 2022

**TIAGO TORRES FREITAS**

Prefeito Municipal de Piranhas/AL.

Anexo disponível no acervo físico da Prefeitura de Piranhas/AL

**Publicado por:**

Yuris Pereira Soares de Sá

**Código Identificador:**CA0C426E

#### GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL Nº 363 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

**“INSTITUI GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO PROGRAMA – PREVINE BRASIL PARA PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS,** no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sancionei a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído incentivo financeiro, Gratificação por Desempenho – PREVINE BRASIL, aos servidores da Secretaria

Municipal de Saúde com base nas Portarias MS/GM nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, e Portaria MS/GM nº 3.222 de 10 de dezembro de 2019.

**Art. 2º** Fica instituída no âmbito municipal a Comissão de Avaliação da Gratificação por Desempenho – PREVINE BRASIL, composta por membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados e nomeados pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá ser composta da seguinte forma:

- I – Representante da Coordenação da Atenção Básica;
- II - Representante da Coordenação de Saúde Bucal;
- III – Representante do Fundo Municipal de Saúde.

**Parágrafo Único.** A comissão designada para exercer o apoio institucional ao componente Gratificação por Desempenho – PREVINE BRASIL, será responsável pelo monitoramento e avaliação das equipes no âmbito municipal, traçando metas e definindo estratégias junto às equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), para a melhoria do serviço.

**Art. 3º** O incentivo financeiro por desempenho será transferido mensalmente, fundo a fundo, pelo Ministério da Saúde ao Município de Piranhas, o qual será calculado a partir do cumprimento de meta para cada um dos indicadores estabelecidos conforme Portaria MS/GM nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, e outras portarias que vierem a ser publicadas pelo Ministério da Saúde.

**Art. 4º** A apuração dos indicadores será realizada pelo Ministério da Saúde quadrimestralmente (janeiro-abril, maio-agosto, setembro-dezembro) bem como a definição do valor do incentivo financeiro a ser repassado ao município com base no Indicador Sintético Final.

**Art. 5º** O Incentivo financeiro por Desempenho possui os seguintes objetivos:

I – Estimular a participação dos servidores da Secretaria de Saúde no processo contínuo e progressivo de melhoria dos padrões e indicadores de acesso e de qualidade dos serviços de saúde, o processo de trabalho e os resultados dos indicadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

II – Institucionalizar a avaliação e o monitoramento de indicadores nos serviços para subsidiar a definição de prioridades e programação de ações para melhoria da qualidade dos serviços de saúde;

III - Incentivar financeiramente o bom desempenho de servidores e equipes, estimulando-os na busca de melhores resultados para a qualidade de vida da população;

IV – Garantir transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à atenção à saúde, permitindo-se o contínuo acompanhamento de suas ações e resultados pela sociedade.

**Parágrafo Único.** O município fica desobrigado do pagamento da Gratificação de Desempenho, caso o Ministério da Saúde deixe de repassar os recursos pertinentes ou se as metas estabelecidas não sejam alcançadas.

**Art. 6º** O valor total referente ao Incentivo Financeiro por Desempenho, repassado ao Município de Piranhas pelo Ministério da Saúde, serão aplicados da seguinte forma:

95% (noventa e cinco por cento) será destinado ao pagamento do prêmio pecuniário aos trabalhadores profissionais envolvidos na Estratégia Saúde da Família, sob forma de Incentivo de Desempenho e Inovação, denominado Previne Brasil;

5% (cinco por cento) será utilizado para qualificação de profissionais e/ou compra de equipamentos permanentes e insumos para manutenção da Estratégia Saúde da Família.

**Art. 7º** O pagamento dos valores aos servidores estará condicionado ao repasse do Incentivo Financeiro por Desempenho do Ministério da Saúde e será pago no mês subsequente a competência do repasse federal.

**Art. 8º** Farão jus a Gratificação por Desempenho – PREVINE BRASIL, cumpridos os critérios estabelecidos nesta Lei, os servidores:

- I – Gestão e apoio institucional vinculados à Coordenação da Atenção Básica;
- II – Médicos;
- III- Enfermeiros;
- IV - Técnicos de Enfermagem;
- V - Odontólogos;
- VI - Auxiliares de Saúde Bucal;
- VII - Agentes Comunitários de Saúde (ACS)
- VIII -Diretor Administrativo da Unidade de saúde;

§1º Para o recebimento do incentivo financeiro é necessário que todos os profissionais estejam vinculados ao apoio institucional da Atenção Básica ou às Equipes da Atenção Básica.

§2º Os valores serão pagos igualmente entre os profissionais que compõe as equipes do Estratégia de Saúde da Família.

§ 3º O recebimento do incentivo financeiro é condicionado ao alcance da nota 09 (nove) no *Ranking* do Indicador Sintético Final, de acordo com as metas estabelecidas pela Gestão Pública Municipal.

**Art. 9º** Para definição do valor da Gratificação por Desempenho – PREVINE BRASIL, a ser pago para cada servidor será rateado em partes iguais.

§ 1º Considera-se apto a receber o incentivo o servidor que atender aos requisitos estabelecidos nesta Lei.

§ 2º Caso haja alterações na legislação do programa que acrescente outros profissionais ou indicadores de saúde ao Programa, fica o município responsável pela regulamentação dos mesmos, ficando autorizado regulamentar por Decreto, estabelecendo critérios para o pagamento do incentivo em conformidade com a legislação em vigor.

**Art. 10.** O servidor perderá o incentivo em caso de transferências para serviços que não envolvam o cumprimento dos indicadores de saúde do Programa ou desligamento do serviço público.

§1º O servidor também perderá o direito a Gratificação por Desempenho – PREVINE BRASIL nos seguintes casos:

- I – Na hipótese de falta injustificada ao trabalho;
- II – Licença para tratamento de saúde superior de 5 (cinco) dias;
- III – Licença prêmio;
- IV – Licença maternidade;
- V – Licença sem vencimento;
- VI - Licença para cursar mestrado e/ou doutorado;
- VII - Afastamento com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da administração; direta, autarquias e fundações a nível municipal, estadual ou federal;
- VIII – Profissional que integre o Programa Mais Médico ou qualquer outro que tratar-se de servidor vinculado diretamente ao Estado ou União;
- IX - Tenha ocorrido desligamento no decorrer do quadrimestre de referência;
- X – Tenha recebido advertência escrita, suspensão ou assinado Termo de Ajuste de Conduta;
- XI – Deixar de comparecer, sem justificativa, a mais de 1 (uma) reunião, atividades educativas e de planejamento quando convocadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- XII – For constatada insuficiência no cumprimento de metas dos indicativos, os quais serão publicados em memorando circular interno e afixados nos murais das Unidades Básicas de Saúde e da Secretaria de Saúde e discutidos em reuniões de equipes;



XIII – Quando afastado para tratamento de saúde, ou acompanhamento de familiar por período superior a 5(cinco) dias;  
 XIV – Os agentes comunitários de saúde que não cumprirem 75% das visitas domiciliares mensalmente;  
 XV – Os agentes comunitários de saúde que não mantiverem atualizado o cadastro das famílias.

§2º Os valores relativos ao incentivo dos profissionais que não atingirem a meta ou perderem o direito, na forma do §1º deste artigo, será rateado entre as equipes que alcançaram a classificação prevista §2º do art. 8º desta lei.

**Art. 11.** Para o registro correto de informações relacionadas aos Indicadores de pagamento Gratificação por Desempenho – PREVINE BRASIL e para o alcance das metas para cada indicador, os servidores deverão observar as fichas de qualificação do conjunto de indicadores que compõem o incentivo financeiro de Pagamento por Desempenho (Nota Técnica Nº 5/2020- DESF/SAPS/MS) e o Guia para Qualificação dos Indicadores da APS e outros documentos disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

**Art. 12.** A Gratificação por Desempenho – PREVINE BRASIL, em nenhuma hipótese, incorporará ao vencimento, não integrará os proventos de aposentadoria e não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens, sendo a sua natureza exclusivamente indenizatória.

**Parágrafo Único.** O valor do incentivo referido nesta Lei será repassado pelo Departamento de Pessoal, mediante discriminação em folha de pagamento e depósito em conta bancária do servidor.

**Art. 13.** O Incentivo Financeiro por Desempenho perdurará enquanto houver o repasse financeiro do Ministério da Saúde específico para manutenção do programa PREVINE BRASIL.

**Art. 14.** As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, se necessário.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS EM 23 DE DEZEMBRO DE 2022.

**TIAGO TORRES FREITAS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Yuris Pereira Soares de Sá

**Código Identificador:**2538765C

#### GABINETE DO PREFEITO

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 362 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

“MODIFICA A LEI COMPLEMENTAR Nº 344/2022 QUE REESTRUTURA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS,** no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sancionou a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** A Lei Complementar 344/2022 passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 31-A:

*Art. 31-A - O servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação destes agentes, vedada a*

*caracterização por categoria profissional ou ocupação, será aposentado voluntariamente, desde que cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos:*

*I – 60 (sessenta) anos de idade;*

*II – 25 (vinte e cinco) anos de contribuição e de efetiva exposição a agentes nocivos;*

*III – 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público;*

*IV – 05 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.*

*§ 1º - O tempo de exercício nas atividades previstas no caput deverá ser comprovado nos termos da legislação federal atinente à matéria, sendo necessário o preenchimento Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).*

*Parágrafo Único – Será considerado período de atividade com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação destes agentes, todo o período no qual o segurado esteve recebendo adicional por insalubridade.*

*§ 2º - A aposentadoria a que se refere este artigo observará adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, naquilo em que não conflitarem com as regras específicas aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social do Município, vedada a conversão de tempo especial em comum.*

*§3º - Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade, na forma do §10 do art. 198 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022.*

*§4º - Para o cálculo dos proventos da aposentadoria disposta no caput será aplicado o art. 49 da Lei Complementar no 344/2022.*

**Art. 3º.** Ficam referendadas as revogações do § 21, do Artigo. 40 da Constituição Federal, dos Artigos. 2º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional no 41/2003 e do Art. 3º da Emenda Constitucional no 47/2005.

**Art. 4º.** Ficam revogadas as demais disposições em contrário e, em especial o parágrafo único, do art. 11 da Lei Complementar no 344/2022.

**Art. 5º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS EM 23 DE DEZEMBRO DE 2022.

**TIAGO TORRES FREITAS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Yuris Pereira Soares de Sá

**Código Identificador:**C93C6841

#### GABINETE DO PREFEITO

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 364 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

“INSTITUI O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS/AL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS,** no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sancionou a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** - Fica instituído o licenciamento ambiental no âmbito do Município de Piranhas e as taxas relativas aos licenciamentos ambientais, autorizações, certidões, alvarás, vistorias e outras de interesse ambiental, obrigatórias para todos os estabelecimentos, empreendimentos ou atividades descritas nos anexos I e II.

**Parágrafo Único:** O licenciamento ambiental será exigido pelo Município de Piranhas como instrumento de gestão ambiental, necessário à construção de uma cidade sustentável.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei ficam estabelecidas as seguintes definições:

licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental municipal licencia a localização, instalação, ampliação, operação e funcionamento de estabelecimentos, empreendimentos e atividades, utilizadores de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

licença ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental municipal estabelece as condições, restrições e controles ambientais que deverão ser obedecidos pelo proprietário e empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar, funcionar e operar estabelecimentos, empreendimentos ou atividades, utilizadores dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

estudos ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, ampliação, operação e funcionamento de estabelecimentos, empreendimentos ou atividades, apresentados como subsídios para a análise da licença requerida, tais como:

estudo de impacto ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), conforme definido em regulamento próprio e Termo de Referência;

estudo de impacto de vizinhança (EIV);

plano de controle ambiental (PCA);

plano de controle ambiental simplificado (PCAS);

inventário florestal (IF);

plano de afugentamento da fauna silvestre;

plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD);

relatório de controle ambiental (RCA);

relatório ambiental preliminar (RAP);

relatório ambiental simplificado (RAS);

projeto de monitoramento ambiental (PMA);

estudo de risco (ER);

outros existentes.

impacto ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas e que, direta ou indiretamente, afetem as atividades sociais e econômicas, a saúde, a segurança ou o bem-estar da população, assim como os recursos naturais, artificiais, culturais e do trabalho;

- dispensa de licenciamento ambiental (DLA): ato administrativo pelo qual o órgão ambiental municipal dispensa de Licenciamento Ambiental as atividades agrossilvipastoris e as atividades e empreendimentos constantes do Anexo III, de acordo com as características e peculiaridades e em função do porte e potencial poluidor/degradador;

- licença ambiental simplificada (LAS): ato administrativo pelo qual o órgão ambiental municipal licencia pessoas físicas, micro empresas e micro empreendedores individuais que exerçam as atividades constantes do Anexo IV, caracterizadas por possuir potencial mínimo de impacto, poluição ou degradação ambiental;

- licença corretiva simplificada (LCS): concedida para regularizar no prazo máximo de 06 (seis) meses, sem prejuízo das demais sanções, os estabelecimentos, empreendimentos ou atividades sem licenciamento ambiental do tipo Licença Ambiental Simplificada (LAS), já implantados ou em operação.

**Art. 3º** A localização, construção, instalação, modificação, operação e funcionamento de estabelecimentos, empreendimentos e atividades públicas ou privadas, instaladas ou a se instalar no Município de Piranhas, utilizadores de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ou impacto ambiental, dependerão de prévio licenciamento ambiental, expedido pelo órgão ambiental municipal, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º Estão passíveis de licenciamento ambiental os estabelecimentos, empreendimentos e as atividades constantes do Anexo I desta Lei, além dos previsto na Lei Complementar Federal nº 140, da Resolução nº 237 do CONAMA e dos constantes no Anexo do Termo de Habilitação assinado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA/MA).

§ 2º Caberá ao órgão ambiental municipal definir os critérios de exigibilidade, os estudos ambientais necessários, o detalhamento e a complementação do Anexo I, levando em consideração as especificidades, os fatores culturais, os riscos ambientais, o porte, o grau de impacto e outras características do estabelecimento, empreendimento ou atividade.

§ 3º - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no parágrafo anterior serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

**Art. 4º** A licença ambiental para estabelecimentos, empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativo impacto ou degradação ambiental, dependerá de prévio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

Parágrafo Único. O órgão ambiental municipal, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativo impacto ou degradação ambiental, definirá os estudos pertinentes ao respectivo processo de licenciamento.

**Art. 5º** O órgão ambiental municipal, no exercício da sua competência e das que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal, Termo de Cooperação Técnica ou Convênio, expedirá as seguintes licenças:

licença prévia (LP): concedida na fase preliminar de planejamento do estabelecimento, empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos, condicionantes, restrições e medidas de controle a serem atendidas nas próximas fases de sua implementação;

licença de instalação (LI): autoriza a instalação do estabelecimento, empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

licença operação (LO): autoriza a operação do estabelecimento, empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que constadas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para operação;

licença de operação corretiva (LOC): concedida para regularizar no prazo máximo de 06 (seis) meses, sem prejuízo das demais sanções aos estabelecimentos, empreendimentos ou atividades sem licenciamento ambiental, já implantados ou em operação;

licença ambiental simplificada (LAS): concedida para licenciamento de pessoa física, micro empresas e micro empreendedores individuais, que exerçam atividades caracterizadas por possuir potencial mínimo de impacto, poluição ou degradação ambiental, constantes do Anexo IV, desta Lei;

licença corretiva simplificada (LCS): concedida para regularizar no prazo máximo de 06 (seis) meses, sem prejuízo das demais sanções, os estabelecimentos, empreendimentos ou atividades constantes do Anexo IV, sem licenciamento ambiental, já implantados ou em operação.

dispensa de licenciamento ambiental (DLA): concedida para licenciamento de atividades agrossilvi pastoris e as atividades e empreendimentos constantes do Anexo III, de acordo com as características e peculiaridades e em função do porte e potencial poluidor/degradador;

§ 1º As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do estabelecimento, empreendimento ou atividade;

§ 2º Para a emissão da Licença de Operação Corretiva (LOC) será cobrada a taxa devida pelas demais licenças anteriores não expedidas, com exceção da Licença Ambiental Simplificada.

§ 3º Para empresas ou atividade que se enquadre no tipo de Licença Ambiental Simplificada, que já estejam em implantação ou em operação, será emitida a Licença Corretiva Simplificada (LCS).

§ 4º A Dispensa de Licenciamento Ambiental será expedida mediante solicitação do empreendedor, via requerimento próprio com apresentação da documentação solicitada e pagamento de taxa única;

§ 5º A Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental será expedida somente para as atividades constantes do Anexo III, e não se aplicará a outras atividades realizadas pelo empreendedor que não se enquadrem no referido Anexo.

§ 6º A Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) será concedida mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia simples da identidade do Representante Legal ou Procurador;  
II - cópia simples do CPF do Representante Legal ou Procurador;  
cópia do Contrato Social e do comprovante de inscrição e de situação cadastral junto ao CNPJ, para pessoa jurídica, quando for o caso;  
cópia da procuração, caso houver;  
documentação do imóvel;

documentos Relativos à atividade (Memorial Descritivo, Relatório Fotográfico, Autorizações emitidas por outros Órgãos, etc.)

§ 7º As atividades e empreendimentos que estão contemplados na Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) também deverão preencher aos seguintes requisitos:

projetar a obra ou empreendimento/atividade considerando as legislações aplicáveis à obra ou empreendimento/atividade e Normas Brasileiras de Referência – NBR's que regulamentam a matéria, em especial as que abordam a armazenagem/destinação dos resíduos sólidos e o tratamento dos efluentes líquidos e gasosos;

não interferir em Área de Preservação Permanente – APP (conforme os Art. 3º, incisos II, VII, IX e X; Art. 4º, 7º e 8º da Lei Nº 12.651/2012 - Novo Código Florestal e Resolução CONAMA nº 303/2002);

adquirir a Outorga Preventiva ou Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos ou Dispensa de Outorga no Órgão Ambiental competente, quando for o caso.

a destinação final de resíduos sólidos, o lançamento de efluentes, a geração de emissões atmosféricas, ruídos e radiações não-ionizantes deverão atender aos padrões estabelecidos na legislação ambiental vigente;

o transporte, beneficiamento, comércio, consumo e armazenamento de produtos florestais de origem nativa (matérias-primas provenientes da exploração de florestas ou outras formas de vegetação nativa) deverão ser realizados mediante Licença eletrônica obrigatória (Documento de Origem Florestal – DOF), de acordo com a legislação ambiental vigente;

realizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), em se tratando de imóvel

rural;

- cumprir a legislação ambiental e normas em vigor.

**Art. 6º** Os pedidos de licenciamento ambiental, com exceção da Licença Ambiental Simplificada e da Dispensa de Licenciamento, bem como seu recebimento serão objeto de publicação resumida, paga pelo interessado, no Diário Oficial e/ou jornal local de circulação diária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do pedido.

**Art. 7º** Os técnicos do órgão ambiental municipal analisarão os documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, podendo, quando necessário, solicitar esclarecimentos, outros estudos e informações.

**Art. 8.** No procedimento de licenciamento ambiental haverá Audiência Pública nos casos que necessitem de EIA ou RIMA.

**Art. 09.** O custo de estudos complementares, casos de contraprova de testes e quaisquer custos de vistorias técnicas ou laudos técnicos, assim como das despesas totais realizadas pelo órgão ambiental municipal para o procedimento de licenciamento ambiental deverão ser repassados ao empreendedor, independente da cobrança das taxas de licenciamento constantes do Anexo II desta Lei, nos casos de significativo impacto ambiental.

Parágrafo único. Facultar-se-á ao empreendedor acesso à planilha de custos definidos pelo órgão ambiental municipal para o procedimento de licenciamento ambiental.

**Art. 10.** O procedimento de licenciamento ambiental encerrar-se-á com a emissão da licença e publicação resumida, pelo empreendedor, de seu recebimento.

**Art. 11.** O órgão ambiental municipal poderá estabelecer prazos diferenciados para a análise de cada modalidade de licença (LP, LI, LO, LAS, DL, LOC e LCS), em função de peculiaridades da atividade ou empreendimento bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 06 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.

**Art. 12.** O órgão ambiental municipal poderá definir nas licenças, alvarás e autorizações ambientais, determinadas condições, restrições,

planos de monitoramento, medidas de reparação e controle ambiental, medidas compensatórias e mitigadoras a serem cumpridas e atendidas pelo requerente.

Parágrafo Único - A renovação das licenças e autorizações ambientais fica condicionada ao cumprimento do disposto no caput deste artigo.

**Art. 13º** Os prazos de validade das licenças e autorizações ambientais serão estabelecidos da seguinte forma:

– o prazo de validade da Licença Prévia (LP) e da Licença de Instalação (LI) será estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos aos estabelecimentos, empreendimentos ou atividades, e não será superior a 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação de renovação por parte do empreendedor.

- o prazo de validade da Licença de Operação (LO) e da Licença Ambiental Simplificada (LAS) será de 01 (um) ano, podendo a critério do órgão ambiental municipal, aumentar seu prazo de validade para 02 (dois) anos, após a avaliação do desempenho ambiental do estabelecimento, empreendimento ou atividade;

- o prazo de validade de Licença de Operação Corretiva (LOC) será de 06 (seis) meses, não sendo possível renovação, oportunidade em que deverá ser solicitada a Licença de Operação (LO);

– os prazos de validade das autorizações e certidões ambientais variam em função de sua natureza e peculiaridade, não podendo ser superior a 02 (dois) anos.

- o prazo de validade da Licença Corretiva Simplificada (LCS) será de 06 (seis) meses, não sendo possível renovação, oportunidade em que deverá ser solicitada a Licença Ambiental Simplificada (LAS);

**Art. 14.** A renovação das licenças e autorizações ambientais com validade de 01 (um) ano e 02 (dois) anos deverá ser requerida com antecedência mínima de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias respectivamente da data da expiração dos seus prazos de validade.

§1º O disposto no caput deste artigo não se aplica à Dispensa de Licenciamento Ambiental.

§2º A não renovação da Licença de Operação (LO) e da Licença Ambiental Simplificada (LAS) torna o responsável pelo estabelecimento, empreendimento ou atividade, passível da aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental vigente, independente de notificação.

**Art. 15.** O órgão ambiental municipal, mediante decisão fundamentada em parecer técnico, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença ou autorização ambiental, durante seu prazo de vigência, quando ocorrer.

violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença;

desvirtuamento da licença, autorização, certidão, alvará e vistoria ambiental; IV – superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

**Art. 16.** O grau de impacto ambiental dos estabelecimentos, empreendimentos ou atividades, assim como o porte das empresas são definidos de acordo com a tabela constante no anexo V, para fins de procedimentos técnicos de análise, cobrança de taxas ou outras de interesse ambiental.

§1º - Para efeito desta Lei, os graus de impacto, degradação e poluição dos estabelecimentos ou atividades serão estabelecidos da seguinte forma:

pequeno grau (PG);

médio grau (MG);

alto grau (AG).

§2º - Para efeito desta Lei, os portes dos estabelecimentos ou atividades serão estabelecidos da seguinte forma:

– microempreendedor individual (MEI)

– microempresa (ME);

– pequeno porte (PP); IV - médio porte (MP); V – grande porte (GP)

§3º O disposto neste artigo não se aplica à Licença Ambiental Simplificada e a Dispensa de Licenciamento Ambiental.



**Art. 17.** Os estabelecimentos, empreendimentos ou atividades licenciadas ou em fase de implantação no município de Piranhas até a data de publicação desta Lei devem, no que couber, adequar-se ao disposto na presente norma, sob pena de enquadramento na legislação ambiental vigente.

**Art. 18.** Terão validade no âmbito do Município, as licenças concedidas pelo órgão ambiental municipal antes da data de publicação desta Lei, passando os estabelecimentos, empreendimentos e atividades a submeterem-se ao novo regulamento depois de expirado o prazo de validade das referidas licenças.

**Art. 19.** O descumprimento do disposto nesta Lei torna os responsáveis pelo estabelecimento, empreendimento ou atividade, passíveis de aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental Federal, Estadual e Municipal vigente.

**Art. 20.** Os pedidos de licenças e autorizações ambientais ficam sujeitas ao recolhimento das respectivas taxas e outras mais que se fizerem necessárias.

**Art. 21.** A taxa de Licenciamento Ambiental tem por fato gerador o exercício do poder de polícia, conferido ao órgão ambiental municipal para a execução da Política de Meio Ambiente no âmbito do Município de Piranhas, conforme valores estabelecidos no Anexo II desta Lei.

**Art. 22.** É contribuinte das taxas de licenciamento ambiental, assim como das taxas relativas à autorização e outras taxas cabíveis, o proprietário ou empreendedor, público ou privado, responsável pelo estabelecimento, empreendimento ou atividade utilizadores de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, no âmbito do interesse local do Município de Piranhas, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

**Art. 23.** Aplica-se, no que couber, a presente Lei, a legislação tributária do Município de Piranhas.

**Art. 24.** Os valores arrecadados, provenientes de licenciamentos, autorizações, certidões e demais taxas constantes do Anexo II desta Lei, serão revertidos ao **Fundo Municipal de Meio do Ambiente (FMMA)** nos termos da Lei.

**Art. 25.** O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS EM 23 DE DEZEMBRO DE 2022.

**TIAGO TORRES FREITAS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Yuris Pereira Soares de Sá

**Código Identificador:**C99B2DC8

#### GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 58/2022 - GABPREF

O Prefeito do Município de Piranhas/AL, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

**Art. 1º** – Nomear o Sr. **MARCELO DE CARVALHO BRANDÃO**, inscrito no CPF nº 009.888.614-29, para o cargo em comissão de **COE – 1 – COORDENADOR**, na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, deste município, nos termos da lei, revogando-se as disposições em contrário.

**Art. 2º** – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativo a 05 de dezembro de 2022.

Piranhas/AL, 23 de dezembro de 2022.

**TIAGO TORRES FREITAS**

Prefeito Municipal de Piranhas

**Publicado por:**

Yuris Pereira Soares de Sá

**Código Identificador:**90ACC719

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO Nº 21/2022 D.L.

Consoante as informações procedentes da Procuradoria Geral e da Controladoria Geral do Município, **RATIFICAR**, na forma do caput do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**;

objeto: Serviços mediante Locação, Cessão de direitos de uso de Informática e Congêneres;

**CONTRATADA:** INSNALDO BARROS PEREIRA;

**CPF:** 065.327.094-17;

**VALOR:** R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais).

Piranhas/AL, 01 de dezembro de 2022.

**TIAGO TORRES FREITAS**

Prefeito

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2022 D.L.

**Objeto:** Serviços mediante Locação, Cessão de direitos de uso de Informática e Congêneres;

**Fundamentação Legal:** art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93;

**Empresa Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS;

**CNPJ da Contratante:** 12.225.546/0001-20;

**CONTRATADA:** INSNALDO BARROS PEREIRA;

**CPF nº** 065.327.094-17;

**VALOR:** R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais).

**Publicado por:**

Wellington Pinto Oliveira

**Código Identificador:**ABEE399F

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO Nº 06/2022 D.L.

Consoante as informações procedentes da Procuradoria Geral e da Controladoria Geral do Município, **RATIFICAR**, na forma do caput do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**;

objeto: Fornecimento de peças por maior desconto e hora de serviços para manutenção preventiva e corretiva de veículos;

**CONTRATADA:** AUTO POSTO AUTO PEÇAS E POUSADA PAGUE MENOS LTDA;

**CNPJ nº** 15.739.214/0001-51;

**VALOR:** 99.860,00 (noventa e nove mil, oitocentos e sessenta reais)

Piranhas/AL, 13 de junho de 2022.

**TIAGO TORRES FREITAS**

Prefeito

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2022 D.L.

Objeto: Fornecimento de peças por maior desconto e hora de serviços para manutenção preventiva e corretiva de veículos;

**Fundamentação Legal:** art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

**Empresa Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS;

**CNPJ da Contratante:** 12.225.546/0001-20;

**CONTRATADA:** AUTO POSTO AUTO PEÇAS E POUSADA PAGUE MENOS LTDA;

**CNPJ nº** 15.739.214/0001-51;

**VALOR:** 99.860,00 (noventa e nove mil, oitocentos e sessenta reais)

**Publicado por:**

Wellington Pinto Oliveira

**Código Identificador:**5B00B931

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO Nº 09/2022 D.L.

Consoante as informações procedentes da Procuradoria Geral e da Controladoria Geral do Município, **RATIFICAR**, na forma do caput

do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993; a DISPENSA DE LICITAÇÃO;  
 Objeto: Fornecimento de refeições (café da manhã);  
 CONTRATADA: MARCIA TELMA CAVALCANTE ALVES GUIMARÃES;  
 CNPJ nº 29.162.696/0001-34;  
 R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)

Piranhas/AL, 17 de março de 2022.

**TIAGO TORRES FREITAS**  
 Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2022 D.L.

Objeto: fornecimento de refeições (café da manhã);  
 Fundamentação Legal: art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993;  
 Empresa Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS;  
 CNPJ da Contratante: 12.225.546/0001-20;  
 CONTRATADA: MARCIA TELMA CAVALCANTE ALVES GUIMARÃES;  
 CNPJ nº 29.162.696/0001-34;  
 VALOR: R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)

**Publicado por:**  
 Wellington Pinto Oliveira  
**Código Identificador:**1CB04614

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DAS TRINCHEIRAS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2022-SRP  
 Modalidade/Nº: Pregão Eletrônico nº 36/2022-SRP Tipo: Menor Preço – Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de água mineral – Data/Horário: 09 de janeiro de 2023, às 14:00hs (horário de Brasília) – o Edital encontra-se disponível no site <http://bnc.org.br/>, no portal do município, através do site [pocodastrincheiras.al.gov](mailto:pocodastrincheiras.al.gov), e na sede do Município, situada no endereço Praça Leopoldo Wanderley, nº 91, Centro, Poço das Trincheiras/AL, CEP 57.510-000, em dias úteis, no horário das 08 às 12 horas (horário local), em dias úteis, e ainda, poderá ser obtido mediante solicitação enviada ao e-mail [pocodastrincheiraspl@outlook.com](mailto:pocodastrincheiraspl@outlook.com) Informações através do e-mail [pocodastrincheiraspl@outlook.com](mailto:pocodastrincheiraspl@outlook.com).

**HUGO RAFAEL DA SILVA FEITOZA**  
 Pregoeiro

**Publicado por:**  
 Caio Jorge de Araújo Lima  
**Código Identificador:**F9DB6AC6

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO Nº 64/2022, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022.**

Dispõe sobre o credenciamento e licenciamento dos interessados em exercer a atividade de comércio de alimentos e bebidas em caráter eventual no entorno da área destinada aos festejos comemorativos ao Dia de Reis.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POÇO DAS TRINCHEIRAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO a comemoração alusiva ao Dia de Reis, que ocorrerá nos dias 07 e 08 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a importância do comércio de alimentos e bebidas no âmbito das festividades locais;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar tal atividade;  
 RESOLVE:

Art. 1º. O presente decreto visa estabelecer normas e procedimentos para a concessão de licenciamento para atividade de ambulantes temporários desenvolvidas no município de Poço das Trincheiras durante a Festa de Reis, que ocorrerá nos dias 07 e 08 de janeiro de 2023.

Parágrafo único: Tal festividade contará com a realização com a presença de vários artistas consagrados no cenário musical contemporâneo e a realização de grandes shows em praça pública.

Art. 2º. A atividade objeto do presente Decreto necessita cumprir as exigências aqui contidas, bem como a legislação municipal correlata e, quando for o caso, as leis específicas no âmbito estadual e/ou federal.

Art. 3º. Ficam estabelecidas a Rua Sete de Setembro e a Rua Antônio Soares como os locais onde ocorrerá o comércio de alimentos e bebidas durante a festa de Reis.

Parágrafo único: A distribuição dos locais onde ficarão situados os comerciantes de alimentos e bebidas na referida festividade obedecerá a ordem de pagamento das respectivas taxas.

Art. 4º. O número de licenciamentos e valores dos respectivos Alvarás ficam definidos conforme os anexos I e II, integrantes deste decreto.

Art. 5º. Para ter direito a concorrer às vagas, os candidatos deverão inscrever-

se previamente no período disposto no anexo I.

Art. 6º. Estão aptos ao credenciamento Pessoas Físicas, Microempreendedores Individuais e Pessoas Jurídicas.

Art. 7º. Para o exercício da atividade será necessário e indispensável a emissão do respectivo Alvará, mediante a comprovação do recolhimento dos tributos municipais.

I – Para o Licenciamento será indispensável o pagamento das taxas previstas pela Legislação Tributária.

§ 1º. As guias de pagamento serão emitidas pelo Setor de Tributos.

§ 2º. O pagamento da taxa de inscrição não garante vaga, nem dá direito à restituição da mesma ao inscrito não contemplado.

§ 3º. Para as vagas não preenchidas durante o processo de seleção, os valores das respectivas taxas de inscrição e alvarás serão majorados em 50% (cinquenta por cento).

§ 4º. No ato da inscrição o titular deverá indicar o nome e o número de ajudantes que o auxiliará.

§ 5º. O titular do ponto poderá contar com, no máximo, 04 (quatro) ajudantes.

Art. 8º. A estrutura física a ser utilizada para o exercício da atividade comercial de alimentos e bebidas obedecerão às medidas descritas pelo Anexo I.

I - A aquisição, montagem e desmontagem da estrutura física, nos termos do *caput* deste artigo são de inteira responsabilidade dos titulares dos pontos.

Art. 9º Fica o titular do ponto ou vaga, responsável pela limpeza e manutenção em torno do seu respectivo ponto.

Art. 10. A identificação dos comerciantes de alimentos e bebidas é de uso obrigatório, ficando a cargo da Administração Pública Municipal o fornecimento dos itens de identificação em data e local constantes no Anexo I.

Art. 11. Para a concessão do respectivo Alvará serão necessários tais documentos:

- I – Documento Oficial de Identidade (RG, CNH, Carteira de Trabalho, Carteira Profissional, Carteira de Identificação Funcional, Registro Nacional de Estrangeiro e Passaporte);
- III – CPF ou CNPJ no caso de Pessoa Jurídica;
- IV – Comprovante de Residência;
- V – Comprovante de quitação dos tributos e taxas municipais;
- VI – Comprovante de pagamento da Taxa de Inscrição e Alvarás;

VII – Certificado de Pessoa com Deficiência (para os portadores de necessidades especiais).

§ 1º. No caso de inscrição de Pessoa Jurídica, será obrigatória a apresentação dos documentos dos sócios ou do sócio responsável junto com o CNPJ da empresa, conforme as exigências previstas nos incisos anteriores.

§ 2º. Para fins de comprovação de residência serão admitidos os seguintes documentos:

I – Para pessoas físicas:

- a) Fatura de energia elétrica ou comprovante da data de ligação;
- b) Fatura de água ou comprovante da data de ligação;
- c) Fatura de serviços de telefonia, TV a cabo ou internet.

§ 3º. Nos casos em que o solicitante resida com seus pais, serão aceitos os comprovantes em nome destes.

§ 4º. Serão aceitos os comprovantes de residência em nome do cônjuge ou companheiro.

II – Para pessoas jurídicas:

- a) Contrato Social/Comprovante de Inscrição de Microempreendedor Individual;
- b) CNPJ;
- c) Alvará de Funcionamento ou Licença de Operação;
- d) Recolhimento das Taxas de Vistoria no Município de Poço das Trincheiras.

Art. 12. Ficam reservadas as vagas para os portadores de necessidades especiais que queiram exercer atividade comercial de alimentos e bebidas durante o período em que ocorrerão as festividades de Reis descritas no presente Decreto Municipal, até o limite de 10% (dez por cento) das vagas ofertadas.

§ 1º. A comprovação da necessidade especial deverá ser feita por meio da apresentação da cópia do certificado de pessoa com deficiência.

§ 2º. Na hipótese de não haver solicitação de credenciamento por pessoas portadoras de necessidades especiais, essas vagas serão automaticamente destinadas à ampla concorrência.

§ 3º. Os valores dos tributos incidentes sobre as atividades exercidas pelos portadores de necessidades especiais serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).

Art. 13. A seleção dos Ambulantes inscritos obedecerá a ordem de pagamento dos tributos, desde que observada a documentação exigida pelos artigos 11 e 12 deste Decreto Municipal.

Art. 14. É permitida a ligação de ponto de energia e água, que ficará a cargo do Ambulante licenciado junto com os órgãos competentes.

Art. 15. O não cumprimento das exigências determinadas neste Decreto implicará na cassação do Alvará, retenção das mercadorias e aplicação de multa, no valor de R\$ 1.302,00 (mil trezentos e dois reais), que terá seu valor majorado em 100 % (cem por cento) nos casos de reincidência.

§ 1º. As mercadorias apreendidas serão recolhidas ao depósito Municipal, podendo ser retiradas no prazo de três dias úteis mediante o pagamento dos tributos, multas, apresentação de nota fiscal de origem e demais encargos.

§ 2º. O titular que receber duas advertências por escrito perderá seu alvará, ficando impedido de participar dos próximos credenciamentos pelo período de um ano.

Art. 16. Os valores referentes às taxas de inscrição e alvará serão pagos por meio de boletos bancários.

Art. 17. Estando a documentação exigida de acordo com as normas estabelecidas, será assinado e concedido o respectivo alvará, assinado pela Secretaria de Cultura, Juventude e Esportes e pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Art. 18. O Ambulante que não cumprir com as exigências estabelecidas no presente Decreto incorrerá nas penalidades funcionais estabelecidas pela legislação pertinente.

Poço das Trincheiras, 23 de dezembro de 2022.

**JOSÉ VALMIRO GOMES DA COSTA**

Prefeito

O presente decreto foi registrado na **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** e publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios, no endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/ama/> aos 23 dias do mês de dezembro de 2022.

**Ivan Tavares Santos Júnior**

Secretário de Adm. e Recursos Humanos

## ANEXO I

### DECRETO Nº 64/2022

### SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E ESPORTE - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2022/SEMCJE

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS EM EXERCER A ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE EM CARÁTER EVENTUAL NO ENTORNO DAS ÁREAS DE FESTEJOS DE REIS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DAS TRINCHEIRAS/AL, NOS DIAS 07 E 08 DE JANEIRO DE 2023.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E ESPORTE**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização de credenciamento de pessoas interessadas em exercer a atividade de comércio ambulante em caráter eventual de comidas típicas, alimentos e bebidas no entorno das áreas de festejos juninos promovidos pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DAS TRINCHEIRAS/AL**.

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente **CREDENCIAMENTO** é a inscrição de pessoas físicas ou jurídicas (microempreendedor individual – MEI) interessadas em exercer a atividade de comércio ambulante em caráter eventual de comidas típicas, alimentos e bebidas no entorno das áreas de festejos juninos promovidos pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DAS TRINCHEIRAS/AL**.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

**2.1.** A inscrição é pessoal e intransferível.

**2.2.** Os interessados deverão comparecer à **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E ESPORTE**, situada na Rua Santa Marta, S/N, Centro, no período de 26 a 28 de Dezembro de 2022, das 08h30min às 13h30min, munidos dos documentos exigidos no Decreto nº 64/2022 e preencher o formulário de inscrição disponibilizado no setor de Protocolo.

**2.3.** Deverão ser apresentados os seguintes documentos - original e cópia: documento de identificação oficial com foto (RG, CNH ou qualquer outro documento válido para este fim), CPF, comprovante de



residência e 01 (uma) foto 3x4. Os *food trucks* deverão apresentar também o CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

**2.4.** Os interessados neste credenciamento deverão apresentar comprovante de residência no **MUNICÍPIO DE POÇO DAS TRINCHEIRAS/AL e/ou região circunvizinha.**

**2.5.** Ao realizar a inscrição, o requerente deverá informar o local de interesse, as datas que irá desenvolver as atividades, os equipamentos que serão utilizados com a respectiva metragem, os produtos que serão comercializados e número de telefone para contato, conforme o caso.

§ único: Nos casos de Ambulantes serão admitidas até duas caixas térmicas de até 2m de comprimento. Acima disso será considerada barraca, tendo a atividade suspensa, condicionando o retorno ao pagamento da taxa correta.

**2.6.** O participante deverá apresentar, no ato da inscrição, todos os documentos obrigatórios, ficando o participante ciente de que a apresentação da totalidade dos documentos é de sua exclusiva responsabilidade e que a ausência de tais documentos culminará na sua inabilitação.

**2.7.** Não será permitido, sob nenhuma circunstância, juntar novos documentos de habilitação após o protocolo da inscrição.

**2.8.** Os interessados serão credenciados até o limite das vagas disponibilizadas por local, sendo selecionados por ordem de pagamento dos tributos.

**2.9.** Os credenciados receberão o Alvará de Autorização para o Exercício de Atividade de Comércio Ambulante Eventual em Área Pública.

**2.10.** A **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E ESPORTE**, promoverá o ordenamento dos ambulantes nas áreas cadastradas conforme zoneamento de vagas, disponibilidade de espaço e adequação dos equipamentos ao local, inexistindo ordem de preferência por vaga.

**2.11.** Os ambulantes que desejarem se cadastrar para localidades não previstas no presente edital ficarão

sujeitos à análise prévia da fiscalização, que avaliará a compatibilidade de datas, locais e equipamentos solicitados.

### **3. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**3.1.** É permitida apenas uma inscrição por requerente e em uma única opção de área.

**3.2.** A inscrição poderá ser realizada por terceiro, desde que anexada ao requerimento procuração específica para esse fim, com firma reconhecida.

**3.3.** A inscrição e o Alvará de Autorização concedido ao participante credenciado são pessoais.

**3.4.** Os equipamentos e mercadorias a serem utilizados no exercício da atividade deverão ser adquiridos pelos próprios requerentes e deverão seguir os padrões definidos pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E ESPORTE.**

**3.5.** O Município de Poço das Trincheiras/AL não se responsabilizará por eventuais pontos que sejam afetados ou deixem de existir em virtude das condições climáticas ou por alterações supervenientes no evento. Fica a critério da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E ESPORTE**, a possibilidade de remanejamento ou exclusão dos pontos afetados.

**3.6.** O selecionado responde civil, penal e administrativamente por danos decorrentes da sua atividade.

**3.7.** Cada ambulante é responsável por obter junto à concessionária de energia elétrica os respectivos pontos de energia e pagamento pelas taxas que possam ser exigidas pela empresa.

**3.8.** Todo requerente está sujeito às condições fixadas neste instrumento convocatório, que faz Lei entre as partes.

### **4. DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO**

**4.1.** Este edital de credenciamento concederá autorização para o exercício de atividade ambulante em área pública com vigência apenas para o período da Festa de Reis, que ocorrerá nos dias 07 e 08 de janeiro de 2023, conforme data de validade inserida no alvará.

**4.2.** Os Alvarás de Autorização somente serão liberados mediante a comprovação do recolhimento dos tributos municipais.

### **5. DOS TRIBUTOS DEVIDOS**

**5.1.** O exercício da atividade objeto do presente edital implica o pagamento dos tributos municipais previstos no **CÓDIGO**

### **TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE POÇO DAS TRINCHEIRAS/AL.**

### **6. DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES CREDENCIADOS**

**6.1.** São deveres e obrigações dos participantes credenciados e seus auxiliares:

- acatar e respeitar as normas do presente edital, bem como todas as diretrizes da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E ESPORTE**, fornecendo, com veracidade, os elementos de informação e os esclarecimentos solicitados pelos funcionários municipais em missões de fiscalização ou de organização da gestão dos mesmos;
- apresentar o alvará de autorização e crachás à fiscalização, sempre que solicitado;
- zelar pela harmonia e bom convívio social, competindo-lhes tratar o público com educação e urbanidade;
- não transferir a autorização para terceiros;
- não comercializar em áreas públicas e em horários não previstos na autorização, nem além do horário máximo permitido;
- comercializar apenas produtos que constem na autorização concedida pelo Poder Público Municipal;
- todo vendedor ambulante deverá portar, durante o período de trabalho, um documento de identificação pessoal com foto;
- é obrigatória a presença do requerente licenciado no local de exercício da atividade;
- é proibido utilizar mais equipamentos do que os permitidos na autorização, sob pena de apreensão e multa;
- não impedir ou dificultar o trânsito nos logradouros públicos;
- não obstruir o passeio público;
- remover o equipamento da área pública no final do expediente;
- manter a limpeza e manutenção no entorno do espaço utilizado;
- acondicionar os resíduos (lixo) em sacos plásticos e descartar em pontos adequados para a coleta;

- manter os equipamentos em bom estado de conservação;
- não utilizar equipamentos sonoros, nem alto-falantes;
- não comercializar produtos ilícitos;
- é proibido vender bebidas em vasilhames de vidro e ofertar alimentos em espetos de madeira ou outros materiais perfurocortante diretamente ao consumidor;
- não vender bebidas alcoólicas para menores de 18(dezoito) anos de idade;
- não causar danos ao patrimônio público nem a terceiros, devendo, caso ocorra, recuperar imediatamente;
- não explorar mão de obra infantil;
- não perfurar ou de qualquer forma danificar calçadas, áreas e bens públicos com a finalidade de fixar seu equipamento;
- a oferta de produtos ao consumidor deverá ocorrer por utensílios descartáveis e/ou biodegradáveis;
- não realizar ligação clandestina de água e eletricidade;
- é proibido aos ambulantes, durante o horário de trabalho, o consumo de bebidas alcoólicas, substâncias entorpecentes/alucinógenas ou drogas que não tenham prescrição médica;
- os ambulantes credenciados obrigam-se a participar de todos os cursos de capacitação e qualificação oferecidos pelo Município ou por entidade por ele indicada, sob pena de cassação de sua autorização.

### **7. DOS LOCAIS, DATAS, VAGAS E DAS CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS**

**7.1.** Os locais, período, quantidade de vagas e os tipos de equipamentos com a metragem permitida são os que constam no **ANEXO ÚNICO DESTE EDITAL.**

### **8. DAS PENALIDADES**

**8.1.** As irregularidades e infrações cometidas pelos ambulantes estarão sujeitas às penalidades previstas no Código de Posturas e legislação correlata, incluindo a apreensão de mercadorias e equipamentos e multas.

### **9. CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES**

**9.1.** Calendário das atividades:

Inscrições – 26 a 29 de dezembro de 2022;

Entrega dos boletos – 02 e 03 de janeiro de 2023;

Entrega dos alvarás – 05 de janeiro de 2023 (sede da Administração);

Entrega do material de identificação – 06 de janeiro de 2023;

Montagem das barracas - 06 e 07 de janeiro de 2023;

Comercialização – 07 e 08 de janeiro de 2023.

9.2. As datas do item 9.1. Poderão ser reajustadas.

## 10. DOS CASOS OMISSOS

10.1. Caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E ESPORTE, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS e a SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, avaliar e deliberar quanto a todos os casos omissos e situações não prevista neste EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

Poço das Trincheiras/AL, 23 de dezembro de 2022.

ÂNGELA MARIA SOARES OLIVEIRA  
Secretária de Esporte, Cultura e Juventude

## ANEXO II DECRETO Nº 64/2022

### QUANTITATIVO

#### TIPO DE EQUIPAMENTO:

1. Carrinho de propulsão humana, mesa, tenda, isopor, barraca desmontável.

1.1. Metragem máxima = 2x2.

1.2. Vagas = 30 (Trinta).

2. Barracas desmontáveis e Food Trucks.

2.1 Metragem Máxima = 3x3.

2.2 Vagas = 100 (Cem).

3. Carrinho de propulsão humana de pequeno porte.

3.1 Metragem Máxima = 1x1.

3.2 Vagas = 30 (Trinta).

TOTAL DE VAGAS = 160 (Cento e Sessenta).

#### VALORES DAS TAXAS (Diária)

Gênero e produtos alimentícios em geral e bebidas não alcóolicas:

R\$ 0,30 (por dia)

Bebidas Alcolólicas:

R\$ 1,20 (por dia)

Poço das Trincheiras/AL, 23 de dezembro de 2022.

ÂNGELA MARIA SOARES OLIVEIRA  
Secretária de Esporte, Cultura e Juventude

Publicado por:  
Michele dos Santos Alves  
Código Identificador:25E1EBFA

## GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 065/22, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022.

*“Decreta expediente interno no prédio sede da Prefeitura Municipal nas datas que menciona e dá outras providências”.*

O Prefeito do Município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, conferidas através do inciso IV do art. 51 da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado expediente interno nas secretarias e setores integrantes do prédio sede da prefeitura municipal em virtude das atividades de encerramento de exercício financeiro, nos dias que menciona:

DE 26 A 30 DE DEZEMBRO DE 2022.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Poço das Trincheiras/AL, 23 de dezembro de 2022.

JOSÉ VALMIRO GOMES DA COSTA  
Prefeito

O presente decreto foi registrado na **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Poço das Trincheiras e no Diário Oficial dos Municípios, no endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/ama/> aos 23 dias do mês de dezembro de 2022.

IVAN TAVARES SANTOS JÚNIOR

Portaria Nº. 001/2021

Secretário Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:  
Michele dos Santos Alves  
Código Identificador:2A5BBD73

## ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

### GABINETE DO PREFEITO DECRETO MUNICIPAL Nº 035, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

DECRETO MUNICIPAL Nº 035, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.

ALTERA o §1º do VI do Art. 3º do Decreto Municipal nº 026/2022 que Regulamenta a Lei Municipal nº1177/2022, que institui o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, através das Parcerias Público Privadas - PPP do Município de Porto Calvo, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Porto Calvo, Estado de Alagoas, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a ausência de interessados no Chamamento Público nº 001/2022, realizado no dia 19/12/2022;

Considerando o disposto no Art. 4º, Inc. IV, Parágrafo 5º, alínea II, do Decreto Federal nº 8.428/2015;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº01172, de 01 de setembro de 2022,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o §1º do VI do Art. 3º do Decreto Municipal nº 026/2022 que Regulamenta a Lei Municipal nº1177/2022, passando a ter a seguinte redação:

‘§ 1º O valor máximo para eventual ressarcimento pelo conjunto de projetos, estudos, levantamentos ou investigações, pesquisas, soluções tecnológicas, dados, informações técnicas ou pareceres não poderão ultrapassar 2,5% (dois e meio por cento) do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação da respectiva parceria público-privada, concessão ou outra figura jurídica;’

Art. 2º. Fica o Conselho Gestor autorizado a expedir os atos complementares para a execução deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Porto Calvo, Estado de Alagoas, 21 de dezembro de 2022.

ERONITA SPÓSITO LEÃO E LIMA  
Prefeita

Publicado por:  
Emission Luis Nascimento Rocha  
Código Identificador:51931420

## GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 36

**DECRETO Nº 36, DE 22 DE DEZEMBRO 2022.**

INSTITUI PONTO FACULTATIVO EM VIRTUDE DAS FESTIVIDADES DO NATAL E DO ANO NOVO.

A Prefeita do Município de Porto Calvo-AL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 68, da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituído ponto facultativo, em virtude das festividades de Natal e do Ano Novo, nos dias 26 a 30 de Dezembro de 2022 e 02 a 06 de Janeiro de 2023, nas Repartições Públicas Municipais, Autarquias mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvados os serviços considerados de caráter essencial, tais como: coleta de lixo, serviços de saúde e licitação.

**Art. 2º** Os órgãos administrativos responsáveis pelos serviços considerados de caráter essencial deverão manter escalas de modo que seja assegurada a prestação ininterrupta dos mesmos.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Calvo-AL, 22 de Dezembro de 2022.

**ERONITA SPOSITO LEÃO E LIMA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Emisson Luis Nascimento Rocha

**Código Identificador:**C8940B83

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGUNDO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2022**

**AVISO DA SEGUNDA CHAMADA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2022 PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE**

**Conselho Municipal Gestor do Programa de Parcerias Público – Privadas (PPP/Porto Calvo/AL) Prefeitura Municipal de Porto Calvo/AL**

O MUNICÍPIO DE PORTO CALVO/AL, por meio do Conselho Municipal Gestor do Programa de Parcerias Público – Privadas (PPP/Porto Calvo), torna público este edital para a **SEGUNDA CHAMADA** o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI Nº 001/2022, devidamente autorizado pela Chefe do Poder Executivo, Prefeita **ERONITA SPÓSITO LEÃO E LIMA**, na forma das deliberações do Conselho Municipal Gestor do Programa de Parcerias Público – Privadas (PPP/Porto Calvo) e regido de acordo com o disposto na legislação abaixo indicada e no presente edital. Os interessados em participar deste PMI deverão até 19/01/2022, improrrogáveis, após a publicação deste Aviso, apresentar a Manifestação de Interesse em atendimento ao edital. Os referidos documentos poderão ser protocolados na Secretaria Municipal de Administração com sede na Rua Dr. Antônio Dorta, 18, Centro, Porto Calvo-AL, CEP – 57.900-000, até as 14:00 horas Horário Local ou encaminhados via SEDEX, aos cuidados do **Conselho Municipal Gestor do Programa de Parcerias Público – Privadas (PPP/Porto Calvo)**. É importante que os interessados que enviarem os documentos por SEDEX informem por meio do endereço eletrônico: [licitacaoportocalvo@gmail.com](mailto:licitacaoportocalvo@gmail.com). Os interessados poderão solicitar cópia do Chamamento Público, mediante o e-mail ou solicitar cópia física na sede da Administração no horário de 08:00 Às 14:00 ou no setor da Comissão Permanente de Licitação Municipal. **OBJETO:** Procedimento de manifestação de Interesse para realização de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Jurídica visando à estruturação do Projeto de Parceria Público – Privada para “Implantação de Usina(s) Solar(es) Fotovoltaica(s) em Porto Calvo/AL.

Porto Calvo-AL, 21 de novembro de 2022.

**CATULLO CASTELO BRANCO E LIMA**

Presidente Conselho Gestor

Decreto nº 028/2022

**Publicado por:**

Emisson Luis Nascimento Rocha

**Código Identificador:**31F3280B

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 09150009/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº  
003/2022 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
EXECUTAR OBRA CIVIL PÚBLICA DE CONSTRUÇÃO DE  
02 SALAS DE AULA NA ESCOLA MIRTA CORREIA COSTA,  
LOCALIZADA NO SÍTIO BENTO DE BARROS - ZONA  
RURAL DO MUNICÍPIO DE QUEB**

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado do julgamento da Tomada de Preços nº003/2022, que após análise a CPL declara **VENCEDORA** do presente certame a empresa **PROENGE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 02.072.980/0001-63, no valor de R\$184.515,28 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e quinze reais e vinte e oito centavos).

Quebrangulo, Estado de Alagoas, 23 de dezembro de 2022

**OTTO BRASILEIRO MONTEIRO**

Presidente da CPL

**Publicado por:**

Luan Cortez Toscano Barbosa

**Código Identificador:**BDACB3A0

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
SÚMULA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
QUEBRANGULO E A EMPRESA VOLKSWAGEN TRUCK &  
BUS INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULO LTDA.**

**PROCESSO Nº:** 09080005/2022

**CONTRATO Nº:** 114/2022

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Avenida Graciliano Ramos, nº 250, Centro, Quebrangulo, Alagoas, neste ato representado por seu representante legal Sr. **MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**, brasileiro, casado, agrônomo, inscrito no RG 327009 SSP/AL, CPF/MF nº 209.176.194-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, 135, Centro, cidade de Quebrangulo/AL;

**CONTRATADA:** A empresa VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULO, inscrita no CNPJ sob o 06.020.318/0001-10, estabelecida na Rua Volkswagen, 291, 7, 8 e 9 andares, Jabaquara, São Paulo/SP, CEP: 04.344-901, neste ato representada pela representante legal Sra. **ADRIANA CECCONELLO**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social, inscrita no CPF sob o nº 608.499.080-00

**OBJETO DO CONTRATO:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ESTUDANTES, DENOMINADO DE ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE), EM ATENDIMENTO ÀS ENTIDADES EDUCACIONAIS DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO NOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.



**BASE LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002 e na lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, do decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

**DO VALOR DO CONTRATO:** R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais).

#### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Contratante, para o exercício financeiro de 2021, na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO/FONTE DE RECURSO:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0661 – FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA: 06.0661. 12.361.0002.2027 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL – 30%

ELEMENTO DE DESPESA: 4490520000/003000000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 280 (duzentos e oitenta) dias, contado da data da sua assinatura, devendo ser publicado extrato contratual na imprensa oficial.

**DATA DE ASSINATURA:** 15 de dezembro de 2022.

**Publicado por:**

Emerson de Souza Jatobá

**Código Identificador:**8A883EEC

#### **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE QUEBRANGULO PORTARIA Nº 41 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO - AL**, em conjunto com o Diretor Presidente do **FUNDO DE MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE QUEBRANGULO**, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

Considerando todo o teor do Processo Administrativo instaurado e que tramitou no **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE QUEBRANGULO**.

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação do ato de concessão de benefícios previdenciários perante o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no sentido de sanar as diligências apresentadas no processo TC/AL 16780/2018.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** – Conceder, Aposentadoria Voluntária por Idade, na forma do Art. 40, §1º, III, “b” da Constituição Federal - Comum c/c artigo 30, inciso II da Lei Municipal nº 566/2006, a servidora **MARIA DE LOURDES DA SILVA**, servidora ocupante do cargo de ZELADORA matrícula nº 106, inscrita no CPF/MF sob o nº 741.055.584-04, e no RG sob nº 1.358.195 SSP/AL.

**Art. 2º** – Os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição, porém, não poderão ser inferiores ao salário mínimo nacional na forma do Art. 201, §2º, da Constituição Federal.

**Art. 3º** - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria foi considerada à média aritmética baseada nos 80% maiores salários de contribuição.

**Art. 4º** - Fica revogada a Portaria 281/2007

Cumpre-se e Publique-se.

**MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**  
Prefeito

#### **JOSÉ AILTON DO NASCIMENTO**

Diretor Presidente – FMPQ

\* Republicado por incorreção no texto da Portaria, corrigindo a publicação do Diário Oficial dos Municípios, edição nº 0922, do dia 03 de dezembro de 2018.

**Publicado por:**

Alex Ferreira de Assis

**Código Identificador:**EEFCDF1B

#### **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE QUEBRANGULO PORTARIA Nº 42 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO - AL**, em conjunto com o Diretor Presidente do **FUNDO DE MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE QUEBRANGULO**, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

Considerando todo o teor do Processo Administrativo instaurado e que tramitou no **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE QUEBRANGULO**.

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação do ato de concessão de benefícios previdenciários perante o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no sentido de sanar as diligências apresentadas no processo TC/AL 62/2019.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** – Conceder, Aposentadoria Voluntária por Idade, na forma do Art. 40, §1º, III, “b” da Constituição Federal - Comum c/c artigo 30, inciso II da Lei Municipal nº 566/2006, a servidora **IRENE MEDEIROS DOS SANTOS**, servidora ocupante do cargo de GARI matrícula nº 62, inscrita no CPF/MF sob o nº 366.329.374-20, e no RG sob nº 1393769 SSP/AL.

**Art. 2º** – Os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição, porém, não poderão ser inferiores ao salário mínimo nacional na forma do Art. 201, §2º, da Constituição Federal.

**Art. 3º** - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria foi considerada à média aritmética baseada nos 80% maiores salários de contribuição.

**Art. 4º** - Fica revogada a Portaria 316/2008

Cumpre-se e Publique-se.

**MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**  
Prefeito

#### **JOSÉ AILTON DO NASCIMENTO**

Diretor Presidente – FMPQ

\* Republicado por incorreção no texto da Portaria, corrigindo a publicação do Diário Oficial dos Municípios, edição nº 0898, do dia 26 de outubro de 2018.

**Publicado por:**

Alex Ferreira de Assis

**Código Identificador:**E901E41C

#### **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE QUEBRANGULO PORTARIA Nº 43 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO - AL**, em conjunto com o Diretor Presidente do **FUNDO DE MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE QUEBRANGULO**, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

Considerando todo o teor do Processo Administrativo instaurado e que tramitou no **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE QUEBRANGULO**.

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação do ato de concessão de benefícios previdenciários perante o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no sentido de sanar as diligências apresentadas no processo TC/AL 16118/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Conceder, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, na forma do Art. 40., § 1º, inciso I da CF/88 c/c ao Art. 187, linha “b” da Lei Complementar nº 01/93, a servidora **EDMILDA COSTA DE LIMA TAVARES**, servidora ocupante do cargo de PROFESSORA, matrícula nº 146, inscrita no CPF/MF sob o nº 208.897.474-15, e no RG sob nº 633748 SSP/AL.

**Art. 2º** – Os proventos serão integrais conforme art. 187 linha “b” da Lei Complementar nº 01/93 de 04 de maio de 1993.

**Art. 3º** - Fica revogada a Portaria 040/2003.

Cumpre-se e Publique-se.

**MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**  
Prefeito

**JOSÉ AILTON DO NASCIMENTO**  
Diretor Presidente – FMPQ

\* Republicado por incorreção no texto da Portaria, corrigindo a publicação do Diário Oficial dos Municípios, edição nº 0898, do dia 26 de outubro de 2018.

**Publicado por:**  
Alex Ferreira de Assis  
**Código Identificador:**79D0F73A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**AVISO DE COTAÇÃO**

**AVISO DE COTAÇÃO**

A prefeitura municipal de Quebrangulo/AL, através da Secretaria Municipal de Saúde, estará recebendo cotações de preços referentes ao **ADITIVO do contrato 002/2022 com a empresa GESSE COSMO DOS SANTOS JÚNIOR – ME, inscrita sob o CNPJ: 20.076.331/0001-12, Residente na Rua Valdemar ferreira, 02, Bairro jacintinho – Maceió/Alagoas; trata-se da contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças em equipamentos odontológicos, para atender as necessidades da secretaria de saúde de Quebrangulo.**

As cotações de preços são necessárias para comprovar que a empresa supracitada está ofertando preços de acordo com o mercado atual, trazendo vantajosidade para o Município de Quebrangulo/AL.

Neste prisma, as informações encontram-se no modelo de cotação, Interessados enviar email para: pedidos.centraldecompras@gmail.com, no período de 23/12/2022 a 27/12/2022, dias úteis, solicitando o modelo de cotação, em seguida encaminhar a cotação de acordo com o mesmo.

Quebrangulo, 22 de Dezembro de 2022

**ANDREA MAIA LIMA**  
Secretária de Saúde

**Publicado por:**  
Antonio Bezerra de Lima Neto  
**Código Identificador:**9CAF41A9

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E**  
**RECURSOS HUMANOS**  
**AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA**

**AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA**  
**OBJETO: CONCORRÊNCIA Nº 005/2022 – OBRAS DE ENGENHARIA – OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DOS BAIRROS VILA RICA III E VILA BETEL, NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL. Após abertura do envelope B, propostas de**

preço, da empresa **ROOL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – ME, CNPJ** sob o nº 45.828.606/0001-58, conforme análise da engenheira do município e desta comissão, a empresa encontra-se CLASSIFICADA por atender aos requisitos do edital. A mesma é declarada vencedora do certame com o valor final de R\$ 3.906.530,70 (três milhões, novecentos e seis mil, quinhentos e trinta reais e nove setenta centavos). Por fim, o Presidente da Comissão abre vistas ao processo e determina o início da contagem de prazos estabelecidos no artigo 109 da Lei 8.666/96. A íntegra do julgamento dos documentos de proposta de preço poderá ser obtida na sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada Rua Napoleão Viana, s/n, galeria Napoli, Rio Largo/AL ou por e-mail: licitariolargoal@gmail.com.

Rio Largo, 22 de dezembro de 2022.

**RITHIE KENNEDY FERREIRA SOARES.**  
Presidente

**Publicado por:**  
João Victor Vanderlei dos Santos  
**Código Identificador:**CF13EB7C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E**  
**RECURSOS HUMANOS**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Rio Largo /AL, através do setor de compras vem solicitar orçamentos, com o objetivo de pesquisas de preços no mercado, uma vez que este é de suma importância para a administração deste município, pois nele consiste no início do procedimento legal para realização de futuras licitações. **OBJETO: pedido de cotação para contratação de empresa especializada prestação de serviços de construção e engenharia para conclusão da construção de quadra poliesportiva, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, através do critério maior desconto ofertado sobre a tabela SINAPE/ORSE NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO.** Interessados solicitar o anexo no e-mail: plsriolargo159@gmail.com

**DAYVSON KLEBER**

Rio Largo, 22 de Dezembro de 2022.

**MARIO LUCIO JUNIOR**  
Setor de compras

**Publicado por:**  
Mario Lucio Gomes Maciel Junior  
**Código Identificador:**FDA600A5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E**  
**RECURSOS HUMANOS**  
**RETIFICAÇÃO**

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO**  
Retifica-se a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios Alagoanos – AMA, edição nº 1948, do dia 22/12/2022, Código identificador: 2453B18E, haja vista erro de digitação no valor contratual, nesse passo ONDE SE LÊ: “alterando o valor do contrato de: 1.654.037,18 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, trinta e sete reais e dezoito centavos), para: 1.639.314,78 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e quatorze reais e setenta e oito centavos). Dá-se ao termo aditivo uma supressão de 14.722,40 (quatorze mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)”. **LEIA-SE:** alterando o valor do contrato de: R\$ 1.654.037,18 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, trinta e sete reais e dezoito centavos), para: R\$ 1.635.498,74 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos). Dá-se ao termo aditivo, uma supressão de R\$ 18.538,44 (dezoito mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos). A íntegra do termo aditivo poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL. Informações: e-mail: gestor.contratosrl@gmail.com.

Rio Largo, 22 de dezembro de 2022.

**DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA**

Gestora de Contratos

**Publicado por:**

Derilândia Karoline Marques da Silva

**Código Identificador:**AB6435A2

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
RECURSOS HUMANOS  
TERMO ADITIVO**

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO  
Nº 04/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL. CONTRATADA: CONSTRUTORA TAMBAÚ LTDA, com o CNPJ sob nº 10.578.355/0001-16. OBJETO: 7º **Termo aditivo de prazo ao contrato nº 04/2020 – Concorrência nº 04/2019: Construção de 01 (uma) escola com 12 salas de aula no conjunto Residencial Antônio Lins de Souza.** Celebração: 22/07/2022. Vigência e execução: A vigência do 7º Termo aditivo de prazo ao contrato de nº 04/2020 – CONCORRÊNCIA nº 04/2019, fica prorrogado por 08 (oito) meses, possuindo sua vigência de 22/12/2022 à 22/08/2023. A execução do 7º Termo aditivo de prazo ao contrato de nº 04/2020 – CONCORRÊNCIA nº 04/2019, fica prorrogado por 06 (seis) meses, possuindo o prazo de execução de 22/07/2022 à 22/01/2023. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: e-mail: gestor.contratosrl@gmail.com.

Rio Largo/AL, 22 de dezembro de 2022.

**DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA**

Gestora de Contratos

**Publicado por:**

Derilândia Karoline Marques da Silva

**Código Identificador:**B7A79441

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
RECURSOS HUMANOS  
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 139/2022 – PE

CONTRATO Nº 139/2022 ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2021 – 001 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2021 – 3ª CHAMADA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL. CONTRATADA: GILBERTO JOSE DA SILVA ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.062.185/0001-00. OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Gráficos. VALOR: R\$ 2.216.936,00 (dois milhões duzentos e dezesseis mil novecentos e trinta e seis reais). CELEBRAÇÃO: 25/11/2022. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura. Fundamentação legal: Decreto Federal nº 10.024/19 e Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores. A íntegra do Contrato poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL.

Rio Largo, 22 de dezembro de 2022.

**DERILÂNDIA KAROLINE MARQUES DA SILVA**

Gestora de Contratos

**Publicado por:**

Derilândia Karoline Marques da Silva

**Código Identificador:**BBB940F9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
RECURSOS HUMANOS  
PEDIDO DE COTAÇÃO**

PEDIDO DE COTAÇÕES

A Prefeitura Municipal de Rio Largo /AL, através do setor de compras vem solicitar orçamentos, com o objetivo de pesquisas de preços no mercado, uma vez que este é de suma importância para a administração deste município, pois nele consiste o início do procedimento legal para realização de futuras licitações. **OBJETO: PEDIDO DE COTAÇÃO – PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALMOÇO, JANTA E/ OU COFFEE BREAK.** Processo Nº 12190044/2022. **OBS: O prazo para apresentação das propostas é 72 horas a partir da data desta publicação.** Interessados solicitar o anexo no e-mail: plsriolargo159@gmail.com

Rio Largo, 23 de dezembro de 2022.

**CÉSAR RAMALHO**

Setor de compras

**Publicado por:**

Mario Lucio Gomes Maciel Junior

**Código Identificador:**9BBA8101

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
RECURSOS HUMANOS  
RATIFICAÇÃO**

PROCESSO:	12200014/2022
INTERESSADO:	SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO
ASSUNTO:	AUTORIZAÇÃO PARA SERVIÇOS DE REVISÃO PREVENTIVA

**RATIFICAÇÃO**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento a Lei Federal Nº 8.666/93, resolve **RATIFICAR** a Inexigibilidade nº 12200014/2022 – autorização para serviço de revisão preventiva, processo administrativo nº 12200014/2022. CONTRATADA: **BOATERRA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 00.460.463.0001/36, no valor de R\$ 1.339,51 (Hum mil trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos), com base nos pareceres emitidos pela Procuradoria e Controladoria Geral deste Município, considerando sua plena regularidade. Fundamentação Legal: art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Rio Largo/AL, 23 de dezembro de 2022.

**GILBERTO GONÇALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal de Rio Largo, Alagoas

**Publicado por:**

Derilândia Karoline Marques da Silva

**Código Identificador:**7B61A7AA

**SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO  
LEI Nº 1.972, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**LEI Nº 1.972, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.**

EMENTA: “DISPÕE SOBRE RATIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E NO ESTATUTO DO CONSÓRCIO REGIONAL METROPOLITANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO, no uso de suas atribuições legais e na forma do que estabelece a Lei Orgânica municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Rio Largo aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam ratificadas em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado na PRIMEIRA ALTERAÇÃO e CONSOLIDAÇÃO AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO REGIONAL METROPOLITANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ALAGOAS, o qual passa a denominar-se **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO**



**METROPOLITANA DE ALAGOAS - CONMETRO** firmado entre este município e o Consórcio, mediante autorização da Lei Municipal nº 1.626, de 27 de dezembro de 2011 e nos termos do Art. 12 da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2.005.

**Art. 2º** As alterações de que tratam a primeira Alteração, nos termos do Art. 1º desta Lei, produzirão efeitos “ex tunc”, ficando convalidados todos os atos praticados pelo Consórcio Regional Metropolitano de Resíduos Sólidos de Alagoas, desde a sua constituição em 10 de outubro de 2011.

**Art. 3º** Ficam ratificadas em todos os seus termos, as alterações realizadas no Estatuto do Consórcio Regional Metropolitano de Resíduos Sólidos de Alagoas.

**Art. 4º** Ficam ratificadas e convalidadas todas as decisões da Assembleia Geral realizadas em 07 de fevereiro de 2022.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GILBERTO GONÇALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Albert Ludovico de Almeida Lima

**Código Identificador:**C9A03855

## SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO

### LEI Nº 1.973, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022.

#### LEI Nº 1.973, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO, ESTADO DE ALAGOAS, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do município de Rio Largo poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

**Parágrafo único.** Os dispositivos da presente lei, que autorizam a excepcional contratação temporária buscam atender as necessidades e peculiaridades geoeconômicas, sociais, promover a implementação e manutenção de políticas públicas, nas quais o Município de Rio Largo seja titular ou decorrente de interveniência por delegação compulsória ou voluntária dos Estados e da União, e serão regidas pelos seguintes requisitos gerais:

- a) previsão legal;
- b) prazo predeterminado;
- c) necessidade temporária;
- d) interesse público excepcional;
- e) indispensabilidade da contratação.

**Art. 2º** Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - o atendimento de situações de emergência e de calamidade pública, de forma a conjurar ou limitar os efeitos de fatores anormais ou adversos, tais como, entre outros, os de natureza climática, atmosférica, geológica, sanitária e psicossocial, conforme decreto municipal específico;

II – assistência a emergências em saúde pública, inclusive admissão de pessoal para suprir demandas nas áreas de urgência e emergência que comprometam a manutenção dos serviços;

III – combate a emergências ambientais, na hipótese de declaração da existência de emergência ambiental em região específica;

IV – admissão de pessoal de apoio e professor substituto e visitante, estes, nacionais ou estrangeiros, inclusive para suprir demandas decorrentes de carência de pessoal;

V – admissão de pesquisador, nacional ou estrangeiro, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa;

VI – atividades:

a) de identificação e demarcação territorial;

b) de elaboração e desenvolvimento de projetos básico e executivo necessários à contratação e execução de obras públicas, quando não houver servidores ou empregados públicos efetivos vinculados aos órgãos da Administração Pública suficientes e/ou capacitados para atender a esses fins;

c) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

d) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, inclusive de fomento, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública contratante;

e) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com outros órgãos e entidades da Administração Pública, de qualquer nível de governo, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública contratante;

f) técnicas especializadas necessárias à implantação e gestão inicial do planejamento estratégico do município, seus projetos estruturantes e projetos setoriais prioritários, ou aqueles estabelecidos na Lei do Plano Plurianual vigente;

g) para suprir demanda de pessoal para implementação e manutenção de políticas públicas, nas quais o Município de Rio Largo seja titular ou decorrente de interveniência por delegação compulsória ou voluntária dos Estados e da União;

h) frentes de trabalho, visando a realização de obras públicas construídas diretamente pela administração municipal, com força de trabalho da população carente residente em Rio Largo;

VII - admissão de pessoal para suprir carência e/ou vacância enquanto aberto procedimento administrativo para realização de concurso público;

VIII – admissão de pessoal pelo tempo estritamente necessário ao atendimento da demanda gerada pelo afastamento do servidor efetivo do serviço público ou ainda para suprir a insuficiência de profissionais em situações excepcionais e/ou imprevisíveis, devidamente justificadas;

§ 1º A contratação de que trata o inciso IV, do *caput*, deste artigo poderá ocorrer para suprir a falta de servidor efetivo em razão de:

I – vacância do cargo;

II – afastamento ou licença, na forma do regulamento;

§ 2º As contratações a que se referem o *caput*, deste artigo serão feitas exclusivamente para os respectivos fins mencionados, vedado o

aproveitamento dos contratados em qualquer outra área e/ou finalidade da Administração Pública.

§ 3º Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a declaração de emergência e/ou calamidade, conforme o caso, de que trata este artigo.

**Art. 3º** O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios e Portal da Transparência do município de Rio Largo.

**Parágrafo único.** A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública e de emergência, prescindirá de processo seletivo.

**Art. 4º** As contratações serão feitas por tempo determinado, observados o prazo máximo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogadas por até 12 (doze) meses, justificadamente, nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** É admitida a excepcional prorrogação dos contratos no caso do inciso VI, alíneas “d”, “e”, “f” e “g”, do art. 2º desta Lei, desde que o prazo total não exceda 36 (trinta e seis) meses.

**Art. 5º** As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo e do Secretário Municipal sob cuja supervisão se encontrar o órgão ou entidade contratante.

§1º Os processos administrativos de contratação por excepcional interesse público, nos termos desta Lei, serão iniciados por solicitação da autoridade competente, devidamente justificada, direcionada ao Chefe do Poder Executivo, a quem competirá deliberar sobre a contratação.

§2º Devidamente instruídas com a justificativa legal e a dotação orçamentária prévia, o Chefe do Executivo poderá encaminhar à procuradoria e à controladoria, para parecer.

§3º As secretarias municipais encaminharão à Secretaria Municipal de Administração, para controle do disposto nesta Lei, síntese dos contratos efetivados.

**Art. 6º** É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta do Município.

§ 1º Excetua-se do disposto no *caput*, deste artigo, condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários, a contratação de:

I – professor substituto nas instituições municipais de ensino, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo integrante das carreiras de magistério do quadro de servidores do Município de Rio Largo; e

II – profissionais de saúde de estabelecimento médico/hospitalar municipal, para atender às necessidades decorrentes de emergência e calamidade pública.

**Art. 7º** A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho.

§1º Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

§2º A contratação de pessoal para jornada semanal inferior à fixada em lei para o cargo efetivo do servidor substituído dar-se-á com a devida redução proporcional de remuneração.

§3º Não se aplicam aos casos do *caput*, desde que devidamente comprovada:

Quando a contratação restar impossibilitada de ser realizada nos valores pagos a título de remuneração aos agentes públicos em funções semelhantes;

Em caso de calamidade pública ou emergência;

**Art. 8º** O pessoal contratado nos termos desta Lei, conforme dispõe o § 13, do artigo 40, da Constituição Federal, fica vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, de que trata o art. 201, da Constituição Federal, e a Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**Art. 9º** Ao pessoal contratado nos termos desta Lei não se aplica direta ou subsidiariamente as disposições da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

**Art. 10** O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III – ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses dos incisos I e III, do art. 2º, desta Lei, mediante prévia autorização, conforme determina o art. 5º, desta Lei.

**Parágrafo único.** A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato nos casos dos incisos I e II, do *caput*, deste artigo, ou na declaração da sua insubsistência, no caso do inciso III, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

**Art. 11** As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias e assegurada ampla defesa.

**Art. 12** O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado;

III – pelo contratante, em virtude da conveniência administrativa devidamente justificada.

**Parágrafo único.** A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e III deste artigo, será comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Art. 13** O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

**Art. 14** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15** Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 1.392/2005 e 1.834/2019.

**GILBERTO GONÇALVES DA SILVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Albert Ludovico de Almeida Lima  
**Código Identificador:**3B61D7F4

**GABINETE PREFEITO**  
**PORTARIA Nº 151/2022, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022**

**PORTARIA Nº 151/2022, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022.**

Nomeia os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS), do FUNDEB, do Município de Santa Luzia do Norte - Alagoas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO NORTE, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em especial seu artigo 63, inciso VI, e,

Considerando o disposto na Lei nº 527, de 24 de novembro de 2010, que dá nova redação a Lei nº 453, de 23 de março de 2007,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Ficam nomeados, em conformidade com o disposto no Art. 2º da Lei Municipal nº 527, de 24 de Novembro de 2010, os seguintes membros, representantes de entidades municipais, para comporem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, para o quadriênio 2023/2026.

**I – Representantes do Poder Executivo:**

Titular: José Carlos dos Santos

Suplente: Edson da Silva Lima

**II – Representantes dos Professores da Educação Básica:**

Titular: Sângela Marcolino de Melo Silva

Suplente: Patrícia Patriota Lourenço

**III – Representantes dos Diretores de Unidades de Ensino:**

Titular: Maria Zilma Gomes da Silva

Suplente: Sebastiana Alves Cordeiro

**IV – Representantes do Conselho Tutelar:**

Titular: Eronildo Paz da Silva Filho

Suplente: Vanessa Mateus Lima

**V - Representantes do Conselho Municipal de Educação:**

Titular: Pedro Cesar da Silva

Suplente: Hilda Lima dos Santos Batista

**VI – Representantes de Apoio Administrativo:**

Titular: José Cicero Lourenço da Silva

Suplente: Sivaldo Araújo dos Santos

**VII – Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica:**

Titular: Rosely Clemente de Messias

Suplente: José Ricardo Vasconcellos Laranjeiras

**VIII - Representantes dos Alunos da Educação Básica:**

Titular: Lis Maria dos Santos

Suplente: Maria Gedalva da Silva

**IX – Representantes da Sociedade Civil Organizada:**

Titular: Jorge Paulo Alves de Lima

Suplente: Daniele Mascarenhas da Silva

**X – Representantes de Escola Quilombola:**

Titular: Maria Quitéria Severino da Silva Pedrosa

Suplente: Cristina Ferreira da Silva

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho será de 04(quatro) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Luzia do Norte, 23 de Dezembro de 2022.

**MARCIO AUGUSTO ARAUJO LIMA**

Prefeito

**Publicado por:**

Givanilda Maria Nascimento Araujo

**Código Identificador:**5B38A4B4

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS,  
LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO**  
**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL**

**3º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº PE11/2022-2 – Processo nº 10.13.0014/2022 – Procedimento de Contratação: Pregão Eletrônico nº 11/2022- SRP (Processo nº 02.14.0016/2022) – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93 (Art. 65, II, b) – Contratada: Y M S DA SILVA EIRELI – CNPJ nº 22.909.366/0001-10 – Objeto contratual: aquisição de gêneros alimentícios destinados ao Complexo Nutricional – Cláusulas Aditivas: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO; CLÁUSULA SEGUNDA – DA INALTERABILIDADE.**

**Publicado por:**

Isadora Almeida Melo

**Código Identificador:**FB6DE645

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº**  
**036/2022**

Considerando a análise e julgamento da proposta, documentos de habilitação, a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Santana do Mundaú/AL, no uso de suas atribuições legais e com base nas informações constantes do Processo Administrativo de nº 2022.1122.0003.01, do Pregão Eletrônico nº 036/2022.

**RESOLVE:**

Adjudicar o objeto ora licitado, ou seja, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos e correlatos a serem realizados pela Prefeitura e Secretarias Municipais de Santana do Mundaú/AL, conforme Termo de Referência (ANEXO I), do referido edital, à empresa BASTOS & LEITE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.296.408/0001-79, cujo preço final ficou definido em R\$ 5.253.019,73 (cinco milhões e duzentos e cinquenta e três mil e dezenove reais e setenta e três centavos).

Santana do Mundaú, 22 de dezembro de 2022.

**ISABELLE NUNES DE LIMA**

Pregoeira

**Publicado por:**

Isabelle Nunes de Lima

**Código Identificador:**4B7B8E8E

**GABINETE DO PREFEITO**  
**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO**  
**CONTRATO Nº 005/2021**

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois (22/12/2022), nesta cidade de Santana do Mundaú/AL, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ, inscrita no CNPJ sob o nº 12.332.979/0001-84, com sede a Rua Silvestre Péricles, s/n, Centro, CEP 57.840-000, Cidade: Santana do Mundaú, neste ato representado pelo seu Prefeito o Senhor ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES, inscrito no CPF sob o nº



082.024.534-88 e portador do RG nº 3131253-5 SEDS/AL. Vem rescindir o Contrato nº 005/2021, datado de 12 de maio de 2021, que foi firmado pessoa jurídica: MARCOS INÁCIO ADVOCACIA, com sede na Rua Francisca Moura, nº 548, Bairro Centro, CEP 58013-441, João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ nº 08.983.619/0001-75, Com o endereço eletrônico: intimacoesvirtuais@marcosinacio.adv.br, neste ato representada por sua procuradora, Sra. RAPHAELA NEVES DE CAVALCANTI DOMINGUES, portadora da cédula de identidade nº 2668477, SSP/PB, inscrita no CPF nº 046.208.214-89, inscrita na OAB/DF sob o nº 44.479, tendo por objeto a contratação de um escritório de advocacia com serviços técnicos profissionais especializados, para elaboração, manejo e acompanhamento judicial de demanda, em face da UNIÃO, com o fito de recuperação das diferenças que não foram repassadas ao Município, nos últimos 05 (cinco) anos, referentes ao FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM), com efetiva atuação em qualquer juízo, instância ou foro da Justiça Federal, além dos tribunais superiores sediados em Brasília/DF, defendendo o interesse da Prefeitura de Santana do Mundaú. Operando-se tal rescisão pelos fundamentados nas considerações e gerando os efeitos. Vejamos a seguir:

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal: A rescisão contratual em questão encontra amparo no parecer Jurídico do dia 22/12/2022, Rescindir Unilateral o Contrato Administrativo nº 005/2021 com vigência de 60 (sessenta) meses, que tem como objeto: contratação de um escritório de advocacia com serviços técnicos profissionais especializados, para elaboração, manejo e acompanhamento judicial de demanda, em face da UNIÃO, com o fito de recuperação das diferenças que não foram repassadas ao Município, nos últimos 05 (cinco) anos, referentes ao FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM), com efetiva atuação em qualquer juízo, instância ou foro da Justiça Federal, além dos tribunais superiores sediados em Brasília/DF, defendendo o interesse da CONTRATANTE. Desta feita, dispõe o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, acerca das rescisões contratuais, senão vejamos: “Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser: I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 2.1. A rescisão contratual foi feita por ato UNILATERAL da Administração segundo retro mencionado, ora operada funda-se na autorização constante do art. 77, combinado com os incisos I e IV do art. 78, sendo operada unilateralmente pela Administração, conforme previsto no inciso I do art. 79, todos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESCISÃO JUSTIFICATIVA 3.1 – O motivo da rescisão contratual deve-se ao fato, o não cumprimento das cláusulas contratuais. Este ato deve obedecer ainda para rescisão os termos do artigo 79 e seguintes da Lei nº. 8.666/93, foi dada ampla defesa, entretanto sem êxito.

Santana do Mundaú/AL, em 22 de dezembro de 2022.

**ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES**  
Prefeito

PUBLIQUE-SE

**Publicado por:**  
Isabelle Nunes de Lima  
**Código Identificador:**1D3E6A7A

#### **GABINETE DO PREFEITO** **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Consoante as informações procedentes da Assessoria Jurídica do Município, **RATIFICO** os entendimentos firmados no processo administrativo inexigibilidade de licitação nº 2022.0705.0004.01 ao tempo em que **AUTORIZO** a celebração do contrato com a empresa MARLI DE OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL - DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o n. 43.695.829.0001/69, onde tem escritório profissional na Avenida Carlos Gomes, n. 222, 8º andar, Bela Vista, CEP: 90.480-000, Fone: (51) 99482-2530, Porto Alegre/RS, com o endereço eletrônico: marlideoliveira.adv@gmail.com, visando a contratação de serviços

advocatórios necessários ao ajuizamento de demanda judicial em benefício do município de Santana do Mundaú/AL, tendo por objetivo a recuperação de valores devidos a título de FPM (Fundo de Participação dos Municípios), pelo valor a título de honorários a importância mensal de 20% (vinte por cento) do montante recuperado sobre o benefício proporcionado à CONTRATANTE, sob os fundamentos do artigo 25, inciso II e 13, inciso V da Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como da Resolução TCE/AL nº 02/2011.

Santana do Mundaú, 22 de dezembro de 2022.

**ARTHUR DA PURIFICAÇÃO FREITAS LOPES**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Isabelle Nunes de Lima  
**Código Identificador:**78EF4232

#### **ESTADO DE ALAGOAS** **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

#### **HOMOLOGAÇÃO**

A PREFEITA MUNICIPAL DE São JOSÉ DA LAJE/AL., no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93 e com base nas previsões do inciso XXII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, resolve HOMOLOGAR o Certame Licitatório modalidade Pregão Eletrônico sob o Nº **00053/2022**, considerando, com base nas informações aduzidas nos autos, sua plena regularidade.

São José da Laje/AL, 22 de dezembro de 2022.

**ANGELA VANESSA ROCHA PEREIRA BEZERRA**  
Prefeita

#### **HOMOLOGAÇÃO**

A PREFEITA MUNICIPAL DE São JOSÉ DA LAJE/AL., no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93 e com base nas previsões do inciso XXII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, resolve HOMOLOGAR o Certame Licitatório modalidade Pregão Eletrônico sob o Nº **00054/2022**, considerando, com base nas informações aduzidas nos autos, sua plena regularidade.

São José da Laje/AL, 22 de dezembro de 2022.

**ANGELA VANESSA ROCHA PEREIRA BEZERRA**  
Prefeita

#### **HOMOLOGAÇÃO**

A PREFEITA MUNICIPAL DE São JOSÉ DA LAJE/AL., no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93 e com base nas previsões do inciso XXII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, resolve HOMOLOGAR o Certame Licitatório modalidade Pregão Eletrônico sob o Nº **00055/2022**, considerando, com base nas informações aduzidas nos autos, sua plena regularidade.

São José da Laje/AL, 22 de dezembro de 2022.

**ANGELA VANESSA ROCHA PEREIRA BEZERRA**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Joelma Bezerra  
**Código Identificador:**92921D25

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2022 -  
PE 53/2022 - PROCESSO Nº **1001110300042022**

A Prefeitura Municipal de São José da Laje/AL, CNPJ nº. 12.330.916/0001-99, resolve formalizar DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2022 - PE 53/2022 - PROCESSO Nº **1001110300042022** em favor da empresa **SANTANA GRAFICA, EDITORA E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ 04.532.557/0001-24**, no valor total de R\$ 1.596.050,00 (hum milhão quinhentos e noventa e seis mil e cinquenta reais). Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO**. Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de registro de preço.

São José da Laje/AL, 23 de dezembro de 2022.

**ANGELA VANESSA ROCHA PEREIRA BEZERRA**  
Prefeita

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2022 -  
PE 53/2022 - PROCESSO Nº **1001110300042022**

A Prefeitura Municipal de São José da Laje/AL, CNPJ nº. 12.330.916/0001-99, resolve formalizar DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2022 - PE 53/2022 - PROCESSO Nº **1001110300042022** em favor da empresa **D.L. BATISTA – CNPJ 25.901.388/0001-22**, no valor total de R\$ 129.999,00 (cento e vinte e nove mil novecentos e noventa e nove reais). Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO**. Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de registro de preço.

São José da Laje/AL, 23 de dezembro de 2022.

**ANGELA VANESSA ROCHA PEREIRA BEZERRA**  
Prefeita

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2022 -  
PE 54/2022 - PROCESSO Nº **1001110300032022**

A Prefeitura Municipal de São José da Laje/AL, CNPJ nº. 12.330.916/0001-99, resolve formalizar DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2022 - PE 54/2022 - PROCESSO Nº **1001110300032022** em favor da empresa **WILMA DE LIMA SILVA SOUSA 02803809419 – CNPJ 13.766.816/0001-72**, no valor total de R\$ 627.250,00 (seiscentos e vinte e sete mil duzentos e cinquenta reais). Objeto: **CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DE ADESIVOS EM GERAL E CONFECÇÃO DE CAMISAS PERSONALIZADAS**. Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de registro de preço.

São José da Laje/AL, 23 de dezembro de 2022.

**ANGELA VANESSA ROCHA PEREIRA BEZERRA**  
Prefeita

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2022 -  
PE 54/2022 - PROCESSO Nº **1001110300032022**

A Prefeitura Municipal de São José da Laje/AL, CNPJ nº. 12.330.916/0001-99, resolve formalizar DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2022 - PE 54/2022 - PROCESSO Nº **1001110300032022** em favor da empresa **D.L. BATISTA – CNPJ 25.901.388/0001-22**, no valor total de R\$ 52.075,00 (cinquenta e dois mil e setenta e cinco reais). Objeto: **CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DE ADESIVOS EM GERAL E CONFECÇÃO DE CAMISAS**

**PERSONALIZADAS**. Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de registro de preço.

São José da Laje/AL, 23 de dezembro de 2022.

**ANGELA VANESSA ROCHA PEREIRA BEZERRA**  
Prefeita

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2022 -  
PE 54/2022 - PROCESSO Nº **1001110300032022**

A Prefeitura Municipal de São José da Laje/AL, CNPJ nº. 12.330.916/0001-99, resolve formalizar DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2022 - PE 54/2022 - PROCESSO Nº **1001110300032022** em favor da empresa **CARLOS GOMES ANDRE 01039259456 – CNPJ 18.074.072/0001-49**, no valor total de R\$ 29.925,00 (vinte e nove mil novecentos e vinte e cinco reais). Objeto: **CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DE ADESIVOS EM GERAL E CONFECÇÃO DE CAMISAS PERSONALIZADAS**. Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de registro de preço.

São José da Laje/AL, 23 de dezembro de 2022.

**ANGELA VANESSA ROCHA PEREIRA BEZERRA**  
Prefeita

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAJE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2022 -  
PE 55/2022 - PROCESSO Nº **1001112900032022**

A Prefeitura Municipal de São José da Laje/AL, CNPJ nº. 12.330.916/0001-99, resolve formalizar DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2022 - PE 55/2022 - PROCESSO Nº **1001112900032022** em favor da empresa **SOBRAL LOPES EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ 37.366.800/0001-30**, no valor total de R\$ 643.750,00 (seiscentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais). Objeto: **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL TUBOS, CONCRETOS, PAVIMENTAÇÃO**. Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de registro de preço.

São José da Laje/AL, 23 de dezembro de 2022.

**ANGELA VANESSA ROCHA PEREIRA BEZERRA**  
Prefeita

**Publicado por:**  
Joelma Bezerra

**Código Identificador:**447721BE

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA TAPERA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**  
**LEI N.791/2022. EM, 21 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**Lei N.791/2022.**  
**Em, 21 de dezembro de 2022.**

EMENTA: Orça a RECEITA e Fixa a DESPESA do Município de SÃO JOSÉ DA TAPERA – AL, para o exercício de 2023 e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA, Estado de Alagoas, Submete á apreciação do poder Legislativo o projeto de Lei em pauta a qual trata da Lei Orçamentária Anual Para 2023.**

**Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Orçamento geral do Município SÃO JOSÉ DA TAPERA – AL, para o exercício financeiro de 2023 no valor de R\$ 269.940.448,00 (Duzentos e Sessenta e Nove Milhões, Novecentos e Quarenta Mil**

e Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais), assim distribuídos por esfera de governo:

- Esfera Fiscal - R\$ 183.139.392,00 (Cento e oitenta e Três Milhões, Cento e Trinta e Nove Mil, e Trezentos e Noventa e Dois Reais).

- Esfera de Seguridade Social - R\$ 86.801.056,00 (Oitenta e Seis Milhões, Oitocentos e Um Mil, e Cinquenta e Seis Reais).

Art. 2º - A RECEITA será realizada mediante a arrecadação na forma da legislação em vigor, especificada em anexos e de acordo com o seguinte desdobramento:

#### I – RECEITAS CORRENTES.....R\$ 176.196.357,41

Receita Tributária.....R\$ 4.019.152,00  
Receita de Contribuição.....R\$ 7.950.880,00  
Receita Patrimonial.....R\$ 3.903.842,98  
Receita de Serviços.....R\$ 332.634,00  
Transferências Correntes.....R\$ 155.472.420,43  
Outras Receitas Correntes.....R\$ 4.517.428,00  
Receitas Correntes Intra Orç.....R\$ 14.252.000,00  
Contribuições.....R\$ 9.670.800,00  
Outras Receitas Correntes.....R\$ 4.581.200,00  
SOMA.....R\$ 190.448.357,41

#### II - RECEITAS DE CAPITAL.....R\$ 33.492.090,59

Operação de Créditos.....R\$ 200.000,00  
Alienação de Bens.....R\$ 226.613,00  
Transferência de Capital.....R\$ 14.512.698,83  
Outras Receitas de Capital.....R\$ 18.552.779,43  
Recursos do Exercício Anterior..R\$ 46.000.000,00  
SOMA:.....R\$ 79.492.090,59

T O T A L.....R\$ 269.940.448,00

Art. 3º - Á DESPESA será realizada através das Unidades Orçamentárias, Consolidada por Órgãos em Geral, na forma da Legislação em vigor, e de acordo com o seguinte desdobramento:

#### I - DESPESAS CORRENTES.....R\$ 175.198.635,00

Pessoal e Encargos Sociais.....R\$ 110.238.532,00  
Juros e Encargos da dívida.....R\$ 406.609,00  
Outras Despesas Correntes.....R\$ 64.553.494,00

#### II - DESPESAS DE CAPITAL.....R\$ 86.966.063,00

Investimentos.....R\$ 83.690.355,00  
Inversões Financeiras.....R\$ 16.736,00  
Amortização da Dívida.....R\$ 3.258.972,00  
Reserva de Contingência.....R\$ 7.775.750,00  
SOMA:.....R\$ 94.741.813,00

T O T A L .....R\$ 269.940.448,00

#### III- DEPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL.....R\$ 2.885.994,00  
GABINETE DO PREFEITO.....R\$ 1.317.240,00  
DEPARTAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL.....R\$ 1.200.780,00  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO.....R\$ 235.450,00  
SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO.....R\$ 6.290.319,00  
SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....R\$ 10.791.209,00  
FUNDEB – FUNDO DE DESENV. DA EDUC BASICA.....R\$ 68.936.848,00  
MANUT. EXEC. DOS PROG. VINC. AO FNDE/MEC.....R\$ 5.439.758,00  
AÇÕES DA EDUCAÇÃO COM RECURSOS DO ESTADO.....R\$ 1.810.842,00

SEC. MUN. DE CULTURA, TURIS., ESP. E LAZER....R\$ 5.439.758,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.....R\$ 9.800.254,00  
FUNDO. MUN. DE SAÚDE.....R\$ 40.134.937,00  
AÇÕES DA SAÚDE COM RECURSOS DO ESTADO.....R\$ 1.165.000,00  
SEC. MUN. DE ASSIST. SOCIAL.....R\$ 20.322.316,00  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL.....R\$ 5.474.456,00  
FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL ..R\$ 757.632,00  
SEC. MUN. DE AGRICULT. ABAST. E MEIO AMBIENTE.R\$ 12.786.364,00  
FUNDO MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.....R\$ 1.413.648,00  
SEC. MUN DE TRANSPORTE E TRANSITO.....R\$ 7.360.340,00  
SEC. MUN. DE OBRAS SANEAMENTO E URBANISMO.....R\$ 35.409.819,00  
SEC. MUN. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO.....R\$ 5.392.870,00  
ENCARGOS ESPECIAIS DE NATUREZA INTERNA.....R\$ 3.316.516,00  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO.....R\$ 120.340,00  
IAPREV – RPPS.....R\$ 23.802.000,00

T O T A L .....R\$ 269.940.448,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Autorizado a efetuar operações de créditos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da receita fixada.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito suplementar até o limite de 30% (Trinta Vinte Por Cento) sobre o valor fixado no orçamento Programado para o exercício financeiro de 2023, conforme artigo 42 da Lei Federal Nº 4.320/64.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a adequar os anexos do PPA e da LDO, para que fiquem de conformidade as alterações introduzidas pelas portarias; Portaria Conjunta STN/SOF/ME Nº 16/2021, e Portaria STN nº710/2021, para que as ações, metas e fonte de recursos da LOA sejam consolidadas da mesma forma, harmonia e natureza nos anexos do PPA/2022-2025 E LDO 2023, respectivamente.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo na obrigatoriedade de cumprir o dispositivo da EMENDA Nº 004/2020, que acrescentou o art. 104-A na Lei Orgânica do Município de São José da Tapera, que institui o Orçamento Impositivo e dispõe sobre a execução orçamentária e financeira da programação por Emendas individuais do Legislativo Municipal.

§ 1º As Emendas individuais do Poder Legislativo, que institui o Orçamento Impositivo, corresponde ao limite máximo 1.2% (um inteiro e dois décimos por cento), sobre a Receita Corrente Líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para execução equitativa da programação definidos na Lei prevista no §9 do artigo 165 da Constituição Federal.

§ 2º - A Receita Corrente Líquida do exercício de 2022, só será definida o seu valor oficialmente após o fechamento contábil financeiro do exercício de 2022.

I Mediante o resultado do valor da RCL Receita Corrente Líquida, apurada no exercício será definido o valor oficial a título de Emendas Individuais para o Poder Legislativo, ficando cada Vereador responsável à apresentar a listagem de suas Emendas Individuais, tendo como base as metas e prioridades, que estejam contempladas na LOA - Lei Orçamentária Anual em vigor no exercício de 2023, os recursos para garantia do pacto estão estimados na Lei Orçamentária Anual, Fonte Recursos 1.500.0000 Recursos não Vinculados a Impostos.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor a partir do dia, 01 de janeiro de 2023, revogando as disposições em contrário.



São José da Tapera/AL, 21 de dezembro de 2022.

**JARBAS PEREIRA RICARDO**

- Prefeito -

A presente Lei foi registrada, publicada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura aos, 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro de 2022.

**DIEGO SILVA DE AZEVEDO**

Secretário Municipal de Administração

Em, 21 de dezembro de 2022.

**Publicado por:**

Jacson Roberto dos Santos

**Código Identificador:**88E68322

**SECRETARIA DE ADMINISTRACAO  
LEI Nº 792/2022, DE 21 DE DEZEMBRO 2022**

**LEI Nº 792/2022, de 21 de dezembro 2022**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE UNIFORMES ESCOLARES NAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA-AL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de São José da Tapera/AL, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o fornecimento gratuito de uniformes escolares aos alunos da educação básica, regularmente, matriculados da rede municipal de ensino.

**Art. 2º** - A padronização dos uniformes escolares, na rede municipal de ensino, deverá considerar:

I - a necessidade da imediata identificação dos alunos Integrantes do ensino;

II - a possibilidade de reaproveitamento dos uniformes em anos consecutivos;

III - a consequente redução de custos;

IV - o estímulo a um ambiente escolar estável e harmonioso; e

V - a segurança dos alunos dentro e fora do ambiente escolar.

**Art. 3º**- A distribuição do uniforme será realizada 2 (duas) vezes a cada ano letivo, sendo a primeira no início das aulas e a segunda no início do segundo semestre.

**Art. 4º** - As escolas municipais deverão adotar o uniforme padronizado exigindo seu uso diário e observando as seguintes características: cores, modelo, tamanhos adequados às faixas etárias e tipos físicos, adaptações às condições climáticas e durabilidade.

**Art. 5º**- Fica, expressamente, proibido o uso de propaganda ou publicidade, de forma direta ou indireta, bem como logomarcas ou símbolos que identifiquem ou vinculem os material e uniformes escolares à gestão municipal, bem como cores que representem partidos políticos.

**Art. 6º** - Deverá ser utilizado o brasão oficial do município de São José da Tapera e a inscrição "PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA TAPERA".

**Art. 7º** - O padrão de cores dos uniformes escolares municipais deverá respeitar às cores da Bandeira do Município.

**Art. 8º** - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua publicação.

**Art. 9º** - As despesas procedentes da aplicação desta Lei serão custeadas pelo orçamento destinado à Secretaria Municipal de Educação-SEMED.

**Art. 10** - Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

São José da Tapera /AL, 21 de dezembro de 2022.

**JARBAS PEREIRA RICARDO**

Prefeito

A presente Lei foi publicada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura aos 21(vinte e um) dias do mês de dezembro de 2022.

**DIEGO SILVA DE AZEVEDO**

Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**

Jacson Roberto dos Santos

**Código Identificador:**5C01BD97

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DO CONTRATO**

Processo nº: 004.019.201022

Contrato nº 68/2022

Licitação: Pregão Eletrônico nº 10.032/2022

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA/AL, CNPJ nº: 12.261.228/0001-14

Fornecedor Beneficiário: ROSSET IMPLEMENTOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 28.595.598/0001-28

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de um caminhão compactador, destinado a atender as necessidades do Município de São José da Tapera/AL.

Vigência: 31 de dezembro do corrente ano.

Data de Assinatura: 15 de dezembro de 2022.

Signatários: Jarbas Pereira Ricardo pelo Órgão Gerenciador e Giseli da Silva Rosset, pelo Fornecedor Beneficiário.

\*Republicado por incorreção

**Publicado por:**

Marcelo Rene Rodrigues da Silva

**Código Identificador:**17CB5136

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS  
MILAGRES**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Ref. Pregão Eletrônico nº 25/2022**

**Registro de Preços**

O prefeito do Município de São Miguel dos Milagres, no uso de suas atribuições e prerrogativas, considerando legais os procedimentos adotados, e, ainda, para que se produzam os devidos e legais efeitos,

**RESOLVE:**

**HOMOLOGAR** o resultado da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 25/2022 (BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS) cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para aquisição de fogos de artificios**, para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Poder Executivo de São Miguel dos Milagres/AL, em favor da empresa: **START GROUP EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.545.644/0001-75, que na ocasião atendeu aos termos do instrumento convocatório da licitação, para a execução do objeto licitado, ficando a mesma convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 64 caput, da lei nº 8.666/93, sob as penas da lei.

São Miguel dos Milagres/AL, 23 de dezembro de 2022

**JADSON LESSA DOS SANTOS**

Prefeito

**Publicado por:**

Maryedja Priscilla Santos Lima

**Código Identificador:**E627FE78

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
**Ref. Pregão Eletrônico nº 24-2022**  
**Registro de Preços**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS MILAGRES – ALAGOAS**, no uso de suas atribuições e prerrogativas, considerando legais os procedimentos adotados, e, ainda, para que se produzam os devidos e legais efeitos,

**RESOLVE:**

**HOMOLOGAR** o resultado da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 24/2022 (BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS) cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Construção, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais deste Poder Executivo, em favor das empresas **DISTRIBUIDORA ANGEIRAS & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.822.943/0001-04, **CIPEL CONSTRUÇÕES E INDÚSTRIA DE PRE-MOLDADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.316.653/0001-87 e **A V GUIMARAES E FCA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.200.788/0001-54, **FCA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.745.664/0001-12 **FAROL MADEIRAS E REPRESENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.871.146/0001-88, **GOIAS LED MATERIAIS ELÉTRICOS E CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.927.653/0001-77, **FORTE DISTRIBUIDORA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 47.231.359/0001-33, que na ocasião atenderam aos termos do instrumento convocatório da licitação, para a execução do objeto licitado, ficando as mesmas convocadas para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 64 caput, da lei nº 8.666/93, sob as penas da lei.

São Miguel dos Milagres/AL, 23 de dezembro de 2022

**JADSON LESSA DOS SANTOS**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Maryedja Priscilla Santos Lima  
**Código Identificador:7767D975**

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico Nº 040/2022 Tipo MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA INTEGRADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DATA, HORA E LOCAL: Dia 09 de Janeiro de 2023, às 09h00, (Horário de Brasília, (Horário de Brasília) <https://www.comprasnet.gov.br/>

São Sebastião - AL, 23 de Dezembro de 2022.

**LÁSARO FELIX RIBEIRO**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
João Carlos Moreira dos Santos  
**Código Identificador:05FBC909**

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARANA**

**GABINETE DO PREFEITO  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2022**

Pregão Eletrônico nº 21/2022 – SRP.

Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor Registrado:  
PLG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI;  
CNPJ sob nº 34.444.108/0001-95;  
Valor registrado: R\$ 129.670,50;  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES;  
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses;  
FIRMADO EM: 29/11/2022;  
SIGNATÁRIOS: GERALDO CÍCERO DA SILVA E PRISCILLA LEAL GONÇALVES

**Publicado por:**  
Janete de Oliveira Gomes Barbosa  
**Código Identificador:1D1CC520**

**GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO MUNICIPAL 63/2022, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NAS FONTES DE RECURSOS, NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2023.”

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAQUARANA/AL**, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Constituição Federal,

**CONSIDERANDO** o Inciso III do artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023;

**Considerando** o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021.

**CONSIDERANDO** a Portaria Nº 710, de 25 de Fevereiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional;

**Decreta:**

**Art.1º** - As **FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS E SEUS RESPECTIVOS ELEMENTOS DE DESPESAS**, dispostos na **Lei Orçamentária Anual de 2023**, passaram a vigorar com a destinação de recursos para Municípios, estabelecidos pela Portaria Nº 710, de 25 de Fevereiro de 2021 da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art.2º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art.3º** - Este decreto entra em vigor na sua data de publicação.

Taquarana/AL, 22 de Dezembro de 2022.

**GERALDO CÍCERO DA SILVA**  
Prefeito de Taquarana/AL

**Publicado por:**  
Janete de Oliveira Gomes Barbosa  
**Código Identificador:4DD2D6CA**

**GABINETE DO PREFEITO  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 60 - DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Dispensa de Licitação: 23/2022 - Art. 24, inciso V da Lei 8,666/93.**

Contratante: MUNICÍPIO DE TAQUARANA/AL

Contratada: ALAGOAS MOTOS COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA. CNPJ: 21.821.278/0001-08

Valor Contratado: R\$ 66.300,00 (sessenta e seis mil e trezentos reais)

Data de Celebração: 22/12/2022;

Vigência do Contrato: até 31 de dezembro de 2022;

Signatários: GERALDO CÍCERO DA SILVA E BRUNO BETTERO RIBEIRO

**Publicado por:**  
Paulo Gabriel de Souza Santos  
**Código Identificador:8CDE4283**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 46/2022**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE TAQUARANA, através do Setor de Licitações avisa que realizará licitações conforme resumo:

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2022 (BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS)**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GARRAFÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TAQUARANA-AL.**

Tipo: **Menor preço.**

Data e hora da sessão de disputa: **06/01/2023, às 09:30h** (horário de Brasília).

LOCAL: Sistema eletrônico do **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

Os interessados poderão retirar o Edital através do site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) e se credenciarem junto ao **BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, no endereço <http://bnc.org.br/sistema>. Informações pelo e-mail: [cpltaquarana@gmail.com](mailto:cpltaquarana@gmail.com).

Taquarana/AL, 23 de dezembro de 2022.

**GERALDO CÍCERO DA SILVA**

Prefeito

**Publicado por:**

Givaldo Inacio dos Santos

**Código Identificador:**9D050791

**ESTADO DE ALAGOAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOTONIO VILELA**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2022**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 097/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA - AL E O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE.

O MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, C.N.P.J./M.F. sob o nº 12.842.829/0001-10, com sede na Pedro Cavalcante, nº 162 – 1º Andar -, Centro, cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, neste ato representado pelo chefe do Executivo senhor Pedro Henrique de Jesus Pereira, casado, brasileiro, alagoano, empresário, inscrito no CPF sob o nº 955.584.894-72, portador da Carteira de Identidade nº 1421580 – SSP/AL, doravante denominado, **CONTRATANTE**, por intermediação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**, Sra. Gizelda Barbosa de Souza Lins, brasileira, viúva, RG:1242450 SSP/AL e inscrita no CPF sob o nº 804.159.114-00, doravante denominado **ÓRGÃO INTERVENIENTE**, e do outro lado **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE**, federal instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, pessoa jurídica de direito privado, entidade civil sem fins lucrativos, regida pela lei federal nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, com sede na Rod. Prestes Maia, nº 2020, Município de Teotônio Vilela/AL, CEP: 57.265-000, inscrita no CNPJ sob o nº 73.471.963/0178-99, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Glauber Alexandre Ferreira dos Santos, brasileiro, casado, união estável, RG 1216491 SSP/SE e inscrito no CPF sob o nº: 015.189.965-7, tendo em vista o contido as disposições estabelecidas na Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem firmar a presente Primeiro Termo aditivo ao **contrato de nº 097/2022**, da Dispensa de Licitação **nº 029/2022**, cuja a minuta foi examinada pela Procuradoria Municipal, que emitiu seu parecer, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

**FUNDAMENTO LEGAL:** Considerações do artigo 57, II, §1º, c/c art. 65, I, “b”, §1º, da Lei Federal nº8.666 de 21 de junho de 1993 e das seguintes cláusulas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O presente termo aditivo é a necessidade de aumento de 12,5% dos quantitativos, do objeto do Contrato Nº 097/2022, e valor global contratual, e outras avenças.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:** O Valor do Contrato a ser aditivado perfaz o montante a ser fixado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), equivalente a 12,5% do valor contratual para a execução do presente Contrato nº 097/2022, referente: 5 (cinco) cursos práticos e teóricos para a CNH, tipo A, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) 5(cinco) cursos práticos e teóricos para a CNH, tipo B, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 5(cinco) cursos práticos e teóricos para a CNH, tipo AB, no valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), totalizando R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - Justificam este aditivo os expedientes afins contidos no Processo Administrativo nº 509181, ressaltando-se que os valores despendidos com o presente aditivo ocorrerão por conta da dotação orçamentária, a seguir: Programas:

Órgão: 08000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITO A CIDADANIA Unidade Orçamentária: 08001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITO A CIDADANIA Função: 08 - Assistência Social Subfunção: 244 - Assistência Comunitária Programa: 0005 - Proteção Social e Cidadania Ação: 1014 - Projeto Habilitação Social Elemento: 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R\$ 200.000,00 Fonte de recurso: 001017000 - Recursos Próprios destinados a outros gastos.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO** - Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:** Cabe à CONTRATANTE a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União e Diário Oficial dos Municípios, conforme dispõe a legislação vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DO FORO:** Os contratantes elegem o foro da Comarca deste Município como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, que não forem resolvidas administrativamente, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente **TERMO ADITIVO** ao contrato nº 097/2022, em 02 (duas) vias de igual teor, à vista das testemunhas adiante nomeadas e infra-assinadas.

Teotônio Vilela /AL, 20 de dezembro de 2022.

Município de Teotônio Vilela/al

**PEDRO HENRIQUE DE JESUS PEREIRA -**

Prefeito

Contratante

Secretária de Assistência, Desenvolvimento Social, Trabalho, Direitos Humanos e Cidadania  
**GIZELDA BARBOSA DE SOUZA LINS**  
órgão Interviniente

Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (senat)

**GLAUBER ALEXANDRE FERREIRA DOS SANTOS**

Contratado

**Publicado por:**

Joana Bárbara da Silva

**Código Identificador:**4A7CF5A2

**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 041 – GPTV, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022.**



Estabelece o Plano de Ação para Implantação do SIAFC – Sistema Único Integrado de Execução Orçamentária, Administração financeira e Controle no Município de TEOTÔNIO VILELA, para atender o padrão mínimo de qualidade, nos termos do parágrafo único, do art. 18º, do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020.

**O SENHOR PEDRO HENRIQUE DE JESUS PEREIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições e competências legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais Diplomas: **CONSIDERANDO** o preconizado na Lei Complementar nº 101/2000 no tocante a consolidação das contas públicas e à transparência da gestão fiscal, com adoção de sistema integrado de administração financeira e controle.

**CONSIDERANDO** que o Governo federal, por sua vez, editou o Decreto nº 10.540/2020, no qual estabelece a adoção de Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, com padrões mínimos de qualidade; **CONSIDERANDO** que a adoção do SIAFIC deverá ser observada por toda a Administração Direta e Indireta do poder Executivo e Legislativo Municipal;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica estabelecido para o Município de TEOTÔNIO VILELA/AL o Plano de Ação, constante do Anexo Único, que é parte integrante do presente decreto, com a finalidade de ajustar o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, ao padrão mínimo de qualidade, estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, devendo ser seguido por toda a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e Legislativo do município de Teotônio vilela/AL.

**Art. 2º** - SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluindo a responsabilidade pela contratação, com ou sem rateio de despesas, utilizada pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídos Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, resguardada a autonomia.

§ 1º. Vedada a existência de mais de um SIAFIC no Município, mesmo que estes permitam a integração, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

**Art. 3º.** Para a implementação e execução do Plano de Ação do SIAFIC, ficam estabelecidos os seguintes eixos de ação:

Eixo 1 – Análise de Antecedentes: fase em que será realizado o diagnóstico da instrumentos, recursos humanos, tecnológicos, insumos e orçamentários para a implementação do SIAFIC;

Eixo 2 – Unidade e Integração: fase em que será verificada a existência de SIAFIC único do âmbito municipal, bem como a integridade das informações obtidas;

Eixo 3 – Tecnologia Aplicada: fase em que será observada a utilização tecnologia adequada para a segurança das informações de entrada e saída, garantindo a segurança dos dados;

Eixo 4 – Transparência Pública: fase em que será verificada a garantia da transparência pública, com acesso público aos atos e fatos contábeis registrados no SIAFIC;

Eixo 5 – Procedimentos Contábeis: fase em que será observada o correto registro dos atos e fatos contábeis conforme as normas do MCAPS e PCASP;

Eixo 6 – Prazos e Integridade: fase em que será verificado o cumprimento dos prazos de encerramentos dos balancetes, balanços e relatórios contábeis.

**Art. 4º.** Para o acompanhamento da execução do Plano de Ação do SIAFIC estabelecido nesta Portaria, fica designado o responsável pelo Controle Interno do Município, podendo editar Instruções e Regulamentos para a correta execução do Plano, emitindo relatório de execução ao final de cada mês, podendo propor a sua revisão quanto aos Eixos, Ações, Prazos e Responsáveis.

**Parágrafo único.** Fica autorizado à Controladoria Interna, em até 15 (quinze) dias, por meio de Portaria, designar Equipe Multidisciplinar composta por no mínimo 5 e máximo 8 integrantes, distribuídos da seguinte forma: Para o Executivo, serão indicados 06 (seis) servidores e para o Poder Legislativo 02 (dois) servidores. O Poder Executivo mínimo indicará 03 (três) servidores efetivos, e os demais entre comissionados e terceirizados. O Poder Legislativo indicará no mínimo um servidor efetivo. Ambos os poderes indicarão servidores que atuem nas áreas orçamentária, financeira, contábil, patrimonial ou controle do Município.

**Art. 5º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme art. 18, do Decreto Federal nº 10.540/2020.

**Art. 6º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO em Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, em 22 de dezembro de 2022.

**PEDRO HENRIQUE DE JESUS PEREIRA**

Prefeito

**Publicado por:**

Joana Bárbara da Silva

**Código Identificador:**55783BA4

**GABINETE DO PREFEITO  
HOMOLOGAÇÃO PE Nº 096/2022**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA/AL, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 e com a previsão do inciso XXII da Lei Federal nº 10.520/02, resolve **HOMOLOGAR** os Itens do certame Licitatório modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 096/2022, que tem por objeto a Aquisição de Instrumentos Musicais e Acessórios, em favor das empresas: **BR3 COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 46.700.625/0001-67, vencedora dos Itens 01, 04, 05, 11, 12, 13, 14, 22 e 26, perfazendo o valor total de R\$ 35.859,56 (Trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, cinquenta e seis centavos); **STAGE MUSIC COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 10.661.909/0001-44, vencedora dos itens 02 e 16, perfazendo o valor total de R\$ 9.169,84 (Nove mil, cento e sessenta e nove reais, oitenta e quatro centavos); com base nas informações contidas nos autos, sua plena regularidade.

Teotônio Vilela/AL, 16 de dezembro de 2022.

**PEDRO HENRIQUE DE JESUS PEREIRA**

Prefeito

**Publicado por:**

Ivanildo Almeida Silva

**Código Identificador:**5EED421B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO  
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 002/2022  
SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

O MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA/AL, por meio da Comissão Permanente de Licitação (CPL), instituída pela Portaria nº 004, de 03 de janeiro de 2022, afim de cumprir as determinações da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, e demais disposições legais pertinentes em vigor, **CONVOCA** todos os licitantes habilitados na **Segunda Sessão Pública (plano de comunicação publicitária)**, para participarem da Terceira Sessão Pública da Concorrência nº 002/2022, com o objetivo de realizar a abertura dos Invólucros nº 4 (Julgamento da Proposta de Menor Preço) e divulgar o resultado das propostas de preços, a ser realizada no dia **04 de janeiro de 2023**, às 08h30min, no auditório da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, situado na Rua. Firmina Pacheco nº 60, Centro, Município de Teotônio Vilela/AL, obedecendo rigorosamente aos termos, especificações, instruções e condições contidas no Edital da Concorrência nº 002/2022 e seus Anexos.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**DAYANI PAULA CORRÊA DA SILVA**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
**Código Identificador:**A96FE7AD

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
113/2022– TIPO MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Aquisição de Combustível (DIESEL COMUM, DIESEL S10, GASOLINA COMUM E ETANOL). Data da Disputa 10 de janeiro de 2023 às 13h15min. Acolhimento das propostas a partir de 26 de dezembro de 2022 às 08h até às 13h do dia 10 de janeiro de 2023, horário de Brasília. no site: <https://bnc.org.br/>.

Mais informações poderão ser obtidas no setor de licitações localizado na Rua Firmina Pacheco, 60, Centro, Teotônio Vilela/AL, no horário de 08:00 a 12:00 horas e através do site [www.teotoniovillela.al.gov.br](http://www.teotoniovillela.al.gov.br). Telefone para contato (82) 3543 – 1301. Esclarecimentos e impugnações para o e-mail: [pregaopmtv@gmail.com](mailto:pregaopmtv@gmail.com), ou pelo sistema onde ocorrerá a Licitação.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**MARCIEL PONTES DOS SANTOS**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
**Código Identificador:**D8A47C18

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
114/2022– TIPO MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza, Higiene Pessoal, Descartáveis e Material Elétrico (Pilha) – Parte 3. Data da Disputa 11 de janeiro de 2023 às 09h15min. Acolhimento das propostas a partir de 26 de dezembro de 2022 às 08h até às 09h do dia 11 de janeiro de 2023, horário de Brasília. no site: <https://bnc.org.br/>.

Mais informações poderão ser obtidas no setor de licitações localizado na Rua Firmina Pacheco, 60, Centro, Teotônio Vilela/AL, no horário de 08:00 a 12:00 horas e através do site [www.teotoniovillela.al.gov.br](http://www.teotoniovillela.al.gov.br). Telefone para contato (82) 3543 – 1301. Esclarecimentos e impugnações para o e-mail: [pregaopmtv@gmail.com](mailto:pregaopmtv@gmail.com), ou pelo sistema onde ocorrerá a Licitação.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**RICARDO LIMA TORRES**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
**Código Identificador:**DB9DEE49

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
115/2022– TIPO MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Registro de Preços para Aquisição de filmes radiográficos compatível com impressora DRY 873, Konica Minolta. Data da Disputa 11 de janeiro de 2023 às 09h15min. Acolhimento das propostas a partir de 26 de dezembro de 2022 às 08h até às 09h do dia 11 de janeiro de 2023, horário de Brasília. no site: <https://bnc.org.br/>.

Mais informações poderão ser obtidas no setor de licitações localizado na Rua Firmina Pacheco, 60, Centro, Teotônio Vilela/AL, no horário de 08:00 a 12:00 horas e através do site [www.teotoniovillela.al.gov.br](http://www.teotoniovillela.al.gov.br). Telefone para contato (82) 3543 – 1301. Esclarecimentos e

impugnações para o e-mail: [pregaopmtv@gmail.com](mailto:pregaopmtv@gmail.com), ou pelo sistema onde ocorrerá a Licitação.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**MARCIEL PONTES DOS SANTOS**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
**Código Identificador:**36186858

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
116/2022– TIPO MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Construção em Geral – 03. Data da Disputa 11 de janeiro de 2023 às 13h15min. Acolhimento das propostas a partir de 26 de dezembro de 2022 às 08h até às 13h do dia 11 de janeiro de 2023, horário de Brasília. no site: <https://bnc.org.br/>.

Mais informações poderão ser obtidas no setor de licitações localizado na Rua Firmina Pacheco, 60, Centro, Teotônio Vilela/AL, no horário de 08:00 a 12:00 horas e através do site [www.teotoniovillela.al.gov.br](http://www.teotoniovillela.al.gov.br). Telefone para contato (82) 3543 – 1301. Esclarecimentos e impugnações para o e-mail: [pregaopmtv@gmail.com](mailto:pregaopmtv@gmail.com), ou pelo sistema onde ocorrerá a Licitação.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**RICARDO LIMA TORRES**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
**Código Identificador:**14B9C494

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
117/2022– TIPO MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Registro de Preço para eventual e futura aquisição de Merenda Escolar – Tipo Carnes. Data da Disputa 12 de janeiro de 2023 às 09h15min. Acolhimento das propostas a partir de 26 de dezembro de 2022 às 08h até às 09h do dia 12 de janeiro de 2023, horário de Brasília. no site: <https://bnc.org.br/>.

Mais informações poderão ser obtidas no setor de licitações localizado na Rua Firmina Pacheco, 60, Centro, Teotônio Vilela/AL, no horário de 08:00 a 12:00 horas e através do site [www.teotoniovillela.al.gov.br](http://www.teotoniovillela.al.gov.br). Telefone para contato (82) 3543 – 1301. Esclarecimentos e impugnações para o e-mail: [pregaopmtv@gmail.com](mailto:pregaopmtv@gmail.com), ou pelo sistema onde ocorrerá a Licitação.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**MARCIEL PONTES DOS SANTOS**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
**Código Identificador:**7A6005CD

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
118/2022– TIPO MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Registro de Preços para Aquisição de Óculos de Grau. Data da Disputa 12 de janeiro de 2023 às 09h15min. Acolhimento das propostas a partir de 26 de dezembro de 2022 às 08h até às 09h do dia 12 de janeiro de 2023, horário de Brasília. no site: <https://bnc.org.br/>.

Mais informações poderão ser obtidas no setor de licitações localizado na Rua Firmina Pacheco, 60, Centro, Teotônio Vilela/AL, no horário de 08:00 a 12:00 horas e através do site [www.teotoniovillela.al.gov.br](http://www.teotoniovillela.al.gov.br). Telefone para contato (82) 3543 – 1301. Esclarecimentos e impugnações para o e-mail: [pregaopmtv@gmail.com](mailto:pregaopmtv@gmail.com), ou pelo sistema onde ocorrerá a Licitação.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**RICARDO LIMA TORRES**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Ivanildo Almeida Silva

**Código Identificador:**0A58CCB0**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
119/2022– TIPO MENOR PREÇO**

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza, Higiene Pessoal, Descartáveis e Material Elétrico (Pilha) – Parte 4. Data da Disputa 12 de janeiro de 2023 às 13h15min. Acolhimento das propostas a partir de 26 de dezembro de 2022 às 08h até às 13h do dia 12 de janeiro de 2023, horário de Brasília. no site: <https://bnc.org.br/>. Mais informações poderão ser obtidas no setor de licitações localizado na Rua Firmina Pacheco, 60, Centro, Teotônio Vilela/AL, no horário de 08:00 a 12:00 horas e através do site [www.teotoniovilela.al.gov.br](http://www.teotoniovilela.al.gov.br). Telefone para contato (82) 3543 – 1301. Esclarecimentos e impugnações para o e-mail: [pregaopmtv@gmail.com](mailto:pregaopmtv@gmail.com), ou pelo sistema onde ocorrerá a Licitação.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**RICARDO LIMA TORRES**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Ivanildo Almeida Silva

**Código Identificador:**A4D701B8**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
120/2022– TIPO MENOR PREÇO**

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Cadeiras de Rodas e Órteses. Data da Disputa 16 de janeiro de 2023 às 09h15min. Acolhimento das propostas a partir de 26 de dezembro de 2022 às 08h até às 09h do dia 16 de janeiro de 2023, horário de Brasília. no site: <https://bnc.org.br/>.

Mais informações poderão ser obtidas no setor de licitações localizado na Rua Firmina Pacheco, 60, Centro, Teotônio Vilela/AL, no horário de 08:00 a 12:00 horas e através do site [www.teotoniovilela.al.gov.br](http://www.teotoniovilela.al.gov.br). Telefone para contato (82) 3543 – 1301. Esclarecimentos e impugnações para o e-mail: [pregaopmtv@gmail.com](mailto:pregaopmtv@gmail.com), ou pelo sistema onde ocorrerá a Licitação.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**RICARDO LIMA TORRES**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Ivanildo Almeida Silva

**Código Identificador:**024595A2**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
121/2022– TIPO MENOR PREÇO**

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Herbicida Glifosato. Data da Disputa 16 de janeiro de 2023 às 13h15min. Acolhimento das propostas a partir de 26 de dezembro de 2022 às 08h até às 13h do dia 16 de janeiro de 2023, horário de Brasília. no site: <https://bnc.org.br/>.

Mais informações poderão ser obtidas no setor de licitações localizado na Rua Firmina Pacheco, 60, Centro, Teotônio Vilela/AL, no horário de 08:00 a 12:00 horas e através do site [www.teotoniovilela.al.gov.br](http://www.teotoniovilela.al.gov.br). Telefone para contato (82) 3543 – 1301. Esclarecimentos e impugnações para o e-mail: [pregaopmtv@gmail.com](mailto:pregaopmtv@gmail.com), ou pelo sistema onde ocorrerá a Licitação.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**RICARDO LIMA TORRES**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Ivanildo Almeida Silva

**Código Identificador:**3CF5357B**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA****SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E  
ORÇAMENTO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2022****SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

Extrato do Contrato nº 073/2022

Processo administrativo nº 11230003/2022

Dispensa de Licitação nº 015/2022 - art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Contratado: AUDAX CAMINHOES LTDA, inscrito no CNPJ nº 34.939.001/0001-18.

Valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 6.912,78 (seis mil, novecentos e doze reais e setenta e oito centavos)

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO PREVENTIVA DE 30.000 KM OU 600 HORAS, EM 02 (DOIS) CAMINHÕES COMPACTADORES E EM 01 (UM) CAMINHÃO MULK, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA – AL

Vigência: A vigência do presente contrato é a partir da data de assinatura até a data de 31/01/2023

SIGNATÁRIOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/João Victor Calheiros Amorim Santos/Prefeito - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/ José Juarez Bomfim Da Silva /Órgão Gerenciador - AUDAX CAMINHOES LTDA / Erinaldo da Costa Quintino / Representante Legal/CONTRATADA.

**Publicado por:**

Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra

**Código Identificador:**A964CB6B**SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E  
ORÇAMENTO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2022****SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E  
TURISMO**

Extrato do Contrato nº 076/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12200008/2022 (APENSADO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10290013/2021 - Chamada Pública: 02/2022 – Credenciamento nº 001/2022

Contratado: IOLANDA MARIA FERREIRA CARNEIRO, inscrito no CPF nº 058.411.844-90

Valor global: R\$ 3.166,67 (três mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

OBJETO: O presente Instrumento tem por objeto a contratação do artista/Grupo “UM LANCE A MAIS”, credenciado na Chamada Pública nº 02/2022, do Processo Administrativo 1220008/2022 Apensado ao Processo Administrativo nº 10290013/2021, para realizar uma apresentação no dia 31 de dezembro do corrente ano, em formato de apresentação cultural, em comemoração as Festividades de Révellion, que ocorrerá na Praça Apolinário Rebelo, centro do município de Viçosa-AL

Vigência: A vigência contratual será de 30 (trinta) dias a partir da data da assinatura

SIGNATÁRIOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/João Victor Calheiros Amorim Santos/Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO/Jéssica V. Pedrosa B. Calheiros/Órgão Gerenciador

IOLANDA MARIA FERREIRA CARNEIRO/Representante Legal/CONTRATADA

**Publicado por:**

Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra

**Código Identificador:**85F65EA7



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CRERSSAL - CONSORCIO REGIONAL DE RES SOLIDO DO SERTAO ALAGOANO**

**CRERSSAL**  
**RESOLUÇÃO Nº 003/2022**

Estima a Receita e Fixa a Despesa do **CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO - CRERSSAL** para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO – CRERSSAL**, no uso das suas atribuições que lhe confere o Estatuto do CRERSSAL,

Em cumprimento aos ditames da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101/2000, edita a resolução Orçamentária que trata da Estimativa da Receita e da Fixação da Despesa para o exercício financeiro de 2023.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica aprovado o orçamento geral do CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO para 2023, discriminados pelos anexos da Lei 4.320/64 e constantes desta resolução, que estima a receita em **R\$ 5.826.837,10** (Cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e sete reais e dez centavos) e fixa a despesa em igual importância.

**Art. 2º** A receita será realizada mediante Transferências Correntes e de Capital na forma estabelecida pela legislação em vigor, e Aplicação de Recursos no mercado financeiro, relacionadas nos anexos abaixo, com seguintes desdobramentos:

**ANEXO I**

RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
<b>1.0.0.0.00.00</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 4.499.687,10</b>
1.3.2.1.01.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	R\$ 2.090,00
1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 4.497.597,10
<b>2.4.0.0.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 1.327.150,00</b>
2.4.1.9.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 783.750,00
2.4.2.8.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E SUAS ENTIDADES	R\$ 543.400,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>R\$ 5.826.837,10</b>

**ANEXO II**

RUBRICAS	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO (R\$)
<b>1.0.0.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 4.499.687,10</b>
<b>1.3.0.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>R\$ 2.090,00</b>
<b>1.3.2.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>R\$ 2.090,00</b>
<b>1.3.2.1.00.00.00.00.00.00</b>	<b>JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS</b>	<b>R\$ 2.090,00</b>
<b>1.3.2.1.01.00.00.00.00.00</b>	<b>REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>	<b>R\$ 2.090,00</b>
<b>1.3.2.1.01.01.00.00.00.00</b>	<b>REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL</b>	<b>R\$ 2.090,00</b>
1.3.2.1.01.01.01.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSÓRCIO PÚBLICO	R\$ 2.090,00
<b>1.7.0.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 4.497.597,10</b>
<b>1.7.3.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>R\$ 4.497.597,10</b>
<b>1.7.3.9.00.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS - ESPECÍFICA E/M</b>	<b>R\$ 4.497.597,10</b>
<b>1.7.3.9.50.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS</b>	<b>R\$ 4.883.382,60</b>
<b>1.7.3.9.50.01.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS</b>	<b>R\$ 425.412,60</b>
<b>1.7.3.9.50.01.01.00.00.00</b>	<b>CONTRATO DE RATEIO</b>	<b>R\$ 403.644,55</b>
1.7.3.9.50.01.01.01.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI	R\$ 41.514,42
1.7.3.9.50.01.01.02.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO	R\$ 31.350,00
1.7.3.9.50.01.01.03.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	R\$ 45.663,16
1.7.3.9.50.01.01.04.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA	R\$ 31.350,00
1.7.3.9.50.01.01.05.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA	R\$ 117.965,79
1.7.3.9.50.01.01.06.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA GRANDE	R\$ 47.025,00
1.7.3.9.50.01.01.07.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI	R\$ 39.987,43
1.7.3.9.50.01.01.08.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS	R\$ 48.788,75
<b>1.7.3.9.50.01.99.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIA - EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>R\$ 21.768,05</b>
<b>1.7.3.9.50.01.99.01.00.00</b>	<b>CONTRATO DE RATEIO</b>	<b>R\$ 21.768,05</b>
1.7.3.9.50.01.99.01.00.01	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO	R\$ 2.000,00
1.7.3.9.50.01.99.01.00.03	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA	R\$ 2.000,00
1.7.3.9.50.01.99.01.00.06	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA GRANDE	R\$ 7.500,00
1.7.3.9.50.01.99.01.00.07	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI	R\$ 6.377,40
1.7.3.9.50.01.99.01.00.08	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS	R\$ 3.890,65
<b>1.7.3.9.50.02.02.00.00.00</b>	<b>CONTRATOS DE PROGRAMA (DESTINAÇÃO FINAL - ATERRO SANITÁRIO)</b>	<b>R\$ 1.611.390,00</b>
1.7.3.9.50.02.02.01.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI	R\$ 75.240,00
1.7.3.9.50.02.02.02.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO	R\$ 56.430,00
1.7.3.9.50.02.02.03.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	R\$ 119.130,00
1.7.3.9.50.02.02.04.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA	R\$ 106.590,00
1.7.3.9.50.02.02.05.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA	R\$ 752.400,00
1.7.3.9.50.02.02.06.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA GRANDE	R\$ 175.560,00
1.7.3.9.50.02.02.07.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI	R\$ 75.240,00
1.7.3.9.50.02.02.08.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS	R\$ 250.800,00
<b>1.7.3.9.50.03.03.00.00.00</b>	<b>CONTRATOS DE PROGRAMA (TRANSPORTES AO ATERRO SANITÁRIO)</b>	<b>R\$ 2.482.920,00</b>
1.7.3.9.50.03.03.01.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI	R\$ 188.100,00
1.7.3.9.50.03.03.02.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO	R\$ 100.320,00
1.7.3.9.50.03.03.03.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	R\$ 225.720,00
1.7.3.9.50.03.03.04.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA	R\$ 150.480,00
1.7.3.9.50.03.03.05.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA	R\$ 1.003.200,00
1.7.3.9.50.03.03.06.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA GRANDE	R\$ 351.120,00
1.7.3.9.50.03.03.07.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI	R\$ 150.480,00

1.7.3.9.50.03.03.08.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS	R\$ 313.500,00
<b>1.7.3.9.50.04.04.00.00.00</b>	<b>CONTRATOS DE PROGRAMA (PROGRAMA SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL)</b>	<b>R\$ 363.660,00</b>
1.7.3.9.50.04.04.01.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPI	R\$ 37.620,00
1.7.3.9.50.04.04.02.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO	R\$ 37.620,00
1.7.3.9.50.04.04.03.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	R\$ 50.160,00
1.7.3.9.50.04.04.04.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA	R\$ 37.620,00
1.7.3.9.50.04.04.05.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA	R\$ 62.700,00
1.7.3.9.50.04.04.06.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA GRANDE	R\$ 50.160,00
1.7.3.9.50.04.04.07.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI	R\$ 37.620,00
1.7.3.9.50.04.04.08.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS	R\$ 50.160,00
<b>2.0.0.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 1.327.150,00</b>
<b>2.4.0.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 1.327.150,00</b>
<b>2.4.1.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>R\$ 783.750,00</b>
<b>2.4.1.9.00.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>R\$ 783.750,00</b>
<b>2.4.1.9.50.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO A CONSÓRCIOS PÚBLICOS</b>	<b>R\$ 783.750,00</b>
<b>2.4.1.9.50.01.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO A CONSÓRCIOS PÚBLICOS</b>	<b>R\$ 783.750,00</b>
2.4.1.9.50.01.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	R\$ 783.750,00
<b>2.4.2.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>R\$ 543.400,00</b>
<b>2.4.2.8.00.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>R\$ 543.400,00</b>
<b>2.4.2.8.01.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS</b>	<b>R\$ 543.400,00</b>
<b>2.4.2.8.01.01.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>R\$ 543.400,00</b>
2.4.2.8.01.01.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - PRINCIPAL	R\$ 543.400,00
<b>TOTA DA RECEITAS</b>		<b>R\$ 5.826.837,10</b>

**Art. 3º** A despesa será realizada segundo a discriminação no Quadro de Detalhamento da Despesa, na forma da legislação em vigor, que apresentam o seguinte desdobramento;

#### **18.541.0002.1001 – CONSTRUÇÃO E/OU INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.**

CÓDIGO	FONTE	NOMENCLATURA	VALOR FIXADO
4490.51	2001	OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 522.500,00
4490.51	2300	OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 438.900,00
4490.52	2001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 261.250,00
4490.52	2300	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 104.500,00
<b>TOTAL DA DOTAÇÃO</b>			<b>R\$ 1.327.150,00</b>

#### **04.122.0001.2001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CRESSAL**

CÓDIGO	FONTE	NOMENCLATURA	VALOR FIXADO
3190.04	0010	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R\$ 50.000,00
3190.11	0010	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 250.000,00
3190.13	0010	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 56.250,00
3190.92	0010	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 5.000,00
3190.94	0010	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 15.000,00
3290.21	0010	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R\$ 25.000,00
3390.14	0010	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 20.000,00
3390.30	0010	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 150.000,00
3390.33	0010	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 15.000,00
3390.35	0010	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$ 50.000,00
3390.36	0010	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 50.000,00
3390.39	0010	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$ 100.000,00
3390.40	0010	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	R\$ 50.000,00
3390.47	0010	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 5.000,00
3390.92	0010	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 5.000,00
3390.93	0010	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 5.000,00
4490.52	0010	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 30.000,00
4690.71	0010	PRINCIPAL DA DÍVIDA POR CONTRATO	R\$ 50.000,00
<b>TOTAL DA DOTAÇÃO</b>			<b>R\$ 931.250,00</b>

#### **18.541.0002.2002 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

CÓDIGO	FONTE	NOMENCLATURA	VALOR FIXADO
3340.41	0010	CONTRIBUIÇÕES	R\$ 760.000,00
3371.41	0010	CONTRIBUIÇÕES - PARA MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	R\$ 1.000.000,00
3390.39	0010	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$ 1.628.437,10
3390.92	0010	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 180.000,00
<b>TOTAL DA DOTAÇÃO</b>			<b>R\$ 3.568.437,10</b>

<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>R\$ 5.826.837,10</b>
-------------------------------	-------------------------

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados, criando se necessário elemento de despesa dentro de cada ação:

I – Decorrentes de superávit financeiro até o seu limite apurado, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso I e §2º da Lei 4.320/64;

II – Decorrentes do excesso de arrecadação até o limite do mesmo, conforme estabelecido no art. 43, §1º, inciso II e §3º e 4º da Lei 4.320/64;

III – decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, até o limite de 40% (quarenta por cento) das mesmas, conforme o estabelecido no art.43, Inciso III da Lei 4.320/64, e com base no art. 167, Inciso IV da Constituição Federal;

IV – Decorrentes do produto de operações de crédito autorizadas até o limite do mesmo, conforme estabelecido no art. 43, §1º, Inciso IV da Lei 4.320/64;

§1º - A apuração do excesso de arrecadação, de que trata o art. 43, §3º, da Lei 4.320/64, será realizada em cada fonte de recursos identificada na execução orçamentária da receita para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único, e 50, inciso I, da Lei Complementar 101/00;

§2º - Os recursos oriundos de convênios e contratos de repasse não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados por parte do CRERSSAL como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares;

§3º - A apuração do superávit financeiro, de que trata o art. 43, §1º, Inciso I e § 2º da Lei 4.320/64, será realizada em cada fonte de recursos identificada no Balanço Patrimonial do exercício anterior para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único, e 50, inciso I, da Lei Complementar 101/00;

**Art. 5º** - Esta resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Água Branca, AL, em 21 de dezembro de 2022.

**José Carlos de Carvalho**  
Presidente

MENSAGEM Nº 04/2022.

**Ilustres Prefeitos,**

Em cumprimento aos ditames da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101/2000, estamos encaminhando, para apreciação por parte dessa respeitável Diretoria e dos demais consorciados, a referida Proposta Orçamentária que trata da Estimativa da Receita e da Fixação da Despesa para o exercício financeiro de 2023.

Considerando, que no dia 17 de abril de 2013, os prefeitos dos municípios de Inhapi, Mata Grande, Canapi, Olho D'água do Casado, Água Branca, Pariconha, Piranhas e Delmiro Gouveia, assinaram o **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, visando à constituição do **CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO**.

Considerando, que os Municípios de Inhapi, Mata Grande, Canapi, Olho D'água do Casado, Água Branca, Pariconha, Piranhas e Delmiro Gouveia, também aprovaram leis ratificando o protocolo de intenções, em seus respectivos municípios;

Considerando, que no dia 17/06/2013 os prefeitos municipais em Assembléia Geral aprovaram o estatuto do referido consórcio e elegeram seu respectivo presidente;

Considerando, que as receitas e as despesas públicas do Consórcio Regional de Resíduos Sólidos do Sertão Alagoano (CRERSSAL), estão sujeitas à aprovação pelo poder executivo, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Atenciosamente,

Água Branca, AL, em 21 de dezembro de 2022.

**JOSÉ CARLOS DE CARVALHO**  
Presidente

**Publicado por:**  
Eraldo Nunes da Silva  
**Código Identificador:**E3760D80

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**  
**2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2022**

Termo de Apostilamento à Ata de Registro de Preços nº 055/2022, celebrada entre o **MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**, inscrito no CNPJ sob nº 12.198.693/0001-58, e a empresa Eliandro José Machado Comércio e Serviços – ME, sob o nome de fantasia EJM Medservice, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.395.341/0001-55, cujo objeto consiste no **Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de material de consumo (higiene, limpeza, gêneros alimentícios e descartáveis)**.

O objeto deste 2º Termo de Apostilamento é corrigir as Cláusulas 3.1 e 3.2 da Ata de Registro de Preços nº 055/2022, conforme discriminado a seguir:

**ONDE SE LÊ:**

**3.1** O valor global desta ATA é de **R\$ 7.051,66 (sete mil, cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos)**

**3.2**

62	Botas de borracha, cano longo, cabedal em pvc, na cor preta, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano monodensidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação, Tamanho: nº 40/41. Com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	UND	209	R\$ 33,47	R\$ 7.051,66	WORKFLEX
<b>R\$ 7.051,66 (sete mil, cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos)</b>						

**LEIA-SE:**

**3.1** O valor global desta ATA é de **R\$ 7.051,66 (sete mil, cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos)**

**3.2**

62	Botas de borracha, cano longo, cabedal em pvc, na cor preta, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano monodensidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação, Tamanho: nº 40/41. Com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	UND	209	R\$ 33,74	R\$ 7.051,66	WORKFLEX
<b>R\$ 7.051,66 (sete mil, cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos)</b>						

Esta apostila passa a fazer parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 055/2022, para todos os efeitos legais, por não caracterizar alteração da mesma, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.



Arapiraca – AL, 23 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**  
Prefeito**Publicado por:**  
Tiago de Almeida Silva  
**Código Identificador:**A39B9D80**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**LEI Nº 528/2022 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

ALTERA O ANEXO XIII DA LEI MUNICIPAL Nº 429, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação pertinente, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:**Art. 1º** - Altera o item 5 - Cemitérios do Anexo XIII da Lei Municipal nº 429, de 05 de outubro de 2017 (Código Tributário de Craíbas), que passará a ter a seguinte redação:

<b>5. CEMITÉRIOS</b>	
<b>5.1 – Taxa de Concessão</b>	
Túmulo memorial (1,30x2,50m)	<b>R\$ 479,17</b>
Túmulo memorial (1,70x3,10m)	<b>R\$ 1.500,00</b>
Túmulo memorial (3,00x4,00m e 3,50x4,00m)	<b>R\$ 3.000,00</b>
<b>5.2 - Construções</b>	
Abertura de sepultura rasa	<b>R\$ 76,77</b>
Abertura de carneiro, jazigo, catacumba, gaveta e nicho	<b>R\$ 38,38</b>
<b>5.3 - Taxa para sepultamento</b>	
Adulto	<b>R\$ 46,96</b>
Infante	<b>R\$ 46,96</b>
<b>5.4 - Taxa de manutenção</b>	
Manutenção anual por m²	<b>R\$ 20,60</b>
<b>5.5 - Trânsito de ossada</b>	
Entrada e saída de ossada no cemitério	<b>R\$ 41,19</b>
Remoção de ossada do interior do cemitério	<b>R\$ 82,38</b>

**Art. 2º** - Na hipótese de hipossuficiência financeira das famílias da baixa renda, haverá isenção das taxas cemiteriais para os túmulos reservados para esta finalidade, observadas as condições de modo cumulativo:**I** – Renda per capita familiar de meio salário mínimo;**II** – Inscrição do titular no CadÚnico do Governo Federal ou em cadastro correspondente.**PARÁGRAFO ÚNICO.** O titular que obtiver direito à isenção deverá comprovar anualmente, no mês de janeiro, o cumprimento das condições previstas nos incisos I e II, sob pena de perder a referida isenção às taxas cemiteriais.**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.**TEÓFILO JOSÉ BARROSO PEREIRA**  
PREFEITO**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Lei Ordinária nº 528, de 22 de dezembro de 2022, publicado no Mural de Publicações afixado no átrio do Prédio Sede da Prefeitura de Craíbas, registrado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, bem como encaminhado para publicação no Diário Oficial Eletrônico da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), no vigésimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois (22/12/2022).

**VITOR SIMPLICIO BARBOSA**  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos**Publicado por:**  
Claubenía da Silva Barbosa  
**Código Identificador:**DF81E69F**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**RESULTADO FINAL DO PSS DIRETOR ESCOLAR**

RESULTADO FINAL DO PSS POR COMPETENCIAS COM FOCO EM RESULTADOS

ORGANIZACIONAIS PARA O PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE DIRETOR-GERAL E DIRETOR-ADJUNTO

	<b>EMEB TEN CEL. JOSÉ BARROS PAES</b>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	8	JOSIVAL PEREIRA SILVA	Homologada	19	6,5	20	18	20	<b>83,5</b>

	<u>EMEB ANA CAROLINA DE QUEIROZ</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	17	LIGIA LANE DA SILVA	Homologada	20	10	20	20	20	90
2º	21	GENICLÉIA JACINTO DA SILVA MELO	Homologada	20	9	14	12	20	75

	<u>EMEB PADRE JOSÉ THEISEN</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	2	ANTONIO MARCOS DE LIMA	Homologada	21	8	18	20	20	87
2º	28	ELAINE DE MELO SILVA	Homologada	18	8,2	18	10	20	74,2

	<u>EMEB PEDRO RAMOS FRANCISCO</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	4	MARIA ANUNCIADA DE OLIVEIRA FARIAS	Homologada	15	8,6	18	18	20	79,6

	<u>EMEB ANTÔNIO JOVINO DA SILVA</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	26	PATRICIA VIVIANE LEITE OLIVEIRA	Homologada	19	9,1	18	12	20	78,1
2º	29	JOSEFA SANDRA CENA SANTOS	Homologada	22	3,8	20	3	16	64,8

	<u>EMEB JOSÉ APRÍGIO DA SILVA</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	41	MÁRCIA VIEIRA DE FARIAS	Homologada	20	10	10	18	20	78

	<u>EMEB VER. ANTÔNIO VENTURA DE OLIVEIRA</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	24	MARCIO JUNIO CORREIA	Homologada	19	8,5	20	20	20	87,5
2º	12	WILLIANE BARBOSA SILVA	Homologada	17	10	18	8	18	71
	<u>EMEB PEDRO NUNES SOBRINHO</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	20	IVONE IZABEL DE FARIAS SILVA	Homologada	15	10	14	6	20	65
2º	13	MARIA JOSE DA SILVA	Homologada	20	5	18	3	13	59

	<u>CMEI ARLENE SIMPLÍCIO DOS SANTOS</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	1	ANA MARIA QUEIROZ DA SILVA	Homologada	18	8	18	3	20	67
2º	5	MARIA LUCIA DE LIMA FARIAS	Homologada	14	9,5	10	10	15	58,5

	<u>CRECHE EMÍLIA MOREIRA DOS SANTOS</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	32	MARILZA SAMPAIO DE SOUZA	Homologada	20	8	16	8	20	72
2º	11	CLAUDETE FERREIRA SILVA DE AQUINO	Homologada	22	9,9	12	8	17	68,9

	<u>EMEB ALONSO DE ABREU PEREIRA FILHO/</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
	<u>EMEB DELMIRO SOARES DA SILVA</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	7	MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA BARBOSA	Homologada	20	9,8	10	6	20	65,8
	<u>EMEB FRANCISCO PAULINO DA SILVA/</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
	<u>EMEB OLAVO BILAC</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	6	JOSIETE DE LIMA FARIAS	Homologada	20	10	20	10	20	80
2º	22	SANDRO FRANCISCO DA SILVA	Homologada	19	7,3	18	10	12	66,3

	<u>EMEB GRACILIANO RAMOS/</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
	<u>EMEB MARIA NUNES DA SILVA</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	19	VALDEMIR DA SILVA MACEDO	Homologada	19	9,5	18	13	20	79,5

	<u>EMEB JORGE DE LIMA/</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
	<u>EMEB MANOEL NERES DOS SANTOS FILHO</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	9	JOSE ADEMIR GAMA DA SILVA	Homologada	19	8	12	10	20	69

	<u>EMEB MANOEL VIEIRA DA SILVA/</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
	<u>EMEB ODILON FRANCISCO LIMA</u>			1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	5ª ETAPA	
Classificação	INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	Inscrição	DOC	Plano	Prova Objetiva	Teste Subjetiva	Entrevista	TOTAL
1º	10	DAGMAR ARAUJO DA SILVA	Homologada	20	10	20	10	20	80

Craíbas, 23 de Dezembro de 2022

**COMISSÃO ESPECIAL DE ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PSS**  
 instyituída pela Portaria SEMED nº 19, de 09/11/2022

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA****SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE**  
**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS INDIVIDUAIS, DUPLAS MUSICAIS, GRUPOS MUSICAIS E BANDAS**

A Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia, através da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, oferecendo programações pautadas na diversidade de estilos artísticos musicais; buscando conhecer as produções locais, incentivando-as por intermédio da contratação de prestadores de serviços musicais para suas programações, torna público para conhecimento dos interessados, O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS INDIVIDUAIS, DUPLAS MUSICAIS, GRUPOS MUSICAIS E BANDAS, PARA POSSÍVEL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM DECORRÊNCIA DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL, nos termos das condições estabelecidas no presente edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Chamamento para fins de credenciamento, por meio de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, Lei Federal nº 14.133/2021, de músicos individuais, duplas musicais, grupos musicais e bandas, para atender a programação sistemática de eventos da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, em todo o município de Delmiro Gouveia/AL.

**1.2.** A contratação dos credenciados será efetivada de acordo com a grade programática de eventos previstos no calendário de ações da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, ou os que vierem a surgir, possibilitando a contratação de profissionais do campo da música e da cultura de forma democrática, atendendo aos princípios da oportunidade, conveniência, legalidade, impessoalidade, isonomia e economicidade.

**1.3.** Todas as ações inscritas, deverão ter classificação indicativa Livre para Todos os Públicos, ou ainda igual ou inferior a 12 anos.  
2.1.

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Poderão participar do Credenciamento pessoas físicas e jurídicas, cujo ramo de atividade (código da atividade econômica registrada) seja compatível e pertinente ao objeto da prestação de serviços deste regulamento, que se inscreverem e comprovarem estar habilitadas a prestar os serviços, conforme requisitos exigidos neste instrumento de Chamamento/credenciamento, concordando que os valores propostos neste edital são referenciais de valores máximos, considerando características e orçamento de cada projeto/ação.

2.2. Não poderão participar do presente credenciamento:

- a) Membros da Comissão de Avaliação Técnica da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, bem como de seus cônjuges e familiares até terceiro grau;
- b) Empregados, terceirizados, ocupantes de cargos comissionados ou estagiários da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, bem como de seus cônjuges e familiares até terceiro grau;
- c) Pessoas Jurídicas que estejam em situação irregular perante os órgãos competentes;
- d) Propostas artísticas incoerentes com os valores culturais da Secretariade Turismo, Cultura e Esportes.

**3. FORMAS DE INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

3.1. As inscrições serão realizadas a partir do dia 26 de dezembro de 2022, das 08h às 14h, na Sede da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes de Delmiro Gouveia, situada na Praça Manoel Monteiro, 75, Centro, Delmiro Gouveia/AL.

3.2. A documentação necessária para a inscrição deverá ser entregue em envelope lacrado contendo:

**3.3. PARA PROPONENTES – PESSOA FÍSICA**

- a) Ficha de Inscrição - Anexo II;
- b) Declaração de Impedimentos - Anexo III;
- c) Comprovante de Vínculo e autorização de representação contendo no mínimo 10 (dez) participantes - Anexo IV;
- d) Currículo ou portfólio da banda, grupo, dupla ou músico individual;
- e) Cópia de RG e CPF do representante legal da banda, grupo, dupla ou músico individual;
- f) Cópia de comprovante de residência do proponente;
- g) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais do proponente;
- h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais do proponente;
- i) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais do proponente;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas do proponente;
- k) Dados bancários do proponente (nome do banco, nº da conta, nº da agência), incluindo cópia do cartão do Banco;
- l) Comprovante de inscrição e situação cadastral do CPF.

**3.4. PARA PROPONENTES – PESSOA JURÍDICA**

- a) Ficha de inscrição - Anexo II;
- b) Declaração de Impedimentos - Anexo III;
- c) Currículo ou portfólio da banda, grupo, dupla ou músico individual;
- d) Cópia dos documentos do representante legal (CPF, RG e comprovante de residência);
- e) Estatuto/Contrato Social da empresa e suas alterações;
- f) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ;
- g) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais;
- h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;
- i) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais;
- j) Certidão Negativa de Débitos do FGTS;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- l) Dados bancários da PJ (nome do banco, nº da conta, nº da agência).

3.5. O ato de inscrição pressupõe plena concordância dos termos, cláusulas, condições do Edital e de seus Anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.

3.6. O credenciamento, não garante ao proponente que a contratação será efetivamente realizada pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, uma vez que este chamamento é um banco de propostas e a contratação depende da programação do Calendário Cultural.

#### 4 DA SELEÇÃO DA PROPOSTA ARTÍSTICA

4.1. Serão habilitadas as propostas artísticas que estiverem de acordo com todas as exigências expressas neste edital, cabendo recurso para as que forem indeferidas por não atenderem os critérios do presente Edital.

4.2. Será designada pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, uma Comissão de Credenciamento composta por técnicos das áreas programáticas e administrativas da Secretaria, que avaliará a habilitação de todas as propostas recebidas.

4.3. Serão credenciados os interessados que se encontrem em situação regular, constatada com a apresentação da documentação exigida, além de atenderem a todas as exigências deste Edital.

4.4. A participação no presente Chamamento/Credenciamento não pressupõe garantia de contratação para as atividades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes uma vez que o Chamamento/Credenciamento é um banco de propostas para consulta da equipe programática no processo de composição da programação do Calendário Cultural, ficando esta programação condicionada à conveniência e oportunidade da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, bem como de previsão orçamentária.

4.5. A Vigência do credenciamento será de até 12 meses após a homologação do resultado, podendo ser prorrogado por, no máximo igual período, durante o qual os credenciados poderão ser convocados a contratação, conforme demanda.

#### 5 – DOS PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

5.1. A convocação dos credenciados será de acordo com o Calendário Cultural da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, onde será levado em consideração o porte do evento, gênero musical do credenciado e tipo de evento a ser realizado, num sistema de rodízio, obedecendo a ordem de inscrição.

5.2. A gestão do credenciamento, bem como a convocação das bandas, grupos e músicos, dar-se-á de acordo com as necessidades, metas, a disponibilidade financeira e orçamentária da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes.

5.3. O ato de convocação se dará através do Portal da Transparência da Prefeitura de Delmiro Gouveia, E-mail institucional ou whatsapp institucional da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes e conterá, resumidamente, o objeto, com todas as informações da prestação do serviço, onde convocado terá 48 horas para aceitar ou não a execução do serviço.

5.4. O convocado deverá assinar o Contrato de Prestação de Serviços em no máximo 5 dias úteis após a convocação.

5.5. O convocado que não comparecer para assinatura do Contrato de Prestação de Serviços no prazo estipulado decairá do direito de prestar o serviço, independentemente de notificação.

5.6. A execução do trabalho somente será autorizada após a emissão do Contrato em conformidade com suas cláusulas.

5.7. A contratação será firmada por ato formal da autoridade administrativa competente, após o reconhecimento do cumprimento de todas as exigências estabelecidas, o que ensejará a subscrição do Contrato de Prestação de Serviço.

5.8. A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, poderá, excepcional e justificadamente, optar por contratar o próximo credenciado, nos casos em que houver evidente incompatibilidade entre o perfil do artista que seria contratado em relação ao evento promovido pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes.

#### 6. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

6.1. Este Edital poderá ser impugnado em até 2 (dois) dias úteis, antes da data fixada para o início do recebimento da documentação.

6.2. Após a publicação do resultado do julgamento referente ao credenciamento, o interessado poderá interpor recursos dirigidos à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, por escrito no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo credenciado que se julgar prejudicado.

#### 7. DO CACHÊ

7.1. Para fins deste credenciamento, os valores do serviço/cachê serão pagos conforme a tabela de valores referenciais, disponível no Anexo I deste edital.

7.2. A tabela de cachês é de valores referenciais, uma vez que o serviço/cachê deverá ser apresentado, considerando características e orçamento de cada projeto/ação.

7.3. Os cachês levam em consideração a quantidade de integrantes dos grupos, autoria, experiência e formação.

7.4. Da remuneração (conforme tabela de valores referenciais máximos) serão deduzidos os impostos devidos legalmente.

#### 8. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

8.1. Cumprir rigorosamente os prazos para realização dos eventos.

8.2. Apresentar-se de acordo com o estilo e proposta inscrita.

8.3. Garantir a boa qualidade dos serviços.

8.4. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, os documentos apresentados devidamente atualizados.

8.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem a causar a Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia ou a terceiros, seja agente o credenciado, ou integrantes que façam parte do grupo direta ou indiretamente.

#### 9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. As condições de pagamento serão previstas no Contrato de Prestação de Serviços, considerando as especificidades do serviço, a duração e o custo previsto para este, ressaltando sempre o interesse da Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia e sua programação.

9.2. Os pagamentos serão efetuados através de crédito em conta bancária em nome da pessoa jurídica/física, após a apresentação de todos os documentos solicitados e da realização dos serviços contratados, no prazo estipulado em contrato.

9.3. O pagamento dos Contratados será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de entrega da Nota Fiscal.

#### 10. DA AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO



10.1. A avaliação do serviço prestado será procedida pela área programática da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, por meio das informações a serem relatadas pelo fiscal do contrato. A avaliação é condicionante para que o profissional esteja apto a novas convocações.

10.2. A avaliação do serviço prestado observará os seguintes critérios:

- Pontualidade na execução do serviço;
- Qualidade do serviço prestado;
- Profissionalismo na relação com os prepostos da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes e os beneficiários diretos ou indiretos da prestação do serviço ou fornecimento de bens;
- Cumprimento integral das cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços.

10.3. O credenciado que não cumprir com os critérios estabelecidos na avaliação do serviço prestado poderá ser descredenciado deste edital.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia poderá alterar ou revogar o presente edital, a qualquer tempo, desde que justificadamente.

11.2. Nenhuma atividade poderá conter propostas com conteúdo sexual ou apologia ao tráfico ou consumo de drogas, à pedofilia, à violência, à discriminação, ou qualquer conteúdo vedado por lei.

11.3. O credenciamento permite a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes o direito de utilizar em peças de divulgação dos eventos, as fichas técnicas, fotografias, imagens audiovisuais e toda documentação apresentada no ato da inscrição.

11.4. É facultado a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

11.5. As solicitações de esclarecimentos deverão ser atendidas pelo interessado no credenciamento no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, sob pena de descredenciamento.

11.6. A Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia se reserva o direito de cancelar unilateralmente este Chamamento Público, a qualquer momento, no todo ou em parte, não cabendo aos credenciados quaisquer direitos, vantagens, reclamações a que título for.

11.7. Todas as informações do presente Chamamento, tais como erratas, adendos, julgamentos, recursos, resultados e outros estarão disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia.

11.8. O interessado no Chamamento/Credenciamento, obrigatoriamente, deve acompanhar todas as informações deste, conforme as orientações do item anterior, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia da responsabilidade de qualquer alegação de desconhecimento.

11.9. Os casos omissos neste edital e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, pelo e-mail seturcedelmirogouveia@gmail.com ou na Sede da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes.

Delmiro Gouveia/AL, 26 de dezembro de 2022.

**ELIZIANE FERREIRA COSTA LIMA**

Prefeita

**FELIPE EDUARDO FERREIRA DA SILVA**

Secretário de Turismo, Cultura e Esportes

## ANEXO I

### TABELA REFERENCIAL DE CACHÊS

#### MODALIDADE 1: APRESENTAÇÕES MUSICAIS

Descrição: Apresentações artísticas musicais, de caráter ao vivo, presencial e/ou virtual, com função de lazer, entretenimento e/ou educativa.

Características	Valores Máximos
Apresentação musical sem cunho autoral com duração de até 3 horas, com formação de até 1 músico.	R\$ 500,00
Apresentação musical sem cunho autoral com duração de até 3 horas, com formação de até 2 músicos	R\$ 1.000,00
Apresentação musical sem cunho autoral com duração de até 3 horas, com formação de até 4 músicos.	R\$ 2.000,00
Apresentação musical sem cunho autoral com duração de até 3 horas, com formação acima de 5 músicos.	R\$ 3.000,00

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS INDIVIDUAIS, DUPLAS MUSICAIS, GRUPOS MUNICAIS E BANDAS.			
<b>Anexo II – Formulário de Inscrição</b>			
<b>1. Identificação do(a) proponente</b>			
a) Nome do músico individual, dupla musical, grupo musical ou banda musical: b) Gênero Musical: c) Nome do(a) proponente representante legal: d) Área de atuação:			
<b>2. Identificação do proponente/representante</b>			
PESSOA JURÍDICA	Razão Social:		CNPJ:
	Endereço completo:		
	Cidade:	UF:	CEP:
	Telefone:	Fax:	E-mail:
	Conta Corrente:	Banco:	Agência:
	Representante:		
	Profissão:	Estado Civil:	CPF:
	Identidade / Órgão Expedidor:		Cargo:
	Endereço Residencial:		
	Cidade:	UF:	CEP:
PESSOA FÍSICA	Nome:		Profissão:
	Estado Civil:		CPF:
	Identidade / Órgão Expedidor:		Endereço completo:
	Cidade:	UF:	CEP:
	Telefone:	Fax:	Endereço Eletrônico (E-mail):
	Conta Corrente:	Banco:	Agência:
<b>3. DECLARAÇÃO</b>			
Esta inscrição efetuada implica na minha plena aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital de fomento para espaços, coletivos e empresas culturais. As informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha			

inteira responsabilidade.			
Assinatura do proponente _____ Nome do(a) proponente/representante		Local e data Delmiro Gouveia - AL, ____ de _____ de 2022.	
_____	_____	_____	_____

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS INDIVIDUAIS, DUPLAS MUSICAIS, GRUPOS MUNICAIS E BANDAS.	
<b>Anexo III – Declaração de Impedimentos</b>	
<b>I. IDENTIFICAÇÃO DO(A) PROPONENTE</b>	
NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF
REPRESENTANTE LEGAL	CPF
<p>Declaro, para os devidos fins, que não me enquadro em nenhum dos impedimentos abaixo discriminados: • Membros da Comissão de Análise, funcionário terceirizado, prestadores de serviço, cargos de confiança ou estagiário da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes e seus cônjuges, companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 2º grau; • Pessoa física que tenha como proponente Membros da Comissão de Análise, funcionário terceirizado, prestadores de serviço, cargos de confiança ou estagiário da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes e seus cônjuges, companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 2º grau; • Pessoa jurídica que tenham em sua diretoria Membros da Comissão de Análise, funcionário terceirizado, prestadores de serviço, cargos de confiança ou estagiário da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes e seus cônjuges, companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 2º grau; • Pessoa física ou pessoa Jurídica que estejam em situação de pendência, inadimplência, falta de prestação de contas em contratos e/ou convênios celebrados com as esferas Federal, Estadual e/ou Municipal direta ou indireta. Declaro ainda: Ter pleno conhecimento da legislação pertinente à Política Nacional de Cultura Viva e às normas que regem o Edital de Seleção, sendo: a) <b>Lei nº 13.018, de 22/07/2014</b> - Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências; b) <b>Instrução Normativa/MinC nº 8, de 11/05/2016</b> - Regulamenta a Lei nº 13.018/2014; c) <b>Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007</b> - Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005; d) <b>Portaria/MinC nº 29, de 21/05/2009</b> - Dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do Ministério da Cultura; e) f) <b>Lei nº 12.343, de 02/12/2010</b> - Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIC) e dá outras providências, atentando para em qual das metas do PNC se enquadra a proposta; g) <b>1.</b> Estar ciente dos meus direitos, deveres e procedimentos definidos pelos atos normativos que regem o Edital de Seleção, zelando pela observância das suas determinações; <b>2.</b> Estar ciente de que as informações e documentos apresentados neste processo seletivo são de minha inteira responsabilidade, sendo a expressão da verdade; <b>3.</b> Autorizar o município de Delmiro Gouveia/AL e a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, a publicarem e divulgarem os conteúdos desta inscrição, sem quaisquer ônus, inclusive em universidades, escolas, seminários, congressos, outros eventos e na mídia em geral, no Brasil e no exterior; <b>4.</b> Não me enquadrar em quaisquer das vedações dispostas no Edital de Seleção, principalmente quanto ao disposto em seu item 2.2 – Das Condições de Participação. <b>5.</b> Assumir total responsabilidade pela veracidade das informações e pelos documentos apresentados, cujos direitos autorais estejam protegidos pela legislação vigente.</p>	
ASSINATURA	LOCAL E DATA
Assinatura do proponente _____ Nome do(a) proponente/representante	Local e data Delmiro Gouveia/AL, ____ de _____ de 2022.
_____	_____

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS INDIVIDUAIS, DUPLAS MUSICAIS, GRUPOS MUNICAIS E BANDAS.			
<b>ANEXO IV - COMPROVANTE DE VÍNCULO AUTORIZAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO</b>			
<b>I. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE</b>			
NOME			CPF
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DA EMISSÃO	E-MAIL
ENDEREÇO	Nº		BAIRO
CIDADE	UF	CEP	Telefone:
<p>Nós, membros da _____ (Nome da Dupla Musical, Grupo Musical ou Banda Musical), declaramos que, em reunião realizada em ____ de _____ de _____ (dia/mês/ano), nomeamos o(a) Sr.(a) _____ (Representante da Dupla Musical, Grupo Musical ou Banda Musical), portador(a) do documento de identificação (RG/CNH) de nº _____ (nº do documento de identificação e CPF nº _____ (nº do CPF), como representante e responsável pela (Nome da Dupla Musical, Grupo Musical ou Banda Musical) e pela inscrição no Edital de Credenciamento. Assim <b>RECONHECEMOS</b> e <b>AUTORIZAMOS</b>: 1. Recebimento do valor PRETENDIDO, no valor integral bruto de R\$ XXXXX (valor por extenso), a ser depositado em conta _____ (corrente ou poupança), conforme dados bancários indicados no Formulário de Inscrição, em nome do(a) Representante acima mencionado. Além disso, <b>DECLARAMOS</b> estar cientes de que: 2. O Município de Delmiro Gouveia - AL e a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, não se responsabilizarão se o(a) Representante fizer destinação dos recursos em desacordo com o pactuado com os demais membros, ou por qualquer outra irregularidade praticada na destinação dos recursos. 3. A _____ (Nome da Dupla Musical, Grupo Musical ou Banda Musical) cumprirá as regras do Edital, estando de acordo com seus termos e vedações.</p>			
LOCAL E DATA		ASSINATURA DO RESPONSÁVEL	
Delmiro Gouveia/AL, ____ de ____ de 2022.		_____	

**Publicado por:**  
**Silvio José dos Santos**  
**Código Identificador:88C3CF54**

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº 964, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

*“Dispõe sobre o NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO do Município de Olho D'Água das Flores, Estado de Alagoas e adota outras providências.”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Olho d'Água das Flores/AL aprovou e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

**LIVRO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei, denominada Código Tributário do Município de Olho D'Água das Flores, regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, os direitos e as obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e às rendas deles derivadas que integram a receita do Município.

**TÍTULO I**  
**DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 2º** A legislação tributária do Município de Olho D'Água das Flores compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre os tributos de sua competência e as relações jurídicas a eles pertinentes.

**Parágrafo único.** São normas complementares das leis e dos decretos:

- I** - Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas competentes;
- II** - As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;
- III** - Os convênios celebrados pelo Município com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outros Municípios.

**Art. 3º** Para sua aplicação, a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, com conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, observadas as regras de interpretação estabelecidas neste diploma legal.

## **CAPÍTULO II**

### **DA APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 4º** Esta Lei tem aplicação em todo o território do Município de Olho D'Água das Flores e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.

**Art. 5º** Esta Lei tem aplicação obrigatória pelas autoridades administrativas, não constituindo motivo para deixar de aplicá-la o silêncio, a omissão ou a obscuridade de seu texto.

**Art. 6º** Quando ocorrer dúvida quanto à aplicação de dispositivo desta Lei o contribuinte poderá, mediante petição, consultar à hipótese concreta do fato.

## **CAPÍTULO III**

### **DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 7º** Na aplicação da legislação tributária são admissíveis quaisquer métodos ou processos de interpretação, observado o disposto neste capítulo.

§1º. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

**I** - A analogia;

**II** - Os princípios gerais de direito tributário;

**III** - Os princípios gerais de direito público;

**IV** - A equidade.

§2º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§3º. O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

**Art. 8º** Interpreta-se literalmente esta Lei, sempre que dispuser sobre:

**I** - Suspensão ou exclusão de crédito tributário;

**II** - Outorga de isenção;

**III** - Dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Art. 9º** Interpreta-se esta Lei de maneira mais favorável ao infrator, no que se refere à definição de infrações e à comunicação de penalidades, nos casos de dúvida quanto:

**I** - À capitulação legal do fato;

**II** - À natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

**III** - À autoria, imputabilidade ou punibilidade;

**IV** - À natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

## **TÍTULO II**

### **DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 10.** Decorre a obrigação tributária do fato de encontrar-se a pessoa física ou jurídica nas condições previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

**Art. 11.** A obrigação tributária é principal ou acessória.

§1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por seu objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas nela previstas no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua não observância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

**Art. 12.** Se não for fixado o tempo do pagamento, o vencimento da obrigação tributária ocorre 30 (trinta) dias após a data da apresentação da declaração do lançamento ou da notificação do sujeito passivo.

## **CAPÍTULO II**

### **DO FATO GERADOR**

**Art. 13.** O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida nesta Lei como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos do Município.

**Art. 14.** O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

**Art. 15.** O lançamento do tributo e a definição legal do fato gerador são interpretados independentemente, abstraindo-se:

**I** - A validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

**II** - Os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

**Art. 16.** Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

**I** - Tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;

**II** - Tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que ela esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

§1º. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

§2º. Para os efeitos do inciso II e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados.

### **CAPÍTULO III DO SUJEITO ATIVO**

**Art. 17.** O Sujeito ativo da obrigação tributária é o Município de Olho D'Água das Flores.

### **CAPÍTULO IV DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 18.** O Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

**Parágrafo único.** O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

**I - Contribuinte**, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

**II - Responsável**, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa nesta Lei.

**Art. 19.** Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.

**Art. 20.** O sujeito passivo, caso convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§1º. A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei.

§2º. Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de até 20 (vinte) dias, a cargo da administração, para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar da intimação.

### **CAPÍTULO V DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA**

**Art. 21.** A capacidade tributária passiva independe:

**I** - Da capacidade civil das pessoas naturais;

**II** - De encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens e negócios;

**III** - De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

### **CAPÍTULO VI DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO**

**Art. 22.** Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, para os fins desta Lei, considera-se como tal:

**I** - Quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;

**II** - Quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;

**III** - Quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§1º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

§3º. Os contribuintes comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§4º. O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.

### **CAPÍTULO VII DA SOLIDARIEDADE**



**Art. 23.** São solidariamente obrigadas:

**I** - As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;

**II** - As pessoas expressamente designadas por lei;

**III** - Todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.

§1º. A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§2º. A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários, até a extinção do crédito fiscal.

**Art. 24.** Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

**I** - O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

**II** - A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

**III** - A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA**

#### **SEÇÃO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 25.** Sem prejuízo do disposto neste capítulo, esta Lei disporá sobre a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este, em caráter supletivo, o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

#### **SEÇÃO II**

##### **DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES**

**Art. 26.** O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

**Art. 27.** Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

**Parágrafo único.** No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

**Art. 28.** São pessoalmente responsáveis:

**I** - O adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

**II** - O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

**III** - O espólio, pelos tributos devidos pelo “*de cujus*” até a data da abertura da sucessão.

**Art. 29.** A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

**Art. 30.** A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

**I** - Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

**II** - Subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

#### **SEÇÃO III**

##### **DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS**

**Art. 31.** Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

**I** - Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

**II** - Os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;

**III** - Os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

**IV** - O inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

**V** - O síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

**VI** - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

**VII** - Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

**Art. 32.** São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I** - As pessoas referidas no artigo anterior;
- II** - Os mandatários, prepostos e empregados;
- III** - Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

#### **SEÇÃO IV DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES**

**Art. 33.** Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**Art. 34.** A responsabilidade é pessoal ao agente:

- I** - Quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
- II** - Quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;
- III** - Quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:
  - a)** Das pessoas referidas no artigo 31, contra aquelas por quem respondem;
  - b)** Dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;
  - c)** Dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

### **TÍTULO III DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 35.** O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

**Art. 36.** As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

**Art. 37.** O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

**Art. 38.** Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, anistia ou remissão que envolva matéria tributária de competência do Município somente poderá ser concedida através de lei específica.

### **CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

#### **SEÇÃO I DO LANÇAMENTO**

**Art. 39.** Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

**Parágrafo único.** A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**Art. 40.** O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

**Parágrafo único.** Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

**Art. 41.** O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:

- I** - Impugnação do sujeito passivo;
- II** - Recurso de ofício;
- III** - Iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 49, desta Lei.

**Art. 42.** Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nela indicadas, sucessivamente, através:

- I** - Da notificação direta;
- II** - Da remessa do aviso por via postal;
- III** - Da publicação de edital.

**§1º.** Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.

§2º. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma do inciso III deste artigo.

§3º. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

§4º. A notificação de lançamento conterá:

- I** - O nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;
- II** - A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- III** - O valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;
- IV** - O prazo para pagamento ou impugnação;
- V** - O comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
- VI** - Demais elementos estipulados em regulamento.

§5º. Considera-se feita a notificação:

- I** - Se direta, na data do respectivo ciente;
- II** - Se por carta, na data do recibo de volta, ou se for omitido, 5 (cinco) dias após a data da entrega da carta à agência postal;
- III** - Se por edital, 5 (cinco) dias após a sua afixação ou publicação.

**Art. 43.** Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos, por qualquer circunstância, nas épocas próprias, bem como lançamentos complementares de outros viciados por irregularidade ou erro de fato.

**Parágrafo único.** No caso deste artigo, o débito decorrente do lançamento anterior, quando quitado, será considerado como pagamento parcial do crédito resultante do lançamento complementar.

**Art. 44.** Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

**Art. 45.** É facultado ainda à Fazenda Pública Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente ou fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.

**Art. 46.** A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

## SEÇÃO II DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

**Art. 47.** O lançamento é efetuado:

- I** - Com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;
- II** - De ofício, nos casos previstos neste capítulo;
- III** - Por homologação.

**Art. 48.** Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informação sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.

§1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a quem competir a revisão daquela.

**Art. 49.** O lançamento é efetuado e revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:

- I** - Quando a lei assim o determine;
- II** - Quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma desta lei;
- III** - Quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- IV** - Quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- V** - Quando se comprove omissão ou inexistência, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo 50 desta Lei;
- VI** - Quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- VII** - Quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
- VIII** - Quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;
- IX** - Quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

**X** - Quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da lei.

**Art. 50.** O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

§1º. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§3º. Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§4º. O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.

§5º. Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Fazenda Pública Municipal tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**Art. 51.** A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas e atualização monetária.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

##### **SEÇÃO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 52.** Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

**I** - A moratória;

**II** - O depósito do seu montante integral ou parcial;

**III** - As reclamações e os recursos nos termos deste Código;

**IV** - A concessão de medida liminar em mandado de segurança;

**V** - A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

**VI** - O parcelamento.

§1º. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela consequentes.

§2º. O depósito parcial do crédito tributário somente suspenderá este até o limite depositado, ficando o remanescente sujeito aos acréscimos legais.

##### **SEÇÃO II**

##### **DA MORATÓRIA**

**Art. 53.** Constitui moratória a concessão, mediante lei específica, de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado, para o pagamento do crédito tributário.

**Art. 54.** A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.

**Parágrafo único.** A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

**Art. 55.** A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

**I** - O prazo de duração do favor;

**II** - As condições da concessão;

**III** - Os tributos alcançados pela moratória;

**IV** - O número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados;

**V** - Garantias.

**Art. 56.** Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido efetuado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

**Parágrafo único.** A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

**Art. 57.** A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfaz ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

**I** - Com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;

**II** - Sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§2º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.



### SEÇÃO III DO PARCELAMENTO

**Art. 58.** Os créditos tributários, regularmente constituídos, poderão ser pagos em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sendo o valor das parcelas corrigidas monetariamente, condicionando-se a eficácia do Negócio Jurídico ao efetivo pagamento da 1ª (primeira) parcela.

**§1º.** O parcelamento a ser concedido, nos termos do “*caput*” deste artigo, estará condicionado ao valor mínimo de cada parcela, conforme os seguintes critérios:

Pessoa Física – R\$ 50,00;  
Microempresa – R\$ 150,00;  
Empresa de Pequeno Porte – R\$ 350,00;  
Empresa de Médio Porte – R\$ 500,00;  
Empresa de Grande Porte – R\$ 1.000,00.

**§2º.** Incidirá atualização monetária sobre o saldo devedor das parcelas que ultrapassarem mais de um exercício.

**§3º.** Para efeito de enquadramento do sujeito passivo nas hipóteses previstas no § 1º deste artigo, deverá ser considerada a receita bruta anual por ele efetivamente percebida no ano civil imediatamente anterior ao do pedido de parcelamento.

**§4º.** Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento, as disposições desta lei, relativas à moratória.

**§5º.** A falta de pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas acarretará o vencimento das demais e, quando for o caso, na forma do disposto no Parágrafo único do artigo 98, perda dos descontos concedidos, encaminhando-se o processo ou Certidão da Dívida Ativa, dentro de 30 (trinta) dias, à Procuradoria Municipal, para dar início ou prosseguimento à cobrança executiva do débito.

**§6º.** O deferimento do parcelamento, de acordo com as regras estipuladas neste artigo, não exclui a incidência de juros, multas, honorários, custas e emolumentos judiciais.

**§7º.** Não será permitido parcelamento de crédito tributário que tenha sido objeto de retenção pelo sujeito passivo.

**§8º.** O saldo remanescente do débito parcelado e não honrado somente poderá sofrer novo parcelamento, a critério exclusivo da Fazenda Municipal e sob expressa autorização desta, desde que não caracterizada a prática contumaz de utilização de artifício para o fornecimento de certidão de regularidade fiscal, devendo obrigatoriamente ser observada a situação econômico-financeira do sujeito passivo e ao pagamento da inicial na ordem de 20% (vinte por cento).

### SEÇÃO IV DO DEPÓSITO

**Art. 59.** O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária:

**I** - Quando preferir o depósito à consignação judicial;

**II** - Para atribuir efeito suspensivo:

**a)** À consulta formulada na forma deste Código;

**b)** A qualquer outro ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

**Art. 60.** O depósito prévio será necessário:

**I** - Para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código;

**II** - Como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

**III** - Como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

**IV** - Em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

**Art. 61.** A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

**I - Pelo fisco, nos casos de:**

**a)** Lançamento direto;

**b)** Lançamento por declaração;

**c)** Alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;

**d)** Aplicação de penalidades pecuniárias;

**II - Pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:**

**a)** Lançamento por homologação;

**b)** Retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

**c)** Confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;

**III** - Na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

**IV** - Mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário, sem prejuízo da liquidez do crédito tributário.

**Art. 62.** Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito, observado o disposto no artigo seguinte.

**Art. 63.** O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

**I** - Em moeda corrente do país;

**II** - Por cheque;

**III** - Em títulos da dívida pública municipal.

**Parágrafo único.** O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

**Art. 64.** Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou qual a parcela correspondente, quando este for exigido em prestações.

**Parágrafo único.** A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

**I** - Quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

**II** - Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

**III** - Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais sobre o remanescente devido.

**IV** - Caso o depósito, de que trata este artigo, for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

**Art. 65.** Uma vez constituído em caráter definitivo o crédito tributário, total ou parcialmente, observar-se-á o seguinte:

**I** - O valor depositado será convertido em receita tributária, observada a devida proporção;

**II** - O saldo devedor porventura existente será imediatamente inscrito em dívida ativa para execução judicial;

**III** - O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais;

**IV** - Fica a Secretaria de Finanças e a Procuradoria do Município autorizada a proceder à inclusão nas empresas SPC e SERASA e levar a protesto no cartório competente, de créditos de natureza tributária e não tributária da Fazenda Pública Municipal, vencidos e inscritos em Dívida Ativa em nome dos contribuintes inadimplentes.

## SEÇÃO V

### DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

**Art. 66.** Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

**I** - Pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;

**II** - Pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;

**III** - Pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;

**IV** - Pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

## CAPÍTULO IV

### DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

#### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 67.** Extinguem o crédito tributário:

**I** - O pagamento;

**II** - A compensação;

**III** - A transação;

**IV** - A remissão;

**V** - A prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;

**VI** - A conversão do depósito em renda;

**VII** - O pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto no artigo 50;

**VIII** - A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;

**IX** - A decisão judicial transitada em julgado;

**X** - A consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da lei;

**XI** - A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

#### SEÇÃO II

##### DO PAGAMENTO

**Art. 68.** O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou cheque, dentro dos prazos estabelecidos em Lei, regulamento ou fixados pela Administração.

§1º. O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

§2º. O pagamento é efetuado no órgão arrecadador ou em qualquer estabelecimento autorizado por ato executivo, sob pena de nulidade.

§3º. O pagamento poderá ser efetuado mediante parcelamento, conforme regulamento.

**Art. 69.** Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

**Parágrafo único.** No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

**Art. 70.** É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições legais e regulamentares.

**Art. 71.** O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

**I** - Quando parcial, das prestações em que se decompõem;

**II** - Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

**Art. 72.** Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

**Art. 73.** A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário.

### **SEÇÃO III DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO**

**Art. 74.** A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente, mediante a demonstração, em processo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Pública Municipal, sem antecipação de suas obrigações.

**§1º.** É competente para autorizar a compensação o titular da Fazenda Pública Municipal, mediante fundamentado despacho em processo regular.

**§2º.** Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.

**§ 3º.** Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.

**§4º.** Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

**§5º.** É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

**Art. 75.** Fica o Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, a efetuar transação, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.

**Parágrafo único.** A transação a que se refere este artigo será autorizada pelo titular da Fazenda Pública Municipal, ou pela Procuradoria do Município quando se tratar de transação judicial, em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:

**I** – O montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;

**II** - A incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controversa;

**III** - Ocorrer erro ou ignorância escusável do sujeito passivo quanto à matéria de fato;

**IV** - Ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;

**V** - A demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.

**Art. 76.** Para que a transação seja autorizada é necessária a justificação, em processo regular, caso a caso, do interesse da Administração no fim da lide, não podendo a liberdade atingir o principal do crédito tributário atualizado, nem o valor da multa fiscal por infração dolosa ou reincidência.

### **SEÇÃO IV DA REMISSÃO**

**Art. 77.** Lei específica poderá autorizar remissão total ou parcial de débitos tributários, atendendo:

**I** - À situação econômica do sujeito passivo;

**II** - Ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

**III** - À diminuta importância do crédito tributário;

**IV** - As considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do fato;

**V** - As condições peculiares a determinada região do território do Município;

**VI** - Demais condições fixadas em lei.

**§ 1º.** A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

**§ 2º.** Ficam os Secretários de Administração e Finanças autorizados a cancelar os créditos tributários de diminuto valor e onerosa cobrança, entendendo-se para tal, aquela cujo valor total, por CDA e por exercício, seja inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais).

### **SEÇÃO V DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA**

**Art. 78.** A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

**Art. 79.** A prescrição se interrompe:

**I** - Pela citação pessoal feita ao devedor;

**II** - Pelo protesto feito ao devedor;

**III** - Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

**IV** - Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;

**V** - Durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.

**Art. 80.** O direito da Fazenda Pública Municipal constituir o crédito tributário decai depois de 5 (cinco) anos, contados:

**I** - Do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

**II** - Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

**Parágrafo único.** O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

**Art. 81.** Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

**Parágrafo único.** A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

## SEÇÃO VI DAS DEMAIS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

**Art. 82.** Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

- I** - Declare a irregularidade de sua constituição;
- II** - Reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- III** - Exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
- IV** - Declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§1º. Extinguem, ainda, o crédito tributário:

- a)** A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- b)** A decisão judicial passada em julgado.

§2º. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado, nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito previstas no artigo 52.

**Art. 83.** Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

- I** - Para garantia de instância;
- II** - Em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

**Parágrafo único.** Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

- I** - A diferença a favor da Fazenda Pública Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos nesta Lei;
- II** - O saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

## CAPÍTULO V DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 84.** Excluem o crédito tributário:

- I** - A isenção;
- II** - A anistia.

**Parágrafo único.** A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

## SEÇÃO II DA ISENÇÃO

**Art. 85.** Qualquer isenção além das regulamentadas nesta Lei, deverá ser instituída por lei específica que determine as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos e/ou taxas a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

**Art. 86.** Salvo disposição em contrário, a isenção não é extensiva:

- I** - Às taxas e à contribuição de melhoria;
- II** - Aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

**Art. 87.** A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

**Art. 88.** A isenção pode ser concedida:

- I** - Em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;
- II** - Em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.

§1º. Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.



§2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

### SEÇÃO III DA ANISTIA

**Art. 89.** A anistia, entendida como o perdão das infrações cometidas e a consequente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

- I** - Aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;
- II** - Aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Legislação Federal;
- III** - Às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

**Art. 90.** A lei específica que conceder anistia poderá fazê-lo:

- I** - Em caráter geral;
- II** - Limitadamente:

- a)** Às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
- b)** Às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
- c)** À determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;
- d)** Sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§1º. Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

## TÍTULO IV DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 91.** O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

- I** - Atualização monetária;
- II** - Multa de mora;
- III** - Juros de mora;
- IV** - Multa de infração.

### SEÇÃO I DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

**Art. 92.** Os débitos para com a Fazenda Municipal, de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, quando não pagos até a data do vencimento, serão atualizados monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observando-se o seguinte:

- I** – Débitos vencidos a partir de 1º de janeiro de 2023, serão atualizados, mensalmente, pela variação acumulada entre os índices divulgados no mês do vencimento e no mês anterior ao do efetivo pagamento;
- II** – Débitos vencidos até 1º de janeiro de 2023 serão atualizados pela legislação então vigente;
- III** – A atualização monetária incidirá sobre o valor integral do crédito;
- IV** - No caso de créditos fiscais decorrentes de multas ou de tributos sujeitos à homologação, será feita a atualização destes levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ser pagos;
- V** - No caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte, dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

### SEÇÃO II DA MULTA DE MORA

**Art. 93.** A multa de mora, de natureza compensatória, destina-se a compensar o sujeito ativo da obrigação tributária pelo prejuízo suportado em virtude do atraso no pagamento que lhe era devido, e será aplicada na seguinte conformidade:

- I** - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e Taxas de Serviços Urbanos:  
Até 30 (trinta) dias de atraso, 2% (dois por cento) do valor do tributo atualizado;  
De 31 a 90 dias de atraso, 4% (quatro por cento) do valor do tributo atualizado;  
De 91 a 150 dias de atraso, 8% (oito por cento) do valor do tributo atualizado;  
Acima de 150 dias de atraso, 10% (dez por cento) do valor do tributo atualizado.

- II** – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e demais tributos não incluídos no inciso antecedente:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento).

**III** - Aplica-se o percentual da multa de mora sobre o valor do tributo ou contribuição devida, atualizado monetariamente.

### **SEÇÃO III DOS JUROS DE MORA**

**Art. 94.** Os débitos de qualquer natureza com a Fazenda Municipal estarão sujeitos, na esfera administrativa ou judicial, a incidência de juros, tomando-se como base a Taxa Média de Captação de Recursos do Governo Federal, através dos títulos da dívida mobiliária federal interna, especialmente a Taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, divulgada pelo Banco do Brasil ou a utilização de juros de 1% (um por cento) ao mês.

**Art. 95.** Os juros incidirão a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento do débito, sobre o valor do principal atualizado.

### **SEÇÃO IV DA MULTA POR INFRAÇÃO**

**Art. 96.** A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

**Art. 97.** A multa por infração será aplicada conforme as seguintes hipóteses:

I - Omissão ou inexactidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do sujeitará o contribuinte a multa equivalente a:

- a) 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo devido, na prática de qualquer ato de transmissão de bens e/ou direitos sem o pagamento do imposto nos prazos legais;
- b) 100% (cem por cento) do valor do tributo, caso ocorra omissão ou inexactidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento;
- c) 50% (cinquenta por cento) do tributo devido no caso do inciso anterior, quando não fique caracterizada a intenção fraudulenta.

**II - Pela falta de retenção do imposto na fonte, multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto não retido;**

**III- Pela ausência de recolhimento de tributo constatada em procedimento administrativo fiscal, multa de 75% (setenta e cinco por cento) do tributo devido;**

**IV - Pelo não recolhimento ou recolhimento parcial do imposto retido, no prazo e nas condições estabelecidas nesta Lei, multa de 80% (oitenta por cento) do tributo devido;**

**V - Iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta:**

Microempresa: Multa de **R\$ 250,00;**

Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 400,00;**

Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 1.000,00;**

Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 2.000,00.**

**VI - Promover inscrição no Cadastro Fiscal fora dos prazos estabelecidos nesta Lei:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 240,00;**

Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 300,00;**

Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;

Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**VII - Deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;

Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;

Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;

Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**VIII - Pela falta de escrituração ou escrituração irregular dos livros fiscais obrigatórios:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;

Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;

Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;

Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**IX - Deixar de entregar, enviar ou remeter, em sendo obrigado a fazê-lo, documento ou declaração exigida pela legislação tributária em vigor, bem como deixar de apresentar nos prazos regulamentares a Declaração de Atividades do Contribuinte - DAC, da Secretaria Executiva da Fazenda do Estado de Alagoas, por documento, sem prejuízo das penalidades aplicadas nas legislações específicas:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;

Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;

Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;

Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**X - Pela falta de livros fiscais obrigatórios, por livro:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;

Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;

Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;

Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**XI - Por retirar os livros fiscais obrigatórios do estabelecimento, por livro:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**XII - Deixar de apresentar, no prazo para tanto concedido, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou de base de cálculo de tributos municipais:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**XIII - Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitas a tributação, com omissões, ou dados inverídicos, com evidente intuito de evitar ou diferir imposição tributária:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**XIV – Recusar, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, a exibição de livros ou documentos fiscais, embarçar, iludir, dificultar ou impedir a ação fiscal, sonegar livros ou documentos para a apuração do tributo ou da fixação da sua estimativa ou não apresentar escrituração contábil idônea, que permita diferenciar as receitas ou despesas específicas das atividades de prestação ou tomada de serviços se e quando estas existirem, e ainda que permita diferenciar os valores dos tributos recolhidos, a recolher, retidos e/ou substituídos:**

**R\$ 340,00**, ocorrendo à infração na primeira notificação;  
**R\$ 580,00**, ocorrendo à infração na segunda notificação;  
**R\$ 970,00**, ocorrendo à infração na terceira notificação;  
**R\$ 1.900,00**, ocorrendo à infração na quarta notificação.

§ 1º. A partir da segunda notificação, a multa será o valor disposto na alínea “d”, acrescido de 20% (vinte por cento), cumulado a cada nova infração.

**XV - Pela prestação de informações falsas relativas a dados cadastrais mercantis:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**XVI - Uso indevido ou em desacordo com as especificações, de livros, faturas, Notas Fiscais ou outros documentos, por mês de apuração:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**XVII - Falta de autenticação de livros fiscais obrigatórios, por livro:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**XVIII - Confecção de livros, notas fiscais e demais documentos obrigatórios, sem a autorização da repartição competente: multa de R\$ 2.000,00 para o estabelecimento gráfico responsável e para o sujeito passivo de:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 970,00**;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 1.900,00**;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 3.900,00**;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 7.700,00**.

**XIX – Prestação de serviço sem a emissão da respectiva nota fiscal, quando obrigado, multa de 30% (trinta por cento) do imposto devido ou o disposto nas alíneas abaixo, o que for maior:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**XX - Inutilização, extravio, perda ou não conservação de livros ou documentos fiscais por 05 (cinco) anos, não comunicada ou não regularizada pelo sujeito passivo, conforme legislação tributária municipal, por documento:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

**XXI - Adulteração e outros vícios que influenciem a apuração do crédito fiscal, multa de 100 % (cem por cento) do imposto devido.**

**XXII – Não comparecimento do contribuinte à Prefeitura, para proceder à inscrição no Cadastro Imobiliário do Município ou anotações de alterações de qualquer natureza relativas ao imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do surgimento da nova unidade ou das alterações ocorridas:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de R\$ 250,00;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 920,00;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.800,00.

§ 1º. Consideram-se alterações relativas ao imóvel, na conformidade do que preceitua este item, as reformas externas ou internas; reparos estruturais ou estéticos (exceto pintura), construção de benfeitorias, demolição, reconstrução e quaisquer outras cuja natureza exija a elaboração de projeto e sua aprovação junto ao órgão competente da Administração Municipal e/ou qualquer outra esfera de governo.

**XXIII - Erro ou omissão dolosa, bem como falsidade, pertinentes às informações fornecidas para a inscrição ou alteração de dados no Cadastro Imobiliário:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 340,00**;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 680,00**;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 1.570,00**;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.900,00**.

**XXIV – Utilização, na via pública, de placa indicativa de publicidade, sem a necessária autorização da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, por placa:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 340,00**;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 680,00**;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 1.570,00**;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.900,00**.

**XXV - Pagamento espontâneo de tributo sem o recolhimento concomitante da multa moratória:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 340,00**;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 680,00**;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 1.570,00**;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.900,00**.

**XXVI - Demais infrações a presente Lei, relativa ao exercício de atividades ou prestação de serviços não especificados nos itens anteriores:**

Microempresa ou pessoa física: Multa de **R\$ 340,00**;  
 Empresa de Pequeno Porte: Multa de **R\$ 680,00**;  
 Empresa de Médio Porte: Multa de **R\$ 1.570,00**;  
 Empresa de Grande Porte: Multa de **R\$ 1.900,00**.

**XXVII – Pela instalação de equipamentos de infraestrutura nas vias e logradouros públicos do Município, sem a necessária autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, (por equipamento): Multa de R\$ 2.000,00.**

§ 2º. As circunstâncias agravantes ou atenuantes, conforme dispostas nos artigos 100 e 101, servirão para gradação da multa, reduzindo ou agravando o valor passível de aplicação na razão de 10% (dez por cento) para cada inciso do referido artigo, justificadamente aplicável ao caso.

## **TÍTULO V**

### **DAS REDUÇÕES CONCEDIDAS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 98.** Ao sujeito passivo da obrigação tributária que proceder ao recolhimento das importâncias efetivamente devidas será concedida redução do valor correspondente às multas e juros, observando-se os seguintes critérios:

I – Para débito fiscal parcelado em conformidade com o disposto no artigo 58 desta Lei:

- a) Desconto de 20% (vinte por cento), se parcelado em mais de 3 (três) e até 10 (dez) parcelas;
- b) Desconto de 30% (trinta por cento), se parcelado em até 3 (três) parcelas.

II - Para débito fiscal quitado de uma só vez:

- a) 70% (setenta por cento) de desconto para pagamento efetuado em qualquer fase do processo administrativo tributário.

Parágrafo único. Todo e qualquer desconto concedido para a quitação de débitos fiscais, somente será considerado realizado quando da total quitação da obrigação. O inadimplemento acarretará o cancelamento do desconto.

## **TÍTULO VI**

### **DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS INFRAÇÕES**

**Art. 99.** Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições da legislação tributária e, em especial, desta Lei.

**Parágrafo único.** Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.

**Art. 100.** Constituem agravantes de infração:



**I** - A sonegação, a fraude e o conluio;

**II** - A reincidência;

**III** - Ter o infrator recebido do contribuinte de fato, antes do procedimento fiscal, o valor do tributo sobre o que versar a infração, quando esta constituir falta de pagamento no prazo legal;

**IV** - O fato do tributo não lançado ou lançado a menor referir-se à operação cuja tributação já tenha sido objeto de decisão proferida em consulta formulada pelo contribuinte;

**V** - A inobservância a instruções escritas, baixadas pela Fazenda Municipal;

**VI** - A clandestinidade do ato, operação ou estabelecimento, a inexistência de escrita fiscal e comercial e a falta de emissão de documentos fiscais quando exigidos;

**VII** - O emprego de artifício fraudulento, como meio para impedir ou diferir o conhecimento da infração.

**Art. 101.** Constituem circunstâncias atenuantes da infração fiscal, com a respectiva redução de culpa, aquelas previstas na lei civil, a critério da Fazenda Pública Municipal.

**I** - O lançamento regular das operações tributárias nos livros fiscais e comerciais, com base em documentos legalmente tidos;

**II** - A comprovada ignorância ou incompreensão da legislação fiscal;

**III** - Ter o infrator, antes do procedimento fiscal, procurado de maneira inequívoca e eficiente, anular ou reduzir os efeitos da infração, prejudiciais ao Fisco;

**IV** - Qualquer outra atitude que faça presumir, inequivocamente, ter o infrator agido de boa fé.

**Art. 102.** Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

**Art. 103.** A sonegação se configura procedimento do contribuinte em:

**I** - Prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;

**II** - Inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;

**III** - Alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal;

**IV** - Fornecer ou emitir documentos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

**Art. 104.** O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando reduzida a respectiva penalidade, conforme previsão legal, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância determinada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§1º. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medidas de fiscalização relacionadas com a infração.

§2º. A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

**Art. 105.** Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública Municipal.

## **CAPÍTULO II DAS PENALIDADES**

**Art. 106.** São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separadas ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

**I** - A multa;

**II** - A perda de desconto, abatimento ou deduções;

**III** - A cassação do benefício da isenção;

**IV** - A revogação dos benefícios de anistia ou moratória;

**V** - A proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;

**VI** - A sujeição a regime especial de fiscalização.

**Parágrafo único.** A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

**Art. 107.** Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Pública Municipal solicitará ao órgão de Segurança Pública as providências de caráter policial necessárias à apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local, por meio de encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.

## **TÍTULO VII DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRO FISCAL CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 108.** Toda pessoa física ou jurídica, sujeita à obrigação tributária, antes de iniciar quaisquer atividades, deverá promover a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades exigidas nesta Lei ou em regulamento, ou ainda pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

**Art. 109.** O Cadastro Fiscal do Município de Olho D'Água das Flores é composto:

**I** - Do Cadastro Imobiliário de Contribuintes;

**II** - Do Cadastro Mercantil de Contribuintes;

**III** - De outros cadastros não compreendidos nos itens anteriores, necessários a atender às exigências da Prefeitura, com relação ao poder de polícia administrativa ou à organização dos seus serviços.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo definirá, em regulamento, as normas relativas à inscrição, averbação e atualização cadastrais, assim como os respectivos procedimentos administrativos e fiscais.

## **LIVRO II**

### **DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS**

#### **TÍTULO I**

#### **DOS TRIBUTOS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 110.** Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei, nos limites da competência constitucional e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**Art. 111.** A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

**I** - A denominação e demais características formais adotadas pela lei;

**II** - A destinação legal do produto da sua arrecadação.

**Art. 112.** Os tributos são: impostos, taxas, contribuição de melhoria e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.

**§1º.** Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

**§2º.** Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

**§3º.** Contribuição de melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

**§4º.** Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é o tributo instituído para fazer face ao custeio do consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA**

**Art. 113.** O Município de Olho D'Água das Flores, ressalvadas as limitações de competência tributária de ordem constitucional, tem competência legislativa plena, quanto à incidência, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

**Art. 114.** A competência tributária é indelegável, exceto através desta ou de lei específica, quanto à capacidade tributária ativa, compreendendo esta as atribuições de cobrar e arrecadar, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

**§1º.** Podem ser revogadas a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que as conferir, as atribuições delegadas nos termos do *caput* deste artigo.

**§2º.** Compreendem as atribuições referidas no *caput* e § 1º deste artigo as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que as conferir.

**§3º.** Não constitui delegação de competência o cometimento à pessoa jurídica de direito privado do encargo ou função de cobrar ou arrecadar tributos.

#### **CAPÍTULO III**

#### **DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA**

**Art. 115.** É vedado ao Município:

**I** - Exigir ou majorar tributos sem lei que o estabeleça;

**II** - Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

**III** - Cobrar tributos:

**a)** Em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

**b)** No mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

**IV** - Utilizar tributo com efeito de confisco;

**V** - Estabelecer limitações ao tráfego em seu território, de pessoas ou de mercadorias, por meio de tributos;

**VI** - Cobrar imposto sobre:

**a)** O patrimônio ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e outros Municípios;

**b)** O patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

**c)** Templos de qualquer culto;

**d)** Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

**VII** - Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino.

§1º. A vedação do inciso VI, “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§2º. As vedações do inciso VI, “a”, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonerar o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§3º. A vedação expressa no inciso VI, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§4º. O disposto no inciso VI não exclui a atribuição por lei, às entidades nele referidas, da condição substituto tributário e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecutorias do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§5º. O disposto na alínea “b” do inciso VI é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

**I** - Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

**II** - Aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

**III** - Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§6º. Não se considera instituição sem fins lucrativos aquela que, desenvolver atividades não vinculadas à finalidade da instituição, ou que explore atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário.

§7º. No reconhecimento da imunidade poderá o Município verificar os sinais exteriores de riqueza dos sócios e dos dirigentes das entidades, assim como as relações comerciais, se houverem mantidas com empresas comerciais pertencentes aos mesmos sócios.

§8º. No caso do ITBI, quando reconhecida à imunidade do contribuinte, o tributo ficará suspenso até 12 (doze) meses, findos os quais, se não houver aproveitamento do imóvel nas finalidades estritas da instituição, caberá o pagamento total do tributo, acrescido das cominações legais.

§9º. Na falta do cumprimento do disposto nos §§ 1o, 3o, 4o e 5o deste artigo, a autoridade competente deve suspender a aplicação do benefício.

**Art. 116.** Cessa o privilégio da imunidade para as pessoas de direito privado ou público, quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o ato.

**Parágrafo único.** Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencentes a entidades referidas neste artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, concessionário, comodatário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

**Art. 117.** A imunidade não abrangerá em caso algum as taxas devidas a qualquer título.

**Art. 118.** A concessão de título de utilidade pública não importa em reconhecimento de imunidade.

## **CAPÍTULO IV DOS IMPOSTOS**

**Art. 119.** Os impostos de competência privativa do Município são os seguintes:

**I** - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

**II** - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

**III** - Imposto Sobre Transmissão inter vivos de Bens Imóveis - ITBI.

## **TÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR**

**Art. 120.** Constitui fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a prestação, por pessoa jurídica ou pessoa física, com ou sem estabelecimento fixo, de serviços constantes da lista abaixo:

### **1 – Serviços de informática e congêneres.**

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo **tablets, smartphones** e congêneres.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

### **2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.**

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

### **3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.**

3.01 – (VETADO – Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003)

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

### **4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.**

- 4.01 – Medicina e biomedicina.
- 4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
- 4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatorios e congêneres.
- 4.04 – Instrumentação cirúrgica.
- 4.05 – Acupuntura.
- 4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.07 – Serviços farmacêuticos.
- 4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
- 4.10 – Nutrição.
- 4.11 – Obstetrícia.
- 4.12 – Odontologia.
- 4.13 – Ortopedia.
- 4.14 – Próteses sob encomenda.
- 4.15 – Psicanálise.
- 4.16 – Psicologia.
- 4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
- 4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
- 5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.**
- 5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
- 5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatorios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
- 5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
- 5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
- 5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
- 6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**
- 6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
- 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
- 6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.
- 6.06 – Aplicação de tatuagens, **piercing** e congêneres.
- 7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.**
- 7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
- 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
- 7.04 – Demolição.
- 7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
- 7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
- 7.08 – Calafetação.
- 7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
- 7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
- 7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
- 7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
- 7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
- 7.14 – (VETADO – Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003)
- 7.15 – (VETADO – Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003)
- 7.16 – Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
- 7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
- 7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
- 7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
- 7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.



7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

**8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

**9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

**10 – Serviços de intermediação e congêneres.**

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

**11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

11.05 – Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.

**12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, **taxi-dancing** congêneres.

12.07 – **Shows, ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows, ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

**13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**

13.01 – (VETADO – Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003)

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

**14 – Serviços relativos a bens de terceiros.**

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

**15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

**16 – Serviços de transporte de natureza municipal.**

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

**17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.**

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – (VETADO – Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003)

17.08 – Franquia (**franchising**).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

**18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

**19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

**20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.**

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

**21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

**22 – Serviços de exploração de rodovia.**

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

**23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

**24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

**25 - Serviços funerários.**

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

**26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriers congêneres.**

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriers congêneres.

**27 – Serviços de assistência social.**

27.01 – Serviços de assistência social.

**28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

**29 – Serviços de biblioteconomia.**

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

**30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.**

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

**31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

**32 – Serviços de desenhos técnicos.**

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

**33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

**34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

**35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

**36 – Serviços de meteorologia.**

36.01 – Serviços de meteorologia.

**37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

**38 – Serviços de museologia.**

38.01 – Serviços de museologia.

**39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.**

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

#### **40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

§1º. Na hipótese em que um mesmo contribuinte efetuar prestação de serviços enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a lista de serviços constante do Art. 120 desta Lei, o ISSQN será calculado mediante utilização das alíquotas correspondentes a cada um dos referidos itens, aplicadas sobre o respectivo preço de cada serviço prestado.

§2º. O fato gerador do imposto ocorre ainda que os serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§3º. O imposto incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§4º. O imposto incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§5º. Incluem-se entre os sorteios referidos no item 19 da lista constante do artigo 120, desta Lei, aqueles efetuados mediante inscrição automática por qualquer meio, desde que a captação de inscrições alcance participantes no Município.

§6º. Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§7º. A incidência do imposto independe:

**I** – Da existência de estabelecimento fixo;

**II** – Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

**III** – Do resultado financeiro obtido;

**IV** – Da destinação dos serviços;

**Art. 121.** Para os efeitos do ISS, considera-se:

**I - Profissional autônomo:** toda a pessoa física que exerça, habitualmente e por conta própria, sem vínculo empregatício, serviços profissionais e técnicos remunerados;

**II - Empresa:** todos os que, individual ou coletivamente, assumam os riscos da atividade econômica, admitam, assalariem e dirijam a prestação pessoal de serviços, assim como, para os efeitos desta Lei, bem como as sociedades não personificadas, ou ainda, aquelas pessoas físicas não enquadradas no inciso I deste artigo;

**III - Sociedade de profissionais:** sociedade simples e de trabalho pessoal, de caráter especializado, devidamente registrada no respectivo órgão de classe, organizada para a prestação de quaisquer dos serviços relacionados nos itens 4.01, 4.06, 4.08, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5.01, 7.01, 17.14, 17.16, 17.19 e 17.20 da lista de serviços do art. 120 desta Lei.

**Parágrafo único.** Equipara-se a empresa, para efeito de pagamento do ISS, o profissional autônomo que não comprovar a sua inscrição no Cadastro Mobiliário do Município.

**Art. 122.** O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas seguintes hipóteses, quando o imposto será devido no local:

**I** – Do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, quando proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

**II** – Da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**III** – Da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**IV** – Da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**V** – Das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista constante do artigo 120 desta Lei;

**VI** – Da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista constante do artigo 120 desta Lei;

**VII** – Da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista constante do artigo 120 desta Lei;

**VIII** – Da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista constante do artigo 120 desta Lei;

**IX** – Do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**X** – Do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XI** – Da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XII** – Da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XIII** – Onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XIV** - Dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XV** – Do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista constante do artigo 120 desta Lei;

**XVI** – Da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XVII** - Do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XVIII** – Do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XIX** – Da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;



**XX** – Do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XXI** - Do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XXII** - Do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei;

**XXIII** - Do domicílio do tomador dos serviços do subitem 15.09 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei.

**§1º.** Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 2º ao 8º deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos no inciso XXI, XXII, XXIII do caput deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**§2º.** No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços do art. 120 desta Lei, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

**§3º.** Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 2º deste artigo.

**§4º.** No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços do art. 120 desta Lei, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

**§5º.** O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços do art. 120 desta Lei, relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - Bandeiras;

II - Credenciadoras;

III - Emissoras de cartões de crédito e débito.

**§6º.** No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços do art. 120 desta Lei, o tomador é o cotista.

**§7º.** No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

**§8º.** No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.

**Art. 123.** Ressalvadas as hipóteses previstas no art. 122, o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.

**§1º.** Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**§2º.** A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:

I - Manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II - Estrutura organizacional ou administrativa;

III - Inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - Indicação como domicílio para efeito de tributos federais, estaduais ou municipais;

V - Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

**§3º.** A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

**§4º.** São também considerados estabelecimento prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

**§5º.** No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

**§6º.** No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços constante do artigo 120 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

**§7º.** Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no §1º, ambos do art. 8º - A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

**Art.124.** Salvo as exceções estabelecidas nesta Lei, cada estabelecimento do contribuinte é considerado autônomo para efeito de escrituração e manutenção de livros e documentos fiscais e para o recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos, inclusive multas e acréscimos, referentes a quaisquer deles.

**Parágrafo único.** O titular, sócio ou diretores de empresa são responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, que esta Lei atribui a mesma.

## **CAPÍTULO II DA NÃO INCIDÊNCIA**

**Art. 125. O imposto não incide sobre:**

**I** – As exportações de serviços para o exterior do País;

**II** – A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

**III** – O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

**Parágrafo único.** Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

### **CAPÍTULO III DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 126.** O Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou da penalidade pecuniária.

**§1º.** O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

**I** - Contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

**II** - Responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposições expressas nesta Lei.

**§2º.** Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária, ou ainda, a pessoa, que esteja vinculada, de qualquer forma ao fato gerador de tributo da competência do Município de Olho D'Água das Flores.

**I** - O sujeito passivo, caso convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficiente ou imprecisa, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas;

**II** - A convocação do sujeito passivo será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei;

**III** - Feita à convocação do sujeito passivo, terá ele o prazo de até 30 (trinta) dias, a cargo da administração, para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar da intimação.

**Art. 127.** Independentemente da responsabilidade tributária determinada no artigo 128, o tomador do serviço é responsável pelo Imposto Sobre Serviços, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

**I** – Estabelecido ou não neste Município, deixar de emitir a correspondente Nota Fiscal de Serviços referente à operação;

**II** – Efetuando prestação dos serviços descritos no artigo 122, não comprovar a quitação do imposto devido a este Município, incidente sobre as operações;

**III** – Estabelecido ou domiciliado neste Município, não estiver inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes.

**Art. 128.** São responsáveis, na qualidade de substituto tributário, inclusive em caráter supletivo:

**I** - Pelo imposto incidente em todos os serviços que lhes sejam prestados:

**a)** Órgãos, entes e entidades da Administração Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive aqueles integrantes do Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público;

**b)** Entes e entidades da Administração Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tais como as Autarquias e Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

**c)** Concessionárias, autorizadas, delegadas e permissionárias de serviço público federal, estadual, distrital federal ou municipal;

**d)** Entidades ou instituições classificadas como serviços sociais autônomos;

**e)** Estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central;

**f)** Seguradoras de qualquer natureza;

**g)** Administradoras de cartão de crédito;

**h)** Administradoras de consórcios;

**i)** Os prestadores de serviços que explorem as atividades previstas nos itens 4.22 e 4.23 do art. 120 desta Lei;

**j)** Os prestadores de serviços que explorem as atividades de rádio, jornal e televisão.

**II** - Os incorporadores, construtores e empreiteiros principais pelo imposto incidente nos serviços contratados aos empreiteiros e subempreiteiros estabelecidos ou não neste Município;

**III** - Os incorporadores, construtores, empreiteiros e imobiliárias pelo imposto incidente nas comissões pagas pela corretagem de venda dos imóveis;

**IV** - Os administradores de obras pelo imposto incidente na contratação dos serviços necessários à execução da mesma, ainda que o pagamento seja efetuado diretamente pelo dono da obra;

**V** - Os prestadores de serviços que explorem loterias e outros jogos, permitidos ou não, inclusive apostas, pelo imposto incidente sobre comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;

**VI** - As operadoras turísticas pelo imposto incidente nas comissões pagas a seus agentes e intermediários;

**VII** - Os hospitais, maternidades, casas de repouso, casas de recuperação e clínicas médicas pelo imposto incidente na contratação dos serviços de:

**a)** Guarda e vigilância;

**b)** Limpeza e conservação;

**c)** Laboratórios de análises, de patologia e de eletricidade médica e assemelhados, quando a assistência a seus pacientes se fizerem sem intervenção das atividades referidas na alínea “i”, inciso I, deste artigo;

**d)** Bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como por prestadores de serviços que executem remoção de pacientes, quando seu atendimento se fizer na forma referida na alínea anterior;

**e)** Tinturaria e lavanderia;

**f)** Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário.

**IX** - Os estabelecimentos de ensino pelo imposto incidente na contratação dos serviços de:

**a)** Guarda e vigilância;

**b)** Limpeza e conservação.

**X** - As agências de publicidade pelo imposto incidente na contratação dos serviços de composição gráfica, fotolito, fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem, de elaboração de cenários, painéis e efeitos decorativos, desenhos, textos e outros materiais publicitários;

**XI** - Os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, pelo imposto devido pelos locatários, relativo à exploração desses bens;

**XII** - Os proprietários de aparelhos, máquinas e equipamentos instalados em estabelecimentos de terceiros sob regime de co-exploração, pelo imposto devido sobre a parcela da receita bruta auferida pelo co-explorador;

**XIII** - Os titulares de estabelecimentos, em cujas dependências:

- a) Seja explorada atividade tributável, pelo imposto incidente na operação, quando executada por prestadores que não comprovem sua inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal da Prefeitura Municipal de Olho D'Água das Flores;
- b) Sejam instaladas máquinas, aparelhos e equipamentos, pelo imposto relativo à exploração desses bens, cujo proprietário que não comprove sua inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal da Prefeitura Municipal de Olho D'Água das Flores.

**XIV** - Os tomadores do serviço pelo imposto incidente na operação contratada com prestador que deixe de emitir, estando obrigado, o documento fiscal idôneo;

**XV** - Os tomadores do serviço pelo imposto incidente nas operações contratadas com prestadores que não comprovem sua inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal da Prefeitura Municipal de Olho D'Água das Flores;

**XVI** - Os tomadores do serviço pelo imposto incidente nas operações contratadas com profissional autônomo que não comprove, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Estar inscrito no Cadastro Mobiliário Fiscal da Prefeitura Municipal de Olho D'Água das Flores na atividade em que o serviço for prestado;
- b) Estar quite com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, através de certidão negativa de débitos tributários.

**XVII** - Os tomadores ou intermediários de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País, pelo imposto incidente na operação;

**XVIII** - Os tomadores do serviço pelo imposto incidente nas operações quando não identificarem o prestador mediante a apresentação conjunta dos seguintes dados:

- a) Nome, firma, razão social ou denominação;
- b) Endereço completo;
- c) Número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou Jurídicas da Receita Federal.

**XIX** - Os condomínios, residenciais ou não, em relação aos serviços que lhe forem prestados;

**XX** - A pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15 7.16, 7.17, 7.19, 10.04, 11.02, 15.09, 17.05, 17.10 do art. 120 desta Lei.

**XXI** - As pessoas referidas nos incisos II ou III do §5º do art. 122 desta Lei, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 do art. 120 desta Lei.

**XXII** - A pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no §7º do art. 122 desta Lei.

**§1º.** A responsabilidade tributária é extensiva ao promotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituições responsáveis por ginásios, por estádios, por teatros, por salões e por congêneres, em relação aos eventos realizados.

**§2º.** No regime de responsabilidade tributária por substituição total:

**I** - A retenção e o recolhimento do ISSQN, por parte do tomador de serviço, substitui, totalmente, a responsabilidade tributária do prestador de serviço;

**II** - A não retenção e o não recolhimento do ISSQN, por parte do tomador de serviço, não exclui, parcialmente ou totalmente, a responsabilidade tributária do prestador de serviço.

**§3º.** A responsabilidade de que trata este artigo:

**I** - Abrange, inclusive, multa de mora, multa por infração, juros de mora e atualização monetária decorrentes do imposto inadimplido;

**II** - Obriga, inclusive, os tomadores de serviços que desempenhem atividades não sujeitas à tributação pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, em virtude de imunidade, não incidência ou isenção;

**III** - Não obriga o tomador do serviço que contratar profissional autônomo, salvo quando se tratar da hipótese prevista no inciso XVI, do caput deste artigo;

**IV** - É solidária, não comportando benefício de ordem;

**V** - Refere-se aos serviços prestados no âmbito do Município de Olho D'Água das Flores.

**§4º.** Considera-se documento fiscal idôneo aquele que, nos termos do regulamento, seja cabível para retratar a operação respectiva.

**§5º.** No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

**§6º.** Compete às administradoras de cartão de crédito e débito providenciar o registro a que se refere o §5º deste artigo, na forma do regulamento.

**§7º.** O sujeito passivo a que refere o "caput" deste artigo deverá declarar as operações fiscais referentes aos serviços elencados, na forma e prazos a ser regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 129.** Elide a responsabilidade por substituição prevista no artigo anterior o tomador do serviço que:

**I** - Retiver o valor do imposto incidente na operação e recolhê-lo aos cofres municipais;

**II** - Retiver o valor do imposto incidente na operação e recolhê-lo aos cofres municipais, observando as deduções previstas em Lei e definidas em regulamento;

**III** - Comprovar a extinção do crédito tributário referente ao imposto incidente na operação;

**IV** - Exigir e guardar, para cada caso, nas hipóteses de imunidade, não incidência ou isenção afetas ao prestador do serviço, cópia de ato declaratório ou documento equivalente expedido pela Secretaria Municipal de Finanças atestando a respectiva situação.

**§1º.** O tomador de serviços que não adotar as medidas elisivas da responsabilidade por substituição de que trata este artigo fica obrigado ao recolhimento do imposto incidente na operação, bem como os acréscimos decorrentes do inadimplemento, sem prejuízo da responsabilidade administrativa e penal.

**§2º.** Considera-se desonerado do imposto incidente na operação o prestador do serviço, quando o tomador haja procedido à retenção na fonte, comprovado mediante instrumentos dotados de requisitos mínimos, estipulados em regulamento.

**§3º.** A elisão de que trata o inciso I deste artigo, far-se-á aplicando-se a alíquota de 5% (cinco por cento), nos casos em que o serviço seja prestado por profissional autônomo que não comprove as condições fixadas no inciso XVI do artigo anterior.

**§4º.** O prestador de serviços optante pelo Simples Nacional deverá informar no histórico na nota fiscal de serviços, alíquota do ISS a qual está sujeito, para fins de retenção do imposto.

§5º. Não será eximida a responsabilidade do prestador de serviço quando a alíquota informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento da diferença apurada, será realizada através do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, sem prejuízo das sanções legais pertinentes.

§6º. Na hipótese do prestador de serviços não cumprir a formalidade prevista no §4º deste artigo, o tomador deverá efetuar a retenção do imposto com base nas alíquotas previstas no art. 136 desta Lei.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA BASE DE CÁLCULO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 130.** A base de cálculo é o preço do serviço.

§1º. Para os efeitos deste artigo considera-se preço tudo que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza, sem prejuízo do disposto nesta Seção.

§2º. As parcelas relativas a fretes, carretos, além do próprio imposto, são consideradas partes integrantes do preço referido neste artigo, constituindo o respectivo destaque nos documentos fiscais, mera indicação de controle.

§3º. Incluem-se na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviços, inclusive as relacionadas com a retenção periódica dos valores recebidos.

§4º. Os descontos ou abatimento sob condição integram o preço do serviço.

§5º. Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante da sua conversão em moeda nacional, ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

§6º. Na falta de preço, será tomado como base de cálculo o valor cobrado dos usuários ou contratantes de serviços similares.

**Art. 131.** Na prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista constante do art. 120, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes:

**I** - Ao valor dos materiais adquiridos de terceiros, efetivamente empregados, que tenham se incorporado definitivamente a obra ou imóvel, quando fornecidos pelo prestador dos serviços;

**II** - Ao valor das subempreitadas já tributadas, no Município, pelo imposto.

§ 1º. A dedução dos valores de que trata este artigo será feita mediante a apresentação dos documentos fiscais correspondentes aos materiais empregados e das subempreitadas executadas, onde conste expressamente em cada documento fiscal as seguintes informações:

A obra ou imóvel para onde se destina o material fornecido e o valor dedutível para o ISS;

A obra ou imóvel objeto da subempreitada e o valor dedutível para o ISS;

O número da matrícula da obra no INSS.

§2º. Para efeito do disposto no “caput” deste artigo, não são dedutíveis do preço dos serviços:

**I** - Os materiais:

**a)** Utilizados pelo construtor e passíveis de remoção da obra, tais como: barracões, alojamentos de empregados e respectivos utensílios, madeiras, ferragens, pregos, instalações elétricas, usados na confecção de tapumes, andaimes, escoras, torres, similares, equipamentos como: formas de concreto, ferramentas, máquinas, motores, veículos, bombas, guindastes, balancins e equipamentos de segurança;

**II** - **Adquiridos:**

**a)** Através de recibos, nota fiscal de venda ao consumidor ou, ainda, aqueles cuja aquisição não esteja comprovada pela primeira via da nota fiscal emitida pelo vendedor;

**b)** Através de nota fiscal em que não conste a perfeita identificação do emitente e do destinatário;

**c)** Adquiridos e/ou utilizados após a emissão da nota fiscal de serviços da qual foi efetuado o abatimento;

**d)** Quaisquer outros materiais ou equipamentos utilizados na construção e que não se integrem a mesma.

§ 3º. O contribuinte ou responsável pelo imposto devido na prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista do art. 120, poderá optar pela dedução de materiais e subempreitadas, sem a necessidade do cumprimento dos requisitos determinados pelos §§ 1º e 2º do artigo 131, através da utilização de percentual fixo de dedução, englobando material e subempreitada conforme o seguinte:

**a)** Item 7.02 da lista anexa, exceto recapeamento asfáltico e pavimentação - 50% (cinquenta por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço;

**b)** Item 7.05 da lista anexa - 40% (quarenta por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço;

**c)** Recapeamento asfáltico e pavimentação - 40% (quarenta por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço;

**d)** Terraplenagem - 10% (dez por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço.

§4º. O Poder Executivo Municipal poderá disciplinar em Decreto formas complementares de controle e operacionalidade do disposto neste artigo.

**Art.132.** Quando os serviços descritos pelos subitens 3.03 e 22.01 da lista de serviços constante do Art. 120 forem prestados no território deste Município e também no de um ou mais outros Municípios, a base de cálculo será a proporção do preço do serviço que corresponder à proporção, em relação ao total, conforme o caso, da extensão da ferrovia, da rodovia, das pontes, dos túneis, dos dutos e dos condutos de qualquer natureza, dos cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes neste Município.

**Art.133.** Sem prejuízo das penalidades cabíveis, os preços dos serviços e as deduções autorizadas por lei poderão ser arbitrados sempre que:

**I** - Exercendo atividade sujeita à tributação pelo imposto, o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes - CMC;

**II** - O sujeito passivo não possuir documentos ou livros fiscais obrigatórios;

**III** - Observadas as disposições desta Lei, houver atraso ou irregularidade na escrituração dos livros fiscais;

**IV** - Regularmente intimado, o sujeito passivo recusar-se a exibição de livros e documentos fiscais obrigatórios;

**V** - Sujeito ao lançamento por homologação, o sujeito passivo não houver recolhido o imposto nos prazos legais ou regulamentares;

**VI** - Quando o contribuinte for pessoa física.



**Parágrafo único.** Fica igualmente autorizado o arbitramento quando:

O sujeito passivo fraudar ou sonegar dados indispensáveis ao lançamento do imposto;

Os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;

As declarações, os esclarecimentos prestados pelo sujeito passivo, bem como os documentos por ele exibidos, sejam omissos, não mereçam fé ou não possibilitem a apuração da receita;

A prestação dos serviços seja referente aos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços constante do Art. 120.

**Art.134.** Para proceder ao arbitramento a autoridade fiscal poderá basear-se em quaisquer elementos que permitam apurar a receita tributável e o montante do ISSQN devido, inclusive com base nos elementos relacionados a seguir, desde que anexe aos autos cópia dos documentos que deram suporte ao feito:

**I** - Preços correntes na praça, para o mesmo serviço ou similares;

**II** - Média aritmética da receita auferida pelo contribuinte em períodos anteriores ao período em questão, atualizada monetariamente;

**III** - Receita de outros contribuintes do mesmo porte, que exerçam a mesma atividade ou assemelhada;

**IV** - Informações adquiridas através de convênios firmados com órgãos estaduais e federais;

**V** - Informações e dados obtidos através de relatórios e/ou documentos comerciais, fornecidos pelo contribuinte ou por terceiros;

**VI** - O montante das despesas mensais do contribuinte, incluindo-se dentre elas:

**a)** Valor dos materiais, matérias primas, insumos, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

**b)** Valor total dos salários pagos a empregados;

**c)** Valor total das remunerações, retiradas ou pró-labores de diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

**d)** Valores pagos a título de empréstimos e financiamentos em geral;

**e)** Valor das despesas com fornecimento de água, energia, gás, telefone e internet;

**f)** O valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor do imóvel, das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, desde que tais bens sejam de propriedade do contribuinte;

**g)** Valor pago pelo aluguel ou arrendamento do imóvel, caso este não seja de propriedade do contribuinte;

**h)** Valor pago pelo aluguel ou comodato de máquinas e equipamentos, caso tais bens

sejam de propriedade de terceiros;

**i)** Encargos obrigatórios do contribuinte, tais como tributos federais, estaduais e municipais, contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e demais contribuições parafiscais; e

**j)** Outras despesas gerais e operacionais não especificadas nas alíneas anteriores.

**VII** - Índices nacionais ou regionais de construção civil e/ou valores fixados mensalmente nas Planilhas CUB – Custos Unitários Básicos de Construção Civil, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Alagoas – SINDUSCON – AL, suas classificações e valores, no caso da prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços constante do Art. 120 desta Lei e, em especial, quando se tratar do arbitramento a que se refere o art. 191 alínea “d” desta Lei;

**VIII** - Informações, dados e estatísticas de controle e acompanhamento de setores econômicos fornecidos por órgãos e entidades oficiais.

**§1º.** O conflito entre informações fornecidas pelo próprio sujeito passivo, ou entre estas e aquelas fornecidas por outras fontes fidedignas, é motivo fundado e suficiente para a realização do arbitramento.

**§2º.** A receita bruta, arbitrada para fins de cálculo do ISSQN, não poderá ser inferior ao somatório das despesas a que se refere o inciso VI do caput deste artigo, acrescido do percentual de 30% (trinta por cento).

**§3º.** Do imposto resultante do arbitramento, para cada período ou exercício, serão deduzidas as parcelas sobre as quais se tenha lançado o tributo.

**§4º.** Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, a autoridade fiscal deverá lavrar termo circunstanciado do que for apurado, no qual serão indicados, de modo claro e preciso, os critérios e procedimentos adotados para a realização do arbitramento.

**Art. 135.** O ISSQN devido na prestação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais será calculado sobre o valor dos emolumentos dos atos notariais e de registro praticados.

## SEÇÃO II DAS ALÍQUOTAS

**Art. 136.** O ISSQN será calculado aplicando-se a alíquota de 5% (cinco por cento) sobre a base de cálculo, referente aos serviços previstos na lista a que se refere o artigo 120.

**§1º.** Nas contratações de serviços em que for obrigatória a substituição tributária, aplicar-se-á as alíquotas conforme determinado neste artigo.

**§2º.** Os profissionais autônomos recolherão o imposto conforme definido no inciso I do art. 121, de acordo com os valores previstos no Anexo XV desta Lei.

**§3º.** O disposto no §2º deste artigo não se aplica à sociedade que apresente qualquer uma das seguintes características:

**I** - Natureza comercial;

**II** - Sócio pessoa jurídica;

**III** - Atividade diversa da habilitação profissional dos sócios;

**IV** - Sócio não habilitado para o exercício de atividade correspondente ao serviço prestado pela sociedade;

**V** - Sócio que não preste serviço em nome da sociedade, nela figurando apenas com aporte de capital;

**VI** - Caráter empresarial;

**VII** - Existência de filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato, ou qualquer outro estabelecimento descentralizado.

## SEÇÃO III

**ESTIMATIVA**

**Art. 137.** O valor do imposto poderá ser fixado, pela autoridade fiscal, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

- I** - Quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- II** - Quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização, independente das penalidades cabíveis;
- III** - Quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação, independente das penalidades cabíveis;
- IV** - Quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal específico;
- V** - Quando se tratar de contribuinte pessoa física.
- VI** - Quando se tratar de prestadores de serviços de diversões públicas, não estabelecidos neste Município ou que não possuam inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes - C.M.C, deste Município.

**Parágrafo único.** No caso do inciso I deste artigo, consideram-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

**Art. 138.** A autoridade competente para fixar a estimativa poderá levar em consideração, conforme o caso:

- Dados fornecidos pelo próprio contribuinte, além de quaisquer outros elementos informativos da receita provável deste, inclusive estudos dos órgãos e entidades de classe vinculados diretamente à atividade desenvolvida;
- O valor dos materiais e combustíveis consumidos;
- O total dos salários pagos;
- O total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;
- 2% (dois por cento) do valor do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços ou, na hipótese de não serem próprios os referidos bens, o valor dos respectivos alugueis;
- As despesas com fornecimento de água, energia e telefone;
- Índices nacionais ou regionais de construção civil, que indiquem custo de mão de obra e de materiais;
- Índices nacionais referentes ao salário base de cada categoria profissional;
- Outros elementos devidamente identificados.

**Art. 139.** O valor do imposto, estimado na forma do artigo anterior, será recolhido na conformidade do disposto no artigo 149 desta Lei.

**Art. 140.** Os contribuintes submetidos ao regime de estimativa serão regulamente notificados do período de duração do regime, bem como das importâncias a serem recolhidas.

**Art. 141.** Os valores estimados, para determinado exercício ou período, poderão ser revistos pela autoridade fiscal e, se for o caso, reajustadas as prestações subseqüentes à revisão, notificando-se o contribuinte, na forma do artigo anterior.

**Art. 142.** O contribuinte poderá contestar os valores estimados, mediante reclamação e sucessivamente, recurso, dirigidos à autoridade fiscal competente, na forma desta Lei.

**§1º.** O prazo para reclamação referida neste artigo é de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento das notificações de que trata o art. 140.

**§2º.** Julgada procedente a impugnação, a diferença a maior recolhida na pendência da decisão, será compensada nos recolhimentos futuros relativos ao período ou, se for o caso, restituída ao contribuinte mediante requerimento.

**§3º.** Se a decisão proferida agravar o valor da estimativa, deve o contribuinte promover o recolhimento da diferença correspondente a cada mês, nas condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 143.** Ao fim do período para o qual se fez a estimativa, ou ainda, por qualquer motivo, suspensa a aplicação do regime, a autoridade fiscal procederá à apuração da receita auferida e do imposto efetivamente devido, notificando-se o contribuinte dos resultados obtidos.

**Parágrafo único.** As diferenças verificadas entre o total do imposto estimado e o montante efetivamente devido serão:

- I** - Recolhidas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da notificação referida no “caput” deste artigo;
- II** - Devolvidas ao contribuinte, mediante requerimento a ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do último dia do período abrangido pela estimativa.

**Art. 144.** O enquadramento no regime de estimativa poderá ser feito, a critério da Secretaria Municipal de Finanças, individualmente, por categorias de estabelecimentos, ou por grupos de atividade, independentemente, a aplicação do regime, do fato de se encontrar o contribuinte sujeito a manter escrita fiscal.

**Parágrafo único.** Sendo insatisfatórios os meios normais de controle, a Secretaria Municipal de Finanças poderá exigir, do contribuinte, a adoção de máquinas, equipamentos ou documentos especiais, necessários à apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

**SEÇÃO IV  
INSCRIÇÃO**

**Art. 145.** Os sujeitos passivos do imposto devem promover sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes - C.M.C., uma para cada local de atividade, na forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Finanças e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de início da atividade, ainda que se trate de sujeito passivo beneficiado por imunidade ou isenção.

**§1º.** Caso o contribuinte não possua estabelecimento fixo, a inscrição será feita pelo local do seu domicílio.

**§2º.** O recebimento da inscrição prevista neste artigo não faz presumir a aceitação dos dados declarados pelo contribuinte.

**Art. 146.** Sempre que os dados declarados no momento da inscrição sofrerem alterações, fica o contribuinte obrigado a informá-las ao Cadastro Mercantil de Contribuintes - CMC, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data das respectivas ocorrências.

**Parágrafo único.** Também no prazo referido neste artigo devem ser comunicados o encerramento das atividades, a venda e a transferência do estabelecimento.

**Art. 147.** Compete à Secretaria Municipal de Finanças, em caso de omissão do contribuinte e sempre que julgado necessário, promover, de ofício, inscrições, alterações de dados cadastrais e cancelamento de inscrições.

**Art. 148.** A inscrição, a atualização de dados cadastrais e o cancelamento das inscrições serão efetuados em formulários próprios, segundo modelos instituídos pela Secretaria Municipal de Finanças, através dos quais serão declarados os dados e informações exigidas no interesse da fiscalização do tributo.

**Parágrafo único.** Como complemento dos dados da inscrição, fica o contribuinte obrigado a anexar, ao formulário mencionado neste artigo, quaisquer documentos exigidos pela Fazenda Municipal.

## SEÇÃO V LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

**Art. 149.** O lançamento será feito a todos os contribuintes sujeitos ao ISS, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, tendo como base os dados constantes no Cadastro Mercantil de Contribuintes.

**Art. 150.** O lançamento do ISS será feito:

**I** - Por homologação;

**II** - De ofício, quando calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério da autoridade administrativa e, em consequência do levantamento fiscal, ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto, podendo ser lançado, a critério da autoridade administrativa, através de Notificação e Auto de Infração.

**Art. 151.** Ressalvadas as exceções previstas nesta Lei, os sujeitos passivos devem, independentemente de qualquer notificação, calcular o imposto incidente sobre os serviços prestados ou tomados (retidos ou substituídos), em cada mês, recolhendo-o até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao faturamento ou no prazo estabelecido em portaria baixada pela Secretaria Municipal de Finanças.

**§1º.** Quando os serviços tenham como base de cálculo faturamentos resultantes de convênios celebrados com o S.U.S., o recolhimento do imposto deverá ocorrer até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento das respectivas faturas.

**§2º.** O recolhimento do imposto será feito através de formulário próprio, instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 152.** O imposto relativo aos serviços de diversões públicas, prestados nas condições descritas pelo inciso VI do artigo 137 desta Lei, será recolhido antecipadamente, na forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 153.** O lançamento do imposto poderá ser procedido de ofício, cumprindo à autoridade que o realizar, a obrigatoriedade de notificar o sujeito passivo.

**Art. 154.** O contribuinte deverá promover recolhimentos distintos do imposto incidente sobre os serviços prestados em cada estabelecimento ou local de exercício da atividade.

**Parágrafo único.** É facultado o recolhimento unificado do imposto, relativamente a todos os estabelecimentos ou locais de exercício da atividade desde que:

**I** - O contribuinte esteja obrigado à manutenção de escrita contábil e adote a centralização desta em um dos seus estabelecimentos ou locais de exercício da atividade;

**II** - O estabelecimento ou local de centralização da escrita esteja localizado no território do Município;

**III** - O recolhimento unificado do imposto previsto no parágrafo único deste artigo seja requerido à Secretaria Municipal de Finanças que, em caso de deferimento do pedido, expedirá documento atestando a decisão favorável e, ainda, o local ou estabelecimento onde será centralizada a escrita e por via da qual serão realizados os recolhimentos do imposto.

**Art. 155.** Os contribuintes do imposto ficam obrigados à declaração das operações tributáveis ou sua ausência, nas hipóteses de isenção ou remissão.

**§1º.** A declaração poderá ser feita através da escrituração dos livros fiscais prevista nesta Lei ou por outra forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Finanças.

**§2º.** O Secretário Municipal de Administração e Finanças poderá dispensar a seu critério, e mediante Portaria, a declaração de que trata este artigo, inclusive nos casos de contribuintes sujeitos ao regime de estimativa.

## SEÇÃO VI ISENÇÕES

**Art. 156.** São isentos do imposto:

**I** - Concertos, recitais, “shows”, exibições cinematográficas, quermesses e espetáculos similares, quando realizados para fins assistenciais e educacionais, por entidades regularmente constituídas;

**II** - Os pequenos artistas, assim considerados os que, em seu próprio domicílio, sem porta aberta para a via pública e sem propaganda de qualquer espécie, prestem serviços por conta própria, sem empregados, não se entendendo como tais cônjuges ou filhos do contribuinte.

§1º. Os contribuintes isentos do imposto, na forma deste artigo, ficam dispensados da emissão de Notas Fiscais ou Faturas de Serviços e respectiva escrituração.

§2º. A isenção prevista no início I deste artigo, deve ser requerida antecipadamente, não dispensando os responsáveis pelo evento da emissão de bilhete de ingresso.

## **SEÇÃO VII DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**Art. 157.** Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não do imposto, ou dele isentas ou imunes, que de qualquer modo participem direta ou indiretamente de operações relacionadas com a prestação de serviços, estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste título e das previstas em regulamento.

§1º As obrigações acessórias constantes deste título e regulamento não excluem outras de caráter geral e comum a vários tributos previstos na legislação própria.

§2º. O contribuinte poderá ser autorizado a utilizar regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, observado o disposto em regulamento.

## **SEÇÃO VIII DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO MERCANTIL DE CONTRIBUÍNTES**

**Art. 158.** A inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes a que se refere este artigo será promovida de ofício ou pelo contribuinte ou responsável, na forma estipulada em regulamento.

§1º. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsáveis no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam sua aceitação pela Fazenda Pública Municipal, que as poderá rever a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

§2º. A inscrição, alteração ou retificação de ofício não exime o infrator das multas cabíveis.

**Art. 159.** O contribuinte é obrigado comunicar o encerramento ou a paralisação da atividade no prazo e na forma do regulamento.

§1º. Sempre que os dados declarados no momento da inscrição sofrerem alterações, fica o contribuinte obrigado a informá-las, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data das respectivas ocorrências.

§2º. Também no prazo referido neste artigo devem ser comunicados o encerramento das atividades, a venda e a transferência do estabelecimento.

§3º. Em caso de deixar o contribuinte de recolher o imposto por mais de 2 (dois) anos consecutivos e não ser encontrado no domicílio tributário fornecido, a inscrição e o cadastro poderão ser baixados de ofício, na forma que dispuser o regulamento.

§4º. A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

**Art. 160.** É facultado à Fazenda Pública Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante notificação, fiscalização e convocação por edital dos contribuintes.

## **SEÇÃO IX DAS DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS FISCAIS**

**Art. 161.** Obrigam-se os sujeitos passivos do imposto, contribuintes, responsáveis ou substitutos tributários a manter, em cada um dos seus estabelecimentos sujeitos a inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados ou tomados, ainda que não tributados.

§1º. O regulamento estabelecerá os modelos de livros fiscais, a forma e os prazos para sua escrituração, podendo ainda, dispor sobre a dispensa ou a obrigatoriedade de manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou a atividade econômica explorada nos respectivos estabelecimentos.

§2º. Toda e qualquer pessoa jurídica, sociedade empresária ou sociedade simples, sujeito passivo da obrigação tributária, que mantenha filiais no território do Município de Olho D'Água das Flores, é obrigada a manter contabilidade descentralizada para cada unidade ou centro de custo, localizado no Município, que permita diferenciar as receitas ou despesas específicas das atividades de prestação ou tomada de serviços se e quando estas existirem; e ainda que permita diferenciar os valores dos tributos recolhidos, a recolher, retidos e/ou substituídos.

§3º. Os sujeitos passivos do imposto, que forem autorizados, pela legislação tributária do Município de Olho D'Água das Flores, a utilizar para efeitos de tributação, o regime contábil de caixa em substituição ao regime contábil de competência, e que não estejam sob o regime de estimativa, estão obrigadas, também, a manter relatórios analíticos detalhados, atualizados, do total dos serviços prestados, contratados, cancelados, não efetivados, não pagos, e dos efetivamente recebidos, sob pena de serem consideradas não autorizadas ao regime contábil de caixa, independente de outras penalidades previstas nesta lei.

§ 4º. Os relatórios, de que trata este parágrafo devem informar, no mínimo: o CNPJ do tomador do serviço, o tipo de serviço, o valor do serviço, a data da contratação ou prestação e a data do pagamento ou cancelamento.

**Art. 162.** Os livros fiscais, notas fiscais e os documentos representativos ou indicativos de fatos geradores de obrigação tributária não poderão ser retirados do estabelecimento, sob nenhum pretexto, excetuados os casos em que estejam sob responsabilidade de profissional encarregado da contabilidade ou hajam sido solicitados, apreendidos pelo Fisco de qualquer nível de Governo, presumindo-se fora do estabelecimento, o livro que não for exibido, quando solicitado pelo Agente Fazendário Municipal, em prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo único.** Os Agentes do Fisco Municipal apreenderão, mediante expedição do respectivo termo, todos os livros fiscais, notas fiscais e os documentos representativos ou indicativos de fatos geradores de obrigação tributária, encontrados fora do estabelecimento, e os devolverão ao contribuinte, após a lavratura do Auto de Infração cabível.

**Art. 163.** Os livros fiscais, que observarão modelos próprios e serão impressos com folhas tipograficamente numeradas, só poderão ser usados, depois de visados pela repartição fazendária competente, mediante “termo de abertura”.



§1º. Os livros novos somente serão autenticados pela Fazenda Municipal, mediante apresentação dos livros correspondentes, prestes a serem encerrados, ressalvadas as hipóteses de início de atividade e extravio do(s) livro(s) em uso, esta última, condicionada ao cumprimento das formalidades legais pertinentes.

§2º. Os livros fiscais e comerciais, de qualquer natureza, assim como notas fiscais ou qualquer documento que de algum modo se refira ou esteja relacionado à fato(s) gerador(es) de obrigação tributária são de exibição obrigatória ao fisco, devendo ser conservados, pelo prazo de 05(cinco) anos, por quem tiver feito uso, contados da comunicação oficial do encerramento da atividade econômica.

§3º. Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais, excludentes ou limitativas dos direitos do Fisco, de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e feitos comerciais e fiscais.

§4º. Os livros fiscais e comerciais, notas fiscais e documentos citados no “caput” deste artigo poderão ser examinados, pelos agentes do fisco municipal, fora do estabelecimento do sujeito passivo, desde que lavrado termo escrito de retenção pela autoridade fiscal, em que se especifiquem a quantidade, espécie, natureza e condições dos livros e documentos retidos.

§5º. Constituindo os livros fiscais, notas fiscais ou documentos supramencionados prova da prática de ilícito tributário, os originais retidos não serão devolvidos, extraindo-se cópia para entrega ao sujeito passivo.

§6º. Excetuado o disposto no parágrafo anterior, devem ser devolvidos os originais dos documentos retidos para exame, mediante recibo.

§7º. O sujeito passivo usuário de sistema de processamento de dados para escrituração contábil deverá manter documentação técnica completa e atualizada do sistema, suficiente para possibilitar a sua auditoria, facultada a manutenção em meio magnético, sem prejuízo da sua emissão gráfica, quando solicitada.

**Art. 164.** Quando da efetiva prestação de serviços, deverá ser emitida Nota Fiscal, com as indicações, utilização e autenticação definidas em regulamento.

**Art. 165.** A impressão de Notas Fiscais, só poderá ser efetuada, mediante prévia autorização da Fazenda Municipal, atendidas as normas estabelecidas em regulamento.

**Parágrafo único.** As empresas gráficas que confeccionarem as Notas Fiscais são obrigadas a manter livro para registros das que houverem fornecido.

**Art. 166.** Fica instituída no âmbito municipal a **Nota Fiscal de Serviços “avulsa”**, série única, que será emitida privativamente pela Secretaria Municipal de Finanças, nos casos em que o prestador de serviços, pessoa física ou empresa, não as possuam e necessitem emití-las, cabendo ao regulamento disciplinar sua operação.

§1º. O regulamento poderá dispensar a emissão de nota fiscal, para estabelecimentos que utilizem sistema de controle do seu movimento diário, baseado em máquinas registradoras, que expeçam “cupons” numerados sequencialmente, para cada operação, e disponham de totalizadores.

§2º. A Fazenda Municipal poderá exigir a autenticação das fitas, bem como a lacração dos totalizadores e somadores.

**Art. 167.** Fica instituído pela Secretaria Municipal de Finanças a emissão de documentos fiscais pela Rede Mundial de Computadores - Internet e, estando disponível ao contribuinte o aplicativo online emissor do documento.

§1º. Caberá ao regulamento:

**I – Disciplinar a emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços;**

**II – Definir os contribuintes que estarão autorizados a emití-la.**

§2º. As Notas Fiscais de Prestação de Serviços Impressas ficam substituídas pelo Sistema de Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica.

**Art. 168.** Nos termos desta Lei, deverão ser fornecidas as seguintes declarações ao órgão municipal de administração tributária:

**I - Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DESIF:** destina-se a instituições financeiras e pessoas jurídicas a estas equiparadas, que estejam autorizadas a funcionar pelo Banco Central - BACEN e obrigadas a utilizar o Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com o objetivo de prestar informações por DESIF, ou por mapa bancário, ou por documento equivalente, destinando-se:

**a)** Ao fornecimento de informações à administração tributária municipal relativas às operações de prestações de serviços realizadas por instituições financeiras e equiparadas;

**b)** À apuração da quantia devida mensalmente a título do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

**II - Declaração de Ocupação Hoteleira:** destina-se a hotéis, pousadas e estabelecimentos similares, que deverão encaminhar o Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH em meio eletrônico;

**III - Declaração de Alunos Matriculados:** destina-se aos estabelecimentos de ensino, a ser caminhada por meio eletrônico;

**IV - Declaração de Informações sobre Diversões Públicas e Eventos:** os proprietários, os titulares de domínio, os locatários, os cessionários, os possuidores a qualquer título, os responsáveis, bem como os administradores de estabelecimentos de diversão pública, de estádios, de ginásios, de centros de eventos, de centro de convenções, de buffets e congêneres deverão encaminhar Declaração de Informações sobre Diversões Públicas e Eventos - DEDIPE;

**V - Declaração dos Conselhos de Profissionais Liberais:** deverão os Conselhos Profissionais informar, por meio eletrônico, a relação de profissionais liberais domiciliados no Município de Olho D'Água das Flores com registro ativo, bem como a relação de profissionais que tiveram seu registro suspenso, cassado ou cancelado no período de referência, sendo que, no caso de cancelamento de registro, deverá ser informado se o mesmo ocorreu em razão de óbito do profissional;

**VI - Declaração de Vinculação do Salão Parceiro e Prestador de Serviço:** ficam os salões de beleza que tiverem aderido a contrato de parceria, no formato de salão parceiro, obrigados a apresentar declaração de vinculação do salão parceiro, em meio eletrônico, preferencialmente via web service, a qual conterá, no mínimo, os nomes dos profissionais parceiros, a respectiva inscrição municipal, o percentual de partilha e o contrato registrado em sindicato;

**VII - Declaração das Agências de Publicidade e Propaganda - DPUB:** quando os serviços ou parte deles forem executados por terceiros, as agências de publicidade e propaganda deverão apresentar, por meio eletrônico, a relação das notas fiscais das subcontratadas que compõem a base de cálculo;

**VIII - Declaração das Agências de Turismo - DTUR:** quando os serviços ou parte deles forem executados por terceiros, as Agências de Turismo deverão apresentar, por meio eletrônico, a relação das notas fiscais das subcontratadas que compõem a base de cálculo;

**IX - Declaração das Empresas de Planos de Saúde - DMED:** as empresas de plano de saúde deverão apresentar, em meio eletrônico, a relação dos valores pagos, a título de reembolso no cumprimento da assistência assegurada aos usuários de planos.

§1º. Em relação às obrigações contidas neste artigo, fica a fiscalização tributária autorizada a solicitar a documentação referente a períodos anteriores, desde que dentro do período decadencial do lançamento do imposto.

§2º. A declaração de que trata o inciso V, deste artigo, deverá conter, no mínimo, as informações pessoais do profissional, endereço, data da abertura da inscrição e, se for o caso, data do cancelamento do registro.

§3º. A obtenção das declarações de que trata este artigo independe da celebração de convênio ou instrumento similar com o órgão municipal de administração tributária

§4º. Fica assegurada a manutenção do sigilo sobre as declarações contidas nesta Lei.

§5º. As informações consideradas sigilosas pelo declarante serão transmitidas através da transferência do sigilo para a administração tributária.

**Art. 169.** Caberá ao regulamento disciplinar a forma, os prazos e demais condições necessárias ao cumprimento das obrigações de que trata o artigo 168 desta Lei.

### **TÍTULO III**

## **DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU**

### **CAPÍTULO I**

#### **DO IMPOSTO PREDIAL URBANO**

**Art. 170.** Constitui fato gerador do Imposto Predial Urbano a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel construído, localizado na zona urbana do Município.

**Art. 171.** Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana toda a área em que existam melhoramentos executados ou mantidos pelo Poder Público, indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes:

**I** - Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

**II** - Abastecimento de água;

**III** - Sistema de esgotos sanitários;

**IV** - Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

**V** - Escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

**Art. 172.** Ainda que localizadas fora da zona urbana do Município, segundo definida pelo artigo anterior, considerar-se-ão urbanas, para os efeitos deste imposto, as áreas urbanizáveis e as de expansão urbana, destinadas à habitação, inclusive residências de recreio, à indústria ou ao comércio, a seguir enumeradas:

**I** - As áreas pertencentes a parcelamentos de solo regularizados pela Administração Municipal, mesmo que executados irregularmente;

**II** - As áreas pertencentes a loteamentos aprovados, nos termos da legislação pertinente;

**III** - As áreas dos conjuntos habitacionais, aprovados e executados nos termos da legislação pertinente;

**IV** - As áreas com uso ou edificação aprovada de acordo com a legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações.

**Parágrafo único.** As áreas referidas nos incisos deste artigo terão seu perímetro delimitado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 173.** Para os efeitos deste imposto, considera-se construído todo imóvel no qual exista edificação que possa servir para habitação ou para o exercício de quaisquer atividades.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO**

**Art. 174.** Constitui fato gerador do Imposto Territorial Urbano a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel não construído, localizado na zona urbana do Município.

**Art. 175.** Para os efeitos deste imposto, consideram-se não construídos os terrenos:

**I** - Em que não existir edificação;

**II** - Em que houver obra paralisada ou em andamento, edificações condenadas ou em ruínas, ou construções de natureza temporária;

**III** - Cuja área exceder de 5 (cinco) vezes a ocupada pelas edificações, exceto as chácaras de recreio;

**IV** - Ocupados por construção de qualquer espécie, inadequada à sua situação, dimensões, destino ou utilidade, conforme regulamento.

**Parágrafo único.** No cálculo do excesso de área de que trata o inciso III, toma-se por base a do terreno ocupado pela edificação principal, edículas e dependências.

### **CAPÍTULO III**

## **DISPOSIÇÕES COMUNS RELATIVAS AO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO**

### **SEÇÃO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 176.** A incidência, sem prejuízo das cominações cabíveis, independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas.

**Art. 177.** O imposto não incide:

**I** - Nas hipóteses de imunidades previstas na Constituição Federal e no disposto neste Código;

**II** - No caso do Imposto Predial Urbano, sobre os imóveis, ou parte destes, considerados como não construídos, para os efeitos da incidência do Imposto Territorial Urbano.

**Art. 178.** Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

**Art. 179.** O imposto é devido, a critério da repartição competente:

**I** - Por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

**II** - Por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

**Art. 180.** O lançamento do imposto é anual e feito um para cada unidade imobiliária, em nome do sujeito passivo, na conformidade do disposto no artigo anterior.

**§1º.** No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de cada um dos condôminos, na proporção de sua parte e, em sendo esses desconhecidos, em nome do condomínio.

**§2º.** Quando se tratar de loteamento figurará o lançamento em nome do seu proprietário, até que seja outorgada a escritura definitiva da unidade vendida.

**§3º.** Verificando-se a outorga de que trata o parágrafo anterior, os lotes vendidos serão lançados em nome do comprador, no exercício subsequente ao que se verificar a modificação do Cadastro Imobiliário.

**§4º.** Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, figurará o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para os nomes dos sucessores, os quais se obrigam a promover a transferência perante o órgão da Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da partilha ou da adjudicação, transitado em julgado.

**§5º.** Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, o qual responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se lancem as necessárias modificações.

**§6º.** O lançamento dos imóveis pertencentes à massa falida ou sociedade em liquidação será feito em nome das mesmas, mas a notificação será endereçada aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

**Art. 181.** Considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro do ano a que corresponda o lançamento, ressalvadas as edificações construídas durante o exercício, cujo fato gerador ocorrerá, inicialmente, na data da concessão do “habite-se”, ou quando do cadastramento “ex-offício”, sendo o imposto referente a edificação calculado de modo proporcional a quantidade de meses restantes para o término do ano fiscal, não se considerando fração de mês e incluindo-se o mês da concessão do “habite-se” ou cadastramento “ex-offício”.

**Art. 182.** A notificação do lançamento de que trata o art. 180 desta Lei será realizada pela publicação do calendário de pagamento em Diário Oficial ou em outro meio de comunicação em massa.

**§ 1º** A notificação de que trata o caput deste artigo alcançará todos os proprietários dos imóveis urbanos no Município.

**§ 2º** Considera-se feita a notificação por edital 15 (quinze) dias após a sua publicação em Diário Oficial do Município - Eletrônico.

**§ 3º** A notificação poderá ser feita diretamente ao sujeito passivo por meio eletrônico ou com a entrega do carnê de pagamento, no local do imóvel ou no local de correspondência indicado pelo sujeito passivo.

**Art. 183.** O pagamento do imposto poderá ser efetuado de uma só vez ou em prestações, mensais e sucessivas, na forma e prazo regulamentares.

**Parágrafo único.** O recolhimento do imposto não importa em presunção, por parte da Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

**Art. 184.** A notificação do lançamento do imposto territorial urbano far-se-á por meio de edital, observado o disposto no § 5º do artigo 182.

## **CAPÍTULO IV DAS ISENÇÕES**

**Art. 185.** São isentos do IPTU, observado o disposto em regulamento:

**I** – O contribuinte que possuir um único imóvel residencial de área construída não superior a 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) de área construída e 120 m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados) de área territorial, excetuados flats e apartamentos de padrão similar, desde que outro imóvel não possua o cônjuge, o filho menor ou maior inválido e que receba remuneração básica mensal, comprovada, igual ou inferior a um salário mínimo;

**II** – O proprietário do imóvel cedido, total e gratuitamente, para funcionamento de estabelecimento legalizado que ministre ensino gratuito;

**III** – Os imóveis cedidos total e gratuitamente para uso da União, do Estados ou do Município, inclusive de suas autarquias;

**IV** – O cônjuge supérstite, enquanto em estado de viuvez, e ainda o filho menor ou maior inválido, relativamente ao único imóvel, desde que outro não possua e que receba renda mensal comprovada não superior a um salário mínimo;

**V** – O genitor(a) de deficiente físico, que possua um único imóvel, que auferir renda mensal comprovada de até dois salários mínimos, desde que outro imóvel não possua o cônjuge e que comprove a deficiência física do filho por laudo médico atualizado bianualmente;

**VI** – Os contribuintes com idade acima de 70 (setenta anos), possuidores de único imóvel e que o mesmo não ultrapasse 60 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) de área construída e 120 m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados) de área territorial, com a devida escrituração imobiliária cartorial e que perceba remuneração mensal comprovada igual a um salário mínimo e desde que outro imóvel não possua o cônjuge;

**VII** – O único imóvel pertencente a aposentado ou pensionista, que perceba remuneração mensal comprovada igual a um salário mínimo e desde que outro imóvel não possua o cônjuge.

**§ 1º** As isenções previstas neste artigo serão concedidas mediante requerimento dirigido a Secretaria Municipal de Finanças, até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao da concessão, que será de 02 (dois) anos, e que somente serão renovadas se o contribuinte preencher os requisitos para a sua concessão.

**§ 2º** Ocorrendo modificações nas condições físicas do imóvel, que determine a alteração de suas dimensões ou quaisquer outras modificações em relação às demais condições que ensejaram a isenção total ou parcial, deverá o sujeito passivo comunicar o fato à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da modificação, sob pena de perda do direito a isenção no exercício fiscal que ocorrer a alteração.

## **CAPÍTULO V**

## DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

**Art. 186.** A apuração do valor venal, para efeito de lançamento do IPTU, obedecerá às regras e os métodos fixados neste Capítulo, sem prejuízo das demais regras e anexos contidos na Planta Genérica de Valores.

**Art. 187.** O valor venal do bem imóvel será conhecido:

- I** - Tratando-se de prédio, será obtido através do produto de sua área total construída pelo valor do metro quadrado da Edificação, multiplicando-se pelo fator de valorização ou desvalorização por zona, conforme o mapa da Planta Genérica de Valores;
- II** - Tratando-se de terreno, corresponderá ao resultado da multiplicação de sua área pelo valor básico do metro quadrado por zona, conforme o mapa da Planta Genérica de Valores.

**Parágrafo único.** Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno, conforme regulamento.

**Art. 188.** Nos casos singulares de edificações particularmente valorizadas ou desvalorizadas, quando da aplicação da metodologia ora estabelecida, possa conduzir a juízo do Município a um tratamento fiscal injusto ou inadequado, poderá ser adotado processo de avaliação mais recomendado, a critério da Comissão de Avaliação Imobiliária.

**Parágrafo Único.** Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do IPTU, o valor venal do imóvel será arbitrado pela autoridade fiscal e o tributo lançado, com base nos elementos de que dispuser a Administração Tributária, especialmente quando:

- I** – O Sujeito Passivo impedir o levantamento de dados e informações relacionados ao imóvel, necessário à apuração do seu valor venal;
- II** – O imóvel edificado se encontrar permanentemente fechado e o Sujeito Passivo não for localizado.

**Art. 189.** O imposto será calculado aplicando-se as seguintes alíquotas:

- I** – Imóveis prediais – 0,5% (zero vírgula cinco por cento);
- II** – Imóveis territoriais – 1% (um por cento).

**Art. 190.** Os imóveis situados em área urbana que não estejam edificados, sujeitar-se-ão ao IPTU progressivo no tempo, conforme dispõe os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e da Lei Federal 10.257, de 10.07.2001 (Estatuto da Cidade).

## CAPÍTULO VII DO PAGAMENTO DO IPTU

**Art. 191.** O imposto será pago na forma, local e prazos definidos em regulamento, observando-se que:

- I** - Terá o desconto, a critério do Poder Executivo Municipal, de até 30% (trinta por cento), para o pagamento em cota única;
- II** - Poderá ser dividido em até 10 (dez) parcelas iguais, a critério do Poder Executivo Municipal, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta) reais.

**§1º.** Todas as expedições de alvarás de desmembramento, loteamentos, remembramentos e bem assim atestados de “habite-se” para edifícios somente serão liberados quando:

- a)** Alvarás de desmembramentos e loteamentos - quando da quitação plena do IPTU da área a ser fracionada;
- b)** Remembramento - quando da quitação plena do IPTU incidente sobre as unidades imobiliárias a serem remembradas;
- c)** Habite-se de edifícios ou edificações - quando da quitação plena das parcelas do IPTU do imóvel territorial onde foi construído o edifício ou edificação, e assim como da quitação do imposto devido pela prestação dos serviços na sua construção;
- d)** No processo de expedição do “habite-se”, constatando-se a falta de recolhimento do ISS relativo à execução das atividades prestacionais, o proprietário da obra será responsável pelo pagamento de referido imposto.

## CAPÍTULO VIII DA REVISÃO DO LANÇAMENTO

**Art. 192.** O lançamento, regularmente efetuado e após notificado o sujeito passivo, só será alterado em virtude de:

- I** - Iniciativa de ofício da autoridade lançadora, quando se comprove que no lançamento ocorreu erro na apreciação dos fatos, omissão ou falta da autoridade que efetuou ou quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento;
- II** - Deferimento pela autoridade administrativa, de reclamação ou impugnação do sujeito passivo, em processo regular, obedecidas as normas processuais previstas neste Código.

**Art. 193.** Far-se-á ainda revisão de lançamento sempre que se verificar erro na fixação do valor venal ou da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo Fisco.

**Art. 194.** Uma vez revisto o lançamento com obediência às normas e exigências nos artigos anteriores, será reaberto o prazo de 10 (dez) dias ao contribuinte, para efeito de pagamento do tributo ou da diferença deste, sem acréscimo de qualquer penalidade.

## CAPÍTULO IX DA RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO



**Art. 195.** A reclamação será dirigida ao órgão competente da Fazenda Pública Municipal em requerimento, devidamente protocolado, obedecidas as formalidades regulamentares e assinado pelo contribuinte ou por seu representante legal, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência na notificação.

**Art. 196.** A reclamação apresentada dentro do prazo previsto no artigo anterior terá efeito suspensivo quando:

- I** - Houver engano quanto ao contribuinte ou aplicação de alíquota;
- II** - Existir erro quanto à base de cálculo ou do próprio cálculo;
- III** - Os prazos para pagamento divergirem dos previstos em regulamento.

**Parágrafo único.** O contribuinte que tiver sua reclamação indeferida, responderá pelo pagamento de multas e de outras penalidades já incidentes sobre o tributo.

**Art. 197.** O requerimento reclamatório será julgado nas instâncias administrativas, na forma prevista neste Código, sujeitando-se à mesma processualística, exceto aos prazos, que serão os que constarem deste Capítulo.

## **CAPÍTULO X DAS PENALIDADES**

**Art. 198.** Aplicam-se ao IPTU os acréscimos legais previstos no artigo 91.

**Parágrafo único.** Aos que deixarem de proceder ao cadastramento previsto no artigo 200, bem como à comunicação exigida no artigo 203, aplicar-se-á a multa por infração prevista no item XXII do artigo 97, que será cobrada no ato ou juntamente com o IPTU do exercício seguinte ao que ocorreu a infração, quando a correção for efetuada por iniciativa da repartição competente.

## **CAPÍTULO XI DO CADASTRO IMOBILIÁRIO**

**Art. 199.** Todos os imóveis, inclusive os que gozarem de imunidade ou isenção, situados na zona urbana, de expansão e dos Distritos do Município, como definidas neste Código, deverão ser inscritos pelo contribuinte ou responsável no Cadastro Imobiliário.

**Art. 200.** A fim de efetivar a inscrição no Cadastro Imobiliário, é o responsável obrigado a comparecer aos órgãos competentes do Município de Olho D'Água das Flores, munido do título de propriedade ou do compromisso de compra e venda, para a necessária anotação.

**§1º.** A inscrição deverá ser efetuada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da escritura definitiva ou da promessa de compra e venda do imóvel.

**§2º.** As obrigações a que se refere este artigo serão extensivas aos casos de aquisição de imóveis pertencentes a loteamentos, após a outorga da escritura definitiva ou promessa de compra e venda.

**§3º.** A inscrição e os efeitos tributários dela decorrentes não criam direitos ao proprietário, ao titular do domínio útil ou ao detentor da posse a qualquer título, bem como não excluem o direito do Município de promover a adequação da edificação às normas legais, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

**§4º.** Para a caracterização da área do imóvel será considerada a situação de fato do imóvel, coincidindo ou não com a descrição contida no respectivo título de propriedade, domínio ou posse.

**Art. 201.** Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal observação, bem como a qualificação dos litigantes e dos detentores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e cartório por onde correr a ação.

**Parágrafo único.** Inclui-se, também, na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

**Art. 202.** Em se tratando de área loteada ou remanejada, cujo loteamento tenha sido licenciado pela Prefeitura, fica o responsável obrigado, além da apresentação do título de propriedade, a entrega ao órgão cadastrador, uma planta completa em escala que permita a anotação dos desdobramentos, logradouros, das quadras, dos lotes, área total, as áreas cedidas ao patrimônio municipal, às áreas compromissadas e áreas alienadas.

**Art. 203.** Deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao órgão cadastrador, no prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel que possam afetar a base de cálculo e a identificação do contribuinte, da obrigação tributária.

**Art. 204.** Será exigida certidão de cadastramento em todos os casos de:

- I** - Habite-se, licença para construção ou reconstrução, reforma, demolição ou ampliação;
- II** - Remanejamento de área;
- III** - Aprovação de plantas.

**Art. 205.** É obrigatória a informação do Cadastro Imobiliário nos seguintes casos:

- I** - Expedição de certidão relacionada com o IPTU;
- II** - Reclamação contra lançamento;
- III** - Restituição de tributos imobiliários e taxas que a eles acompanham;
- IV** - Anistia parcial ou total de tributos imobiliários.

## **TÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR**

**Art. 206.** O ITBI tem como fato gerador:

**I** - A transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso:

- a)** De bens imóveis, por natureza ou acessão física;
- b)** De direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia;

**II** - A cessão, por ato oneroso, de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

§1º Estão compreendidos na incidência do ITBI os seguintes atos onerosos:

**I** - Compra e venda;

**II** - Dação em pagamento;

**III** - Permuta;

**IV** - Mandato em causa própria ou respectivo subestabelecimento com poderes para transmissão de bem imóvel;

**V** - Arrematação, adjudicação e remição;

**VI** - Cota parte material ou percentual acima da respectiva meação, relativo a cada imóvel que, na divisão de patrimônio comum, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados;

**VII** - Uso e usufruto;

**VIII** - Cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

**IX** - Instituição e cessão de direito real do promitente comprador do imóvel;

**X** - Cessão de direitos à sucessão;

**XI** - Sobre a cota parte material ou percentual excedente do quinhão hereditário ou da meação em bem imóvel, independente de outros valores partilhados ou adjudicados, ou ainda dívida do espólio;

**XII** - Transmissão de benfeitorias e construções em terreno compromissado à venda ou alheio;

**XIII** - Instituição e extinção do direito de superfície;

**XIV** - Transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital ou de bens e direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, cuja atividade preponderante seja a compra e venda ou locação da propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição ou arrendamento mercantil;

**XV** - Transmissão de bens e direitos, relativos a imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, em pagamento de capital nela subscrito, a um ou mais sócios;

**XVI** - Transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda ou pacto de melhor comprador;

**XVII** - Sub-rogação de imóveis gravados ou inalienáveis;

**XVIII** - Divisão para extinção de condomínio e bens comuns, quando qualquer condômino receber ou lhe for atribuído percentual maior do que o da sua quota parte ideal;

**XIX** - Qualquer ato judicial ou extrajudicial *inter vivos*, não especificado neste artigo, que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.

§2º Será devido novo ITBI quando as partes resolverem a retratação do contrato que já houver sido registrado, bem assim quando o vendedor exercer o direito de prelação.

§3º Estão sujeitos à incidência do ITBI os atos e contratos relativos a bens imóveis situados no território do Município de Olho D'Água das Flores, ainda que o título translativo tenha sido lavrado em qualquer outro Município e que a mutação patrimonial ou a cessão dos direitos respectivos decorram de ato ou contrato celebrado fora da circunscrição territorial deste Município.

§4º Na concretização do negócio objeto da promessa ou da procuração, com o promitente comprador ou com o outorgado, não haverá nova incidência do imposto.

## **CAPÍTULO II** **DA NÃO INCIDÊNCIA**

**Art. 207.** O ITBI não incide:

**I** - Sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

**II** - Sobre a transmissão, aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos;

§1º Para gozar do direito previsto no inciso I deste artigo, a pessoa jurídica deverá fazer prova de que não tem como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante, referida no inciso I deste artigo, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à realização de capital, decorrer desta atividade.

§3º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades em período inferior a 2 (dois) anos, contados da data da realização de capital, apurar-se-á a preponderância, referida no §2º deste artigo, levando-se em conta a receita operacional auferida nos 3 (três) primeiros anos seguintes à data da realização de capital.

§4º Verificada a preponderância referida nos §§ 2º e 3º deste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor atualizado do bem ou direito.

§5º Fica prejudicada a análise da atividade preponderante, tornando devido o imposto, quando a pessoa jurídica adquirente dos bens ou direitos encerrar suas atividades antes de decorrido o prazo previsto no §3º deste artigo.

§6º Equiparam-se às atividades de venda e locação de bens imóveis, para fins do disposto no inciso I deste artigo, as atividades de loteamento, de administração, de incorporação e de construção de imóveis.

§7º Será devido o imposto quando o beneficiado não apresentar, dentro do prazo legal, a documentação necessária para exame da preponderância de atividade da empresa.

§8º O disposto nos incisos I e II deste artigo, não se aplica à transmissão de bens ou direitos quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

### **CAPÍTULO III DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 208.** O sujeito passivo da obrigação tributária é:

- I** - O adquirente dos bens ou direitos transmitidos;
- II** - O cessionário, nas cessões de direito;
- III** - Cada um dos permutantes, nas permutas;
- IV** - O superficiário e o cessionário, nas instituições e nas cessões do direito de superfície;
- V** - O transmitente, nas transmissões exclusivamente de direitos à aquisição de bens imóveis, quando se tratar das hipóteses descritas no inciso XV, §1º, do art. 206 desta Lei.

**Art. 209.** Responde solidariamente pelo pagamento do ITBI e acréscimos legais:

- I** - O alienante;
- II** - O cedente, nas cessões de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda;
- III** - A incorporadora, em relação às unidades imobiliárias para entrega futura que negociar;
- IV** - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, quando descumprirem ou inobservarem as disposições desta Lei.

### **CAPÍTULO IV DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA**

**Art. 210.** A base de cálculo do ITBI é o valor vigente à época do fato gerador, assim considerado o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado em condições normais de mercado.

- §1º** A base de cálculo do imposto, em relação aos imóveis urbanos, não será inferior ao valor venal, definido nos termos do art. 186 e 187 desta Lei.
- §2º** A base de cálculo do imposto, em relação aos imóveis rurais, não será inferior ao valor da declaração para fins de lançamento do Imposto Territorial Rural - ITR do exercício da transmissão.
- §3º** Nas arrematações judiciais, a base de cálculo será o valor da arrematação.
- §4º** Na transmissão de bens imóveis derivados de partilha, a base de cálculo do imposto será o valor da parte excedente da meação, quinhão ou da parte ideal dos imóveis.
- §5º** Na transmissão onerosa da sua propriedade, dos direitos reais de usufruto, uso, habitação ou renda expressamente constituída sobre imóveis, mesmo em caráter vitalício, a base de cálculo corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do imóvel apurado, salvo quando houver concomitância de tais institutos, situação em que a base de cálculo será de 100% (cem por cento).
- §6º** O valor dos bens ou direitos transmitidos, em quaisquer das hipóteses previstas nesta Lei, será apurado pela administração tributária com base nos dados que dispuser, podendo não acatar as informações e valores informados pelo sujeito passivo.
- §7º** O valor da avaliação poderá ser contraditado, mediante impugnação e/ou recurso, na forma estabelecida no regulamento.

**Art. 211.** O imposto será calculado, aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo as seguintes alíquotas:

**I** - Transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação:

- a) 0,5% (meio por cento), em relação a parcela financiada, desde que não ultrapasse o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- b) 2% (dois por cento), sobre o valor restante.

**II** - 2% (dois por cento) nas demais transmissões.

### **CAPÍTULO V DO PAGAMENTO**

**Art. 212.** O ITBI será apurado pela unidade competente do órgão municipal de administração tributária e recolhido pelo sujeito passivo até a data da transcrição do ato translativo dos bens ou direitos, no Cartório de Registro de Imóveis da respectiva circunscrição imobiliária.

- §1º.** O recolhimento do imposto será feito por meio de documento próprio de arrecadação.
- §2º.** O prazo para recolhimento do imposto será de 30 (trinta) dias após o seu lançamento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil subsequente caso recaia em dia que não seja de expediente normal.
- §3º.** Não sendo recolhido o imposto na forma e prazo descritos nesta Lei, o lançamento será excluído de ofício pela administração tributária, devendo o contribuinte realizar nova solicitação para exame e cálculo do imposto.

### **CAPÍTULO VI DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**Art. 213.** Para lavratura, registro, inscrição, averbação e demais atos relacionados à transmissão de imóveis ou de direitos a eles relativos, os notários, os oficiais de registro de imóveis ou seus substitutos ficam obrigados a:

- I** - Verificar a autenticidade do documento de arrecadação municipal relativo ao recolhimento do ITBI ou do reconhecimento administrativo da não incidência, da imunidade ou da concessão de isenção;
- II** - Verificar, por meio de certidão emitida pela administração tributária, a inexistência de débitos vencidos de IPTU referentes ao imóvel transacionado;
- III** - Permitir ao Fisco Tributário Municipal acesso aos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do imposto e à atualização e correção do cadastro imobiliário;

**IV** - Atender solicitações, bem como fornecer aos representantes do Fisco Tributário Municipal certidão dos atos lavrados ou registrados, concernente à transmissão de imóveis ou direitos a eles relativos, quando solicitada, por meio remoto, via web service, em que serão disponibilizadas as matrículas, o indicador real e o indicador pessoal;

**V** - Verificar a autenticidade das certidões negativas de débito, laudos de avaliação do ITBI e documentos de arrecadação municipal de quaisquer tributos, necessários à realização do ato cartorial;

**VI** - Comunicar, imediatamente, ao órgão municipal de administração tributária, quaisquer irregularidades que detectar em relação ao recolhimento do imposto devido na realização dos feitos, nos termos previstos no art. 289 da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

**Art. 214.** Todas as operações de transmissão de imóveis situados no Município de Olho D'Água das Flores ou de direitos reais a eles relativos, inclusive as referentes a incorporação ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, bem como transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de sociedade, que sejam anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas nos Cartórios de Ofício de Notas e de Registro de Imóveis, independentemente de seu valor, deverão ser informadas ao órgão municipal de administração tributária.

**§1º.** O atendimento do disposto no caput deste artigo se efetivará pelas Declarações de Operações Imobiliárias do Município - DOIM, em arquivo eletrônico, no formato estabelecido por Instrução Normativa.

**§2º.** O preenchimento das declarações deverá ser feito:

**I** - Pelo Serventuário da Justiça titular ou designado para o Cartório de Ofício de Notas, quando da lavratura do instrumento que tenha por objeto a transmissão de imóveis;

**II** - Pelo Serventuário da Justiça titular ou designado para o Cartório de Registro de Imóveis, quando o documento tiver sido:

**a)** Celebrado por instrumento particular;

**b)** Celebrado por autoridade particular com força de escritura pública;

**c)** Emitido por autoridade judicial:

1. Adjudicação;

2. Herança;

3. Legado;

4. Meação;

**d)** Decorrente de arrematação em hasta pública; ou

**e)** Lavrado por Cartório de Ofício de Notas.

**§3º.** Haverá dispensa do envio da Declaração de Operações Imobiliárias do Município - DOIM caso o acesso às informações seja feito via web service, em tempo real, desde que as informações se mantenham atualizadas e contenham, no mínimo, os registros necessários ao atendimento desta declaração.

**§4º.** A obtenção das informações de que trata este artigo independe da celebração de convênio ou instrumento similar com o órgão municipal de administração tributária.

**Art. 215.** Os agentes financeiros, quando atuarem na condição de intervenientes, ficam obrigados a apresentar ao órgão avaliador da administração tributária cópia dos contratos de financiamentos formalizados com força de escritura pública, os quais deverão conter as seguintes informações:

**I** - Valor total do imóvel avaliado pelo agente financeiro;

**II** - Valor efetivamente financiado e qual o sistema em que se enquadra o financiamento;

**III** - Descrição do imóvel.

**Art. 216.** Os adquirentes e os cessionários dos imóveis ou de direitos reais, quando solicitados pela fiscalização tributária, ficam obrigados a apresentar os contratos de compromisso de compra e venda, de cessão de direitos e outros instrumentos que deram origem ou comprovem a transmissão imobiliária.

## **TÍTULO V**

### **DAS TAXAS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 217.** As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

**§1º.** Integram-se ao elenco das taxas as de:

**I** - Licença;

**II** - Expediente e serviços diversos;

**III** - Serviços urbanos.

**§2º.** As taxas serão arrecadadas mediante documento próprio, emitido, preferencialmente, pelo órgão responsável pela concessão da licença ou pela execução do serviço solicitado, conforme o caso.

**Art. 218.** As taxas classificam-se:

**I** - Pelo exercício regular do poder de polícia;



**II - Pela utilização de serviços públicos.**

**§1º.** Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesses ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, inerente à segurança, à higiene, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, no território do Município.

**§2º.** São taxas pelo exercício regular do poder de polícia as de:

- a) Licença para localização e funcionamento de estabelecimentos;
- b) Licença para funcionamento de estabelecimentos em horário especial;
- c) Licença para exploração de meios de publicidade;
- d) Licença para o exercício de atividades econômicas em áreas públicas;
- e) Licença para abate de animais;
- f) Licença para execução de obras, loteamentos e “habite-se”;
- g) Licença para ocupação de áreas em praças, vias e logradouros públicos;
- h) Licença ambiental;
- j) Inspeção sanitária;
- k) Para funcionamento de diversões públicas provisórias.

**§3º.** São taxas pela utilização de serviços públicos as de:

- a) Serviços urbanos;
- b) Expediente e serviços diversos.

**CAPÍTULO II****DAS TAXAS DE LICENÇA****SEÇÃO I****DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**Art. 219.** São fatos geradores da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento o exercício do poder de polícia referente:

**I** - À concessão de licença obrigatória para a localização e funcionamento de estabelecimentos no Município, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento ou em residência;

**II** - À vigilância constante e potencial dos estabelecimentos licenciados para efeito de verificar, quando necessário, ou por constatação fiscal de rotina:

- a) Se a atividade atende às normas concernentes à saúde, à higiene, ao meio ambiente, à segurança, às posturas, à moralidade e à ordem, emanadas do poder de polícia municipal legalmente instituído;
- b) Se o estabelecimento e o local de exercício da atividade ainda atendem às exigências mínimas de funcionamento, previstas no Código de Posturas do Município de Olho D’Água das Flores e demais normas cabíveis;
- c) Se ocorreu ou não mudança da atividade desempenhada, bem como qualquer alteração nas características essenciais do Alvará emitido;
- d) Se não houve violação a qualquer exigência legal ou regulamentar relativa ao exercício da atividade.

**Art. 220.** O sujeito passivo da taxa descrita nesta Seção é a pessoa física ou jurídica estabelecida no Município de Olho D’Água das Flores.

**Art. 221.** A base de cálculo da taxa será calculada de acordo com o Anexo I desta Lei.

**Art. 222.** A taxa descrita nesta Seção, que independe de lançamento de ofício, será devida e arrecadada da seguinte forma:

**I** - No ato de licenciamento;

**II** - Anualmente, em conformidade com o Calendário Fiscal, quando se referir a empresas ou estabelecimentos já licenciados pelo Município;

**III** - Até 20 (vinte) dias, contados da ocorrência de alteração nas características essenciais do Alvará de Localização e Funcionamento anteriormente emitido.

**Art. 223.** Considerar-se-á estabelecimento o local do exercício de qualquer atividade por pessoa física ou jurídica, ainda que exercida no interior de residência.

**Art. 224.** Para efeito da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, considerar-se-ão estabelecimentos distintos:

**I** - Os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

**II** - Os que, embora com idêntico ramo de negócio e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em edificações distintas ou locais diversos.

**Art. 225.** A transferência ou venda do estabelecimento ou o encerramento da atividade deverá ser comunicado aos órgãos competentes da administração municipal, mediante requerimento protocolado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do evento.

**Art. 226.** Nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades no Município sem prévia Licença de Localização e Funcionamento e sem que tenham seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

**Parágrafo único.** As atividades cujo exercício dependam de autorização de competência exclusiva do Estado e da União não estão isentas da Taxa de Licença.

**SUBSEÇÃO I****DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PARA FUNCIONAMENTO**

**Art. 227.** A licença para localização e para funcionamento do estabelecimento será concedida pelo órgão competente, mediante expedição do respectivo Alvará, por ocasião da abertura, instalação ou prosseguimento de suas atividades.

§1º. Nenhum Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento, constante das posturas e Lei do Uso do Solo municipal, através de setores competentes.

§2º. Funcionamento de estabelecimento sem o Alvará fica sujeito à lacração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

§3º. O Alvará será expedido mediante o pagamento da taxa respectiva, devendo nele constar, entre outros, os seguintes elementos:

**I** - Nome da pessoa física ou jurídica a quem for concedido;

**II** - Local do estabelecimento;

**III** - Ramo de negócio ou atividade;

**IV** - Número de inscrição e número do processo de vistoria;

**V** - Horário de funcionamento, quando houver;

**VI** - Data de emissão e assinatura do responsável;

**VII** - Prazo de validade, se for o caso;

**VIII** - Código de atividade principal e secundária.

§4º. É obrigatório o pedido de nova vistoria e expedição de novo Alvará, sempre que houver mudança do local do estabelecimento, da atividade ou ramo de atividade, concomitantemente com aqueles já permitidos.

§5º. É indispensável o pedido de vistoria de que trata o parágrafo anterior, quando a mudança se referir ao nome da pessoa física ou jurídica.

§6º. A modificação da licença, na forma dos §§ 4º e 5º deste artigo, deverá ser requerida no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data em que se verificou a alteração.

§7º. Nenhum estabelecimento poderá prosseguir em suas atividades sem o pagamento da taxa de licença para funcionamento do respectivo exercício.

§8º. O Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento poderá ser cassado a qualquer tempo quando:

a) O local não atenda mais às exigências para o qual fora expedido, inclusive quando ao estabelecimento seja dada destinação diversa.

b) A atividade exercida violar normas de segurança, sossego público, higiene, costumes, moralidade, silêncio e outras previstas na legislação pertinente.

## SEÇÃO II

### DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL

**Art. 228.** Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais, prestacionais e similares fora do horário de abertura e fechamento.

**Art. 229.** A taxa será calculada de acordo com a tabela constante do **Anexo II** desta Lei.

§1º. A taxa independe de lançamento de ofício e sua arrecadação será feita antecipadamente.

§2º. É obrigatória a fixação, em lugar visível e de fácil acesso à fiscalização, do comprovante de pagamento da taxa de que trata esta seção, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

## SEÇÃO III

### DA TAXA DE LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DOS MEIOS DE PUBLICIDADE

**Art. 230.** O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica que explore publicidade na forma e nos locais mencionados no artigo 236.

**Art. 231.** A taxa será calculada em função do tipo e da localização da propaganda, de conformidade com o **Anexo III** desta Lei, e será devida pelo período inteiro nela previsto, ainda que o anúncio seja explorado ou utilizado em parte do período considerado.

§1º. As licenças anuais serão válidas para o exercício financeiro em que forem concedidos, desprezados os períodos já transcorridos.

§2º. O período de validade das licenças constará do documento de pagamento da taxa, feito por antecipação.

§3º. Os cartazes ou anúncios destinados à fixação, exposição ou distribuição por quantidade, conterão em cada unidade, mediante carimbo ou qualquer processo mecânico adotado pela Prefeitura, a declaração do pagamento da taxa e o número da inscrição municipal do contribuinte.

**Art. 232.** O lançamento da taxa far-se-á em nome:

**I** - De quem requerer a licença;

**II** - De qualquer dos sujeitos passivos, a juízo da Prefeitura nos casos de lançamento de ofício, sem prejuízo das cominações legais, regulamentares ou administrativas.

**Art. 233.** Quando, no mesmo meio de propaganda, houver anúncio de mais de uma pessoa sujeita à tributação, deverão ser efetuados tantos pagamentos distintos quantas forem essas pessoas, físicas ou jurídicas.

**Art. 234.** Não havendo, na tabela, especificação própria para a publicidade, a taxa deverá ser paga pelo valor estipulado no item que guardar maior identidade de características, a juízo da repartição municipal competente.

**Art. 235.** A taxa será arrecadada por antecipação, considerando-se:

**I** - As iniciais, no ato da concessão da licença;

**II** - As posteriores:

- a) Quando anuais, até 31 de janeiro de cada ano;  
b) Quando mensais, até o dia 15 de cada mês.

**Art. 236.** É devida a taxa em todos os casos de exploração ou utilização de meios de publicidade tais como:

**I** - Cartazes, letreiros, faixas, programas, quadros, painéis, pôsteres, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, distribuídos, pintados ou fixados em paredes, muros, veículos, vias públicas e quaisquer outros meios;  
**II** - Propaganda falada em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas.

§1º. Compreende-se na disposição deste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem visíveis da via pública.

§2º. Considera-se também, publicidade externa, para efeito de tributação, aquela que estiver na parte interna de estabelecimento e seja visível da via pública.

**Art. 237.** Respondem solidariamente com o sujeito passivo da taxa, todas as pessoas naturais ou jurídicas, as quais a publicidade venha a beneficiar, uma vez que as tenha autorizado.

**Art. 238.** É expressamente proibida a fixação de cartazes e pôsteres no interior de qualquer estabelecimento sem a declaração de que trata o §2º do artigo 231.

**Art. 239.** Nenhuma publicidade poderá ser feita sem a prévia licença da Prefeitura.

**Art. 240.** A transferência de anúncios para local diferente do licenciado deverá ser procedida à prévia comunicação à repartição municipal competente, sob pena de serem considerados como novos.

#### SEÇÃO IV

#### DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EM ÁREAS PÚBLICAS

**Art. 241.** O fato gerador da taxa constante desta Seção será o exercício do poder de polícia para o licenciamento e fiscalização de atividades econômicas em áreas públicas, definidas nos termos do Código de Posturas do Município de Olho D'Água das Flores e demais normas regulamentadoras, considerando:

**I** - Autorização para o exercício de atividade de ambulante, realizada de maneira móvel ou estacionada em logradouros públicos, sem perder a característica de mobilidade, em caráter eventual ou não;

**II** - Autorização para o exercício de atividade de feirante, realizada em logradouro ou áreas públicas, em feira livre ou especial;

**III** - Autorização para o exercício de atividade em bancas fixas, consubstanciada no funcionamento em logradouros públicos de atividades comerciais e de serviços como pit-dogs, lanches, jornais e revistas, chaveiro e fotocópias, bem como outras atividades a serem analisadas, de acordo com o órgão municipal competente;

**IV** - Permissão para o exercício de atividade em mercados municipais, consubstanciada no exercício de atividades comerciais e de serviço em mercados municipais.

**Art. 242.** O sujeito passivo da taxa descrita nesta Seção é o autorizatório ou permissionário que exerça as atividades mencionadas no art. 241 desta Lei, sem prejuízo da responsabilidade solidária de terceiro, caso este efetivamente esteja exercendo a atividade.

**Art. 243.** A Taxa de Licença para o Exercício de Atividades Econômicas em Áreas Públicas será calculada de acordo com a **Anexo IV** desta Lei.

**Art. 244.** A Taxa de Licença para o Exercício de Atividades Econômicas em Áreas Públicas, que independe de lançamento de ofício, será arrecadada no ato do licenciamento ou do início da atividade, bem como para cada renovação.

**Art. 245.** O pagamento da Taxa de Licença para o Exercício de Atividades Econômicas em Áreas Públicas não dispensa a cobrança da Taxa de Licença para Ocupação de Áreas e Logradouros Públicos.

#### SEÇÃO V

#### DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS

**Art. 246.** São fatos geradores da taxa os abates de animais, em matadouros deste Município.

**Art. 247.** O sujeito passivo da taxa é toda pessoa, física ou jurídica, proprietária de animais que se classificam no artigo anterior.

**Art. 248.** A taxa será calculada de acordo com a tabela constante do **Anexo V** desta Lei, mediante inspeção sanitária executada pelo setor competente.

**Art. 249.** O lançamento da taxa far-se-á em nome do sujeito passivo da obrigação tributária.

**Art. 250.** A taxa será arrecadada por antecipação.

#### SEÇÃO VI

#### DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

**Art. 251.** A Taxa de Licença para execução de obras particulares, arruamentos, loteamentos e "habite-se" é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, acréscimo, reparação, demolição de prédios, muros, calçadas e quaisquer tapumes.

**Art. 252.** A taxa será devida pela análise, aprovação do projeto e fiscalização de execução de obras, loteamentos e demais atos e atividades constantes da tabela a que se refere o artigo 257, dentro do território do município.

**§1º.** Entende-se como obras e loteamento, para efeito de incidência da taxa:

- I** - A construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição de edificações ou quaisquer outras obras de construção civil;
- II** - O loteamento em terrenos particulares, segundo critérios fixados pelo Plano Diretor de Olho D'Água das Flores;
- III** - Condomínios particulares em glebas não micro parceladas.

**§2º.** Nenhuma obra ou loteamento poderá ser iniciado sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida, sob pena de notificação e não sendo atendida, o embargo.

**Art. 253.** Nenhum plano ou projeto para execução de obras particulares, arruamento ou loteamento poderá ser executado sem análise prévia e, bem assim nenhum alvará de reforma e ampliação poderá ser liberado para imóveis que não possuam atestado de habitabilidade - "habite-se".

**Art. 254.** A licença concedida constará de Alvará no qual se mencionará:

- I** - Nome do contribuinte;
- II** - Área do terreno e área a ser construída, observadas as disposições dos Códigos de Edificações e Urbanismo;
- III** - Área reservada aos equipamentos urbanos em se tratando de loteamentos;
- IV** - Obrigações do loteador ou arruador com referência a obras de terraplanagem e urbanização.

**Art. 255.** As novas edificações só poderão ser ocupadas após a expedição do respectivo "Habite-se", mediante vistoria procedida por técnicos da Prefeitura.

**§1º.** Nenhum atestado de "habite-se" será fornecido para imóveis construídos em terrenos que não estejam devidamente legalizados com matrícula próprias no ofício de registro de imóveis.

**§2º.** A ocupação do prédio antes da concessão do "habite-se" sujeitará o contribuinte a multa equivalente a 100 % (cem por cento) do valor da taxa.

**Art. 256.** São isentos da Taxa de licença para execução de obras particulares:

- I** - A limpeza ou pintura externa de prédios, muros ou grades;
- II** - A construção de passeios quando do tipo aprovado pela Prefeitura;
- III** - A construção de barracões destinados a guarda de material para obras já devidamente licenciadas.

**Art. 257.** A taxa de que trata esta Seção será cobrada consoante o estabelecido no **Anexo VI**, desta Lei.

## SEÇÃO VII

### DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM PRAÇAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

**Art. 258.** Sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica que ocupar área em praça, via ou logradouro público, mediante licença prévia da repartição municipal competente.

**Art. 259.** A taxa, que independe de lançamento de ofício, será calculada e arrecadada conforme as tabelas constantes do **Anexo VII** desta Lei.

**Parágrafo único.** No cálculo da taxa, considera-se como mínimo de ocupação o espaço de um metro quadrado.

**Art. 260.** Entende-se por ocupação de área aquela de caráter particular feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, banca, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelhos e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais para fins comerciais ou prestação de serviços e estacionamento de veículos, em locais permitidos.

## SEÇÃO VIII

### DA TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL

**Art. 261.** A Taxa de Licença Ambiental tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização dos estabelecimentos, atividades e habitações para efeito de verificação do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.

**Art. 262.** O sujeito passivo da Taxa de Licença Ambiental é o empreendedor, público ou privado, responsável pelo requerimento de Licença Ambiental junto ao órgão municipal ambiental.

**Art. 263.** A taxa será arrecadada de acordo com o **Anexo XI** desta Lei.

**Parágrafo único.** A receita proveniente da Taxa de Licença Ambiental e das autorizações relacionadas ao meio ambiente pertence ao órgão municipal ambiental.

## SEÇÃO X

### DA TAXA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

**Art. 264.** A Taxa de Inspeção Sanitária, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre produto, embalagem, utensílio, equipamento, serviço, atividade, unidade e estabelecimento pertinentes à saúde pública municipal, em observância às normas sanitárias vigentes.

**Art. 265.** O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica titular de produto, de embalagem, de utensílio, de equipamento, de atividade, de unidade ou de estabelecimento sujeito à fiscalização sanitária prevista no art. 264 desta Lei.



**Art. 266.** A Taxa de Inspeção Sanitária será arrecadada de acordo com o **Anexo XIII** desta Lei.

Art. 267. A Taxa será devida integrealeanualmente.

## SEÇÃO XI

### DA TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE DIVERSÕES PÚBLICAS PROVISÓRIAS

Art. 268. O fato gerador da taxa constante desta Seção será o exercício do poder de polícia para a autorização e fiscalização de instalações de divertimento público, com funcionamento provisório, em áreas públicas ou privadas, definidas nos termos do Código de Posturas do Município e demais normas regulamentadoras, considerando:

- I - Circo, teatro de arena, parque de diversões e similares;
- II - Feiras de exposições;
- III - Brinquedos infláveis, montáveis, desmontáveis e similares;
- IV - Quaisquer outros espetáculos ou instalações de divertimento público com funcionamento provisório.

Art. 269. O sujeito passivo da taxa descrita nesta Seção é o autorizatário responsável pelo evento ou instalação de caráter provisório, pessoa física ou jurídica.

Art. 270. A Taxa de Autorização para Funcionamento de Diversões Públicas Provisórias será calculada de acordo com o Anexo VIII desta Lei.

Art. 271. A taxa descrita nesta Seção, que independe de lançamento de ofício, será arrecadada no ato da autorização ou do início da atividade.

Art. 272. O pagamento da Taxa de Autorização para Funcionamento de Diversões Públicas Provisórias não dispensa a cobrança da Taxa de Licença para Ocupação de Áreas e Logradouros Públicos, caso a atividade seja exercida em área pública.

## CAPÍTULO III

### TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

## SEÇÃO I

### DAS TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS

**Art. 273.** As taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, compreendem:

- I** - Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos;
- II** – Taxa de Expediente;
- III** – Taxa de Serviços Diversos.

## SUBSEÇÃO I

### TAXA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Art. 274.** Fica instituída a Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos - TMRS.

**§1º.** O fato gerador da TMRS é a utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos, cujas atividades integrantes são aquelas definidas pela legislação federal.

**§2º.** O contribuinte da TMRS é o proprietário, possuidor ou titular do domínio útil de unidade imobiliária autônoma ou economia de qualquer categoria de uso, edificada ou não, lindeira à via ou logradouro público, onde houver disponibilidade do serviço e que gerar até 100 litros (cem litros) de resíduos por dia.

**Art. 275.** A base de cálculo da TMRS é o custo econômico dos serviços, consistente no valor necessário para a adequada e eficiente prestação do serviço público e para a sua viabilidade técnica e econômico-financeira atual e futura.

**§1º.** Para os efeitos do disposto no *caput*, o custo econômico do serviço público de manejo de resíduos sólidos compreenderá, exclusivamente, as atividades administrativas de gerenciamento e as atividades operacionais de coleta, de triagem e de destinação final, ambientalmente adequada, de resíduos domiciliares ou equiparados, observado o disposto no inciso X do artigo 3º da Lei Federal nº 12.305, de 2010, ou outra norma que a substitua.

**§2º.** A composição e o cálculo do custo econômico dos serviços referidos no §1º deste artigo observarão as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e os critérios técnicos contábeis e econômicos estabelecidos em regulamento.

**§3º.** Visando à modicidade da TMRS, deverão ser descontadas na composição do custo econômico dos serviços eventuais receitas obtidas com a cobrança de preços públicos por atividades vinculadas, complementares ou acessórias às suas atividades fins, bem como as receitas decorrentes de multas, encargos moratórios e outras eventuais receitas não operacionais, compensadas as respectivas despesas.

**Art. 276.** Para o cálculo do valor da TMRS aplicável a cada unidade imobiliária autônoma serão considerados as seguintes classificações e respectivos fatores, definidos conforme as disposições desta Lei e os critérios técnicos estabelecidos no regulamento desta lei:

**I** – Critérios Variáveis - CV:

- a)** Metro quadrado de construção, para imóveis edificados;
- b)** Tipo de uso, dividido em residencial, atividade pública, assistencial, comercial, serviços e industrial;
- c)** Área ou testada do imóvel, no caso de lote sem edificação ou de gleba urbana.

**II** – Custo econômico do serviço, calculado conforme previsto no art. 275, apurado no exercício financeiro antecedente ao da cobrança do tributo, acrescido da variação positiva do INPC verificada no mesmo período, considerando como referência o mês de janeiro de cada ano.

**Art. 278.** O lançamento e a cobrança da TMRS será anual ou mensal, a critério do Poder Executivo Municipal, e o seu valor será calculado com base no Valor Básico de Cálculo também conhecido como Valor Básico de Referência – VBR, correspondente ao custo econômico médio mensal dos serviços expresso em reais por imóvel, calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$VBR_{TMRS} = CETS_{MRS} / QTIMÓVEIS / 12 \text{ (R\$/imóvel)}, \text{ onde:}$$

**VBR<sub>TRMS</sub>:** Valor Básico de Referência para o cálculo mensal da TRMS;

**CETS<sub>SRMS</sub>:** Custo econômico total do serviço de manejo de resíduos sólidos;

**QTIMÓVEIS:** Quantidade total de unidades imobiliárias autônomas existentes na área de cobertura dos serviços.

**Parágrafo único.** O **VBR<sub>TMRS</sub>** será apurado para o mês de janeiro de cada ano, segundo critérios previstos em regulamento, e será aplicado para o cálculo da TMRS devida nos meses do mesmo ano.

**Art. 279.** O valor mensal da TMRS será obtido mediante aplicação das alíquotas e das fórmulas de cálculo constantes das tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 do **Anexo IX** desta Lei considerando a situação cadastral do imóvel na data anterior a do lançamento do tributo.

**Parágrafo único.** No caso de cobrança da TMRS mediante documento individualizado de arrecadação, o valor mensal mínimo observará o limite estabelecido no regulamento.

**Art. 280.** A utilização ou prestação efetiva do serviço de manejo de resíduos sólidos ou de suas atividades para grandes geradores de resíduos domiciliares ou equiparados será remunerada mediante cobrança de preços públicos específicos, fixados por meio de Decreto.

**§1º.** Consideram-se grandes geradores os contribuintes de imóveis não residenciais que geram mais de 100 litros (cem litros) por dia de resíduos domiciliares ou equiparados.

**§2º.** A atividade mencionada no caput é supletiva, podendo o interessado contratar livremente privados para a coleta e destinação final, bem como pode o Município se negar a ofertar as atividades de coleta e destinação final, caso não haja disponibilidade ou seus custos sejam incompatíveis com a preservação e a adequada prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.

**Art. 281.** A cobrança da TMRS pode ser efetuada:

**I -** Mediante documento de cobrança:

- a)** Exclusivo e específico;
- b)** Do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU; ou

**II -** Juntamente com a cobrança de tarifas e preços públicos de quaisquer outro serviço público de saneamento básico ou de distribuição de energia elétrica, quando o contribuinte for usuário efetivo desses outros serviços.

**§1º.** Independente da forma de cobrança adotada, a TMRS deve ser lançada e registrada individualmente, em nome do respectivo contribuinte, no sistema de gestão tributária.

**§2º.** Os critérios e procedimentos para o lançamento e cobrança previstos neste artigo serão disciplinados em regulamento.

**§3º.** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com concessionárias de serviço público, destinado a cobrança da TMRS.

**§4º.** Caberá ao Poder Executivo, regulamentar via Decreto as condições que deverão ser cumpridas pelas concessionárias de serviço público, relativas a TMRS.

**Art. 282.** O atraso ou a falta de pagamento dos débitos relativos à TMRS sujeita o usuário-contribuinte, desde o vencimento do débito, implicará a incidência dos encargos e penalidades previstos no art. 91 desta lei.

**Art. 283.** As receitas derivadas da aplicação da TMRS são vinculadas às despesas para a prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, incluídos os investimentos de seu interesse.

**Parágrafo único.** Os sistemas contábeis devem permitir o adequado controle do valor arrecadado, de forma a permitir que se possa fiscalizar se há o cumprimento do previsto no caput, sendo permitido a qualquer do povo tomar as medidas necessárias para coibir que os recursos vinculados sejam desviados de suas finalidades.

**Art. 284.** Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Subseção.

## SEÇÃO II

### DA TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

#### SUBSEÇÃO I

#### TAXA DE EXPEDIENTE

**Art. 285.** A Taxa de Expediente é devida pelos atos emanados da Administração Municipal e pela apresentação de papéis e documentos às repartições do Município.

**Art. 286.** É contribuinte da taxa de que trata esta Seção, quem figurar no Ato Administrativo, nele tiver interesse ou dele obtiver qualquer vantagem, ou o houver requerido.

**Art. 287.** A cobrança da taxa será feita por meio de conhecimento ou guia na ocasião em que o ato for praticado, assinado ou visado, ou que o instrumento for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

**Art. 288.** Fica suspenso o encaminhamento de papéis e documentos apresentados às repartições municipais, se não for comprovado o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

**Art. 289.** A Taxa de Expediente será calculada de acordo com o **Anexo X** desta Lei.

## **SUBSEÇÃO II**

### **TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS**

**Art. 290.** A Taxa de Serviços Diversos tem como fato gerador a prestação de serviços pelo Município referente a:

- I** - Numeração e renumeração de prédios;
- II** - Apreensão e remoção aos depósitos de bens móveis e semoventes e de mercadorias;
- III** - Alinhamento e nivelamento;
- IV** - Cemitérios;

**Art. 291.** Os serviços de que trata o artigo anterior são devidos por quem tem interesse direto no ato da Administração Municipal e serão cobrados de acordo com o **Anexo X** desta Lei.

## **TÍTULO VI**

### **DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA INCIDÊNCIA**

**Art. 292.** A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída para custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

**Art. 293.** Será devida a Contribuição de Melhoria sempre que o imóvel, situado na zona de influência da obra, for beneficiado por quaisquer das seguintes obras públicas, realizadas pela Administração Direta ou Indireta do Município, inclusive quando resultante de convênio com a União, o Estado ou entidade estadual ou federal:

- I** - Abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais de praças e vias públicas;
- II** - Construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
- III** - Construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- IV** - Serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás;
- V** - Proteção contra secas, inundações, erosões e de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
- VI** - Construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
- VII** - Aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DO CÁLCULO**

**Art. 294.** O cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo da obra, no qual serão incluídas as despesas com estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios e investimentos necessários para que os benefícios sejam alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.

**Art. 295.** O Executivo decidirá que proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da Contribuição de Melhoria.

**Parágrafo único.** A percentagem do custo da obra a ser cobrada como contribuição será fixada pelo Executivo, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

**Art. 296.** A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra entre todos os imóveis incluídos na zona de influência, levando em conta a localização do imóvel, seu valor venal, sua área e o fim a que se destina, analisados esses elementos em conjunto ou isoladamente.

**Parágrafo único.** Os imóveis edificados em condomínio participarão do rateio de recuperação do custo da obra na proporção do número de unidades cadastradas, em razão de suas respectivas áreas de construção.

#### **CAPÍTULO III**

#### **DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 297.** Contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário do imóvel beneficiado por obra pública.

**Art. 298.** Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA**

**Art. 299.** Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração Pública deverá publicar, antes do lançamento do tributo, edital contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- I** - Memorial descritivo do projeto;
- II** - Orçamento total ou parcial do custo da obra;

**III** - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

**IV** - Delimitação da zona diretamente beneficiada e a relação dos imóveis nela compreendidos.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo se aplica também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

**Art. 300.** Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, da data da publicação do edital a que se refere o artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

**Parágrafo único.** A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da Contribuição de Melhoria.

**Art. 301.** Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

**Art. 302.** Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento da obra, nem terão efeito de obstar a Administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

**Art. 303.** O prazo e o local para pagamento da Contribuição serão fixados, em cada caso, pelo Poder Executivo.

**Art. 304.** As prestações serão corrigidas pelo índice utilizado na atualização monetária dos demais tributos.

**Parágrafo único.** Será atualizada, a partir do mês subsequente ao do lançamento, nos casos em que a obra que deu origem à Contribuição de Melhoria tenha sido executada com recursos de financiamentos, sujeitos à atualização a partir da sua liberação.

**Art. 305.** O montante anual da Contribuição de Melhoria, atualizado à época do pagamento, ficará limitado a 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, apurado administrativamente.

**Parágrafo único.** O lançamento será procedido em nome do contribuinte, sendo que, no caso de condomínio:

- a) quando pro-indiviso, em nome de qualquer um dos coproprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;
- b) quando pro-diviso, em nome do proprietário titular do domínio útil ou possuidor da unidade autônoma.

## **CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**Art. 306.** O atraso na quitação das prestações da Contribuição de Melhoria sujeitará o contribuinte ao pagamento de atualização monetária, multa de mora e juros de mora, conforme previsto nos artigos 91 a 95 desta Lei.

## **CAPÍTULO VI DOS CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS FEDERAIS E ESTADUAIS**

**Art. 307.** Fica o Chefe do Poder Executivo expressamente autorizado, em nome do Município, a firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

## **TÍTULO VII DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA**

**Art. 308.** A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP tem como fato gerador o custeio da iluminação de vias públicas, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento, expansão e fiscalização da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas.

**§1º.** A receita oriunda da CIP terá destinação exclusiva para os fins de que trata o caput deste artigo.

**§2º.** No caso de imóveis constituídos por múltiplas unidades autônomas, a contribuição incidirá sobre cada uma das unidades de forma distinta.

**Art. 309.** O sujeito passivo da CIP é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados nos logradouros públicos, desde que beneficiados por serviços de iluminação pública.

**Art. 310.** Os valores da CIP devidos pelos consumidores de energia elétrica serão obtidos através da legislação municipal específica.

**§1º.** Ficam estabelecidos os seguintes valores da CIP devida pelos contribuintes proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis não edificados na Zona Urbana:

- I** – Área de até 50 m²: 36,60 por ano;
- II** – Área de 50,1 m² até 120 m²: R\$ 50,40 por ano;
- III** - Área de 120,1 m² até 250 m²: R\$ 78,40 por ano;
- IV** – Área de 250,1 m² até 500 m²: R\$ 94,40 por ano;
- V** - Área de 500,1 m² até 1.000 m²: R\$ 118,40 por ano; e



**VI** – Área superior a 1.000 m²: R\$ 147,20.

**Art. 311.** Fica eleita substituta tributária da CIP a Empresa Concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, em relação aos consumidores de energia elétrica do Município e contribuintes do tributo.

**§1º.** A responsabilidade tributária da Concessionária prevista neste artigo independe do pagamento da fatura de energia elétrica por parte do consumidor.

**§2º.** A falta de recolhimento da Contribuição no vencimento previsto na legislação, ou seu recolhimento em valor inferior ao montante devido, pela empresa responsável, implicará a incidência dos encargos e penalidades previstos no art. 91 desta lei.

**§3º.** Em caso de pagamento em atraso da conta/nota fiscal fatura de consumo de energia elétrica pelo contribuinte, o responsável tributário deverá aplicar os acréscimos legais previstos no art. 91.

**§4º.** Não se aplica a responsabilidade tributária de que trata o caput, deste artigo, quando se tratar de contribuinte de imóvel não edificado, devendo o pagamento da CIP, neste caso, ser efetuado juntamente com o IPTU.

**§5º.** Não se aplica a responsabilidade tributária de que trata o caput deste artigo quando se tratar de contribuinte de imóvel edificado que não tenha fornecimento de energia elétrica, devendo o pagamento da CIP, neste caso, ser efetuado juntamente com o IPTU.

**Art. 312.** O recolhimento de que trata o art. 308 desta Lei, deverá ser realizado pela concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica em favor do Tesouro Municipal em seu valor bruto, ficando proibida qualquer retenção de valores para fins de compensação de créditos e débitos recíprocos da concessionária e do Município.

**Art. 313.** Caberá ao Poder Executivo, regulamentar via Decreto as obrigações acessórias que deverão ser cumpridas pela Empresa Concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, relativas a CIP.

**Art. 314.** Ficará a cargo da Secretaria Municipal de Finanças, a gerência exclusiva do custeio do serviço de iluminação pública.

### **LIVRO III**

### **DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

#### **TÍTULO I**

#### **DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 315.** Constitui Dívida Ativa Tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de quaisquer infrações à legislação, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final prolatada em processo regular.

**Art. 316.** A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

**§1º.** A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

**§2º.** A fluência de juros de mora e a aplicação de índices de atualização monetária não excluem a liquidez do crédito.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DA INSCRIÇÃO**

**Art. 317.** A inscrição na Dívida Ativa Municipal e a expedição das certidões poderão ser feitas, manualmente, mecanicamente ou através de meios eletrônicos, com a utilização de fichas e relações em folhas soltas, a critério e controle da Administração, desde que atendam aos requisitos para inscrição.

**§1º.** Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, serão inscritos em Dívida Ativa, pelos valores expressos em moeda corrente e estarão passíveis de atualização monetária quando na época de sua quitação.

**§2º.** O termo de inscrição na Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará:

- I** - A inscrição fiscal do contribuinte;
- II** - O nome e o endereço do devedor e, sendo o caso, os dos corresponsáveis;
- III** - O valor do principal devido e os respectivos acréscimos legais;
- IV** - A origem e a natureza do crédito, especificando sua fundamentação legal;
- V** - A data de inscrição na Dívida Ativa;
- VI** - O exercício ou o período de referência do crédito;
- VII** - O número do processo administrativo do qual se origina o crédito, se for o caso.

**Art. 318.** A cobrança da Dívida Ativa do Município será procedida:

- I** - Por via amigável;
- II** - Por via judicial.

**Art. 319.** Os lançamentos de ofício, aditivos e substantivos serão inscritos em Dívida Ativa 30 (trinta) dias após a notificação.

**Art. 320.** No caso de falência, considerar-se-ão vencidos todos os prazos, providenciando-se, imediatamente, a cobrança judicial do débito.

**Art. 321.** No interesse da Administração e verificada qualquer insuficiência operacional quanto à cobrança da Dívida Ativa, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante processo licitatório específico, contratar pessoa jurídica para tal fim.

#### **TÍTULO II**

**DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 322.** Todas as funções referentes à cobrança e à fiscalização dos tributos municipais, à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários, repartições a elas hierárquicas ou funcionalmente subordinadas e demais entidades, segundo as atribuições constantes da legislação que dispuser sobre a organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos daquelas entidades.

**Art. 323.** Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

**Parágrafo único.** Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

**Art. 324.** A Fazenda Pública Municipal poderá, para obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, ou outras obrigações previstas:

- I** - Exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam e possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária;
- II** - Fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável;
- III** - Exigir informações escritas e verbais;
- IV** - Notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;
- V** - Requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensáveis à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;
- VI** - Notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.
- VII** - Ter livre acesso aos locais onde se promovam eventos sujeitos aos tributos municipais.

**Art. 325.** Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I** - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- II** - Os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
- III** - As empresas de administração de bens;
- IV** - Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V** - Os inventariantes;
- VI** - Os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII** - Quaisquer outras entidades ou pessoas em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão que detenham informações necessárias ao fisco.

§1º. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto aos fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

§2º. A fiscalização poderá requisitar, para exame na repartição fiscal, ou ainda apreender, para fins de prova, livros, documentos e quaisquer outros elementos vinculados à obrigação tributária.

**Art. 326.** Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

§1º. Excetua-se do disposto neste artigo, unicamente:

- I** - A prestação de mútua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio;
- II** - Nos casos de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da Justiça.
- III** - Solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§2º. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I** - Representações fiscais para fins penais;
- II** - Inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;
- III** - Parcelamento ou moratória.

**Art. 327.** A autoridade administrativa poderá determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

**TÍTULO III  
DAS CERTIDÕES**

**Art. 328.** À vista do requerimento do interessado, serão expedidas pela repartição competente certidões que venham a precisar a situação do sujeito passivo perante a Fazenda Municipal.

§1º. Os modelos das certidões serão estabelecidos por ato do dirigente da Fazenda Pública Municipal.

§2º. As certidões serão expedidas pela Secretaria Municipal de Finanças, individualmente para cada imóvel, ou para cada pessoa física ou empresa, consoante o número sob o qual estiver cadastrado o imóvel ou o interessado, conforme o caso.

§3º. O Secretário Municipal de Administração e Finanças poderá delegar a competência para expedição de certidões a outras unidades do respectivo setor, assim como autorizar a expedição via internet, asseguradas as condições indispensáveis de segurança.

§4º. O prazo para expedição de certidões, por parte da Fazenda Pública Municipal, é de até 5 (cinco) dias da data de protocolização do pedido.

**Art. 329.** Os prazos de validade das certidões expedidas pela Fazenda Municipal, de que trata este Título, são os seguintes:

**I** - De cadastramento ou não inscrição cadastral, 30 (trinta) dias;

**II** - De lançamento, não incidência, imunidade ou isenção, o exercício financeiro a que se referir;

**III** - De baixa, por tempo indeterminado;

**IV** - De suspensão de atividade, pelo tempo da suspensão, comunicado e comprovado pela repartição;

**V** - Negativa de débitos, 60 (sessenta) dias;

**VI** - Narrativa, 30 (trinta) dias;

**VII** - Demais certidões, 30 (trinta) dias.

**Art. 330.** A prova de quitação dos tributos municipais será feita, quando exigida, por Certidão Negativa de Débitos - CND, cujo requerimento deverá conter todas as informações necessárias à identificação do interessado, domicílio tributário, ramo de negócio ou atividade, localização do imóvel, inscrição municipal, quando for o caso, e o fim a que esta se destina.

**Parágrafo único.** A CND será expedida em relação ao contribuinte que estiver em situação de regularidade fiscal.

**Art. 331.** A expedição de CND não exclui o direito de exigir a Fazenda Pública Municipal, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a ser apurados.

**Art. 332.** Terá os mesmos efeitos da CND aquela em que constar a existência:

**I** - De créditos não vencidos, inclusive na hipótese de parcelamento, desde que não haja atraso no pagamento das respectivas parcelas;

**II** - De créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;

**III** - De crédito cuja exigibilidade esteja suspensa, ou cujo vencimento tenha sido adiado, o que deverá ser comprovado pelo interessado.

§1º. Os casos enumerados nos incisos deste artigo não elidem a expedição da CND, que far-se-á sob a denominação de Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa.

§2º. O não cumprimento do parcelamento da dívida, por qualquer motivo, acarreta o seu cancelamento e a imediata invalidação da certidão expedida na forma do parágrafo anterior.

**Art. 333.** Será exigida a CND nos seguintes casos:

**I** - Participação em licitação promovida pelo Município, suas autarquias e empresas públicas;

**II** - Pedido de incentivos fiscais, sempre que o ato concessivo a exija;

**III** - Aprovação de projetos de loteamentos;

**IV** - Concessão de serviços públicos;

**V** - Demais situações definidas pela Fazenda Pública Municipal, em ato próprio.

**Art. 334.** Será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de ato imprescindível para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, acréscimos tributários e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal do infrator.

**Art. 335.** A expedição de qualquer certidão com dolo ou fraude ou, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabilizará pessoalmente pelo crédito tributário o funcionário que a expedir, acrescido das cominações legais, não excluindo as responsabilidades criminais e funcionais que couberem ao caso.

**Art. 336.** É assegurado a qualquer pessoa o direito de requerer às repartições públicas municipais outras certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, observadas as formalidades legais.

**Parágrafo único.** O pedido será indeferido se o interessado recusar-se a apresentar provas e documentos necessários à apuração dos fatos relacionados com a legitimidade do pedido.

## **TÍTULO IV**

### **DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 337.** Na instauração, condução e decisão do processo administrativo, atender-se-á aos princípios da oficialidade, da legalidade objetiva, da verdade material, do informalismo, da garantia de ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo de outros princípios de direito público.

§1º. No encaminhamento e na instrução do processo, ter-se-á sempre em vista a conveniência da rápida solução do pedido ou litígio, restringindo-se as exigências ao estritamente necessário à elucidação do processo e à formação do convencimento da autoridade requerida ou do órgão julgador.

§2º. Quando por mais de um modo se puder praticar o ato ou cumprir a exigência, preferir-se-á o menos oneroso para o requerente.

**Art. 338.** Tem legitimidade para postular todo aquele a quem a lei atribua responsabilidade pelo pagamento de crédito tributário ou cumprimento de obrigação acessória, ou que esteja submetido à exigência ou medida fiscal de qualquer espécie.

**§1º.** A postulação de pessoa manifestamente ilegítima será arquivada pela Fazenda Pública Municipal, mediante despacho do seu titular, ressalvado ao interessado o direito de impugnar o arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência, perante o órgão competente para conhecer o mérito do pedido.

**§2º.** Para efeito deste artigo, entende-se como Fazenda Pública Municipal a Prefeitura Municipal de Olho D'Água das Flores, os órgãos da administração descentralizada e as autarquias municipais.

**Art. 339.** A empresa sem personalidade jurídica será representada por quem estiver na administração de seus bens.

**Parágrafo único.** A irregularidade de constituição de pessoa jurídica não poderá ser alegada em proveito dos sócios ou da sociedade.

**Art. 340.** Ocorrendo a decretação da falência jurídica do requerente, será cientificado o síndico da massa falida para que ingresse no processo, no estado em que se encontrar, no momento da sua nomeação.

**Art. 341.** As petições do sujeito passivo e suas intervenções no processo serão feitas:

**I** - Pessoalmente, através do titular, gerente, diretor ou equivalente, na forma como forem designados em declaração de firma individual, contrato social, estatuto ou ata de constituição da sociedade, conforme o caso;

**II** - Através do mandatário, que poderá ser advogado ou preposto que tenha notório conhecimento dos fatos controvertidos, devendo ser feita à juntada do instrumento de mandato correspondente;

**III** - Através do administrador dos bens ou do síndico da massa falida.

**§1º.** Para os efeitos desta Lei, entende-se por preposto a pessoa que mantenha com o sujeito passivo vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviço profissional continuado.

**§2º.** É assegurado ao interessado intervir no processo para defesa de seus direitos ainda que a impugnação tenha sido apresentada por outrem.

**Art. 342.** O processo administrativo tributário e os demais procedimentos administrativos escritos serão organizados à semelhança dos autos forenses, com folhas devidamente numeradas e rubricadas, observada a ordem cronológica de juntada.

**Art. 343.** Os documentos juntados aos autos, inclusive os documentos apreendidos pelo fisco, poderão ser restituídos, em qualquer fase, a requerimento do interessado, desde que não haja prejuízo à instrução do processo e deles fiquem cópias autenticadas ou conferidas nos autos, lavrando-se o devido termo para documentar o fato.

**Art. 344.** Os atos e termos processuais deverão conter somente o indispensável à sua finalidade, sem espaços em branco e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

**Art. 345.** Na lavratura dos atos e termos processuais e na sua prestação de informações de qualquer natureza, observar-se-á o seguinte:

**I** - Os atos, termos, informações e papéis de trabalho serão lavrados ou elaborados, sempre que possível, por meio eletrônico de processamento de dados, mediante carimbo ou processo mecanizado;

**II** - No final dos atos e termos deverá constar:

**a)** A localidade e a denominação, ou sigla da repartição;

**b)** A data;

**c)** Assinatura do servidor, seguindo-se o seu nome por extenso;

**d)** O cargo ou função do servidor responsável pela emissão ou elaboração do instrumento e o número do cadastro funcional.

**Parágrafo único.** Os papéis gerados ou preenchidos de forma impessoal, pelo sistema eletrônico de processamento de dados da repartição fiscal, prescindem da assinatura da autoridade fiscal, para todos os efeitos legais.

**Art. 346.** As petições deverão ser dirigidas à autoridade ou órgão competente para apreciar a matéria, e serão entregues preferencialmente na repartição tributária vinculada ao requerente.

**Parágrafo único.** O erro na indicação da autoridade ou órgão a que seja dirigida a petição não prejudicará o requerente, devendo o processo ser encaminhado, por quem o detiver, à autoridade ou órgão competente.

**Art. 347.** A repartição a que, por equívoco, for indevidamente remetido o processo deverá promover o seu imediato e direto encaminhamento ao órgão competente.

**Art. 348.** Os prazos processuais serão contínuos, excluindo na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

**§1º.** Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou onde deva ser praticado o ato.

**§2º.** Nos casos em que o processo seja baixado em diligência pela autoridade ou órgão que deva praticar determinado ato em prazo prefixado, a contagem desse prazo recomeça no retorno do processo.

**Art. 349.** O prazo para que o contribuinte ou interessado atenda a regularização do processo ou de juntada de documento é de 10 (dez) dias, salvo disposições expressas em contrário na legislação tributária.

**Art. 350.** As petições deverão conter:

**I** - A função ou cargo da autoridade do órgão a quem sejam dirigidas;

**II** - O nome, a razão ou a denominação social do requerente, o seu endereço, a atividade profissional ou econômica e o número de inscrição nos cadastros municipal e federal, tratando-se de pessoa inscrita;

**III** - O pedido e seus fundamentos expostos com clareza e precisão;

**IV** - Os meios de prova com que o interessado pretenda demonstrar as suas alegações;



**V** - A assinatura, seguida do nome completo do signatário, com indicação do número de sua carteira de identidade e do nome do órgão expedidor, ou no caso de advogado, os dados previstos na legislação processual.

**§1º.** Os documentos, salvo disposição expressa em contrário, poderão ser apresentados em cópia autenticada.

**§2º.** É vedado reunir numa só petição, defesas, recursos ou pedidos relativos a matérias de naturezas diversas.

**Art. 351.** Ocorrendo mudança de endereço do requerente no curso do processo, o interessado deverá comunicá-la à repartição fazendária municipal a que estiver vinculado, sob pena de serem consideradas válidas as intimações feitas com base na indicação constante nos autos.

**Art. 352.** A petição será indeferida de plano, pela autoridade ou órgão a que se dirigir, ou pelo órgão preparador, conforme o caso, se intempestiva, se assinada por pessoa sem legitimidade ou se inepta ou ineficaz, vedada a recusa de recebimento ou protocolização.

**§1º.** A petição será considerada:

**I** - Intempestiva, quando apresentada fora do prazo legal;

**II** - Viciada de ilegitimidade de parte, quando assinado por pessoa sem capacidade ou competência legal para fazê-lo, inclusive em caso de ausência de legítimo interesse ou da ilegalidade da representação;

**III** - Inepta, quando:

**a)** Não conter pedido ou seus fundamentos;

**b)** Conter incompatibilidade entre o pedido e seus fundamentos;

**c)** Conter pedido relativo à matéria não contemplada na legislação tributária;

**d)** Não conter elementos essenciais à identificação do sujeito passivo, inclusive sua assinatura, após devidamente intimado o requerente para supri-los.

**IV** - Ineficaz, quando insuscetível de surtir os efeitos legais pretendidos, por falta de requisitos fundamentais.

**§2º.** É assegurado ao interessado o direito de impugnar o indeferimento ou arquivamento da petição declarada intempestiva, viciada de ilegalidade, inepta ou ineficaz, no prazo de 10 (dez) dias, perante a autoridade ou órgão competente.

**Art. 353.** São nulos:

**I** - Os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor incompetentes ou impedidos;

**II** - Os atos praticados e as decisões proferidas como preterição do direito de defesa;

**III** - As decisões não fundamentadas;

**IV** - O lançamento de ofício que não conter elementos suficientes para se determinar a infração e o infrator, ou que deixar de observar exigências formais contidas na legislação.

**§1º.** As eventuais incorreções ou omissões da Notificação e Auto de Infração não acarretam sua nulidade, desde que seja possível determinar a natureza da infração, o autuado e o montante do débito tributário, devendo as incorreções e omissões serem corrigidas e suprimidas pela autoridade competente, reabrindo-se o prazo de defesa.

**§2º.** A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele sejam diretamente dependentes ou consequentes.

**Art. 354.** A nulidade será proferida, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato, devendo ser alegada na primeira oportunidade que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

**Art. 355.** A autoridade que determinar a nulidade deverá mencionar os atos atingidos, determinando ou recomendando, se for o caso, a repetição dos atos necessários à regularização do processo.

**Art. 356.** Não implica nulidade o erro na identificação de dispositivo legal, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o seu enquadramento em outro dispositivo.

**Art. 357.** A autoridade fazendária do órgão onde se encontrar ou por onde tramitar o processo, sob pena de responsabilidade funcional, adotará as medidas cabíveis no sentido de que sejam fielmente observados os prazos processuais para interposição de defesa ou recurso, réplica ou informação fiscal, cumprimento de diligências ou perícias, tramitação e demais providências.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS PROCEDIMENTOS FISCAIS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO INÍCIO E DO ENCERRAMENTO DA AÇÃO FISCAL**

**Art. 358.** Considera-se iniciado o procedimento fiscal pela:

**I** - Apreensão de bem, livro ou documento;

**II** - Lavratura do Termo de Início de Fiscalização;

**III** - Notificação, por escrito, ao contribuinte, seu preposto ou responsável, para prestar esclarecimento, exibir elementos solicitados pela fiscalização ou efetuar o recolhimento de tributos;

**IV** - Lavratura da Notificação e Auto de Infração.

**§1º.** A autoridade administrativa que efetuar ou presidir tarefas de fiscalização para verificação do cumprimento de obrigação tributária lavrará, conforme o caso:

**I** - Termo de apreensão ou termo de liberação para documentar a apreensão de bens, livros ou documentos que constituam prova material de infração, bem como sua liberação;

**II** - Termo de Início de Fiscalização, destinado a documentar o início do procedimento fiscal, com indicação do dia e hora da lavratura, com a assinatura do intimado no instrumento, a menos que seja lavrado diretamente em livro fiscal municipal;

**III** - Notificação para apresentação de documentos fiscais, para intimar o sujeito passivo, seu representante legal ou preposto, no sentido de exhibir elementos ou prestar esclarecimentos solicitados pela fiscalização;

**IV** - Notificação para pagamento de tributos;

**V** - Notificação e Auto de Infração, para exigência do crédito tributário, atendidas as disposições pertinentes desta Lei.

**§2º.** O início de procedimento fiscal exclui a espontaneidade do contribuinte em relação a atos anteriores e independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

**Art. 359.** Encerra-se o procedimento administrativo fiscal, contencioso ou não, com:

**I** - O esgotamento do prazo para apresentação de defesa ou para interposição de recurso;

**II** - A decisão irrecurável da autoridade competente;

**III** - O reconhecimento do débito pelo sujeito passivo;

**IV** - A desistência da defesa ou do recurso, inclusive em decorrência da escolha da via judicial.

**Art. 360.** Na conclusão do procedimento fiscal no estabelecimento, a autoridade fiscalizadora lavrará Termo de Encerramento de Fiscalização, que registrará de forma circunstanciada os fatos relacionados com a ação fiscal, devendo conter, no mínimo, as seguintes indicações:

**I** - A denominação do termo;

**II** - O dia, o mês e o ano da lavratura;

**III** - O número da ordem de serviço, quando for o caso;

**IV** - O período fiscalizado;

**V** - A identificação do estabelecimento: nome comercial (firma, razão social ou denominação), endereço e número de inscrição nos cadastros municipal e federal, se houver;

**VI** - A reprodução fiel do teor dos fatos verificados, com declaração expressa, quando for o caso, de que não foi apurada nenhuma irregularidade no tocante à legislação ou se foi lavrada Notificação e Auto de Infração;

**VII** - A declaração, com efeito de recibo, quanto à devolução dos livros e documentos anteriormente arrecadados, se for o caso;

**VIII** - O número da matrícula e assinatura do Fiscal de Tributos Municipais;

**IX** - O nome do Fiscal de Tributos Municipais, em letra de forma ou carimbo.

**Art. 361.** O Termo de Início de Fiscalização será lavrado em formulário esparso, devendo ser entregue cópia ao sujeito passivo, mediante recibo.

**Art. 362.** É dispensada a lavratura do Termo de Início de Fiscalização quando a Notificação e Auto de Infração for lavrada em decorrência de descumprimento de obrigação acessória.

**Art. 363.** Observar-se-ão as disposições da legislação tributária municipal no tocante aos seguintes atos ou procedimentos:

**I** - Apreensão de bens, livros e documentos e lavratura dos termos de apreensão, liberação e depósito dos bens, livros e documentos apreendidos;

**II** - Arbitramento da base de cálculo do tributo;

**III** - Lavratura do termo de embaraço à ação fiscal;

**IV** - Aplicação das penas de:

**a)** Sujeição a regime especial de fiscalização e pagamento;

**b)** Cancelamento de benefícios fiscais;

**c)** Cassação de regime especial para pagamento, emissão de documentos fiscais ou escrituração de livros fiscais;

**d)** Proibição de transacionar com as repartições municipais.

## SEÇÃO II

### DA NOTIFICAÇÃO E AUTO DE INFRAÇÃO

**Art. 364.** A Notificação e o Auto de Infração serão lavrados para exigência de tributos, acréscimos tributários e multas, sempre que, mediante ação fiscal, for constatada infração à legislação tributária, quer se trate de descumprimento de obrigação principal, quer de obrigação acessória.

**Art. 365.** A Notificação e o Auto de Infração conterão:

**I** - A identificação, o endereço e a qualificação fiscal do autuado;

**II** - O dia, a hora e o local da autuação;

**III** - A descrição dos fatos considerados infrações de obrigações principal e acessórias, de forma clara, precisa e resumida, indicando-se as datas de ocorrências;

**IV** - Demonstrativo do débito tributário, discriminando:

**a)** A data da ocorrência do cometimento;

**b)** A base de cálculo;

**c)** A alíquota, ou, quando for o caso, o percentual de cálculo do imposto;

**d)** O percentual da multa cabível ou valor da multa fixa;

**e)** As parcelas do tributo, por período, relativamente a cada fato;

**f)** O valor histórico do tributo e o valor atualizado até a data da autuação;

**V** - A indicação do dispositivo da legislação tributária em que se fundamente a exigência fiscal, relativamente à ocorrência do fato gerador da obrigação principal ou acessória, tido como infringido e que esteja tipificada a infração ou multa correspondente, relativamente a cada situação;

**VI** - A intimação para pagamento ou impugnação administrativa no prazo de 30 (trinta) dias, com indicação das situações em que o débito poderá ser pago com multa reduzida;

**VII** - O nome, o cargo, a matrícula e a assinatura do autuante;

**VIII** - A assinatura do autuado ou de seu representante ou preposto, com a data da ciência, ou a declaração de sua recusa.

**§1º.** A Notificação e o Auto de Infração serão lavrados no estabelecimento do infrator, na repartição fazendária municipal ou no local onde se verificar ou apurar a infração.

**§2º.** Na lavratura da Notificação e Auto de Infração, não sendo possível discriminar o débito por períodos, considerar-se-á o tributo devido no último mês do período fiscalizado.

**§3º.** A Notificação e o Auto de Infração poderão ser lavrados contra o contribuinte, contra o substituto tributário ou contra o responsável legal.

**Art. 366.** A Notificação e Auto de Infração far-se-á acompanhar dos demonstrativos e dos levantamentos realizados pela autoridade autuante, que sejam indispensáveis ao esclarecimento dos fatos.

**Art. 367.** A lavratura da Notificação/Auto de Infração é de competência exclusiva do Fiscal de Tributos Municipais.

**Art. 368.** É vedada a lavratura de Notificação/Auto de Infração relativa a tributos diversos.

**Art. 369.** A Notificação e o Auto de Infração serão lavrados no mínimo em 2 (duas) vias, que terão a seguinte destinação:

**I** - 1ª via, processo;

**II** - 2ª via, autuado.

**Art. 370.** A Notificação e o Auto de Infração serão registrados na repartição fiscal responsável pelo preparo do processo.

**Art. 371.** Uma vez intimado da lavratura da Notificação e do Auto de Infração, o autuado terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação, para efetuar o pagamento do débito ou apresentar defesa.

**Parágrafo único.** Na intimação do sujeito passivo, ser-lhe-ão fornecidas cópias de todos os termos, demonstrativos e levantamentos elaborados pelo Fiscal de Tributos Municipais, que acompanham a respectiva Notificação e Auto de Infração.

**Art. 372.** Na lavratura da Notificação e do Auto de Infração, ocorrendo erro não passível de correção, deverá a mesma ser cancelada pelo Coordenador Tributário, por proposta do autuante até antes do seu registro, com o objetivo de renovar o procedimento fiscal sem falhas ou incorreções.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

##### **SEÇÃO I**

##### **DA CONSULTA**

**Art. 373.** Aos contribuintes dos tributos municipais é assegurado o direito de consulta para esclarecimento de dúvidas relativas ao entendimento e aplicação da legislação tributária.

**Art. 374.** O direito de consulta é facultado a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, desde que mantenha relação ou interesse com a legislação ou tributo e será dirigida à Coordenação de Instrução e Julgamento.

**Art. 375.** A petição de consulta indicará:

**I** - A autoridade a quem é dirigida;

**II** - Os fatos, contendo descrição de modo concreto e sem qualquer reserva da matéria objeto de dúvida, esclarecendo se já houve fatos ou atos praticados passíveis de gerar tributos;

**III** - A data do fato gerador da obrigação principal ou acessória, se já ocorridos;

**IV** - A declaração de existência ou não de início de procedimento fiscal contra o consulente;

**V** - Assinatura, seguido de nome completo do signatário, com indicação do número da carteira de identidade e do nome do órgão expedidor, ou, no caso de advogado, os dados previstos na legislação processual.

**Art. 376.** Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o contribuinte relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta até o 10º (décimo) dia subsequente à data da ciência da decisão administrativa.

**Art. 377.** A consulta não suspende o prazo para o pagamento do tributo, antes ou depois de sua apresentação.

**Art. 378.** Não produzirá efeito a consulta formulada:

**I** - Por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionam com a matéria consultada;

**II** - Por quem tiver sido intimado a cumprir obrigações relativas ao fato objeto da consulta;

**III** - Quando o fato já tiver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

**IV** - Quando o fato estiver disciplinado em ato normativo ou resolução publicados antes da sua apresentação;

**V** - Quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal da Lei Tributária;

**VI** - Quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver elementos necessários à solução, salvo se a inexistência ou omissão for escusável pela autoridade julgadora.

**Art. 379.** Quando a resposta à consulta já tiver ocorrido, a autoridade julgadora, ao intimar o consulente para ciência da decisão, determinará o cumprimento da mesma, fixando o prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 380.** É facultado ao consulente que não se conformar com a exigência, dentro do prazo de 10 (dez) dias da intimação, recorrer ao Conselho Tributário Municipal, que julgará, se for o caso, a atribuição de ineficiência feita à consulta e os efeitos dela decorrentes.

**Art. 381.** O dirigente da Coordenação de Instrução e Julgamento recorrerá de ofício da decisão favorável ao consulente, sempre que:

**I** - A hipótese sobre o qual versar a consulta envolver questões doutrinárias;

**II** - A solução dada à consulta contrariar, no todo ou em parte, a interpretação que vem sendo dada pelo órgão encarregado do tributo ou normas de arrecadação já adotadas;

**III** - Contrariar soluções anteriores transitadas em julgado.

**Art. 382.** Não cabe pedido de reconsideração da decisão proferida em processo de consulta.

**Art. 383.** Nos termos do Art. 2º, Parágrafo único, inciso I desta Lei, a solução dada à consulta terá efeito normativo, quando adotada em normas expedidas pela autoridade fiscal competente.

## **SEÇÃO II RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS**

**Art. 384.** Serão restituídas, no todo ou em parte, as quantias pagas indevidamente relativas a tributos ou penalidades, e também assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária.

**Art. 385.** A restituição de tributo municipal, seus acréscimos ou multa, em razão de recolhimento a mais ou indevido, dependerá de petição dirigida à Fazenda Pública Municipal, contendo os seguintes requisitos:

**I** - Qualificação do requerente e seu endereço;

**II** - Indicação do valor da restituição pleiteada, sempre que for possível conhecê-lo de antemão;

**III** - Indicação do dispositivo legal em que se funde o requerimento, e prova de nele estar enquadrado;

**IV** - Prova inequívoca do recolhimento a mais ou indevido;

**V** - Outras indicações e informações necessárias ao esclarecimento do pedido.

**Art. 386.** A restituição do tributo somente será feita a quem provar haver assumido o encargo financeiro do imposto, ou estiver expressamente autorizado pelos terceiros que suportaram o ônus financeiro do tributo.

**Art. 387.** A restituição do indébito será feita:

**I** - Mediante devolução em moeda corrente ou autorização do uso do imposto, como crédito, tratando-se de devolução de ISS a contribuinte inscrito;

**II** - Em moeda corrente, no caso de devolução de outros tributos.

**Parágrafo único.** Nas situações em que a restituição do indébito deva ser feita em moeda corrente, o processo, após a decisão final, será encaminhado ao dirigente da Fazenda Pública Municipal, para os devidos fins.

**Art. 388.** O tributo indevidamente recolhido será restituído atualizado monetariamente, utilizando-se os mesmos critérios de atualização dos débitos tributários vigentes à época do recolhimento indevido.

**Art. 389.** Tratando-se de valores relativos ao ISS, uma vez formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de 90 (noventa) dias, contado da protocolização do pedido, o contribuinte poderá utilizar o valor pedido, como crédito, em sua escrita fiscal, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.

**Art. 390.** Na hipótese do artigo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecurável, o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos valores lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

## **SEÇÃO III PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO FISCAL**

**Art. 391.** O benefício fiscal, quando não concedido em caráter geral, dependerá de prévio reconhecimento.

**Art. 392.** O pedido de reconhecimento de benefício fiscal, quando não dispuser de outro modo, conterá:

**I** - A qualificação do requerente;

**II** - A indicação do dispositivo legal em que se ampare o pedido e prova de nele estar enquadrado.

**Art. 393.** Quando a legislação não contiver indicação expressa da autoridade competente, o pedido de reconhecimento do benefício fiscal será dirigido ao setor competente da Fazenda Pública Municipal.

## **SEÇÃO IV DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA**

**Art. 394.** No caso de o contribuinte, antes do início de qualquer procedimento fiscal, procurar espontaneamente a repartição fiscal para comunicar irregularidade ou recolher tributo não pago na época própria, observar-se-á o seguinte:

**I** - A repartição fazendária municipal providenciará o preenchimento do instrumento de denúncia espontânea, que será devidamente protocolizado;



**II** - A denúncia espontânea será instruída, quando for o caso, com:

- a)** relação discriminada do débito;
- b)** o comprovante do recolhimento do tributo, acrescido da atualização monetária e dos acréscimos moratórios cabíveis;
- c)** o requerimento de parcelamento com os elementos relacionados nesta Lei, se o débito for parcelado; ou
- d)** a prova do cumprimento da obrigação acessória a que se referir.

**§1º.** O contribuinte que denunciar espontaneamente o seu débito terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da sua protocolização, para quitá-lo ou providenciar o pedido de parcelamento e efetuar o pagamento da parcela inicial.

**§2º.** Não caberá incidência de multa por infração aos contribuintes que efetuarem denúncia espontânea.

## **CAPÍTULO IV DA INTIMAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 395.** A intimação far-se-á:

**I** - Pessoalmente provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;

**II** - Por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo;

**III** - Por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

- a)** Envio ao Domicílio Tributário Eletrônico - DTE do sujeito passivo; ou
- b)** Registro em meio magnético ou equivalente, utilizado pelo sujeito passivo;

**IV** - Por tomada de conhecimento, no processo, de exigência de crédito tributário ou de decisão em primeira ou segunda instância.

**§1º.** Quando resultar improfícuo um dos meios previstos nos incisos deste artigo ou quando o sujeito passivo tiver sua inscrição declarada inapta perante o Cadastro Fiscal, a intimação poderá ser feita por edital, publicado no Diário Oficial do Município - Eletrônico.

**§2º.** Considera-se feita a intimação:

**I** - Na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoalmente;

**II** - No caso do inciso II deste artigo, na data do recebimento ou, se omitida, 15 (quinze) dias após a data da expedição da intimação;

**III** - Se por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

- a)** Após 10 (dez) dias, contados da data registrada no comprovante de entrega no DTE do sujeito passivo, caso não acessada nesse período;
- b)** Na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo; ou
- c)** Na data em que o sujeito passivo efetuar consulta ao endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea “a” deste inciso.

**IV** - Se por tomada de conhecimento, na data em que a parte tiver vista do processo ou nele se manifestar;

**V** - 15 (quinze) dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.

**§3º.** Os meios de intimação previstos nos incisos I a IV do caput deste artigo, são alternativos e não estão sujeitos a ordem de preferência.

**§4º.** Para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo:

**I** - O endereço postal por ele fornecido, no ato do cadastro; e

**II** - O endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária.

**§5º.** Para efeito do disposto no inciso I do caput deste artigo, considera-se preposto qualquer dirigente, empregado ou prestador de serviços que exerça suas atividades no estabelecimento ou residência do sujeito passivo ou de seu procurador.

**§6º.** Havendo o comparecimento espontâneo no processo de devedor solidário, ficam dispensadas a sua intimação e a lavratura do termo de sua inclusão no feito.

**§7º.** Para produzir efeitos, a notificação por via postal independe de recebimento pessoal do interessado, bastando que a correspondência seja entregue no endereço declinado pelo sujeito passivo ou em seu domicílio tributário.

## **CAPÍTULO V DA REVELIA**

**Art. 396.** Não sendo efetuado o pagamento do Auto de Infração e nem apresentada defesa no prazo legal, o sujeito passivo será considerado revel e confesso, ficando definitivamente constituído o crédito tributário, ressalvado o controle da legalidade da inscrição em Dívida Ativa.

**Parágrafo único.** Verificada a situação de que cuida este artigo, a autoridade preparadora certificará o fato, lavrando o termo de revelia e encaminhando o processo para ser inscrito na Dívida Ativa.

**Art. 397.** A defesa intempestiva será arquivada pelo órgão preparador, mediante despacho do seu titular, ressalvado o direito do sujeito passivo de impugnar o arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência, perante o órgão julgador de primeira instância competente para conhecer a defesa.

## **CAPÍTULO VI DO CONTROLE DA LEGALIDADE DA DÍVIDA ATIVA**

**Art. 398.** Compete a Procuradoria Municipal ou órgão da Secretaria Municipal de Finanças, determinado pelo Chefe do Executivo, o controle da legalidade e da execução da inscrição dos créditos tributários na Dívida Ativa do Município.

**Parágrafo único.** Antes da inscrição do débito revel, o setor competente poderá solicitar diligências no sentido de sanar irregularidades na constituição do crédito.

**Art. 399.** No caso de existência de vício insanável ou de ilegalidade flagrante, fica o setor competente autorizado a não efetivar ou a cancelar, mediante despacho fundamentado, a inscrição do débito tributário em Dívida Ativa, remetendo em seguida o processo administrativo a Coordenação de Instrução e Julgamento para apreciação do fato.

**Parágrafo único.** A Coordenação de Instrução e Julgamento fará, ainda, o julgamento do lançamento de ofício.

**Art. 400.** Após a apreciação das situações de que cuida o artigo anterior, esgota-se o controle da legalidade do setor administrativo referido no caput do artigo 398, qualquer que seja a decisão daquele órgão.

**Art. 401.** Escolhida a via judicial pelo sujeito passivo, ficam prejudicados sua defesa ou recurso, importando tal escolha a desistência da defesa ou do recurso interposto, considerando-se esgotada a instância administrativa.

**Parágrafo único.** Proposta a ação judicial, os autos ou peça fiscal serão imediatamente remetidos à Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis.

**Art. 402.** A ação judicial proposta pelo sujeito passivo não suspende a execução do crédito tributário, salvo quando:

- I** - Acompanhada do depósito do seu montante integral;
- II** - Concedido mandado de segurança ou medida liminar, determinando a suspensão.

**Parágrafo único.** A suspensão da exigibilidade do crédito nos casos de depósito do valor ou de concessão de mandado de segurança ou medida liminar, não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

**Art. 403.** Quando o contribuinte ou responsável, antecipando-se a procedimento administrativo ou medida de fiscalização, promover contra a Fazenda Pública Municipal ação de consignação de pagamento de crédito tributário, a repartição fazendária municipal competente deverá providenciar e fornecer à Procuradoria Municipal todos os elementos de informação que possam facilitar a defesa judicial e a completa apuração do crédito tributário.

**Parágrafo único.** Se a matéria discutida envolver procedimentos futuros, serão realizadas verificações periódicas para controle das atividades tributáveis.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO CONTRADITÓRIO**

**Art. 404.** Instaura-se o processo administrativo tributário para solução de litígios entre o fisco e os sujeitos passivos tributários:

- I** - Quando da apresentação da defesa, por escrito, impugnando o lançamento de crédito tributário efetuado mediante Notificação e Auto de Infração.
- II** - Quando da apresentação de petição escrita, pelo contribuinte ou responsável, impugnando qualquer medida ou exigência fiscal imposta.

**Art. 405.** Extingue-se o processo administrativo tributário:

- I** - Com a extinção do crédito tributário exigido;
- II** - Em face de decisão judicial transitada em julgado contrária à exigência fiscal;
- III** - Pela transação;
- IV** - Com a desistência da defesa ou do recurso, inclusive em decorrência de ingresso em juízo, sobre a matéria objeto da lide, antes de proferida ou de tornada irrecorrível a decisão administrativa;
- V** - Com a decisão administrativa irrecorrível;
- VI** - Por outros meios prescritos em Lei.

**Art. 406.** É assegurado ao sujeito passivo tributário o direito de fazer a impugnação do lançamento, medida ou exigência fiscal na esfera administrativa, aduzida por escrito e acompanhada das provas que tiver, inclusive documentos, levantamentos e demonstrativos referentes às suas alegações, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da intimação.

§1º. A matéria relacionada com a situação que constitua o objeto da discórdia deverá ser alegada de uma só vez.

§2º. A defesa poderá referir-se apenas a parte da exigência fiscal, assegurando-se ao sujeito passivo, quanto à parte não impugnada, o direito de recolher o crédito tributário com as reduções de penalidades previstas em Lei.

§3º. A impugnação será entregue na repartição fazendária municipal juntamente com o comprovante do depósito destinado à garantia de instância.

**Art. 407.** Durante o prazo de defesa, o processo permanecerá na repartição local, onde o sujeito passivo ou seu representante dele poderá ter vista.

**Art. 408.** Apresentada defesa relativa à Notificação e Auto de Infração, a autoridade preparadora juntará a petição ao processo administrativo tributário, mediante lavratura de termo próprio, acusando a data do recebimento, e encaminhará os autos ao funcionário autuante que apresentará réplica às razões da impugnação.

**Art. 409.** O autuante terá o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação da réplica.

§1º. Não mais estando o autuante em exercício na repartição fazendária do preparo do processo, a autoridade preparadora designará outro funcionário para produzir a réplica, observado o disposto neste artigo.

§2º. A réplica deverá ser prestada com clareza e precisão, abrangendo todos os aspectos da defesa com fundamentação.

§3º. Se a réplica aduzir fatos novos, o órgão preparador reabrirá o prazo de defesa, fornecendo ao sujeito passivo cópias dos novos elementos.

**Art. 410.** A inobservância do prazo para a apresentação da réplica ou cumprimento de diligências, levantamentos ou perícias constitui falta disciplinar, porém, não prejudica o mérito da lide.

## **SEÇÃO II DO PREPARO DO PROCESSO**

**Art. 411.** O preparo do processo administrativo tributário compete à Coordenação de Instrução e Julgamento.

**Art. 412.** O preparo do processo compreende as seguintes providências:

- I** - Saneamento do procedimento fiscal;
- II** - Recebimento e registro da peça inicial;
- III** - Intimação para pagamento do débito ou apresentação de defesa, se ainda não efetivada pelo autuante;
- IV** - Vista do processo ao sujeito passivo ou a seu representante legal, no recinto da repartição, quando solicitada;
- V** - Encaminhamento ou entrega do processo ao autuante ou a outro funcionário designado pela repartição competente para:

- a)** Produzir réplica;
- b)** Realizar diligência ou perícia requeridas e autorizadas;

- VI** - Prestação de informações econômico-fiscais acerca do sujeito passivo;
- VII** - Controle dos prazos para impugnação, recolhimento do débito e outras diligências que devam ser feitas, comunicando imediatamente ao órgão julgador o descumprimento dos prazos fixados pela legislação ou pela autoridade competente;
- VIII** - Recebimento de peças de defesa, réplica, recurso e outras petições, bem como das provas documentais, laudos ou levantamentos, e sua anexação aos autos.
- IX** - Cumprimento de exames, diligências, perícias e outras determinações do órgão julgador, encaminhando os autos ao funcionário encarregado de sua execução.
- X** - Informação sobre a inexistência de impugnação ou de recurso, quando for o caso;
- XI** - Organização dos autos do processo com todas as folhas numeradas e rubricadas, dispostas segundo a ordem cronológica, à medida que forem sendo juntadas;
- XII** - Julgamento do processo, inscrição em Dívida Ativa ou qualquer outro procedimento, conforme o caso;
- XIII** - Ciência, ao sujeito passivo, das decisões proferidas, e intimação para o seu cumprimento ou interposição de recurso, quando cabível;

**XIV** - Demais atos ou procedimentos que se façam necessários ao andamento regular do processo.

**Art. 413.** O órgão preparador dará vista do processo aos interessados e seus representantes legais, no recinto da repartição fazendária municipal, durante a fluência dos prazos de impugnação ou recurso, podendo, mediante pedido por escrito, os solicitantes interessados extrair cópia de qualquer de suas peças.

**Parágrafo único.** O processo somente poderá sair da repartição fiscal para cumprimento de diligência ou perícia.

## **SEÇÃO III DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO**

**Art. 414.** Compete ao relator, tanto na primeira como na segunda instância, avaliar se o processo se encontra em condições de ser levado a julgamento a salvo de dúvidas ou incorreções, devendo nesse sentido:

- I** - Deferir ou indeferir as provas requeridas e os pedidos de diligência ou de perícia fiscal, mediante despacho fundamentado, levando em consideração sua necessidade e possibilidade;
- II** - Determinar de ofício a realização de diligência ou perícia fiscal que se considerar necessárias a regular instrução do processo;
- III** - Determinar, mediante despacho circunstanciado, que seja dada vista ao sujeito passivo ou ao autuante para que se manifeste objetivamente sobre fatos, provas ou elementos novos;
- IV** - Agendar, junto ao órgão julgador, seja o processo colocado em pauta.

§1º. O relator, salvo caso justificado de força maior, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para estudo do processo e adoção das providências de que cuida este artigo.

§2º. A inadmissibilidade, pela autoridade julgadora, de prova, diligência ou perícia requerida, será em decisão fundamentada.

§3º. A perícia fiscal deverá ser indeferida quando:

- I** - A prova do fato não depender do conhecimento especial de técnicos;
- II** - For desnecessária em vista de outras provas produzidas;
- III** - A verificação for impraticável.

**Art. 415.** Caberá à Coordenação de Instrução e Julgamento calcular o valor atualizado do débito, discriminado por parcela, para efeitos de determinação do valor efetivamente devido.

## **SEÇÃO IV DAS PROVAS, DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS**

**Art. 416.** O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.

**Art. 417.** Se qualquer das partes aceitar fato contra ela invocado, mas alegar sua extinção ou ocorrência que lhe obste os efeitos, deverá provar a alegação.

**Art. 418.** A recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha, importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária.

**Art. 419.** A simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

**Art. 420.** O interessado, ao solicitar a produção de provas ou a realização de diligência ou perícia fiscal, deverá no pedido fundamentar a sua necessidade.

**Parágrafo único.** Ao solicitar a realização de perícia fiscal, o interessado formulará, no pedido, os quesitos a serem respondidos, sob pena de indeferimento de plano, podendo indicar, se preferir, seu assistente técnico, com a sua qualificação e endereço.

**Art. 421.** Tratando-se de perícia fiscal, a repartição fazendária municipal, ao designar o perito, fará a intimação do assistente técnico do sujeito passivo, se houver, marcando de antemão a data, hora e o local onde serão efetuados os trabalhos.

**Art. 422.** Concluída a perícia, o laudo pericial será redigido pelo perito e assinado por ele e, se houver concordância, pelo assistente técnico.

**§1º.** Havendo divergência de entendimento entre o perito e o assistente técnico, este poderá apresentar laudo em separado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da realização da perícia.

**§2º.** Se a diligência ou perícia implicar fatos novos, o órgão preparador reabrirá o prazo de defesa, fornecendo ao sujeito passivo cópias dos novos elementos, dispensando-se, contudo, essa providência, no caso de perícia, se o assistente técnico do sujeito passivo houver assinado o laudo juntamente com o perito.

**Art. 423.** Quando não estipulado de forma expressa pela autoridade julgadora ou pela repartição, o prazo para cumprimento de diligência ou perícia será de 30 (trinta) dias.

## **SEÇÃO V DAS AUTORIDADES JULGADORAS**

**Art. 424.** O julgamento do processo compete:

- I** - Em primeira instância, à Coordenação de Instrução e Julgamento;
- II** - Em segunda instância, ao Conselho Tributário Municipal.

## **SEÇÃO VI DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**Art. 425.** A decisão da primeira instância será fundamentada em parecer final circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

**Art. 426.** Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessária.

**Art. 427.** A decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação.

**Parágrafo único.** O órgão preparador dará ciência da decisão ao contribuinte, intimando-o, quando for o caso, a cumpri-la no prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 428.** As inexactidões materiais devidas a lapso manifesto e aos erros de escrita ou de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidas de ofício pela autoridade julgadora ou a requerimento do contribuinte.

**Art. 429.** A autoridade de primeira instância recorrerá, de ofício, sempre que a decisão exonerar o contribuinte do pagamento de crédito tributário de valor, acrescido de cominações legais, superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) consolidados à data da decisão.

**§1º.** O recurso será interposto mediante declaração na própria decisão.

**§2º.** Não sendo interposto o recurso, o servidor que verificar o fato representará à autoridade imediata, no sentido de que seja observada aquela formalidade.

**Art. 430.** Da decisão de primeira instância não caberá pedido de reconsideração.

## **SEÇÃO VII DO RECURSO**

**Art. 431.** Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário ao Conselho Tributário Municipal, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência da intimação.

**§1º.** O recurso poderá versar sobre parte da quantia exigida, desde que o recorrente pague no prazo do recurso, a parte não litigiosa.

**§2º.** Se dentro do prazo legal, não for apresentada petição de recursos, será pelo órgão preparador lavrado o termo de preempção.

**§3º.** Os recursos em geral, mesmo os peremptos, serão encaminhados à instância superior que julgará a preempção.



**Art. 432.** Apresentado o recurso, o processo será encaminhado pelo órgão preparador, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao Conselho Tributário Municipal.

## **SEÇÃO VIII DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA**

**Art. 433.** O julgamento em segunda instância processar-se-á de acordo com o regimento interno do Conselho Tributário Municipal.

**Art. 434.** Caberá pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, das decisões proferidas pelo Conselho Tributário Municipal, quando apresentados dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação, desde que a decisão do Conselho não tenha sido unânime.

**Art. 435.** A ciência do acórdão far-se-á:

- I** - Pelo preparador;
- II** – Pelo Conselho Tributário Municipal, na forma do seu Regimento Interno, estando presente o interessado ou seu representante;
- III** - Mediante publicação em edital.

**Art. 436.** São da competência privativa do dirigente da Fazenda Pública Municipal as decisões de equidade que se restringirão à dispensa da penalidade e serão proferidas mediante proposta em acórdão do Conselho Tributário Municipal.

**Art. 437.** A proposta de aplicação da equidade somente se dará em casos especiais e será acompanhada das informações sobre os antecedentes do contribuinte relativos a cumprimentos de suas obrigações.

**Parágrafo único.** O benefício da equidade não será conhecido nos casos de reincidência, sonegação dolosa, fraude ou conluio.

## **SEÇÃO IX DA RESCISÃO DO ACÓRDÃO**

**Art. 438.** A decisão do mérito do órgão de segunda instância poderá ser rescindida no prazo de 1 (um) ano após a sua definitividade e antes de instaurar a fase judicial de execução.

**Art. 439.** A rescisão do acórdão poderá ser pedida ao Conselho Tributário Municipal, pelo contribuinte ou pela autoridade competente administradora do tributo quando:

- I** - Verificar-se a ocorrência de prevaricação, concussão, corrupção ou exação;
- II** - Resultar de dolo da parte vencedora, em detrimento da parte vencida;
- III** - Contrariar legislação tributária específica;
- IV** - Houver manifesta divergência entre decisão do Conselho Tributário Municipal e jurisprudência dos tribunais do País.

**Art. 440.** Não se conhecerá do pedido de rescisão do acórdão, nos casos em que o pedido não estiver fundamentado em quaisquer dos incisos do artigo anterior.

**Art. 441.** As partes serão notificadas da sessão em que se discutir o mérito.

## **SEÇÃO X DA DEFINITIVIDADE E DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES**

**Art. 442.** São definitivas:

- I** - As decisões finais da primeira instância não sujeitas a recursos de ofício, esgotado o prazo para o recurso voluntário;
- II** - As decisões finais da segunda instância, vencido o prazo da intimação.

**§1º.** As decisões da primeira instância, na parte em que for sujeita a recurso de ofício, não se tornarão definitivas.

**§2º.** No caso de recurso voluntário parcial, tornar-se-á definitiva, desde logo, a parte de decisão que não tenha sido objeto de recurso.

**Art. 443.** Aplica-se subsidiariamente ao processo administrativo tributário municipal as normas do Código de Processo Civil.

## **CAPÍTULO VIII DAS DEMAIS NORMAS CONCERNENTES À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 444.** Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam provas de infração da legislação tributária.

**Parágrafo único.** A apreensão pode compreender livros e documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

**Art. 445.** A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados, o nome do destinatário e, se for o caso, a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte

**Parágrafo único.** O autuado será notificado da lavratura do termo de apreensão.

**Art. 446.** Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

**Art. 447.** Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou o ato deva ser praticado, prorrogando-se até o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento se der em dias feriados ou não úteis.

**Art. 448.** Não atendida à solicitação ou exigência a cumprir, por parte do requerente, o processo poderá ser arquivado decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.

**Art. 449.** Os benefícios da imunidade e da isenção deverão ser renovados anualmente mediante solicitação do interessado, apresentada até 31 de março do exercício a que corresponderem ou no prazo determinado pela Secretaria Municipal de Finanças.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 450.** Os valores constantes desta Lei serão expressos em reais.

**Art. 451.** Os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, vencidos e vincendos, incluídas as multas de qualquer espécie proveniente de impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, serão inscritos em Dívida Ativa e serão atualizados monetariamente.

**§1º.** A atualização monetária e os juros incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.

**§2º.** Se a cobrança dos débitos inscritos em Dívida Ativa for realizada através do procedimento judicial, o contribuinte arcará com as custas e demais despesas concernentes.

**Art. 452.** Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

**Parágrafo único.** No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

**Art. 453.** Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

**Art. 454.** Sempre que o Governo Federal modificar o padrão fiscal-monetário vigente, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a promover as adequações ao novo padrão instituído.

**Art. 455.** O exercício financeiro, para os fins fiscais, corresponde ao ano civil.

**Art. 456.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com a União, o Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos, Entidades de Representação Classista e outros órgãos, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.

**Art. 457.** Fica igualmente autorizado a instituir e fixar Preço Público, bem como estabelecer as situações que caberá a sua aplicação, observadas as normas do Direto Financeiro e as leis pertinentes à espécie.

**Art. 458.** Fica permitida a apresentação pelo contribuinte, em qualquer fase do processo fiscal instaurado para constituição de crédito tributário, da declaração ou confissão de dívida, objetivando terminar com o litígio e extinguir o crédito tributário.

**Art. 459.** Os valores relativos aos tributos serão atualizados com base na variação acumulada do IPCA de novembro do exercício imediatamente anterior a outubro do exercício fiscal a que se refira o lançamento, com aplicação a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

**Parágrafo único.** Em caso de extinção do IPCA, a atualização monetária será realizada pelo índice que o substituir ou, não havendo substituto, por índice atualizador dos tributos federais.

**Art. 460.** A Fazenda Pública Municipal orientará a aplicação da presente Lei, expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

**Art. 461.** Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2023.

**Art. 462.** Revogam-se as disposições em contrário.

Olho d'Água das Flores/AL, 22 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**  
Prefeito

## ANEXO I

### TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Item	Atividade	Área utilizada ou instalação	Valor da TLLF
01	Estabelecimentos industriais	Até 50m²	R\$ 314,23
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 657,26
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 771,69
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 804,60
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 918,34
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 1.117,78
		Acima de 800m²	R\$ 1.220,31
02	Cooperativas, armazéns ou graneleiros de produtos agrícolas	Até 50m²	R\$ 140,84
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 233,84

		De 100,1m² até 200m²	R\$ 325,59
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 415,83
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 515,72
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 664,68
		Acima de 800m²	R\$ 790,47
03	Comércio atacadista de tecidos, bebi das e produtos alimentares	Até 50m²	R\$ 148,99
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 230,03
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 383,33
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 476,26
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 549,26
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 602,96
		Acima de 800m²	R\$ 778,74
04	Comércio de materiais de construção, ferragens e equipamentos agrícolas	Até 50m²	R\$ 116,09
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 297,03
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 345,00
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 428,63
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 584,34
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 622,66
		Acima de 800m²	R\$ 780,87
05	Revendedores de veículos e motos em geral	Sem oficina mecânica	-----
		Até 50m²	R\$ 142,85
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 277,48
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 378,15
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 402,23
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 526,11
		Acima de 500m²	R\$ 665,53
		Com oficina mecânica	-----
		Até 50m²	R\$ 217,05
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 357,72
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 496,41
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 558,52
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 620,42
		Acima de 500m²	R\$ 797,87
		Com oficina especializada	-----
		Até 50m²	R\$ 341,25
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 487,97
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 529,69
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 694,82
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 759,75
		Acima de 500m²	R\$ 840,22
06	Comércio de autopeças, motopeças e similares	Sem oficina mecânica	-----
		Até 50m²	R\$ 143,83
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 198,59
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 296,46
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 334,36
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 482,04
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 527,96
		Acima de 800m²	R\$ 680,25
		Com oficina mecânica	-----
		Até 50m²	R\$ 210,25
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 265,36
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 324,37
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 382,60
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 436,82
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 501,26
		Acima de 800m²	R\$ 629,63
07	Lojas de departamento, de móveis e, ou eletrodomésticos	Até 50m²	R\$ 147,38
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 191,05
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 263,55
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 358,10
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 461,50
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 706,42
		Acima de 800m²	R\$ 837,85
08	Supermercados e similares	Até 50m²	R\$ 187,41
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 280,24
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 338,84
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 422,13
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 593,58
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 739,40
		Acima de 800m²	R\$ 913,24
09	Lojas de brinquedos, bazares de presentes e novidades, comércio varejista de tecidos, de sapatos , de confecções e artigos para vestuário	Até 50m²	R\$ 142,50
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 187,27
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 344,77
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 468,99
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 583,37
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 719,68
		Acima de 800m²	R\$ 819,46
10	Videolocadora, lan-house, game-house (jogos eletrônicos) e similares	Até 50m²	R\$ 145,12
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 184,51
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 233,90
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 336,57
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 420,17
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 505,11
		Acima de 800m²	R\$ 598,31
11	Perfumaria, ótica, joalheria, relojoaria, equipamentos e material fotográfico, vendas de discos e similares	Até 50m²	R\$ 149,20
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 211,86
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 286,54
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 422,45
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 565,63

		De 500,1m² até 800m²	R\$ 716,90
		Acima de 800m²	R\$ 897,30
12	Panificadora, confeitaria e similares	Até 50m²	R\$ 147,05
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 196,72
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 266,08
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 392,27
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 425,23
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 665,70
		Acima de 800m²	R\$ 833,20
13	Oficina de bicicletas e similares	Sem venda de acessórios:	-----
		Até 50m²	R\$ 166,90
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 211,86
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 286,54
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 322,45
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 465,63
		Acima de 500m²	R\$ 516,90
		Com venda de acessórios:	-----
		Até 50m²	R\$ 180,76
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 238,37
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 321,10
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 448,60
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 519,89
		Acima de 500m²	R\$ 604,08
14	Banca de jornais, revistas e similares	Até 50m²	R\$ 149,08
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 177,14
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 228,67
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 354,04
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 488,55
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 508,73
		Acima de 800m²	R\$ 722,72
15	Floricultura, boutique e armarinhos	Até 50m²	R\$ 158,28
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 197,16
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 232,75
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 274,96
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 357,47
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 451,10
		Acima de 800m²	R\$ 562,61
16	Farmácia e drogarias	Até 50m²	R\$ 213,65
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 344,59
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 379,00
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 535,09
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 747,06
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 970,57
		Acima de 800m²	R\$ 1.221,35
17	Comercio varejista, depósitos e fornecedores de inflamáveis, explosivos, gás liquefeito de petróleo e similares	Até 50m²	R\$ 314,23
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 457,26
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 571,69
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 604,60
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 718,34
		Acima de 500m²	R\$ 801,41
18	Comércio de produtos de beleza e similares	Até 50m²	R\$ 141,85
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 211,86
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 327,48
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 443,15
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 515,65
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 612,45
		Acima de 800m²	R\$ 722,93
19	Postos de serviços ou garagens para veículos com lugar para lavagem, troca de óleo, borracharia e cumulativamente	Até 50m²	R\$ 119,55
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 235,95
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 369,75
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 406,36
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 552,27
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 668,26
		Acima de 800m²	R\$ 893,75
20	Papelaria, livraria, tipografia, caça e pesca	Até 50m²	R\$ 143,65
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 234,59
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 279,00
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 435,09
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 511,48
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 743,98
		Acima de 800m²	R\$ 977,08
21	Armazéns	Até 50m²	R\$ 141,18
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 214,45
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 365,16
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 405,82
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 521,50
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 650,79
		Acima de 800m²	R\$ 785,36
22	Mercearia, empórios, minimercados, armazéns de variados produtos e similares	Até 50m²	R\$ 146,95
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 197,63
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 289,86
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 327,14
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 416,54
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 543,88
		Acima de 800m²	R\$ 651,57
23	Bares, lanchonetes, sorveterias e pastelarias	Até 50m²	R\$ 127,92
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 158,27
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 236,04
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 310,02



		De 300,1m² até 500m²	R\$ 406,56
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 537,61
		Acima de 800m²	R\$ 730,36
24	Emissoras de rádio e exploração de radiodifusão	Até 50m²	R\$ 206,49
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 268,56
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 334,99
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 388,90
		Acima de 300,1m²	R\$ 427,56
25	Tabernas, quiosque, botecos, café, quitanda e similares	Até 100m²	R\$ 143,42
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 172,06
		De 200,1m² até 500m²	R\$ 260,27
		De 500,1m² até 1.000m²	R\$ 585,52
		Acima de 1.000m²	R\$ 728,00
26	Churrascarias e pizzarias	Até 50m²	R\$ 149,65
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 176,78
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 236,50
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 283,01
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 327,48
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 457,04
		Acima de 800m²	R\$ 575,98
27	Restaurantes com serviços a-la-carte e self-service e pratos comerciais	Até 50m²	R\$ 158,82
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 198,09
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 287,67
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 354,74
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 394,85
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 449,49
		Acima de 800m²	R\$ 562,72
28	Vendas de passagens ou similares	Até 50m²	R\$ 158,90
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 196,56
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 299,77
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 358,28
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 585,34
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 843,13
		Acima de 800m²	R\$ 936,73
29	Empresas de ônibus, transportadoras e similares	Até 100m²	R\$ 295,67
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 396,79
		De 200,1m² até 500m²	R\$ 514,77
		De 500,1m² até 1.000m²	R\$ 682,68
		Acima de 1.000m²	R\$ 877,74
30	Estabelecimento bancários, de créditos, financeiros e investimentos de se guros, capitalização e similares (exceto aquelas exclusivamente financeiras e creditícias)	Até 100m²	R\$ 4.073,07
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 5.197,22
		De 200,1m² até 500m²	R\$ 6.678,87
		De 500,1m² até 1.000m²	R\$ 7.321,98
		Acima de 1.000m²	R\$ 8.627,30
31	Hospitais, sanitários, ambulatórios, pronto-socorro, casas de saúde e similares	Até 100m²	R\$ 383,57
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 783,78
		De 200,1m² até 500m²	R\$ 938,06
		De 500,1m² até 1.000m²	R\$ 1.073,58
		Acima de 1.000m²	R\$ 1.209,40
32	Hotéis, motéis e similares	Até 200m²	R\$ 143,82
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 218,06
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 306,99
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 456,74
		De 800,1m² até 1.500m²	R\$ 693,66
		De 1.500,1m² até 3.000m²	R\$ 718,06
		De 3.000,1m² até 5.000m²	R\$ 1.206,99
		Acima de 5.000m²	R\$ 2.169,13
33	Venda de móveis usados, peças para reposição e similares	Até 100m²	R\$ 137,43
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 156,11
		De 200,1m² até 500m²	R\$ 204,19
		De 500,1m² até 1.000m²	R\$ 295,55
		Acima de 1.000m²	R\$ 332,75
34	Laboratórios de análises clínicas e similares	Até 50m²	R\$ 377,07
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 435,44
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 590,79
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 623,16
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 775,19
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 899,20
		Acima de 800m²	R\$ 916,24
35	Ensino infantil, fundamental e médio	Até 50m²	R\$ 117,07
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 135,44
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 140,79
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 173,16
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 225,19
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 299,20
		De 800,1m² até 1.000m²	R\$ 316,24
		Acima de 1.000,01m²	R\$ 367,07
36	Ensino técnico, profissionalizante e preparatório	Até 50m²	R\$ 162,07
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 215,42
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 270,78
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 328,18
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 380,19
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 414,15
		De 800,1m² até 1.000m²	R\$ 456,21
		Acima de 1.000,01m²	R\$ 517,06
37	Ensino universitário	Até 50m²	R\$ 185,23
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 285,23
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 358,71
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 405,91

		De 300,1m² até 500m²	R\$ 603,20
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 738,38
		De 800,1m² até 1.000m²	R\$ 986,89
		Acima de 1.000,01m²	R\$ 962,32
38	Autoescola	Até 50m²	-----
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 154,91
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 172,03
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 267,53
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 366,12
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 498,04
		De 800,1m² até 1.000m²	R\$ 632,98
		Acima de 1.000,01m²	R\$ 781,66
39	Oficina de lanternagem e consertos de veículos	Até 50m²	R\$ 145,83
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 162,63
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 256,09
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 353,51
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 523,91
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 695,41
		Acima de 800m²	R\$ 930,59
40	Marcenarias, serralherias, ferros velhos, oficinas, torneiros mecânicos e vidraçarias	Até 50m²	R\$ 139,90
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 153,99
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 185,43
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 258,16
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 343,91
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 454,90
		Acima de 800m²	R\$ 527,43
41	Açougues, peixarias e aves abatidas	Até 10m²	R\$ 139,88
		De 10,1m² até 20m²	R\$ 158,60
		De 20,1m² até 35m²	R\$ 212,66
		De 60,1m² até 60m²	R\$ 361,79
		De 140,1m² até 140m²	R\$ 397,49
		De 200,1m² até 200m²	R\$ 509,11
		De 300,1m² até 300m²	R\$ 607,42
		Acima de 300m²	R\$ 722,98
42	Tinturarias e lavanderias	Até 50m²	R\$ 141,47
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 189,89
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 322,27
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 568,54
		Acima de 300m²	R\$ 664,94
43	Barbearias, cabeleireiros e salões de beleza e similares	Até 10m²	R\$ 136,92
		De 10,1m² até 20m²	R\$ 152,77
		De 20,1m² até 35m²	R\$ 167,13
		De 35,1m² até 60m²	R\$ 184,21
		De 140,1m² até 140m²	R\$ 239,23
		De 200,1m² até 200m²	R\$ 299,97
		Acima de 200m²	R\$ 331,11
44	Academias e congêneres	Até 50m²	R\$ 139,76
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 217,20
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 325,32
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 423,54
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 567,53
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 653,33
		Acima de 800m²	R\$ 827,36
45	Construtoras, imobiliárias e escritórios de firmas jurídicas em geral	Até 50m²	R\$ 214,24
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 379,43
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 452,53
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 590,71
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 678,07
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 753,02
		Acima de 800m²	R\$ 980,12
46	Consultórios e escritórios de profissionais liberais de nível superior ou a este equiparado, inclusive as sociedades de profissionais liberais	Até 50m²	R\$ 220,77
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 312,27
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 454,87
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 613,87
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 819,48
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 1.041,36
		Acima de 800m²	R\$ 1.290,32
47	Escritórios de profissionais autônomos com relação a arte, cultura, ofício ou função de natureza intelectual e independente	Até 50m²	R\$ 48,64
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 83,86
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 141,42
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 338,20
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 439,23
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 531,22
		Acima de 800m²	R\$ 649,47
48	Representação, com exposição de mercadorias	Até 50m²	R\$ 113,86
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 177,31
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 290,20
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 468,13
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 571,56
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 646,16
		Acima de 800m²	R\$ 826,09
49	Representação de prestação de serviços	Até 50m²	R\$ 165,98
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 194,64
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 250,27
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 420,94
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 517,11
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 784,45
		Acima de 800m²	R\$ 857,12
50	Estabelecimentos financeiros e de créditos, vinculados a empréstimos e	Até 50m²	R\$ 741,14

	financiamentos a pensionistas, funcionários ou servidores públicos	De 50,1m² até 100m²	R\$ 859,71
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 971,39
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 1.060,74
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 1.179,93
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 1.301,19
		Acima de 800m²	R\$ 1.418,32
51	Correio e telégrafos	Até 50m²	R\$ 652,10
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 906,55
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 1.263,85
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 1.449,78
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 1.621,16
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 1.770,36
52	Serviços de malotes e entrega rápida ou atividades do Correio e telégrafos por franchising	Acima de 800m²	R\$ 2.178,47
		Até 50m²	R\$ 266,60
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 367,27
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 535,40
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 641,10
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 710,57
53	Concessionários e provedores de acesso e distribuição de dados, multimídia e telecomunicação por satélite (internet, tv a cabo, e congêneres, exceto radiodifusão)	De 500,1m² até 800m²	R\$ 857,97
		Acima de 800m²	R\$ 968,66
		Até 50m²	R\$ 309,18
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 516,73
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 673,16
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 868,69
54	Empresa de telecomunicação por fio e/ou sem fio	De 300,1m² até 500m²	R\$ 1.194,27
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 1.508,81
		Acima de 800m²	R\$ 1.882,88
		Por antena/torre de telecomunicação	R\$ 8.379,00
		Até 100m²	R\$ 546,05
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 779,91
55	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores realizado em postos de combustíveis	De 200,1m² até 500m²	R\$ 870,74
		De 500,1m² até 1.000m²	R\$ 976,52
		Acima de 1.000m²	R\$ 1.293,94
		Até 100m²	R\$ 381,22
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 405,37
		De 200,1m² até 500m²	R\$ 587,02
56	Correspondente bancários, franchising e e congêneres	De 500,1m² até 1.000m²	R\$ 730,13
		Acima de 1.000m²	R\$ 935,45
		Até 100m²	R\$ 212,48
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 345,39
		De 200,1m² até 500m²	R\$ 537,46
		De 500,1m² até 1.000m²	R\$ 611,89
57	Parque de diversão, circo, clubes, e congêneres	Acima de 1.000m²	R\$ 734,99
		Até 50m²	R\$ 157,61
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 257,61
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 365,04
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 555,08
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 623,38
58	Comércio de ferragens, madeiras, materiais de construção e congêneres	De 500,1m² até 800m²	R\$ 772,11
		Acima de 800m²	R\$ 920,85
		Com depósito:	-----
		Até 50m²	R\$ 184,74
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 282,26
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 369,83
59	Concessionária de serviços públicos	De 200,1m² até 300m²	R\$ 618,56
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 807,50
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 850,78
		Acima de 800m²	R\$ 1.000,78
		Sem depósito:	-----
		Escritório e ponto de apoio administrativo:	-----
60	Transporte de passageiros	Até 50m²	R\$ 645,00
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 921,74
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 1.105,53
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 1.266,03
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 1.327,21
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 1.524,87
61	Atividades Comerciais não especificadas anteriormente	Acima de 800m²	R\$ 2.333,42
		Subestação de distribuição ou congêneres:	
		Até 50m²	R\$ 345,89
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 745,00
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 1.121,74
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 1.505,53
62	Atividades Prestação de serviço não especificada anteriormente	De 300,1m² até 500m²	R\$ 1.766,03
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 2.327,21
		Acima de 800m²	R\$ 3.524,87
		Por unidade	R\$ 245,00
		Até 50m²	R\$ 150,44
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 195,78
63	Atividades Comerciais não especificadas anteriormente	De 100,1m² até 200m²	R\$ 361,77
		De 200,1m² até 300m²	R\$ 452,26
		De 300,1m² até 500m²	R\$ 542,65
		De 500,1m² até 800m²	R\$ 633,04
		De 800,1m² até 1.000m²	R\$ 723,43
		Acima de 1.000m²	R\$ 813,92
64	Atividades Comerciais não especificadas anteriormente	Até 50m²	R\$ 142,13
		De 50,1m² até 100m²	R\$ 209,91
		De 100,1m² até 200m²	R\$ 307,18

	De 200,1m² até 300m²	R\$ 448,64
	De 300,1m² até 500m²	R\$ 570,09
	De 500,1m² até 800m²	R\$ 651,55
	De 800,1m² até 1.000m²	R\$ 733,01
	Acima de 1.000m²	R\$ 814,47

**ANEXO II****TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL**

PERÍODO	PERCENTUAL SOBRE A TAXA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
Por dia	15%
Por mês	30%
Por ano	45%

**ANEXO III****TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DOS MEIOS DE PUBLICIDADE**

NÚMERO DE ORDEM	ESPÉCIE DE VEÍCULO DE PUBLICIDADE	VALOR EM R\$
1	Anúncios sob a forma de cartas ou folhetos, distribuídos pelo correio, em mãos ou em domicílio – por ano	R\$ 462,43
2	Anúncios no interior ou exterior de veículos – por veículos e por ano	R\$ 87,19
3	Anúncios no interior ou exterior de veículos – por veículos e por trimestre	R\$ 19,30
4	Anúncios impressos em automóvel de aluguel (táxi) – por ano	R\$ 123,12
5	Anúncios impressos em automóvel de aluguel (táxi) – por trimestre	R\$ 25,78
6	Anúncios luminosos em automóvel de aluguel (táxi) – por ano	R\$ 125,67
7	Anúncios luminosos em automóvel de aluguel (táxi) – por trimestre	R\$ 31,42
8	Anúncios luminosos instalados na parte externa dos edifícios, visíveis da via pública – por metro quadrado e por local, por ano.	R\$ 16,48
9	Painel, letreiro, placas e similares, instalados na parte externa dos edifícios, visíveis da via pública por metro quadrado e por local, por ano.	R\$ 13,04
10	Vitrine para exposição de artigos estranhos ao negócio do estabelecimento ou alugadas a terceiros- por m² de vitrine e por mês.	R\$ 22,59
11	<b>Outdoor</b> , tabuleta e similares – por veículo de publicidade e por ano.	R\$ 156,37
12	<b>Outdoor</b> , tabuleta e similares – por veículo de publicidade e por semestre	R\$ 108,19
13	<b>Outdoor</b> , tabuleta e similares – por veículo de publicidade e por trimestre	R\$ 44,09
14	Painel Luminoso tipo <b>backlight</b> , balão e similares – por veículo de publicidade e por ano.	R\$ 459,24
15	Anúncios em empena cega da edificação, iluminados ou não, visíveis da via pública – por veículo de publicidade e por ano.	R\$ 1.024,27
16	<b>Bikedoor</b> – por veículo de publicidade e por ano.	R\$ 123,12
17	Anúncios sob a forma de faixas	R\$ 12,69
18	Anúncios sob a forma de cartaz	R\$ 12,69
19	Anúncios do tipo Dispositivo de Transmissão de Mensagem (LED) até 1 m²	R\$ 234,26
20	Anúncios do tipo Dispositivo de Transmissão de Mensagem (LED) acima de 1 m²	R\$ 1.563,71
21	<b>Busdoor</b> – por veículo de publicidade (ônibus) – por trimestre	R\$ 44,55
22	<b>Busdoor</b> – por veículo de publicidade (ônibus) – por ano	R\$ 108,18

**ANEXO IV****TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EM ÁREAS PÚBLICAS**

NÚMERO DE ORDEM	PERÍODO	VALORES EM R\$
1	Por dia	R\$ 5,00
2	Por mês	R\$ 60,00
3	Por ano	R\$ 400,00

**ANEXO V****TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS**

INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ABATE	QUANTIDADE	Valor em (R\$)
Bovinos/Bubalinos.	Por cabeça	<b>25,00</b>
Ovinos.	Por cabeça	<b>15,00</b>
Caprinos.	Por cabeça	<b>15,00</b>
Suínos.	Por cabeça	<b>15,00</b>

**ANEXO VII****TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS**

Nº	ASSUNTO	VALOR (R\$)	OBSERVAÇÕES
01	Alvará de Habite-se	R\$ 2,32 por m²	1. Pagamento no final do processo. 2. Para as construções verticais (acima de dois pavimentos) será acrescido o valor equivalente a 100% (cem por cento) sobre as taxas do Alvará de Habite-se. 3. Além deste valor, deverá ser pago R\$ 53,59, na entrada do processo, como Taxa de Expediente.
02	Alvará de Acréscimo	R\$ 311,98	Pagamento na entrada do processo.
03	Alvará de Demolição	R\$ 2,00 por m²	1. Pagamento no final do processo. 2. Além deste valor, deverá ser pago R\$ 53,59, na entrada do processo, como Taxa de Expediente.
04	Alvará de Regularização	R\$ 4,82 por m²	1. Pagamento no final do processo. 2. Pagar ainda a taxa de Certidão de Conclusão de Obra e Numeração Predial Oficial (opcional). 3. Além deste valor, deverá ser pago R\$ 53,59, na entrada do processo, como Taxa de Expediente.



05	Aprovação de projeto e licença	2,00 por m²	1. Pagamento no final do processo. 2. Além deste valor, deverá ser pago R\$ 1,41 por m², na entrada do processo, como Taxa de Expediente.
06	Autorização para canteiro de obras	R\$ 53,59	Pagamento na entrada do processo.
07	Autorização para equipamentos ou instalações diferenciadas e elementos urbanos	R\$ 53,59	Pagamento na entrada do processo.
08	Autorização para fechamento ou colocação de tapumes	R\$ 53,59	Pagamento na entrada do processo.
09	Autorização para instalação de stand de vendas	2,00 por m²	1. Pagamento no final do processo. 2. Além deste valor, deverá ser pago R\$ 1,11 por m², na entrada do processo, como Taxa de Expediente.
10	Autorização de Microrreforma	1,15 por m²	1. Pagamento na entrada do processo. 2. Além deste valor, deverá ser pago R\$ 53,59, também na entrada do processo, como Taxa de Expediente.
11	Autorização para movimento de terra ou muro de arrimo	R\$ 53,59	Pagamento na entrada do processo.
12	Autorização para passarelas aéreas ou passagem subterrânea	R\$ 311,98	1. Pagamento na entrada do processo. 2. Contrapartida financeira a ser paga nos termos da norma específica.
13	Autorização para torre de transmissão (antena)	R\$ 811,98	Pagamento na entrada do processo.
14	Modificação de projeto com acréscimo	R\$ 2,00 por m²	1. Pagamento no final do processo. 2. Além deste valor, deverá ser pago R\$ 1,11 por m², na entrada do processo, como Taxa de Expediente. 3. Taxa calculada sobre a área de intervenção e ou acréscimo.
15	Modificação de projeto sem acréscimo	R\$ 1,11 por m²	1. Pagamento na entrada do processo. 2. Além deste valor, deverá ser pago R\$ 53,59, também na entrada do processo, como taxa de expediente e serviços. 3. Taxa calculada sobre a área de intervenção.
16	Certidão de Conclusão de Obra		
	Até 100 m²	R\$ 0,86 por m²	1. Pagamento no final do processo. 2. Além deste valor, deverá ser pago R\$ 53,59, na entrada do processo, como Taxa de Expediente.
	Acima de 100 m²	R\$ 1,23 por m²	
17	Certidão de Conclusão Parcial de Obra		
	Até 100 m²	R\$ 0,86 por m²	1. Pagamento no final do processo. 2. Além deste valor, deverá ser pago R\$ 53,59, na entrada do processo, como Taxa de Expediente.
	Acima de 100 m²	R\$ 1,23 por m²	
18	Certidão de Conclusão de Obra Popular	Gratuito	
19	Certidão de demolição	R\$ 111,98	Pagamento na entrada do processo
20	Certidão de início de obra	R\$ 111,98	Pagamento na entrada do processo
21	Licenciamento de obras e serviços em logradouros públicos	R\$ 111,98	Pagamento na entrada do processo.
22	Análise e instalação de cabos aéreos	R\$ 3.833,48	

### Taxa de Aprovação para Parcelamento do Solo

Nº	ASSUNTO	VALOR EM R\$	OBSERVAÇÕES
01	Loteamento do solo:		
	Até 100.000 m²	R\$ 5.461,87	1. Pagamento na entrada do processo.
	De 100.001 m² à 300.000 m²	R\$ 5.461,87 + R\$ 0,01 por m² excedente	2. Se houver aumento da área informada na entrada do processo, haverá um acréscimo de R\$ 0,01 por metro² acrescido, ou R\$ 21,17 por lote acrescido.
	Acima de 300.000 m²	R\$ 14.997,55	
02	Desmembramento	R\$ 0,29 por m²	1. Pagamento no final do processo. 2. Taxa calculada sobre a menor área desmembrada ou sobre a soma das menores áreas desmembradas.
03	Remanejamento	R\$ 0,29 por m²	1. Pagamento no final do processo.
04	Remembramento	R\$ 0,29 por m²	1. Pagamento no final do processo.
05	Regularização de loteamento		
	Até 100.000 m²	R\$ 5.461,87	1. Pagamento na entrada do processo.
	De 100.001 m² à 300.000 m²	R\$ 5.461,87 + R\$ 0,01 por m² excedente	2. Se houver aumento de área ao informado na entrada do processo, haverá um acréscimo de R\$ 0,01 por metro² acrescido, ou R\$ 21,17 por lote acrescido.
	Acima de 300.000 m²	R\$ 14.997,55	
06	Reloteamento		
	Até 100.000 m²	R\$ 2.461,87	1. Pagamento na entrada do processo.
	De 100.001 m² à 300.000 m²	R\$ 2.461,87 + R\$ 0,01 por m² excedente	2. Se houver aumento de área ao informado na entrada do processo, haverá um acréscimo de R\$ 0,01 por metro quadrado acrescido, ou R\$ 21,17 por lote acrescido.
	Acima de 300.000 m²	R\$ 7.997,55	

### ANEXO VII

### TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM PRAÇAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

DISCRIMINAÇÃO	Valor em R\$
<b>1. Feira Livre:</b>	
Por dia e por banca	5,00
<b>2. Boxes em mercado público:</b>	
Por mês e por m²	8,50
<b>3. Venda de alimentos sobre rodas (food-truck e similares)</b>	
Por mês e por m²	7,50
<b>4. Lanches, restaurantes e similares</b>	
Por mês e por m²	3,50
<b>5. Barracas, quiosque e assemelhados em períodos festivos:</b>	
Por dia e por m²	10,00
Por evento e por m²	15,00

### ANEXO VIII

### TAXA DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE DIVERSÕES PÚBLICAS PROVISÓRIAS

CIRCO, TEATRO DE ARENA, PARQUE DE DIVERSÕES, EXPOSIÇÕES, BRINQUEDOS INFLÁVEIS, MONTÁVEIS, DESMONTÁVEIS E SIMILARES

NÚMERO DE ORDEM	PERÍODO	VALORES (R\$)
1	Até 30 dias	R\$ 226,66
2	De 31 a 60 dias	R\$ 359,17
3	De 61 até 90 dias	R\$ 473,37

## ANEXO IX

## TABELAS DE REFERÊNCIA PARA CÁLCULO DA TAXA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Tabela 1 – Categoria Residencial, Pública e Assistencial

Fatores por área de construção	
Fator Fixo	
Tamanho do Imóvel (TI)	Fator fixo (FF)
Até 60 m²	0,35
Fórmula de cálculo da TMRS= VBRTMRS x FF	
Fator variável por m²	
Tamanho do Imóvel (TI)	Fator variável (FV)
> 60 a 100m²	0,0055
> 100 a 150m²	0,0065
> 150 a 250 m²	0,006
> 250 a 500 m²	0,0055
> 500 m²	0,0045
Fórmula de cálculo da TMRS= VBRTMRS x (TI x FV)	

Tabela 2 – Categoria Comercial e Serviços

Fatores por área de construção	
Fator Fixo	
Tamanho do Imóvel (TI)	Fator fixo (FF)
Até 60 m²	0,45
Fórmula de cálculo da TMRS= VBRTMRS x FF	
Fator variável por m²	
Tamanho do Imóvel (TI)	Fator variável (FV)
> 60 a 100m²	0,007
> 100 a 150m²	0,008
> 150 a 250 m²	0,0065
> 250 a 500 m²	0,006
> 500 m²	0,005
Fórmula de cálculo da TMRS= VBRTMRS x (TI x FV)	

Tabela 3 – Categoria Industrial

Fatores por área de construção	
Fator variável por m²	
Tamanho do Imóvel (TI)	Fator variável (FV)
> 0 a 250 m²	0,0085
> 250 a 750 m²	0,009
> 750 m²	0,01
Fórmula de cálculo da TMRS= VBRTMRS x (TI x FV)	

Tabela 4 – Terrenos sem edificação

Tabela 4 – Fatores sem caráterço			
Fator Fixo			
Tipo do terreno	Tamanho do Imóvel (TI)		Fator Fixo (FF)
Lotes	Imóveis até 250 m²		0,3
	de 251 a 500 m²		0,4
	acima de 500 m²		0,5
	Acima de 1000 m²	Fator inicial	1
		Adicional para cada 1000 m² ou fração	0,2
Gleba urbana	Cada 10 m de cada testada frontal para via pública		0,3
Fórmula de cálculo da TMRS= VBRTMRS x FF			

## ANEXO X

## TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTE E DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Tabela I. Averbação de dados municipais

Item	Descrição	Unidade tributária	Valor (R\$)
01	Alteração e baixa do Cadastro Imobiliário	- - -	- - -
01.01	Imóvel edificado	Por Imóvel	70,00
01.02	Imóvel não edificado	Por Imóvel	40,00
02	Alteração e baixa do Cadastro Econômico	Por Pessoa	7,00

Tabela II. Liberação de bens apreendidos ou depositados

Item	Descrição	Unidade tributária	Valor (R\$)
01	Apreensão de animais	Por unidade	70,00
02	Guarda de gado, cavalo e mula	Por dia/ Unidade	6,00
03	Guarda de suíno e caprino	Por dia/ Unidade	3,00

Tabela III. Fornecimento de documentos impressos

Item	Descrição	Unidade tributária	Valor (R\$)
------	-----------	--------------------	-------------

01	Emissão de Nota fiscal de serviços avulsa	Por unidade	15,00
02	Documento de arrecadação municipal	- - -	- - -
03.01	Padrão	Por unidade	5,00
03.02	Carnê	Por lamina	5,00
04	Fornecimento de Edital de Licitação	Por folha	1,00

**Tabela III. Logradouros públicos e imobiliários**

Item	Descrição	Unidade tributária	Valor (R\$)
01	Numeração de prédios	Por unidade	20,00
02	Renumeração de prédios	Por unidade	40,00
03	Fornecimento de placa metálica com numeração	Por caractere	20,00
05	Limpeza de terrenos	Por metro quadrado	4,00

**Tabela IV. Administrativo**

Item	Descrição	Unidade tributária	Valor (R\$)
01	2ª via de documento	- - -	- - -
01.01	Documento de arrecadação municipal	Por folha	5,00
01.02	Alvará de licença	Por folha	10,00
01.03	Demais tipos de documentos	Por folha	5,00

**Tabela V. Uso de equipamento**

Item	Descrição	Unidade tributária	Valor (R\$)
01	Uso de motoniveladora, pá carregadeira ou trator de esteira	Por hora	100,00
02	Caminhão basculante	Por hora	10,00
03	Nivelamento de terreno:	- - -	- - -
03.01	Com remoção dos resíduos	Por metro quadrado	15,00
03.02	Sem remoção dos resíduos	Por metro quadrado	10,00

**Tabela VI. Inumação**

Item	Tipo	Unidade tributária	Valor (R\$)
01	Sepultura rasa	Criança	20,00
		Adulto	35,00
02	Carneiro	Criança	25,00
		Adulto	50,00
03	Túmulo	Criança	30,00
		Adulto	55,00
04	Jazigo (carneiro duplo)	Criança	35,00
		Adulto	65,00
05	Mausoléu	Criança	45,00
		Adulto	70,00

**Tabela VII. Perpetuidade**

Item	Descrição	Unidade tributária	Valor (R\$)
01	Sepultura rasa	Por metro quadrado	30,00
02	Carneiro	Por metro quadrado	35,00
03	Túmulo	Por metro quadrado	50,00
04	Jazigo (carneiro duplo)	Por metro quadrado	60,00
05	Mausoléu	Por metro quadrado	70,00

**Tabela VIII. Exumação**

Item	Tipo	Unidade tributária	Valor (R\$)
01	Sepultura rasa	Antes do prazo	50,00
		Após o prazo	80,00
02	Carneiro	Antes do prazo	50,00
		Após o prazo	80,00
03	Túmulo	Antes do prazo	50,00
		Após o prazo	80,00
04	Mausoléu	Antes do prazo	50,00
		Após o prazo	80,00

**Tabela IX. Construção**

Item	Descrição	Unidade tributária	Valor (R\$)
01	Carneiro	Por metro quadrado	45,00
02	Túmulo	Por metro quadrado	55,00
03	Jazigo (carneiro duplo)	Por metro quadrado	65,00
04	Mausoléu	Por metro quadrado	100,00

**Tabela X. Serviços e Manutenção**

Item	Descrição	Unidade tributária	Valor (R\$)
01	Abertura de qualquer sepultura para nova exumação	Quantidade	50,00
02	Retirada de ossada	Quantidade	70,00
03	Colocação de placa	Quantidade	- - -
03.01	Fixação por montagem ou parafuso	Quantidade	15,00
03.02	Fixação em estrutura de alvenaria	Quantidade	25,00

03.03	Fixação em estrutura metálica	Quantidade	45,00
04	Entrada de ossada	Quantidade	35,00
05	Delimitação de sepultura em alvenaria simples	Quantidade	25,00
06	Utilização da capela mortuária	Por dia	25,00
07	Transferência de título de perpetuidade	Por Pessoa	22,00
08	Utilização de espaço e capela para velório	Por dia	50,00
09	Concessão para construção de carneiro, túmulo, jazigo e mausoléu por terceiros	Por metro quadrado	50,00

## ANEXO XI

## TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL

PORTE DO EMPREENDIMENTO	POTENCIAL DE IMPACTO	VALOR EM R\$
Pequeno	Pequeno	R\$ 218,66
	Médio	R\$ 318,98
	Alto	R\$ 595,17
Médio	Pequeno	R\$ 794,39
	Médio	R\$ 916,54
	Alto	R\$ 1.101,74
Grande	Pequeno	R\$ 1.409,78
	Médio	R\$ 1.682,90
	Alto	R\$ 2.020,43
Excepcional	Até 5.000 m² de área	R\$ 2.552,72
	Impermeabilizada e/ou sujeitos a estudos ambientais especiais	
Macroprojetos	Acima de 5.000 m² de área	R\$ 4.105,46
	Impermeabilizada e/ou sujeitos a estudos ambientais especiais	
Licença Ambiental Simplificada	Pequeno (área construída inferior a 500 m²)	R\$ 390,19

## ANEXO XII

## TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

ESPECIFICAÇÃO	Valor em R\$
Taxa de Licença para Táxi	100,00
Taxa de Licença para Moto Táxi	90,00
Taxa de Licença para Transporte Complementar	120,00
Taxa de Licença para Ônibus	150,00

## ANEXO XIII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA			
ITEM	ATIVIDADE	Valor em R\$	
1	Funcionamento de hospitais e clínicas médicas e veterinárias	200,00	
2	Funcionamento de consultório, ambulatório, laboratório de análise, oficina de prótese ou de equipamento e material de uso médico ou odontológico e similares, inclusive consultório veterinário	200,00	
3	Produção ou acondicionamento de bebidas alcoólicas	80,00	
4	Comercialização de bebidas alcoólicas	100,00	
5	Funcionamento de posto de venda de medicamentos, farmácias e drogarias	150,00	
6	Funcionamento de supermercados	200,00	
7	Funcionamento de mercadinhos, mercearias, especiarias, não inscritos como microempresa	70,00	
8	Comércio de estivas e cereais	100,00	
9	Comércio de hortaliças e frutas	70,00	
10	Padarias, pastelarias, confeitarias, docerias, lojas de conveniência	100,00	
11	Funcionamento de restaurantes, cantinas, sorveterias, lanchonetes e similares:	100,00	
12	Ensino Infantil (maternal I e II, Jardim I e II e Alfabetização)	100,00	
13	Ensino fundamental I e II (1a a 4a séries e da 5a a 8a séries)	100,00	
14	Ensino Médio e superior	100,00	
15	Creches, berçário, hotelzinho e similares	100,00	
16	Tinturaria e lavanderia	90,00	
17	Baile, shows, festival e similares	120,00	
18	Funcionamento de hotéis, motéis e pensões	150,00	
19	Funcionamento de abatedouro, matadouro	150,00	
20	Comercialização de artigos de higiene, dietético, saneantes, inseticidas, raticidas e similares	100,00	
21	Funcionamento de institutos de beleza, barbearia e similares	70,00	
22	Funcionamento de casa funerárias	300,00	
23	Análise e aprovação de plantas de edificações ligadas a saúde	150,00	
24	Piscina de uso público	150,00	
25	Piscina de uso privado	100,00	
26	Inspeção sanitária em terreno baldio	120,00	
27	Outras não especificadas	100,00	

## ANEXO XIV

## ISSQN

## PROFISSIONAL AUTÔNOMO

ITEM	ATIVIDADE	Valor em R\$
1	Médicos e congêneres	400,00
2	Odontólogos	300,00
3	Protéticos	300,00
4	Psicanalistas, psicólogos e congêneres	300,00
5	Nutricionistas e congêneres	300,00



6	Esteticistas e congêneres	300,00
7	Engenheiros, arquitetos e congêneres	300,00
8	Guias de Turismo	100,00
9	Advogados	350,00
10	Administradores, leiloeiros, árbitros e congêneres	300,00
11	Audidores, analistas, atuários, calculistas e congêneres	300,00
12	Contabilistas	300,00
13	Assistentes social, biblioteconomistas e congêneres	150,00
14	Outros profissionais	250,00

**Publicado por:**  
Luciana Silva Melo da Rocha  
**Código Identificador:**6CE49009

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**LEI Nº 967, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

*“Institui a Planta de Valores Genéricos do Município e a Política Fiscal relacionada ao IPTU.”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Olho d'Água das Flores/AL aprovou e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Através da presente, fica instituída a Planta Genérica de Valor para fins de apuração de cálculo do IPTU e ITBI, compreendida pelo valor dos terrenos e edificações dos imóveis situados no Município de Olho D'Água das Flores.

**Seção I**  
**BASE DE CÁLCULO**

**Art. 2º** A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é o VVI – Valor Venal do Imóvel.

**Art. 3º** O Valor Venal do Imóvel – VVI, será obtido pela soma dos Valores Venal do Terreno - VVT, e da Edificação – VVE, se houver, em conformidade com as normas e métodos ora fixados, sendo determinado pela seguinte fórmula:

$$\text{VVI} = \text{VVT} + \text{VVE}$$

Onde:

**VVI** = Valor Venal do Imóvel

**VVT** = Valor Venal do Terreno

**VVE** = Valor Venal da Edificação

**Seção II**  
**DA AVALIAÇÃO DOS TERRENOS**

**Art. 4º** O valor venal do terreno corresponderá ao resultado da multiplicação de sua área pelo valor básico do metro quadrado, constante, em código por Zona de Valor - ZV, do mapa da Planta Genérica de Valores – PGV, multiplicando-se pelo fator de valorização ou depreciação do terreno, conforme o Anexo I desta Lei, adotando-se a fórmula:

$$\text{VVT} = \text{AT} \times \text{VBT} \times \text{FVD} \times \text{FI}$$

Onde:

**VVT** = Valor Venal do Terreno

**AT** = Área do terreno

**VBT** = Valor básico do metro quadrado do terreno

**FVD** = Fator de Valorização ou Depreciação de Terreno

**FI** = Fração Ideal

§ 1º No caso de lotes de uma ou mais esquinas e de lotes com duas ou mais frentes, será adotado o valor unitário de metro quadrado de terreno, relativo ao logradouro de maior valor.

§ 2º A Fração ideal – FI, que consta da fórmula para apuração do VVT, é o coeficiente para cálculo da equivalência da fração de área de terreno, em se tratando de imóvel construído que abrigue mais de uma unidade autônoma, e será obtido pelo resultado da divisão da área da unidade pela área total das edificações no terreno, usando a seguinte fórmula:

$$\text{FI} = \text{Área da Unidade} / \text{Área Total de Edificação}$$

§ 3º O Fator de Valorização ou Depreciação de Terreno – FVD, será obtido através do resultado da Situação na Quadra - SQ, para os terrenos com até 1.000 m², conforme TABELA II.

§ 4º Para imóveis com mais de 1.000 m², o Fator de Valorização ou Depreciação de Terreno – FVD será obtido através do resultado da multiplicação do Fator de Gleba – FG pela área do terreno, conforme a TABELA II, usando a seguinte fórmula:

**FVD = Área do terreno x Fator de gleba**

**Art. 5º** Os logradouros ou trechos de logradouros que não constam na Planta Genérica de Valores que integram esta Lei, terão seus valores fixados pela Comissão de Avaliação Imobiliária, designada pelo Poder Executivo.

§ 1º Nos loteamentos ou condomínios horizontais ou verticais novos e que não constem da Planta Genérica de Valores, deverá ser adotado o valor encontrado por processo avaliativo técnica e legalmente aceito, incluindo o valor de metro quadrado de construção.

§ 2º Em casos de deferimento de contestação de valores, por parte do contribuinte, o valor resultante de procedimento de avaliação individual e concreta, prevalecerá sobre os valores arbitrados da Planta Genérica e da Tabela de Edificações.

### Seção III

#### DA AVALIAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

**Art. 6º** O valor venal das edificações corresponderá ao resultado da multiplicação de sua área total construída pelo valor do metro quadrado da Edificação, multiplicando-se pelo fator de valorização ou desvalorização por zona, conforme o mapa da Planta Genérica de Valores – PGV, e por fim, multiplicando-se com o fator de estado de conservação de edificação, conforme o ANEXO II desta Lei, adotando-se a fórmula:

**VVE = AU x VET x FR x FC**

Onde:

**VVE** = Valor venal da edificação

**AU** = Área total da unidade

**VET** = Valor do metro quadrado da Edificação por padrão e tipo de edificação

**FZ** = Fator de Valorização ou Desvalorização por Zona

**FC** = Fator de estado de conservação da edificação

**Art. 7º** O imóvel construído que abrigue mais de uma unidade autônoma, terá tantos lançamentos quanto forem essas unidades, rateando-se o valor venal do terreno pelo processo da fração ideal.

**Art. 8º** O imóvel construído que abrigue mais de uma edificação terá por valor venal, o resultado do produto de sua área construída total pelo valor unitário do tipo predominante da construção, obtendo-se um único lançamento.

**Art. 9º** A área total construída será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou pilares, computadas as superfícies denominadas dependências em geral e terraços cobertos.

**Parágrafo único.** As piscinas serão consideradas como área construída e serão incorporadas na área de construção principal do imóvel.

**Art. 10** O valor do metro quadrado da edificação será obtido de acordo com o ANEXO II desta Lei, pelo enquadramento das edificações em um dos tipos de edificação e padrão do imóvel, aplicando-se os componentes da TABELA III, multiplicando-se pelo fator de valorização ou desvalorização por zona, conforme a TABELA IV, e por fim, multiplicando-se pelo fator de conservação do imóvel, de acordo com a TABELA V.

**I** - Para determinação do tipo/caracterização da edificação, será considerada a destinação atual;

**II** - O padrão, será obtido em função do tamanho da área construída do imóvel e da tipologia do imóvel;

**III** – O fator de valorização ou desvalorização, será obtido de acordo com a zona em que se localiza o imóvel;

**IV** – O fator de conservação de imóvel consiste em um grau atribuído ao imóvel construído, conforme seu estado de conservação na data da atualização do cadastro imobiliário.

**Art. 11** Nos casos singulares de edificações particularmente valorizadas ou desvalorizadas, quando da aplicação da metodologia ora estabelecida, possa conduzir a juízo do Município a um tratamento fiscal injusto ou inadequado, poderá ser adotado processo de avaliação mais recomendado, a critério da Comissão de Avaliação Imobiliária.

**Art. 12** A parte do terreno que exceder em 05 (cinco) vezes a área total construída, fica sujeita à aplicação da alíquota prevista para terrenos não edificadas.

**Art. 13** Aplicar-se-á o critério de arbitramento para apuração do valor venal do imóvel, quando o contribuinte ou responsável impedir o levantamento dos elementos necessários, ou se a edificação for encontrada fechada em 02 (duas) visitas consecutivas do representante do Fisco Municipal.

**Art. 14** Sobre o valor venal do imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, aplicar-se-á alíquotas progressivas, conforme segue:

**I** - 1,0% (um por cento) sobre o valor venal do primeiro ano;

**II** - 2,0% (dois por cento) sobre o valor venal no segundo ano;

**III** - 3,0% (três por cento) sobre o valor venal no terceiro e quarto ano;

**IV** - 5,0% (cinco por cento) sobre o valor venal no quinto ano e seguintes.

**Parágrafo único.** Os acréscimos progressivos referidos neste artigo, serão aplicados a partir do exercício financeiro seguinte ao que esta lei entrar em vigor.

**Art. 15** O valor venal do imóvel, que constituirá a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, dos exercícios 2023 e 2024, referente aos imóveis, cujos dados cadastrais das características ou de uso da construção ou do terreno não tenham sido alterados, não poderá ultrapassar aquele que represente acréscimo total do tributo comparando-se ao exercício anterior, constituídos pelo IPTU e Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos, superior a 30% (trinta por cento) comparado ao exercício anterior, somado ao IPCA ou outro índice aprovado por legislação nacional que venha a substituí-lo, acumulado no período de novembro do exercício imediatamente anterior a outubro do exercício fiscal em curso.

**Parágrafo único.** O limite de acréscimo disposto neste artigo não se aplica aos casos em que a majoração do tributo seja igual ou inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

**Art. 16** Os valores de m<sup>2</sup> de terrenos e de edificações constantes da Planta Genérica de Valores a que se refere esta Lei deverão ser corrigidos anualmente, com base na variação do IPCA ou índice oficial que venha a substituí-lo, acumulado no período de novembro do exercício imediatamente anterior a outubro do exercício fiscal em curso, com aplicação a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

**Art. 17** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, por meio de Decreto do Prefeito Municipal, caso necessário para sua execução.

**Art. 18** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Olho d'Água das Flores/AL, 22 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**

**Prefeito**

## **ANEXO I**

<b>ZONA 1</b>	<b>Localidade:</b> Avenida Dois de Dezembro
<b>ZONA 2</b>	<b>Localidade:</b> Demais logradouros.

### **TABELA I -Tabela de Valores do Metro Quadrado de Terreno**

<b>ZONA</b>	<b>VALOR EM R\$</b>
1	80,00
2	60,00

### **TABELA II – Tabelas de Fatores de Valorização ou Depreciação de Terreno**

<b>FATOR SITUAÇÃO NA QUADRA - SQ</b>	<b>FATOR</b>
Encravado	0,90
Meio de quadra	1,00
Esquina ou frentes múltiplas	1,10

<b>FATOR GLEBA - FG</b>	<b>FATOR</b>
> 1.000 < 2.500 m2	0,80
> 2.500 < 10.000 m2	0,70
> 10.000 < 50.000 m2	0,50
> 50.000 m2	0,35

## **ANEXO II**

### **TABELA III – Tabelas de valor do metro quadrado da Edificação por padrão e tipo de edificação**

<b>VET (Tipo de imóvel)</b>	<b>BAIXO (R\$)</b>	<b>MÉDIO (R\$)</b>	<b>ALTO (R\$)</b>
Residencial (Casa) - R1	774,66	1147,22	1581,54
Residencial (Prédio até 8 andares) - R8	724,24	989,15	1472,58
Residencial (Prédio acima de 8 andares) - R16	1099,45	1252,11	1509,42
Comercial até 8 andares - CSL 8	1227,78	1432,98	1530,77
Comercial acima de 8 andares - CSL 16	1352,48	1532,98	1830,77
Galpão - GI	590,45	590,45	590,45

<b>VET (Padrão)</b>	<b>BAIXO</b>	<b>MÉDIO</b>	<b>ALTO</b>
Residencial (Casa) - R1	até 100 m <sup>2</sup>	100,01 a 250 m <sup>2</sup>	Acima de 250m <sup>2</sup>
Residencial (Prédio até 8 andares) - R8	até 100 m <sup>2</sup>	100,01 a 250 m <sup>2</sup>	Acima de 250m <sup>2</sup>
Residencial (Prédio acima de 8 andares) - R16	até 100 m <sup>2</sup>	100,01 a 250 m <sup>2</sup>	Acima de 250m <sup>2</sup>
Comercial até 8 andares - CSL 8	até 100m <sup>2</sup>	200 a 500 m <sup>2</sup>	Acima de 500m <sup>2</sup>
Comercial acima de 8 andares - CSL 16	até 1000m <sup>2</sup>	1000 a 2000 m <sup>2</sup>	Acima de 2000m <sup>2</sup>
Galpão - GI	até 1000m <sup>2</sup>	1000,01 a 2000 m <sup>2</sup>	Acima de 2000m <sup>2</sup>

### **TABELA IV – Tabela de Fator de Valorização ou Desvalorização por Zona**

<b>ZONA 1</b>	<b>Localidade:</b> Avenida Dois de Dezembro.
<b>ZONA 2</b>	<b>Localidade:</b> Demais logradouros.

<b>ZONA - FZ</b>	<b>FATOR</b>
Zona 1	0,10
Zona 2	0,08

### **TABELA V – Tabela de Fator de Estado de Conservação do Imóvel**

<b>ESTADO DE CONSERVAÇÃO - FC</b>	<b>FATOR</b>
Nova/ótimo	1,00
Bom	0,90

Regular

0,80

**Publicado por:**  
Luciana Silva Melo da Rocha  
**Código Identificador:**F6847BA8

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**DECRETO Nº 29, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022**

*Estabelece o Plano de Ação do Município de Olho d'Água das Flores, para atender o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, nos termos do parágrafo único, do art. 18 do Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO a determinação contida no art. 18 do Decreto Federal nº 10.540/2020,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica estabelecido para o Município de OLHO D'ÁGUA DAS FLORES' O Plano de Ação constante do Anexo Único, que é parte integrante do presente Decreto, com a finalidade de ajustar o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, ao padrão mínimo de qualidade, estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020.

**Art. 2º.** O SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluindo a responsabilidade pela contratação, com ou sem rateio de despesas, utilizada pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídos Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, resguardada a autonomia.

**§ 1º.** É vedada a existência de mais de um SIAFIC no Município, mesmo que estes permitam a integração, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

**§ 2º.** Fica de responsabilidade exclusiva do órgão/autarquia/entidade/consórcio/outros, a manutenção no que tange a integração e consolidação dos dados dos sistemas estruturantes do SIAFIC do município de OLHO D'ÁGUA DAS FLORES.

**§ 3º.** O SIAFIC tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial, além de controlar e permitir a evidência da Contabilidade aplicada ao Setor Público dos Órgãos de que trata o *caput* deste artigo.

**Art. 3º.** Os procedimentos e desenvolvimento das ações necessárias para a implementação do Plano de Ação no prazo serão de responsabilidade conjunta dos seguintes Órgãos do Executivo e Legislativo:

**I** – Secretaria Municipal de Finanças;

**II** – Órgão de Contabilidade;

**III** – Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 4º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme art. 18, do Decreto Federal nº 10.540/2020.

**Art. 5º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Olho D'Água das Flores/AL, 14 de dezembro de 2022.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**

**Prefeito**

O presente Decreto foi publicado, registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, aos dias 14 de dezembro de 2022 e, posteriormente no site <http://www.olhodaguadasflores.al.gov.br>

**ADEQUAÇÃO AO PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE DO SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – SIAFIC, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 10.540/2020.**

ANTECEDENTES			
ITEM	AÇÃO	DATA DE INÍCIO	DATA DE CONCLUSÃO
1	Levantar informações dos insumos/serviços/recursos financeiros necessário à implantação e concepção do SIAFIC local	Jan/22	Dez/22
2	Elaborar, preferencialmente, o modelo e o projeto de implantação do SIAFIC, com base nos layouts disponibilizados pela STN e Tribunais de Contas.	Jan/22	Dez/22
3	Planejar, elaborar e realizar ações para aquisições de insumos, serviços e/ou equipamentos, etc, necessários ao projeto do SIAFIC e integrações com os principais sistemas estruturantes.	Jan/22	Dez/22

UNIDADE E INTEGRAÇÃO			
ITEM	AÇÃO	DATA DE INÍCIO	DATA DE CONCLUSÃO
4	Atestar que o SIAFIC é integrado a outros sistemas estruturantes tais como RH, Tributário, Patrimônio, Almoxarifado, etc.	Jan/22	Dez/22
5	Garantir que o SIAFIC é o sistema único e cuja base de dados é compartilhada entre usuários cadastrados.	Jan/22	Dez/22
6	Atestar que o SIAFIC permita a atualização, a consulta e a extração de dados e de informações de maneira centralizada.	Jan/22	Dez/22
7	Atestar que o SIAFIC é mantido e gerenciado pelo Poder Executivo.	Jan/22	Dez/22
8	Atestar que o SIAFIC registrará os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial.	Jan/22	Dez/22
9	Garantir que há apenas um SIAFIC em uso pelo ente.	Jan/22	Dez/22

TECNOLOGIA			
ITEM	AÇÃO	DATA DE INÍCIO	DATA DE CONCLUSÃO
10	Garantir que o SIAFIC permita o armazenamento, integração, importação e exportação de dados.	Jan/22	Dez/22
11	Atestar que o SIAFIC contenha mecanismos que garantem a integridade, a confiabilidade, a auditabilidade e a disponibilidade das informações.	Jan/22	Dez/22
12	Garantir que o SIAFIC detenha o controle de acesso dos usuários por segregação de funções, com codificação própria e intransferível.	Jan/22	Dez/22
13	Garantir o acesso ao SIAFIC para usuários cadastrados seja por autorização de superiores do administrador do SIAFIC, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade, e que seja realizado login através de CPF e senha ou Certificado Digital.	Jan/22	Dez/22
14	Garantir que o SIAFIC permitirá auditoria de dados para controlar inserção, exclusões ou alterações efetuadas pelos usuários com a identificação do CPF, operação realizada, data e hora com acesso restrito à usuários exclusivamente cadastrados.	Jan/22	Dez/22
15	Garantir que o SIAFIC evidencie, no mínimo:	Jan/22	Dez/22



	1 – Os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias ou patrimoniais; 2 – A execução das receitas e despesas orçamentárias, bem como suas alterações; 3 – A situação patrimonial e sua variação; 4 – A apuração dos custos; 5 – Controle de convênios, contratos e instrumentos congêneres; 6 – Diário, razão e balancetes (individuais e consolidados); 7 – Demonstrações contábeis, relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, econômicos e financeiros; 8 – Operações intragovernamentais; 9 – Origem e destinação de recursos legalmente vinculados.		
16	Assegurar que o SIAFIC possui rotinas de Backups.	Jan/22	Dez/22

TRANSPARÊNCIA			
ITEM	AÇÃO	DATA DE INÍCIO	DATA DE CONCLUSÃO
17	Assegurar que a sociedade tenha acesso às informações sobre a execução orçamentária e financeira em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público.	Jan/22	Dez/22
18	Atestar que as informações são disponibilizadas em tempo real e pormenorizadas, disponibilização de informação até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil.	Jan/22	Dez/22
19	Assegurar que as informações disponibilizadas pelo SIAFIC observem as questões de acessibilidade.	Jan/22	Dez/22
20	Certificar que o SIAFIC observa a Lei Geral de Proteção de Dados.	Jan/22	Dez/22

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS			
ITEM	AÇÃO	DATA DE INÍCIO	DATA DE CONCLUSÃO
21	Atestar que o SIAFIC processa e centraliza o registro contábil dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio da entidade.	Jan/22	Dez/22
22	Assegurar que o registro representa integralmente o fato ocorrido, observada a tempestividade necessária.	Jan/22	Dez/22
23	Assegurar que o registro: 1 – Foi feito em partidas dobradas; 2 – Foi feito em idioma e moeda correntes nacionais.	Jan/22	Dez/22
24	Assegurar que o SIAFIC gera os livros razão, diários e demais demonstrativos contábeis em consonância as regras contidas no Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (MCASP) e no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de forma individual e consolidada, e que ficam à disposição dos usuários e dos órgãos de controle interno e externo.	Jan/22	Dez/22
25	Assegurar que os registros contábeis são efetuados de forma analítica e reflete a transação com base em documentação de suporte.	Jan/22	Dez/22
26	Garantir que o registro contábil conterá, no mínimo: I – Data da transação; II – Conta debitada; III – Conta creditada; IV – Histórico da transação com referência a documentação de suporte, de forma descritiva ou por meio do uso do código de histórico padronizado; V – Valor da transação; VI – Número de controle dos registros eletrônicos que integrem um mesmo lançamento contábil.	Jan/22	Dez/22
27	Assegurar que o SIAFIC permite a acumulação de registro por centro de custo.	Jan/22	Dez/22
28	Assegurar que o SIAFIC não permita: I – Contabilização apenas na exploração de dados; II – Registro cuja data não corresponda à data do fato contábil ocorrido; III – Alteração dos códigos-fonte ou das bases de dados do SIAFIC; IV – Utilização de ferramentas de sistemas que refaqam os lançamentos contábeis em momento posterior ao fato contábil ocorrido.	Jan/22	Dez/22

PRAZOS E INTEGRIDADE			
ITEM	AÇÃO	DATA DE INÍCIO	DATA DE CONCLUSÃO
29	Garantir que até o dia 25 estejam fechados os dados no balancete referente ao mês anterior.	Jan/22	Dez/22
30	Garantir que até o dia 30/01 – Para registrar os atos e de Gestão Orçamentária e Financeira do ano anterior (inclusive inscrição e cancelamento de restos a pagar).	Jan/22	Dez/22
31	Garantir que até o dia 28 ou 29/02 – Para o fechamento dos Balanços e outras informações com periodicidade anual.	Jan/22	Dez/22
32	Certificar que o SIAFIC impeça os registros após o Balancete encerrado.	Jan/22	Dez/22

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**

Prefeito

**Publicado por:**  
Luciana Silva Melo da Rocha  
Código Identificador:9EAAC888

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI MUNICIPAL DE Nº 359, DE 22 DE DEZEMBO DE 2022**

*"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sancionou a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**Seção I**

**Das Disposições Preliminares**

Art. 1º - Esta Lei estima a receita do Município de PIRANHAS para o exercício financeiro de 2023, no montante de R\$ 159.794.674,00 (Cento e Cinquenta e Nove Milhões e Setecentos e Noventa e Quatro Mil e Seiscentos e Setenta e Quatro Reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo:

- O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos e fundos, no valor de R\$ 110.830.119,00 (cento e dez milhões e oitocentos e trinta mil e cento e dezenove reais).

- O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo os órgãos e fundos da administração direta cujas ações sejam relativas à saúde, previdência e assistência social, no valor de R\$ 48.964.555,00 (quarenta e oito milhões e novecentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais).

## CAPÍTULO II

### DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### Seção I

##### Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social no valor de R\$ 159.794.674,00 (cento e cinquenta e nove milhões e setecentos e noventa e quatro mil e seiscentos e setenta e quatro reais), discriminada na forma a seguir, decorrerá da arrecadação de tributos, receita patrimonial, receita de serviços, transferências constitucionais, transferências voluntárias e outras receitas correntes e de capital, prevista na legislação vigente.

#### QUADRO I

Descrição	Valor
<b>RECEITAS CORRENTES.</b>	<b>141.716.080,00</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.853.592,00
CONTRIBUIÇÕES	5.986.056,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.856.395,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	131.020.037,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>27.703.797,00</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	27.703.797,00
<b>RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.396.298,00</b>
CONTRIBUIÇÕES	4.396.298,00
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>-14.021.501,00</b>
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-14.021.501,00
<b>TOTAL</b>	<b>159.794.674,00</b>

#### Seção II

##### Da Fixação da Despesa

Art. 3º - A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é R\$ 159.794.674,00 (Cento e Cinquenta e Nove Milhões e Setecentos e Noventa e Quatro Mil e Seiscentos e Setenta e Quatro Reais), distribuída entre os órgãos orçamentários, por funções de governo e por categoria econômica e grupos de natureza da despesa, conforme discriminação a seguir:

##### I - Por Órgãos

#### QUADRO II

Órgão	Fiscal	Seguridade	Total
CAMARA MUNICIPAL	3.974.297,00	0,00	3.974.297,00
GABINETE DO PREFEITO	4.219.666,00	0,00	4.219.666,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMFIN	4.570.165,00	0,00	4.570.165,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMADH	0,00	8.755.041,00	8.755.041,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU	0,00	31.000.635,00	31.000.635,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED	43.509.839,00	0,00	43.509.839,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - SEMCUT	8.996.581,00	0,00	8.996.581,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE - SEMELAJ	3.863.650,00	0,00	3.863.650,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA	24.379.109,00	0,00	24.379.109,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE - SEMAGRIMA	5.712.523,00	0,00	5.712.523,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PATRIMÔNIO - SEMARHP	10.487.657,00	9.208.879,00	19.696.536,00
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	149.250,00	0,00	149.250,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMPLAG	374.614,00	0,00	374.614,00
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	182.949,00	0,00	182.949,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	210.537,00	0,00	210.537,00
SUPORTE ARTICULAÇÃO POLÍTICA	109.282,00	0,00	109.282,00
SUPORTE E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	90.000,00	0,00	90.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>110.830.119,00</b>	<b>48.964.555,00</b>	<b>159.794.674,00</b>
<b>II - Por Funções de Governo</b>			

#### QUADRO III

Função	Fiscal	Seguridade	Total
LEGISLATIVO	3.974.297,00	0,00	3.974.297,00
JUDICIÁRIO	210.537,00	0,00	210.537,00
ADMINISTRAÇÃO	18.473.217,00	0,00	18.473.217,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	8.755.041,00	8.755.041,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	4.383.488,00	4.383.488,00
SAÚDE	0,00	30.500.635,00	30.500.635,00
EDUCAÇÃO	43.509.839,00	0,00	43.509.839,00
CULTURA	3.556.181,00	0,00	3.556.181,00
URBANISMO	23.288.483,00	0,00	23.288.483,00
HABITAÇÃO	3.890.824,00	0,00	3.890.824,00
SANEAMENTO	1.042.797,00	500.000,00	1.542.797,00
GESTÃO AMBIENTAL	699.483,00	0,00	699.483,00
AGRICULTURA	5.013.040,00	0,00	5.013.040,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.010.400,00	0,00	1.010.400,00
ENERGIA	330.000,00	0,00	330.000,00
TRANSPORTE	257.005,00	0,00	257.005,00
DESPORTO E LAZER	3.863.650,00	0,00	3.863.650,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.630.116,00	0,00	1.630.116,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	80.250,00	4.825.391,00	4.905.641,00
<b>TOTAL</b>	<b>110.830.119,00</b>	<b>48.964.555,00</b>	<b>159.794.674,00</b>

III - Por Grupo de Natureza da Despesa	QUADRO IV				
Categoria Econômica			Fiscal	Seguridade	Total
<b>DESPESAS CORRENTES</b>			<b>82.384.346,00</b>	<b>45.115.008,00</b>	<b>127.499.354,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			39.593.134,00	19.689.577,00	59.282.711,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			254.896,00	0,00	254.896,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			42.456.066,00	20.600.040,00	63.056.106,00
RESERVA DE CONTINGENCIA			80.250,00	4.825.391,00	4.905.641,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			<b>28.445.773,00</b>	<b>3.849.547,00</b>	<b>32.295.320,00</b>
INVESTIMENTOS			26.910.553,00	3.849.547,00	30.760.100,00
INVERSÕES FINANCEIRAS			160.000,00	0,00	160.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA			1.375.220,00	0,00	1.375.220,00
<b>TOTAL</b>			<b>110.830.119,00</b>	<b>48.964.555,00</b>	<b>159.794.674,00</b>

**Seção III****Das Autorizações**

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados, criando se necessário elemento de despesa dentro de cada ação:

- decorrentes de superávit financeiro até o seu limite apurado, de acordo com o estabelecido no art.43, §1º, Inciso I e §2º da Lei 4.320/64;
- decorrentes do excesso de arrecadação até o limite do mesmo, conforme estabelecido no art.43, §1º, Inciso II e §3º e §4º da Lei 4.320/64;
- decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, até o limite de 40,00% das mesmas, conforme o estabelecido no art.43, Inciso III da Lei 4.320/64, e com base no art.167, Inciso VI da Constituição Federal;
- decorrentes do produto de operações de crédito autorizadas até o limite do mesmo, conforme estabelecido no art.43, §1º, Inciso IV da Lei 4.320/64;
- decorrentes da anulação da Reserva de Contingência, em estrita observância ao disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023.

§1º - A apuração do excesso de arrecadação, de que trata o art. 43, §3º, da Lei 4.320/1964, será realizada em cada fonte de recursos identificada na execução orçamentária da receita para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único, e 50, inciso I, da Lei Complementar 101/00.

§2º - Os recursos oriundos de convênios e contratos de repasse não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados por parte do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares.

§3º - A apuração do superávit financeiro, de que trata o art. 43, §1º, Inciso I e § 2º da Lei 4.320/1964, será realizada em cada fonte de recursos identificada no Balanço Patrimonial do exercício anterior para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único, e 50, inciso I, da Lei Complementar 101/00.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, nos limites fixados pelo Senado Federal e na forma do disposto da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Capítulo III****Seção I****Das Disposições Finais**

Art. 6º - As metas definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em obediência à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam reajustadas na conformidade dos quadros correspondentes, que integram os demonstrativos consolidados desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

\*O teor dessa Lei se encontra disponível no acervo físico da Prefeitura Municipal de Piranhas/AL

Piranhas -AL, 22 de dezembro de 2022.

**TIAGO TÔRRES FREITAS**

Prefeito

**Publicado por:**  
Yuris Pereira Soares de Sá  
**Código Identificador:**235D5ABB

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA TAPERA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**  
**LEI Nº 793/2022, DE 21 DE DEZEMBRO 2022**

**LEI Nº 793/2022, de 21 de dezembro 2022**

INSTITUI TAXA PELA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DO SERVIÇO PÚBLICO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de São José da Tapera/AL, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I** **DO OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

**Art. 1º** - Esta lei institui a taxa pela utilização efetiva ou potencial do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, denominada de TAXA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – TMRS, a ser aplicada na circunscrição da área urbana do Município de São José da Tapera.

**Art. 2º** - O fato gerador da TMRS é a utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos, cujas atividades integrantes são aquelas definidas pela legislação federal.

**Parágrafo Único** - O contribuinte da TMRS é o proprietário, possuidor ou titular do domínio útil de unidade imobiliária autônoma ou economia de qualquer categoria de uso, edificada ou não, lindeira à via ou logradouro público, onde houver disponibilidade do serviço e que gerar até 200l (duzentos litros) de resíduos por dia.

**Art. 3º** - A base de cálculo da TMRS é o custo econômico dos serviços, consistente no valor necessário para a adequada e eficiente prestação do serviço público e para a sua viabilidade técnica e econômico-financeira atual e futura.

§ 1º Para os efeitos do disposto no *caput*, o custo econômico do serviço público de manejo de resíduos sólidos compreenderá, exclusivamente, as atividades administrativas de gerenciamento e as atividades operacionais de coleta, de triagem e de destinação final, ambientalmente adequada, de resíduos domiciliares ou equiparados, observado o disposto no inciso X, do artigo 3º da Lei Federal nº 12.305, de 2010, ou outra norma que a substitua.

§ 2º A composição e o cálculo do custo econômico dos serviços referidos no § 1º deste artigo observarão as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e os critérios técnicos contábeis e econômicos estabelecidos no regulamento desta Lei.

§ 3º Visando à modicidade da TMRS, deverão ser descontadas na composição do custo econômico dos serviços eventuais receitas obtidas com a cobrança de preços públicos por atividades vinculadas, complementares ou acessórias às suas atividades fins, bem como as receitas decorrentes de multas, encargos moratórios e outras eventuais receitas não operacionais, compensadas as respectivas despesas.

**Art. 4º** - Para o cálculo do valor da TMRS aplicável a cada unidade imobiliária autônoma serão considerados as seguintes classificações e respectivos fatores, definidos conforme as disposições desta Lei e os critérios técnicos a serem estabelecidos em sua regulamentação:

I – Critérios Variáveis - CV:

a) Fator de Usos - FU:

1. Residencial, atividade pública e assistencial: Fator 1;
2. Comercial, serviços e industrial: Fator 1,5;

b) Fator de Frequência - FF:

1. Coleta Alternada: Fator 1;
2. Coleta Diária: Fator 1,3;

c) Consumo de Água - CA, correspondente à média dos consumos efetivos mensais de água apurados nos 12 (doze) meses anteriores ao mês da cobrança da TMRS, expressos em metros cúbicos (m³);

d) Área ou testada do imóvel, no caso de lote sem edificação ou de gleba urbana;

II – Custo econômico do serviço, calculado conforme previsto no art. 3º, apurado no exercício financeiro antecedente ao da cobrança do tributo, acrescido da variação positiva do INPC verificada no mesmo período, considerando como referência o mês de janeiro de cada ano.

**Art. 5º** - O lançamento e a cobrança da TMRS serão mensais e o seu valor será calculado com base no Valor Básico de Cálculo também conhecido como Valor Básico de Referência – VBR, correspondente ao custo econômico médio mensal dos serviços expresso em reais por imóvel, calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$VBRTMRS = CETSMRS / QTIMÓVEIS / 12 \text{ (R\$/imóvel)}, \text{ onde:}$$

VBR: **TRMS**: Valor Básico de Referência para o cálculo mensal da TRMS;

CET: **SRMS**: Custo econômico total do serviço de manejo de resíduos sólidos;

QT: **IMÓVEIS**: Quantidade total de unidades imobiliárias autônomas existentes na área de cobertura dos serviços.

**Parágrafo único** - O VBR **TRMS** será apurado para o mês de janeiro de cada ano, por ato da entidade reguladora ou, na sua falta, segundo critérios previstos em regulamento, e será aplicado para o cálculo da TMRS devida nos meses de fevereiro do mesmo ano ao mês de janeiro do ano seguinte.

**Art. 6º** O valor mensal da TMRS será obtido mediante aplicação das alíquotas e das fórmulas de cálculo constantes das tabelas 1, 2, 3 e 4 do Anexo Único desta Lei (ou desta Lei Complementar), considerando a situação cadastral do imóvel na data anterior à do lançamento do tributo.

**Parágrafo único** - No caso de cobrança da TMRS mediante documento individualizado de arrecadação, o valor mensal mínimo observará o limite estabelecido no regulamento.



**Art. 7º** - A utilização ou prestação efetiva do serviço de manejo de resíduos sólidos ou de suas atividades para grandes geradores de resíduos domiciliares ou equiparados será remunerada mediante cobrança de preços públicos específicos, fixados por meio de Decreto.

§ 1º Consideram-se grandes geradores os contribuintes de imóveis não residenciais que geram mais de 200l (duzentos litros por dia) de resíduos domiciliares ou equiparados.

§ 2º A atividade mencionada no *caput* é supletiva, podendo o interessado contratar livremente privados para a coleta e destinação final, bem como pode o Município se negar a ofertar as atividades de coleta e destinação final, caso não haja disponibilidade ou seus custos sejam incompatíveis com a preservação e a adequada prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.

## **CAPÍTULO II DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA**

**Art. 8º** - A cobrança da TMRS pode ser efetuada:

I - mediante documento de cobrança:

a) exclusivo e específico;

b) do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU; ou

II - juntamente com a cobrança de tarifas e preços públicos de quaisquer outro serviço público de saneamento básico, quando o contribuinte for usuário efetivo desses outros serviços.

§ 1º O documento de cobrança deve destacar individualmente os valores e os elementos essenciais de cálculos das taxas, tarifas e outros preços públicos lançados para cada serviço.

§ 2º O contribuinte pode requerer a emissão de documento individualizado de arrecadação, correspondente ao respectivo imóvel, quando a TMRS for cobrada com outros tributos ou preços públicos.

§ 3º Independente da forma de cobrança adotada, a TMRS deve ser lançada e registrada individualmente, em nome do respectivo contribuinte, no sistema de gestão tributária.

§ 4º Os critérios e procedimentos para o lançamento e cobrança previstos neste artigo serão disciplinados em regulamento.

## **CAPÍTULO III DA PENALIDADE POR ATRASO OU FALTA DE PAGAMENTO**

**Art. 9º** - O atraso ou a falta de pagamento dos débitos relativos à TMRS sujeita o usuário-contribuinte, desde o vencimento do débito, ao pagamento de:

I – encargo financeiro sobre o débito correspondente à variação da taxa SELIC acumulada até o mês anterior mais 1% (um por cento) relativo ao mês em que estiver sendo efetivado o pagamento; e

II - multa de 2% (dois por cento) aplicada sobre o valor principal do débito.

## **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 10** - As receitas derivadas da aplicação da TMRS são vinculadas às despesas para a prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, incluídos os investimentos de seu interesse.

**Parágrafo único** - Os sistemas contábeis devem permitir o adequado controle do valor arrecadado, de forma a permitir que se possa fiscalizar se há o cumprimento do previsto no *caput*, sendo permitido a qualquer do povo tomar as medidas necessárias para coibir que os recursos vinculados sejam desviados de suas finalidades.

**Art. 11.** O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei por meio de decreto a ser publicado no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias depois da data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

São José da Tapera /AL, 21 de dezembro de 2022.

**JARBAS PEREIRA RICARDO**

Prefeito

A presente Lei foi publicada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura aos 21(vinte e um) dias do mês de dezembro de 2022.

**Diego Silva de Azevedo**

Secretário Municipal de Administração

## **ANEXO ÚNICO**

Os parâmetros e fatores aqui recomendados devem ser vistos como uma referência e podem ser adotados, salvo se houver estudos técnicos específicos, bem fundamentados, que proponham outros, em face de aspectos excepcionais, em razão das peculiaridades locais.

Tabelas de referência para Cálculo da Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos – TMRS			
Tabela 1 – Categoria Residencial, Pública e Assistencial			
Fatores de cálculo CUMULATIVOS			
Categoria de uso (a)		Frequência da Coleta	Consumo médio mensal de água (c)
Alternada (b1)		Diária (b2)	
1	1	1,3	Fator fixo
Até 5 m³		0,35	
Fator variável por m³			
> 5 a 15m³		0,06	
> 15 a 25m³		0,05	
> 25 a 35 m³		0,035	
> 35 a 50 m³		0,03	

> 50 m³ até o limite de 100 m³		0,025
Fórmula de cálculo da TMRS= VBRTMRS x (Fator a x Fator b1,2 x Fator c)		
Tabela 2 – Categorias Comércio e Serviços		
Fatores de cálculo CUMULATIVOS		
Categoria de uso (a)	Frequência da Coleta	Consumo médio mensal de água (c)
Alternada (b1)	Diária (b2)	
1,5	1	1,3
Até 5 m³		Fator fixo
		0,35
Fator variável por m³		
> 5 a 15m³		0,06
> 15 a 25m³		0,05
> 25 a 35 m³		0,04
> 35 a 50 m³		0,035
> 50 m³ até o limite de 150 m³		0,03
Fórmula de cálculo da TMRS= VBRTMRS x (Fator a x Fator B1,2 x Fator c)		

Tabela 3 – Categoria Industrial				
Fatores de cálculo CUMULATIVOS				
Categoria de uso (a)		Frequência da Coleta		Consumo médio mensal de água (c)
Alternada (b1)		Diária (b2)		
Fator fixo				
1,5	1	1,3	Até 5 m³	0,35
Fator variável por m³				
> 5 a 30 m³		0,04		
> 30 a 100m³		0,02		
> 100 a 500 m³		0,015		
> 500 m³ até o limite de 1000 m³		0,005		
Fórmula de cálculo da TMRS= VBRTMRS x (Fator a x Fator b1,2 x Fator c)				
Tabela 4 - Lotes e glebas (opcional)				
Categorias e faixas de áreas		Fatores de cálculo (d) x VBRTMRS		
Lotes	Imóveis até 250 m²			0,3
acima de 250 a 500 m²		0,4		
acima de 500 a 1000 m²		0,5		
Acima de 1000 m²		Fator inicial	1	
Adicional para cada 1000 m² ou fração		0,2		
Gleba urbana	Cada 10 m de cada testada frontal para via pública	0,3		

São José da Tapera/AL, 21 de dezembro de 2022

**JARBAS PEREIRA RICARDO**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Jacson Roberto dos Santos  
Código Identificador:020B698F

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOTONIO VILELA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 268/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2022**

FORNECEDORA REGISTRADA **STAGE MUSIC COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP** inscrita no CNPJ sob n.º 10.661.909/0001-44.

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS.

Perfazendo o valor total da ata de registro de preço na ordem de: **R\$ 9.169,84 (Nove mil, cento e sessenta e nove reais, oitenta e quatro centavos).**

Item	Especificações do Objeto	Unidade	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total	Marca
02	Trombone de Pisto Laqueado: Si Bemol; especificações: Trombone de Pisto Afinação Si Bemol; Acabamento Laqueado; Pistos em aço inoxidável; Campana 205mm; Calibre 12,3mm. Case extra/luxo; Bocal e Óleo lubrificante.	Unidade	02	R\$ 2.574,92	R\$ 5.149,84	STANFORD SSL520
16	Pares De Prato Para Fanfara Aro 13: com correia - Material: Latão - Acabamento: Dourado.	Unidade	06	R\$ 670,00	R\$ 4.020,00	STANFORD SCY13LT

Data de Assinatura: 16 de dezembro de 2022. O presente Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 006/2013.

A íntegra da Ata de Registro de Preços poderá ser obtida na sede do Setor de Licitações de Teotônio Vilela.  
Teotônio Vilela, 16 de dezembro de 2022.

**PEDRO HENRIQUE DE JESUS PEREIRA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
Código Identificador:7931C87C

**GABINETE DO PREFEITO**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2022**

FORNECEDORA REGISTRADA **BR3 COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - EPP** inscrita no CNPJ sob n.º 46.700.625/0001-67.

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS.

Perfazendo o valor total da ata de registro de preço na ordem de: **R\$ 35.859,56 (Trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, cinquenta e seis centavos).**

Item	Especificações do Objeto	Unidade	Qtd.	Preço Unitário	Preço Total	Marca
01	Trompete Si Bemol: 300L Laqueado; Descrição do produto: afinação em Bb. Com ajustes manuais, chaves ergonômicas, respostas rápidas e afinação precisa. Características de Afinação: Bb (Si Bemol); Calibre: 11,66mm Campana: 123mm em latão amarelo Itens Inclusos: Estojo: Luxo (Soft Case - Tecido) Cor: Laqueado Válvula: 3 pistões em cuproníquel Recursos: Anel regulável na 3o pompa; Dedeira na 1o pompa Acabamento: Laqueado Estojo: Luxo (Soft Case) Outros; Informação adicional - Válvula: 3 pistões (cuproníquel) - Anel regulável na 3o pompa - Dedeira na 1o pompa.	Unidade	06	R\$ 1.003,00	R\$ 6.018,00	MAGNUM MTR300L
04	O Saxofone Alto em Eb: leve e ergonômico, são fáceis de segurar e tocar. Entonação perfeita - Novo recetor do tudel com um parafuso de alta duração; O novo design do receptor do tudel proporciona uma resposta rápida e maior facilidade ao tocar, ao mesmo tempo que também aumenta a durabilidade do mecanismo - Melhor ligação Si grave-Do - Uma melhoria no mecanismo Si grave-Do s#; assegura um fecho consistente da chave de Do grave # e permite uma resposta clara das notas da escala grave do instrumento - Apoio do polegar ajustável - Apoio de polegar: Ajustável - Boquilha: AS-4C - Chaves: High F# - Front F em Poliéster - Cor: Laqueado Dourado - Estojo: Sim.	Unidade	01	R\$ 2.906,40	R\$ 2.906,40	QUASAR QAS10SL
05	Saxofone Tenor Bb: dourado, (Si Bemol); Apoio de polegar: Apoio para mão direita ajustável; Boquilha: 4C Standard de metal; Chaves: Limitador de abertura das chaves na campana, regulável; Cor: Dourado; Corpo: Desenho ergonômico exclusivo; Dimensões: 28.000 x 42.000 x 92.000 CM; Dimensões: 24 x 37 x 74 cm Estojo: Luxo; Parafusos: Para regulagem; Recursos: Recurso de F# agudo / Mecanismo de F frontal.	Unidade	01	R\$ 5.568,26	R\$ 5.568,26	QUASAR QTS200L
11	Atabaques 30/10: 04 Afinações; Timba verniz; Pele: Leitosa; Ferragem: Pop Preta.	Unidade	04	R\$ 257,00	R\$ 1.028,00	LUEN 23008
12	Atabaques 70/13 - 4 Afinações; Timba verniz; Pele: Leitosa; Ferragem: Pop Preta.	Unidade	08	R\$ 325,00	R\$ 2.600,00	LUEN 23090
13	Caixas Tenor Aro 14: Material do corpo: MADEIRA FORMICADA; Quantidade de parafusos de afinação: 14x10; C/coleto Form Cast Dpla Ferr Preto.	Unidade	02	R\$ 1.577,45	R\$ 3.154,90	QUASAR QMP1412
14	Quadril para Banda: ou fanfarra modelo estudante nas medidas: 8"10"12"13", com Carrier; corpo com acabamento Glitter Preto, com borracha maciça na parte inferior para proteção, e aros aço; com pintura eletrostática preta. Canoas em ABS; reforçado com fibra, (altíssima resistência, peso reduzido); Parafusos cromados medida 7/32x50mm. Corpo: Madeira laminada Araucária; Acompanha carrier ergonômico. Com pintura eletrostática preta. Regulagem altura no eixo central. Barrigueira e Curvas com proteção EVA 10mm. Curva (Carrier) com regulagem de abertura e inclinação, e 03 regulagens de altura. Suporte J; cromado com regulagem altura. Todas as regulagens feitas com borboleta (Não necessita chaves).	Unidade	02	R\$ 2.492,00	R\$ 4.984,00	MAGNUM MQAZ04
22	Caxixi para Berimbau: Capoeira e percussão, Caxixi profissional para tocador com fundo de cabaça e trabalhado com semente especial.	Unidade	50	R\$ 46,00	R\$ 2.300,00	QUASAR QCX
26	Berimbau Guatambu: profissional Capoeira e percussão. O berimbau é constituído de um arco feito de uma vara de madeira (verga); comprimento aproximado de 1,50m a 1,70m e um fio de aço (arame) preso nas extremidades da vara. Em uma das extremidades do arco é fixada uma cabaça que funciona como caixa de ressonância.	Unidade	50	R\$ 146,00	R\$ 7.300,00	ARTESANAL

Data de Assinatura: 16 de dezembro de 2022. O presente Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 006/2013.

A íntegra da Ata de Registro de Preços poderá ser obtida na sede do Setor de Licitações de Teotônio Vilela.

Teotônio Vilela, 16 de dezembro de 2022.

**PEDRO HENRIQUE DE JESUS PEREIRA**

Prefeito

**Publicado por:**  
Ivanildo Almeida Silva  
**Código Identificador:**C3E75E5D

## SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

### AVISO DE COTAÇÃO Nº 088/2022

A Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela/AL, através do Setor de Licitações, vem solicitar que seja preenchido os preços dos produtos abaixo referente a **Aquisição de Tubos de Concreto Armado para Águas Pluviais**, com o objetivo de pesquisa de preço no mercado. Para formação de estimativa, para futura licitação.

Item	Descrição/especificação	Quant.	Unidade	Valor unitário	Valor Total
	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DE 800 MM - TUBO COM 01 (UM) METRO	1000	Unidade		
	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DE 1000 MM -	2000	Unidade		

As empresas deverão apresentar propostas de valores nas diretrizes da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020 - Órgão:Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão, devendo obrigatoriamente dispor em seus orçamentos: Validade dos orçamentos de no mínimo de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de sua apresentação;  
Entrega dos produtos no prazo de 3 (três) dias; para quais informações disponibilizamos o contato (82) 3543-1301 das 8h às 17h de segunda à sexta-feira. e o e-mail: [cotacaopmtval02@gmail.com](mailto:cotacaopmtval02@gmail.com) para encaminhamento das propostas de preço.

Teotônio Vilela/AL, 23 de dezembro de 2022.

**FELIPE GOMES TIMÓTEO**

Setor de Licitações

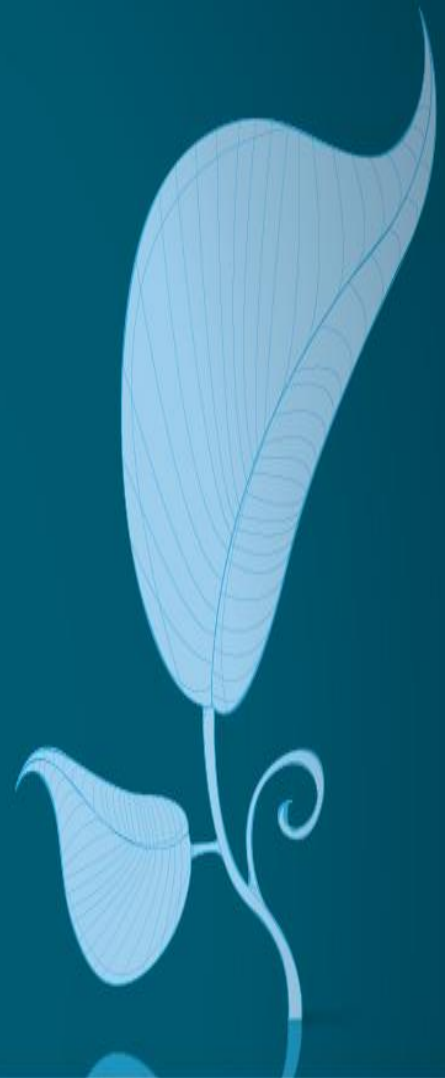
**Publicado por:**

Ivanildo Almeida Silva

**Código Identificador:**C5E90BE7

# O PLANETA AGRADECE

AO PUBLICAR NO **DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS**  
O GOVERNO POUPA O DESMATAMENTO E  
DIMINUI O CONSUMO DE PAPEL.



PARA INFORMAÇÕES  
**82 2122.7300**  
[ama@ama.al.org.br](mailto:ama@ama.al.org.br)

